

Alexandre Lazzari

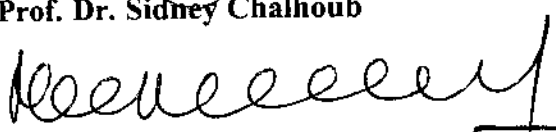
**“Certas coisas não são para que o povo as faça”:
Carnaval em Porto Alegre
1870 - 1915**

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Departamento de
História do Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da
Universidade Estadual de
Campinas, sob a orientação da
Prof.a Dra. Maria Clementina
Pereira Cunha.

Este exemplar corresponde à redação
final da dissertação defendida e
aprovada pela Comissão Julgadora
em 20/08/1998.


Prof.a Dra. Martha Campos Abreu


Prof. Dr. Sidney Chalhoub


Julho de 1998.

L459c

35372/BC

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA	1
DATA	08/10/98
V	Ex.
T. Nº	35312
P. Nº	395128
C	D ☒
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	08/10/98
N.º CPD	

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

CM-00118208-7

L459c Lazzari, Alexandre
"Certas coisas não são para que o povo as faça" : carnaval em Porto Alegre, 1870-1915 / Alexandre Lazzari. -- Campinas, SP : [s.n.], 1998.

Orientador: Maria Clementina Pereira Cunha.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Carnaval - Porto Alegre (RS) - 1870-1915. 2. Festas populares - Porto Alegre (RS) - 1870-1915. 3. Porto Alegre (RS) - Cultura popular - 1870-1915. I. Cunha, Maria Clementina Pereira. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Agradecimentos

Por mais que escrever uma dissertação implique dias e noites de trabalho solitário, é algo que não depende apenas do esforço individual e só se torna possível graças ao apoio e dedicação de muita gente. Não é sem o risco de esquecer alguém entre tantos que escrevo estes agradecimentos.

Minha gratidão deve-se, em primeiro lugar, a meus familiares, a quem coube a paciente tarefa de acompanhar (e aturar) de perto a prolongada e muitas vezes nervosa gestação deste trabalho. Acima de tudo a meus pais, de quem o sacrifício e dedicação de uma vida inteira tornaram tudo isto possível.

A amizade de Joel, Maria, Sérgio, Inês, Luis Guilherme e Eliane foi valiosa. Como foi também a de Márcia e Alexandre, que acompanharam as angústias que precederam a apresentação deste projeto à Unicamp. O inestimável apoio e atenção do professor José Rivair Macedo também foi importantíssimo nesta fase inicial.

Tiago, Josianne, Fabiane e João Paulo foram mais do que colegas que compartilharam a experiência do mestrado. Sem sua amizade, diversão e apoio logístico em Campinas, tudo neste trabalho teria sido imensamente mais aborrecido e difícil, se não impossível.

Agradeço ainda aos professores e alunos da linha de pesquisa História Social da Cultura que leram e comentaram uma parte deste trabalho. Finalmente, um agradecimento especial à professora Maria Clementina Pereira Cunha, pela sua orientação segura e pela

paciência e confiança na evolução deste trabalho, mesmo com todas as dificuldades e dores de cabeça que a distância entre Porto Alegre e Campinas pôde proporcionar.

Devo também agradecer ao CNPq, que sustentou este projeto, e aos funcionários das instituições em que pesquisei. E por fim, ao ensino público do qual sempre dependi e que me permitiu chegar até esta dissertação, para que continue existindo neste país, e que melhore, por nosso direito de cidadania.

Índice

Introdução	01
Capítulo 1 - Um deus Momo decaído no fim-de-século	12
1. O fantasma do carnaval	16
2. A árvore da atualidade	28
3. A semente do futuro	45
Capítulo 2 - Os tempos heróicos de esmeraldinos e venezianos	53
1. A política do entrudo	54
2. Precisamos de carnaval	73
3. Esmeraldinos e venezianos	85
4. E nasce a “era carnavalesca”	95
Capítulo 3 - A sociedade na rua	109
1. Bisnagas, seringas e limões	110
2. Combatentes da troça	121
3. Díficeis carnavais	133
4. O Carnaval do Outro	144
Capítulo 4 - Exibições e ocultamentos	158
1. Os sempiternos mascarados	159
2. “Somo gente destorsida”	166
3. A virtude que vem do alto	185
Considerações finais: O carnaval é do povo?	202
Fontes	216
Bibliografia	219
Anexo	226

Introdução

Em tempos de sambódromo e trios elétricos, o carnaval em Porto Alegre não tem destaque algum na mídia nacional. Para o visitante que porventura visse suas escolas de samba, seus entusiasmados carnavalescos e seus desfiles, ao primeiro olhar tudo pareceria seguir um modelo importado do Rio de Janeiro e acharia pouco provável que tal festa pudesse ter uma história própria na cidade. Causaria estranhamento a este visitante também a indiferença de grande parte da população para com o evento oficial e seus desfiles, e mesmo em relação à qualquer outra manifestação do carnaval propriamente dito. Afinal, sempre lhe disseram que o carnaval era a festa preferida dos brasileiros, a festa nacional por excelência. Mas não é novidade constatar que nos dias de hoje em Porto Alegre os desfiles de escolas de samba tendem a ser uma mobilização exclusiva de comunidades e associações populares e com participação predominante da população negra, enquanto pouca atenção lhe dá a maior parte da classe média que migra em massa para o litoral durante o feriado prolongado.

O estranhamento deste visitante fictício poderia ser comparado ao que eu próprio experimentei, embora sempre tenha vivido nesta cidade, a partir do momento em que comecei a me interessar por uma pesquisa sobre as festas populares em Porto Alegre durante o período republicano, no início do século XX. Queria saber um pouco mais sobre a cultura das pessoas comuns, dos trabalhadores, em uma época em que a historiografia costuma dar mais valor ao que pensavam as elites políticas. Minha surpresa

foi deparar não só com a própria existência de um carnaval mas principalmente com uma quantidade de práticas e significados muito diferentes das formas mais conhecidas da folia da atualidade. Existiam associações carnavalescas da alta sociedade que desfilavam em carros alegóricos pelas ruas, mascarados a fazer troça, batalhas de água... que mundo era aquele? Afinal, era uma festa “popular” ou não? De início mera curiosidade, estas perguntas acabaram levando aquela pesquisa ao caminho desta dissertação.

Este caminho teve que necessariamente passar por um problema semelhante ao da confusão que o atual carnaval de Porto Alegre causou no suposto visitante. É difícil falar em carnaval hoje sem evocar aquela imagem que funciona como clichê para representar o que há de mais característico e singular na cultura nacional, que diferencia o brasileiro de todos os outros povos do mundo. Por outro lado, apesar de se constituir em tradição muito significativa para uma boa parte da população porto-alegrense e gaúcha, o carnaval foi praticamente ignorado por muitos estudiosos que se interessaram em estabelecer o que seriam as “tradições populares” do Rio Grande do Sul. Sua exclusão das compilações de tradicionalistas e folcloristas¹ locais não parece surpreendente se levarmos em conta a preocupação destes autores em estabelecer os limites do regional, ou seja, os aspectos da cultura local que não se confundiriam com manifestações que passaram a ser associadas à idéia de uma cultura popular brasileira, símbolos abrangentes da nacionalidade, como acabou acontecendo com o carnaval.

A representação unívoca do que seria o “espírito” nacional não teria sido apenas uma construção ideológica que acompanhou a formação do Estado brasileiro e hoje parece pertencer a um passado distante; ela seduziu e continua seduzindo a muitos

¹ Os autores consultados foram: J. C. Paixão Côrtes. Folclore gaúcho: festas, bailes, música e religiosidade rural. Porto Alegre: CORAG. 1987; Dante de Laytano. Folclore do Rio Grande do Sul: levantamento dos costumes e tradições gaúchas. 2ª. edição. Porto Alegre: Ed. Universidade de Caxias do

integrantes dos campos artístico e intelectual. Entre estes últimos, um dos exemplos desta preocupação em descobrir e definir o que é o “ser brasileiro” e que envolve nesse projeto uma análise do carnaval é o antropólogo Roberto da Matta. Em seu discurso nunca se coloca em questão a existência de um “nós” nacional que antecede e funda seu propósito de descobrir o que faz a sociedade brasileira diferente das outras. Sem querer iniciar aqui um questionamento mais profundo da validade do seu projeto e dos procedimentos de que lança mão para isso, desejo apenas chamar a atenção para essa escolha do carnaval como uma festa nacional, um momento no qual os brasileiros manifestam um sentimento de igualdade e em que o país pára e celebra seus mais altos valores.

O carnaval é para Da Matta a dramatização de uma espécie de civismo invertido, onde o “povo brasileiro” substitui as autoridades como principais personagens e, celebrando a inversão de valores e regras sociais cotidianos, manifesta o caráter nacional. O que me interessa é esta pressuposição, de que não são um ou vários grupos de nenhum tipo que se reconhecem no carnaval, mas uma nação abstrata. Esta associação entre carnaval e “brasilidade” é generalizada para além de qualquer fronteira geográfica, cultural e social, mesmo que as raras observações empíricas que Da Matta menciona limitem-se ao que assistiu nas ruas do Rio de Janeiro.²

Aceitar a existência de um “carnaval brasileiro” com um sentido unívoco a ser interpretado tornou-se um lugar comum, quase sempre aceito passivamente. Ele também está presente, por exemplo, em Maria Isaura Pereira de Queiroz,³ que o

Sul. 1987; Walter Spalding, Tradições e superstições do Brasil sul. Rio de Janeiro: Org. Simões. 1955; MEYER, Augusto. Guia do folclore gaúcho. Rio de Janeiro. Presença, 1975. 2ª ed.

² Ver Roberto da Matta. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro. Zahar, 1989.

³ Ver PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. Carnaval brasileiro: o vivido e o mito. São Paulo: Brasiliense, 1992. Ver também José Carlos Sebe, Carnaval, carnavais. São Paulo. Ática. 1986.

considera uma festa nacional, existindo em todo o país com poucas variações na sua forma, e com uma história também homogênea, que é a da sua transformação de festa burguesa em festa popular, determinada pelas transformações estruturais da sociedade brasileira.

O problema que gostaria de destacar com essa discussão, portanto, é o da construção e aceitação de certos símbolos da nacionalidade centrados no universo popular, o carnaval pertencendo a esse seleto grupo de consagrados que também inclui coisas como o samba e o futebol. Não se trata simplesmente de querer demonstrar uma suposta falta de autenticidade destas representações da identidade nacional, ou discutir quanto o carnaval carioca seria ou não adequado para representar todos os brasileiros. O que importa é justamente evidenciar sua condição de “tradição inventada”⁴ e interrogar-se sobre as razões da sua força como pressupostos não questionados, seja em discussões a respeito de “cultura nacional” ou simplesmente sobre cultura no Brasil.

O antropólogo Hermano Vianna⁵ tratou de um problema semelhante no que diz respeito ao samba, ao tentar responder à pergunta sobre como foi possível que, em dado momento histórico, aquele ritmo tivesse passado de um estado de perseguição e repressão à condição de símbolo nacional. Este autor defende o argumento de que existia, desde longa data, um complexo processo de encontros e trocas culturais e circulação de músicos e músicas na hierarquia social carioca; assim como as “mediações” de intelectuais que buscavam descobrir e definir o que seria uma síntese da identidade brasileira, como foi o caso de Gilberto Freire, por sua vez abriram caminho à invenção e aceitação do novo ritmo como algo “autêntico” e “nacional”.

⁴ Ver Eric Hobsbawm e Terence Ranger (Orgs.). A Invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

⁵ Ver Hermano Vianna. O mistério do samba. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: Ed. da UFRJ, 1995.

Embora o estudo de Vianna seja instigante, pode-se observar que acaba excluindo a alternativa de estudar este processo da perspectiva dos conflitos e tensões gerados pelas diferenças sociais e culturais. Pelo menos do ponto de vista de uma historiografia do carnaval, este último viés é de fundamental importância para se tratar das relações de intelectuais, artistas eruditos ou membros da elite econômica e política com os costumes populares. Para Maria Clementina Pereira Cunha, as elites cariocas do final do século XIX não reagiam de forma homogênea à diversidade de formas populares de brincar o carnaval que tomavam conta das ruas, como o entrudo, o zé pereira, os mascarados e seus chistes e muitas outras, mas a convivência com a multidão anônima da folia tendia, cada vez mais, a ser considerada desagradável e perigosa.⁶ As chamadas “Grandes Sociedades” carnavalescas teriam sido uma reação de elites urbanas, como tentativa de dominar o caos e realizar seus anseios por um carnaval e um povo mais homogêneo, limpo e “civilizado”. Leonardo Pereira argumenta que era corrente entre os literatos e jornalistas da época a opção por um carnaval que realizasse uma tarefa pedagógica, que fosse civilizador dos costumes daquele povo das ruas.⁷ O carnaval carioca teria funcionado por muito tempo como uma festa onde, de uma certa forma, revelavam-se os impasses de um conflito cultural, onde os intelectuais da época andavam às voltas com um povo cujos costumes e tradições eram incompatíveis com seus projetos de nação.

Em sua versão de festa refinada e inspirada em modelos europeus, o carnaval difundiu-se do Rio de Janeiro para as principais cidades brasileiras durante a segunda metade do século XIX. Popularizado por grandes sociedades carnavalescas e celebrado

⁶ Ver Maria Clementina Pereira Cunha, Você me conhece?, Campinas, 1995. mimeo. Idem, Batalhas sem confete, Campinas, 1995. mimeo.

⁷ Ver Leonardo Affonso de Miranda Pereira, O carnaval das letras, Rio de Janeiro: Secretaria Mun. da Cultura, 1994.

por intelectuais da Corte como símbolo de civilização que viria substituir costumes antigos e “bárbaros”, como as tradicionais “molhadelas” do entrudo por exemplo, tinha grande poder de sedução sobre as províncias, onde seu significado era adaptado às particularidades culturais e políticas das sociedades locais.⁸

Finalmente retornando a Porto Alegre, veremos que o problema da identidade do carnaval local segue na sua interpretação corrente as linhas gerais da versão mais conhecida para o carnaval “nacional” como um todo: na forma do entrudo era uma tradicional festa de origem portuguesa; no século XIX teve uma fase “burguesa”, marcada por bailes e desfiles das elitizadas sociedades carnavalescas, e que desde o início do século foi sendo apropriada pela cultura popular, até ser reconhecida como uma autêntica expressão da nacionalidade brasileira. No caso de Porto Alegre este processo de popularização se deveria aos carnavais de bairro que começam a predominar nas décadas de vinte e trinta, à medida que a cidade cresce. Era um carnaval descentralizado, organizado pelos moradores dos bairros e sociedades, realizado nas ruas e tomado por inúmeros grupos fantasiados, dos mais sofisticados aos mais humildes, mas os que passam a predominar a partir de então são os dos bairros populares da cidade. Já o estilo das escolas de samba cariocas começa a ser introduzido nos grupos carnavalescos populares por volta do final dos anos trinta. O declínio

⁸ Ver Leonardo Pereira, O carnaval das letras, op. cit.; Idem, Do carnaval da Intendência à folia amazônica: a festa de Momo em Belém do Pará (1895-1925), Belém, 1995 (mimeo); Peter Fry e outros, “Negros e brancos no carnaval da Velha República”, in João José Reis (org.), Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1988; Olga Von Simson, A burguesia se diverte no reinado de Momo: 60 anos de evolução do carnaval em São Paulo (1855-1915), São Paulo: dissertação mestrado/FFLCH/USP, 1984; Thais Luzia Colaço, O carnaval no Desterro: século XIX, Florianópolis: dissertação de mestrado em História/UFSC, 1988.

definitivo destes grupos e a consolidação do modelo das escolas de samba teria se dado na década de sessenta, quando o carnaval dos bairros começa a se extinguir.⁹

A primeira questão que pretendo discutir neste estudo da história do carnaval em Porto Alegre é justamente este suposto processo de “popularização”. Embora em nenhum momento os estudos acima mencionados afirmem que esta incorporação da festa ao domínio popular tenha sido repentina e já não se insinuasse desde os tempos das sociedades carnavalescas elitizadas, esta mudança, no caso particular de Porto Alegre, precisa ser melhor explicada. Que diferentes expectativas projetadas sobre o carnaval de rua teriam sido decisivas para a sua apropriação definitiva por alguns grupos e abandono por outros?

O jornalista Athos Damasceno Ferreira, em sua obra “O Carnaval porto-alegrense no século XIX”,¹⁰ já tentava responder a essa pergunta, argumentando que a causa do declínio do carnaval sofisticado e culto estaria na insistência do gosto popular em preferir formas mais burlescas, satíricas e difamatórias, bem como os esguichos de bisnaga, herdeiros do velho entrudo. Esta interpretação, por sinal, é muito semelhante às que apareciam nos jornais da época em questão. A imprensa da cidade acreditava na superioridade da forma elitizada de carnaval das sociedades Esmeralda e Venezianos, principalmente após seu desaparecimento no fim-de-século, e Athos Damasceno aceita este pressuposto. Trata-se também, a meu ver, de algo mais complexo do que uma questão de incompatibilidade entre um suposto gosto “popular” e outro “erudito”, como

⁹ A Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre realizou um trabalho pioneiro para o resgate da memória do carnaval da cidade. Ver Flávio Krawczik, Zita Possamai e Iris Germano, Carnavais de Porto Alegre. Porto Alegre: Prefeitura Municipal/Secretaria Municipal da Cultura, 1992. Ver também Josiane Abrunhosa da Silva, Bambas da Orgia: um estudo sobre o carnaval de rua de Porto Alegre, seus carnavalescos e os territórios negros. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFRGS, 1993.

¹⁰ Ver Athos Damasceno Ferreira, O carnaval porto-alegrense no século XIX. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1970.

se pudessem existir tão claramente definidos e antagônicos. Porém considero que Damasceno teve o mérito de apontar para o fato de que diferentes formas de participar do carnaval disputavam o espaço das ruas e elas estavam atravessadas pelos critérios morais e posições sociais que os grupos atribuíam uns aos outros e a si próprios. Esta perspectiva abre uma possibilidade, ainda não explorada, de abordar os conflitos em torno das identidades sociais naquela época, mais exatamente o papel do carnaval na construção dessas identidades. Estes conflitos se revelam com maior intensidade na virada do século, quando o consumado fracasso das sociedades carnavalescas coloca os adeptos daquele modelo de carnaval frente a frente com as práticas populares.

Como um intercâmbio cultural entre Corte e Províncias teria repercutido nesses conflitos? Esta é a outra questão que pretendo discutir neste estudo, procurando compreender o carnaval como parte de um processo em que a população de Porto Alegre faz adaptações e rejeições das novidades culturais da Corte e da Europa conforme suas conveniências e condições sociais e políticas. Obviamente não se deve pensar que modismos europeus e da Corte/Capital Federal fossem transplantados integralmente e de forma maciça. O relativo sucesso de algumas novidades se deveu à adaptação às tradições e padrões morais locais, e o velho carnaval de Porto Alegre talvez tenha sido um exemplo significativo de tentativa deliberada de reinvenção dos costumes, mas também de persistências e adaptações silenciosas, de trocas sutis entre o local e o estrangeiro/universal e entre “populares” e uma “elite” ou “classe média” urbana em momento de ascensão econômica e busca de auto-afirmação cultural.

Mais importante ainda para esta dissertação é aproveitar o caso dos antigos carnavais como um caminho para sugerir que, apesar das particularidades que diferenciavam a vida social de Porto Alegre daquela do Rio de Janeiro, já existia uma

certa “tradição” de atenção e adaptação para com as novidades culturais da capital do país. Acredito que seria cabível supor que o sucesso dos símbolos de identidade nacional “descobertos” lá pela década de trinta já encontrou um terreno preparado, de diferentes formas, nos maiores centros urbanos do território nacional, onde eles não eram estranhos às classes populares. Mesmo limitando-se ao caso do carnaval em Porto Alegre, este poderia ser um passo importante para tentar compreender as razões da amplitude de uma maior ou menor aceitação desta festa como símbolo privilegiado do “nacional-popular” nas diferentes regiões do território nacional.

Com a expectativa de poder contribuir com possíveis respostas a estas questões, organizei esta dissertação em quatro capítulos que propõem ao leitor a interpretação de alguns aspectos das práticas e significados do carnaval em Porto Alegre, cobrindo o período de 1870 a 1915. Estes limites cronológicos se estendem das campanhas pelo fim do entrudo e criação das sociedades carnavalescas Esmeralda e Venezianos, no início da década de 1870, até o último préstito destas sociedades sair às ruas, em 1914, encerrando uma época em que ditaram os padrões seguidos pelas elites da cidade na comemoração do carnaval. O estudo, porém, inicia com a análise de uma polêmica em torno da tradição “legítima” do carnaval que se registrava nos jornais do final do século XIX e início do XX. Esta licença à ordem cronológica justifica-se por considerar que este debate foi um momento histórico especialmente tenso e decisivo no qual se forjaram atitudes de rejeição ao carnaval popular que permaneceram durante muito tempo e ainda marcam a história do carnaval na cidade, e que por isso merece ser destacado. O desenvolvimento dos capítulos posteriores, voltados à interpretação das práticas do carnaval em Porto Alegre desde 1870, pretende também contribuir para que se possa compreender algumas razões e conseqüências desta rejeição.

O capítulo um, portanto, conduz a um primeiro contato com esses polêmicos carnavais pelas páginas da imprensa da capital rio-grandense nos anos do fim-de-século, entre 1895 e 1906, onde encontramos uma tendência quase unânime de manifestação de um profundo descontentamento com a folia das ruas. Procuro mostrar como esse descontentamento tomava a forma de uma idealização saudosa dos tempos de duas tradicionais sociedades carnavalescas que não mais existiam, e de uma negação em reconhecer os novos foliões, pobres e incultos, como legítimos carnavalescos. Através da interpretação de diversas crônicas da época, quero também apresentar alguns dos diversos significados desta “falência” do carnaval para os jornalistas, evidenciando as concepções autoritárias e elitistas sob a forma dos preconceitos para com as manifestações populares no carnaval. A pesquisa procurou consultar o maior número possível de jornais que circularam no período, selecionando crônicas e comentários a respeito dos mascarados e demais tipos populares que faziam o carnaval das ruas.

O segundo capítulo propõe que retornemos no tempo até 1870 para um estudo das expectativas que motivaram a fundação das sociedades carnavalescas *Esmeralda* e *Os Venezianos*, de tão saudosa memória dos jornalistas do fim-de-século. O propósito agora é trazer à tona os significados dos conflitos e polêmicas que então envolviam o entrudo e sua relação com as tensões políticas da época, início da década de 1870; apresentar um perfil dos fundadores destas sociedades carnavalescas e o modo como adaptaram o modelo do carnaval da Corte aos seus hábitos entrudeiros e às condições locais; e por fim propor uma interpretação de diversos significados presentes nos primeiros carnavais de esmeraldinos e venezianos na capital da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, bem como algumas comparações com o que então acontecia na Corte Imperial. Para este capítulo serviram de fontes as crônicas e notícias

do único jornal da época disponível para consulta, *A Reforma*, de 1870 a 1875, diversos registros e crônicas publicados em jornais de outras épocas, memórias, biografias, relações dos ocupantes das principais funções administrativas, comerciais e industriais em Porto Alegre para 1873 e 1874, documentos da Secretaria de Polícia, enfim, todas as referências que foi possível reunir para uma interpretação da práticas do entrudo e do carnaval que permitissem a tentativa da redação de uma “descrição densa” de tais festas.

O terceiro capítulo pretende colocar em foco diversos fatores que estariam associados à perda de prestígio e popularidade destas sociedades carnavalescas durante a década de 1880, principalmente se comparadas às congêneres cariocas que as inspiraram num primeiro momento. Este processo passa pelo abandono de certos propósitos que motivaram seu nascimento, como o combate ao entrudo por exemplo. A adaptação e permanência da tradição trocista, alimentando as rivalidades pessoais e políticas entre seus integrantes, foi outro fator considerado. Enquanto queixavam-se de dificuldades financeiras e da indiferença do público, esmeraldinos e venezianos, por outro lado, já não eram vistos como a única imagem do carnaval “civilizado” na cidade, condição que também passava a ser reivindicada por diversos outros grupos.

Já o quarto e último capítulo pretende estudar os significados do carnaval popular que tomava conta das ruas e das tentativas de “ressurreição” da Esmeralda e dos Venezianos na primeira década do século XX. Para finalizar, algumas considerações a respeito das relações entre as práticas “cultas” e “populares” que disputavam o espaço das ruas centrais para sua exibição pública, bem como entre os sentidos de identidade local e nacional que se delineavam no carnaval porto-alegrense. Tanto neste como no terceiro capítulo, as principais fontes são notícias e artigos de jornais da época.

Capítulo 1

Um deus Momo decaído no fim-de-século

O carnaval da virada do século na cidade de Porto Alegre parecia repetir a mesma decepção dos anos anteriores. É a impressão que fica após lermos o que dele se comentou na imprensa da capital rio-grandense no ano de 1900. Nada de interessante teria acontecido além de tímidos passeios à fantasia pelos arraiais das redondezas, como os que aconteceram no bucólico Menino Deus. A decadência e morte da outrora tão festejada folia do deus Momo foi mais uma vez decretada por mal-humorados e pessimistas cronistas da ocasião. Para eles, era uma festa que parecia se extinguir junto com o século que terminava.

Entretanto, se observarmos com atenção as poucas e sucintas descrições do que aconteceu durante a época dos festejos carnavalescos, perceberemos que nem todos tinham a mesma opinião. Tanto que houve quem saísse para as ruas principais da cidade a brincar o seu carnaval sem se importar com esta suposta decadência. Os redatores do *Jornal do Commercio* consideraram estas pessoas merecedoras de uma simples nota que, apesar de sua brevidade, fez transparecer que o carnaval não deixou de ter sua comemoração habitual naquele ano. Pelo menos para aqueles indivíduos mascarados e grupos diversos que saíram às ruas:

“Até adiantada hora da noite, perambulavam pela cidade os sempiternos pulhas, os sujos de todos os anos, os infatigáveis grupos de *bahianas*, os dominós desenxabidos de todos os tempos, os *Zé Pereiras* impossíveis e os clássicos tocadores de violão.”¹

Esta brevíssima nota, anônima e misturada às tantas outras que constituíam a seção noticiosa “Fatos e Boatos” do dito jornal, é muito importante para este estudo. Apesar do estranhamento que os personagens apresentados possam nos causar, não é necessário que nos detenhamos agora em conhecer cada um dos tipos acima. Deles se tratará com mais atenção no capítulo quatro desta dissertação. Por ora basta considerarmos que, em primeiro lugar, aqui nos foi apresentada uma lista de diversos personagens, classificando-os como tipos e grupos peculiares, diferentes uns dos outros pela sua caracterização e pela forma de manifestação. Em segundo lugar, foram associados a uma característica comum, que é a de serem “eternos”, “de todos os tempos”, “clássicos”. Uma conclusão óbvia é a de que o jornalista, tomando nota dos diversos tipos de indivíduos e grupos fantasiados que saíram às ruas, muito provavelmente quis dizer algo como: o carnaval deste ano teve os mesmos protagonistas e foi a repetição das mesmas tradições de sempre. O que importa aqui é observar que ele está apontando a repetição não de uma, mas de diversas tradições e formas de se comemorar o carnaval, e as colocando em igualdade. Não havia alguma que se destacasse ou tivesse preferência sobre as demais.

Com um tom bem mais pessimista, e alguma ironia, o mesmo jornal publicaria no dia seguinte outra nota em que confere a algumas manifestações populares o mesmo tratamento de representantes das tradições do carnaval. Agora, tratava-se da patética persistência de alguns mascarados em sair à rua fazendo a “sempiterna”

¹ Jornal do Commercio, 27 de fevereiro de 1900.

brincadeira do “Você me conhece?”, como que representando a última resistência do carnaval e adiando a declaração de sua morte.

“Para que não se diga que o carnaval morreu de... todo nesta cidade, via-se lá de longe em longe, um *princez*, um *barba de pau*, um *carnavá* qualquer atravessar, suavemente, pesado, desconsolado, semi-morto, aquela mole de povo, *cuspiendo* para todos os lados o sempiterno *Você me conhece?*”²

Apesar de a nota sugerir que aqueles mascarados eram desagradáveis e grotescos, eles são apresentados como o retrato do carnaval. A teimosia destes personagens não deixa de ser valorizada, pois eles representariam a sobrevivência de algumas tradições da festa, mesmo que de forma pouco elegante. O que torna importantes estes breves registros, além de evidenciarem algumas formas de brincadeiras carnavalescas semelhantes às que tomavam as ruas do Rio de Janeiro e outras cidades brasileiras no mesmo período,³ é uma certa tolerância e reconhecimento para com as manifestações populares, algo raro quando comparado ao conteúdo predominante nas reportagens e crônicas sobre o carnaval publicadas nos jornais porto-alegrenses da época.

Apresentar alguns dos modos populares de brincar o carnaval e considerá-los, apesar de seu aspecto desagradável, como representantes legítimos de tradições carnavalescas era algo pouco comum na opinião dos “homens de jornal”.⁴ Notícias como as apresentadas acima, com seus curiosos personagens, são como brechas que nos

² *Jornal do Commercio*, 28 de fevereiro de 1900.

³ Os dias de folia na cidade do Rio de Janeiro eram particularmente ricos em diversas manifestações populares, dos cortejos negros que formavam os Cucumbis às “danças de velhos”, Zé Pereiras e fantasias de “sujos”, Diabos, Princeses, entre outras. Ver Maria Clementina Pereira Cunha, *Você me conhece?*, Campinas, 1995, mimeo.

⁴ Aqui faz-se referência tanto aos jornalistas de profissão como aos profissionais liberais, políticos ou intelectuais que eram colaboradores assíduos dos jornais. “Homens de jornal” era uma expressão de uso corrente para designar as pessoas ligadas ao meio jornalístico: está no livro de memórias de Alcides Gonzaga, *Homens e coisas de jornal*, Porto Alegre, Globo, 1944, e foi também utilizada em Anderson

permitem ver através de um muro alguns poucos fragmentos do que acontecia no carnaval das ruas. Um muro formado pelo silêncio e repúdio da imprensa, que manifestava um preconceito socialmente compartilhado: tais indivíduos e grupos não costumavam ser considerados dignos de nota, a não ser em comentários de aberta desaprovação, quando então eram tratados como uma versão degenerada e espúria de antigos modos de brincar o carnaval. Na sua condição de exceção, estas breves notas foram transcritas para nos dar uma tênue imagem do que se via e que muitos não desejavam ver por ocasião das festas carnavalescas, e contra o que se levantavam os defensores de um outro carnaval, que deveria ser portador de um significado superior e unívoco. Este outro carnaval, porém, pertencia ao passado, pois há vários anos tinha desaparecido das ruas e existia somente nas lembranças de quem nele tomou parte.

As manifestações de repúdio aos mascarados e grupos de foliões das ruas repetiam-se pelos jornais, de formas mais ou menos enfáticas e com variado grau de ambigüidade em suas apreciações. Um dos motivos mais alegados para estas atitudes indignadas era o de que as “verdadeiras” tradições do carnaval estavam em outras formas de manifestação, com outros significados e, principalmente, com outros atores, como veremos a seguir. O que se pretende neste capítulo é, portanto, explorar alguns aspectos desta polêmica em torno da tradição do carnaval que se manifestou pela imprensa da capital rio-grandense na virada do século.

1. O fantasma do carnaval

O que predominava nas páginas dos jornais,⁵ por aqueles anos de fim-de-século, era um sentimento de frustração diante do carnaval, uma idéia de decadência e degeneração de um sentido original da festa e uma saudade de um passado idealizado, de uma tradição desaparecida. Essa idade do ouro, paraíso perdido de Momo, eram os tempos gloriosos de duas sociedades carnavalescas, a *Esmeralda* e *Os Venezianos*, que teriam reunido o “escol” da sociedade da capital. Sem elas, era como se não existisse um carnaval digno desse nome. Era em torno delas que nesse momento se construía uma imagem idealizada para a festa e uma memória positiva para os seus feitos do passado, em oposição direta com os valores “degenerados” do carnaval das ruas.

As sociedades carnavalescas *Esmeralda* e *Os Venezianos* foram fundadas no ano de 1873, sob inspiração do carnaval da Corte carioca e de cidades européias e sob a expectativa de criar uma alternativa mais “civilizada” ao velho jogo do entrudo.⁶ Desde então passaram a marcar sua presença com uma festa de bailes de gala e préstitos fantasiados conduzindo carros alegóricos pelas ruas da cidade, reunindo um conjunto selecionado de famílias.⁷ Não foram as únicas associações deste tipo que existiram, mas foram os nomes consagrados na memória carnavalesca da cidade, apesar de sua relativamente breve duração: apenas uma década depois da estréia, *Os Venezianos* desapareceriam do carnaval; a sua rival *Esmeralda* teve vida um pouco mais longa, retirando-se das ruas somente a partir de 1891, em meio às tensões políticas que precederam a Revolução Federalista, e em 1897 ainda faria um derradeiro desfile pela

Porto Alegre. Dissertação de mestrado/UFRGS, 1992.

⁵ *A Federação*, o *Correio do Povo* e o *Jornal do Commercio* foram os jornais que serviram de base a este capítulo, compreendendo o período de 1895 a 1906. Também foram consultados outros jornais de menor expressão, como *Gazeta da Tarde*, *Gazeta do Commercio*, *Gazetinha* e *O Independente*.

⁶ Sobre as chamadas “Grandes Sociedades” cariocas, ver Maria Clementina Pereira Cunha. *Batalhas sem confete*. Campinas, 1995 (mimeo).

cidade, numa tentativa inútil de recuperar a tradição. Já um ano antes deste “canto do cisne” da *Esmeralda*, após um intervalo de cinco anos em que as sociedades carnavalescas haviam interrompido qualquer exibição, os tempos de glória do antigo carnaval já eram considerados como um passado definitivamente perdido, na opinião de um cronista do jornal *Correio do Povo*, sob o pseudônimo de Gil Vicente:

“Quem te viu e quem te vê! Bem se poderia aplicar esta escarninha frase a S. Excia. O Sr. Carnaval. O que foi ele nesta cidade! (...)”

Os Venezianos, filhos do comércio, nascendo como sob um sólio, com toda riqueza, todo luxo (...). A *Esmeralda*, aparecendo simples, modestamente preparada para a festa, como a filha do funcionalismo público, nesse tempo modesto e trabalhador. (...)”

Bons tempos, bons tempos em que todos se divertiam franca e confiantemente, porque todos se respeitavam e prezavam. O povo saía em peso à rua, e dava-se, como é natural, à promiscuidade das classes no grande ajuntamento, sem que ninguém ultrapassasse as raías da conveniência e do decoro. Então os rapazes ainda não tinham por delicado e fino dirigir graçolas às moças, nem se adiantarem indiretas às senhoras. Ninguém, pelo simples gosto de por em evidência a sua falta de educação, se lembrava de ridicularizar e insultar os desconhecidos que encontrava, quanto mais de promover uma desordem, somente para a satisfação do desejo de promovê-la.”⁸

O autor lamenta que um elegante, educado e refinado carnaval do passado tenha cedido lugar à falta de bom gosto, de decoro e de educação. Seu descontentamento com esta suposta decadência moral parecia generalizar-se para a sociedade do presente, e possivelmente ao *status quo* político. Vale lembrar que ele escrevia em fevereiro de 1896, e pouco tempo se passara desde o término da guerra civil que assolou o Estado de fevereiro de 1893 a agosto de 1895, quando se confrontaram os partidos Republicano e Federalista. Embora a capital tenha permanecido afastada do cenário da guerra e ainda não se conheçam registros de muitos conflitos entre a população urbana, os habitantes não deixaram de vivenciar a tensão política e de estar

⁷ Ver Athos Damasceno Ferreira, *O carnaval porto-alegrense no século XIX*, Porto Alegre, Globo, 1970.

⁸ *Correio do Povo*, 18 de fevereiro de 1896, apud Athos Damasceno Ferreira, op. cit., p. 113.

sob atenta vigilância da polícia republicana.⁹ Se levarmos em conta que ainda vivia-se sob os ressentimentos provocados pelos violentos enfrentamentos político-militares e a vigilância aos opositores permanecia, evocar um tempo idealizado no passado, em nome de uma confiança e respeito mútuo perdidos, teria um significado muito especial naquele contexto.

Assim, elogiar o passado em detrimento do presente, mesmo em relação ao comportamento dos foliões nos dias de carnaval, não seria algo politicamente inócuo. A intimidação e a difamação, quando não a violência, ainda eram uma regra na relação dos republicanos com o jornalismo descontente. O *Correio do Povo*, jornal que publicou a crônica, tinha sido fundado logo após o término da guerra civil com o propósito de fazer jornalismo informativo e não partidário. Seu proprietário, o jornalista Caldas Júnior, no entanto criticava eventualmente o governo castilhistas, em uma época em que opiniões independentes podiam significar um desafio ao sectarismo político e doutrinário do PRR. Embora o jornalismo partidário continuasse a ser o modelo predominante da imprensa no Estado e a imparcialidade fosse algo especialmente difícil de existir naquele contexto,¹⁰ jornais sem filiação declarada e aspirantes a um modelo noticioso moderno estavam em ascensão. Como principais diários incluídos nesse perfil, tanto o recém fundado *Correio*

⁹ O hábito de simpatizantes federalistas e republicanos frequentarem cafés vizinhos na rua da Praia resultava em eventuais provocações e brigas foi comentado em Sérgio da Costa Franco. "Porto Alegre na guerra civil: o 'combate' dos cafés", *Revolução Federalista de 1893*, organizado por Zita Possamai. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1993. Sobre a ação da polícia neste período, ver Claudia Mauch. "A manutenção da ordem pública: Porto Alegre e a revolução", *Revolução Federalista de 1893*, op. cit.

¹⁰ Apesar de serem empresas independentes, não era raro os jornais alinharem-se politicamente ao governo ou serem abertamente oposicionistas. Sobre a relação dos jornais com o governo castilhistas, ver Francisco Rüdiger, *Tendências do jornalismo*, Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 1993; e Alcides Gonzaga, op. cit.

do Povo como o antigo *Jornal do Commercio* cresciam em número de leitores e em prestígio social.¹¹

Mas o descontentamento com a nova face que a festa de Momo teria adquirido se fez presente até nas páginas de um jornal oficial como *A Federação*, preocupado prioritariamente com a estabilidade política e doutrinária do regime. Ao descrever com pouco entusiasmo os jogos de confete e serpentina naquele mesmo ano de 1896, a folha do Partido Republicano Riograndense não evitou manifestar seu desgosto com a nova situação:

De quando em vez um máscara bodoso, um magote de mascarados sujos e sem decência passava a dar-se ao desfrute... e a burlar a expectativa de quem algo mais esperava.¹²

A insatisfação de alguns jornalistas com o carnaval podia estar associada a uma manifestação de inconformidade política em certos casos, mas parecia atravessar estas fronteiras quando dirigia-se mais diretamente aos indivíduos que se divertiam nas ruas. Mesmo seguindo o ponto de vista de Gil Vicente, é central a constatação de que a decadência devia-se à mudança de costumes e à ausência, nestes novos foliões, daquela antiga distinção, aquela “mais meticulosa e fina expressão de graça e bom gosto” ou o “algo mais” que caracterizava o antigo carnaval.

Bons tempos aqueles, bons tempos em que o Carnaval apareceu. E por isso mesmo ele se aclimatou e desenvolveu rapidamente em nosso meio. Nos anos subseqüentes, o Carnaval teve uma carreira ascensional e triunfante. A cidade toda se empavesava, alcatifava e arreava de flamas, flores e galas, para recebê-lo e festejá-lo. Eram dias de indescritível regozijo popular: de todos os pontos circunvizinhos, de Pelotas e Rio Grande mesmo, acudiam forasteiros, a ver para crer, como S. Tomé, o que de fantástico e surpreendente lhes chegava a notícia sobre nossas extraordinárias festas carnavalescas. O que é verdade é que nelas, a mais

¹¹ O *Jornal do Commercio* existia desde 1865 e ao término da revolução federalista alcançava a tiragem de cinco mil exemplares, a maior do Estado na época, e o *Correio do Povo*, fundado em 1895, inspirava-se em seu modelo. Cf. Francisco Rüdiger, op. cit., p. 59.

¹² *A Federação*, 17 de fevereiro de 1896.

meticulosa e fina expressão de graça e bom gosto corria parilha com a maior riqueza e pompa.

Então, o Carnaval aqui tocava o seu apogeu, pompeava mesmo, deslumbrava mesmo... (...)”¹³

Com o desaparecimento dos antigos protagonistas, a opinião generalizada na imprensa era de que assistia-se não só a decadência dos bons costumes como a perda de uma identidade da festa. Quando os tempos mais violentos de turbulência política pareciam superados, e os noticiaristas voltavam a ocupar suas crônicas com os assuntos do dia-a-dia da cidade, percebiam, com uma certa surpresa e indisfarçável decepção, que o carnaval já não era o mesmo. As opiniões sobre os motivos eram variadas, mas, dos jornais independentes aos partidários, quase todos concordavam que os costumes haviam mudado, e para pior.

Alguns jornalistas, como Caldas Júnior,¹⁴ o influente proprietário do *Correio do Povo*, preferiam voltar suas atenções para um determinado tipo de tradição carnavalesca: as batalhas de água do tempo dos limões de cheiro, das quais consideravam como herdeiros pouco interessantes o confete e a serpentina, a última moda do seu tempo. Com um estilo que se distanciava do moralismo predominante, Caldas Júnior, sob o pseudônimo de Tenório, tecia sua crítica de costumes com bom humor e malícia. O limão de cheiro, representante de um tempo que “passou de uma vez, morreu para toda a eternidade”, teria sido progressivamente substituído pela “elegante bisnaga, em lâmina de chumbo atarrachada, que escorropichava líquidos odorantes sobre os mimosos seios das

¹³ *Correio do Povo*, 18 de fevereiro de 1896.

¹⁴ Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior (1868-1913) começou sua carreira jornalística em 1885 como noticiarista e revisor do jornal *A Reforma*, do partido Liberal, no qual ainda exerceu o cargo de diretor de 1888 a 1891. A partir deste ano foi redator-chefe do *Jornal do Commercio* até fundar o *Correio do Povo* em outubro de 1895. Seu jornal alcançou rápido sucesso e constituiu-se em um dos poucos meios de opinião independente do governo do Estado. O *Correio do Povo* também destacou-se por publicar artigos de prestigiados literatos e intelectuais da cidade, e Caldas Júnior chegou a participar da Academia Riograndense de Letras e de uma associação de cunho regionalista, o Grêmio Gaúcho. Cf. Francisco Rüdiger, op. cit.; Aquiles Porto Alegre, *História popular de Porto Alegre*, Porto Alegre.

castas donzelas, e até mesmo sobre os enrugados pergaminhos cutâneos das venerandas matronas.”¹⁵

A bisnaga tornara-se um popular instrumento de galanteios e conquistas, mas tal como o limão de cheiro também teria gerado reações que acabaram por suprimi-la do carnaval. No entanto, as notícias do próprio jornal de Caldas Júnior desmentiam o desaparecimento das bisnagas e até mesmo dos limões de cheiro, os quais ainda eram o divertimento preferido da multidão das ruas. O que seu folhetim queria mostrar é que já desde muito tempo tentava-se, embora sem muito sucesso, restringir cada vez mais o contato físico e as mal disfarçadas segundas intenções de seus praticantes.¹⁶ A novidade atual do confete e da serpentina lhe parecia bela, mas estaria destinada ao fracasso devido a seu “acentuado platonismo” quando comparada com os prazeres proporcionados pelas batalhas de água aos ardentes foliões:

“É pouco, é muito pouco para eles o inocente prazer de enroscar fitas de papel ou de peneirar confete sobre os bustos de suas amadas. E bem melhor lhes houvera de saber ao paladar o gostinho picante de escorropichar o líquido das suas bisnagas sobre formas que em pouco se lhes desenhariam patentes e precisas num vivo relevo, acentuado pela aderência de vestes úmidas que acompanhassem as linhas de todo o perfil.

E as corridinhas das tímidas? E as perseguições dos afoitos? E os encontrões involuntários? E os abalroamentos suaves? E todas essas mil peripécias de tão singulares escaramuças? (...)

E por isso ponderava ontem um poeta lírico de muito sentimentalismo e muito nervo:

— Qual! No carnaval, como na opereta, não há como o *Amor molhado!*”¹⁷

UE/Porto Alegre, 1994; Ari Martins, Escritores do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, UFRGS/IEL, 1978; e Walter Spalding, Construtores do Rio Grande, Porto Alegre, Sulina, 1969.

¹⁵ Correio do Povo, 07 de fevereiro de 1897.

¹⁶ Para uma divertida visão desse “perigo” de licenciosidade e de perda do controle familiar sobre as mulheres nas batalhas carnavalescas, ver a crônica de Areimor, pseudônimo de João Moreira da Silva, contando a história de um comerciante que, preocupado com o futuro de sua filha solteira e por demais feia, usa o entrudo para armar uma armadilha que obrigará o vizinho padeiro a casar com a moça, publicada originalmente no jornal Mercantil, 1º de fevereiro de 1889 e posteriormente em Areimor, Humorismos inocentes. Contos e crônicas, Rio de Janeiro, Pimenta de Mello, 1925.

¹⁷ Correio do Povo, 07 de fevereiro de 1897.

Deve-se observar que o autor evita declarar posição contra ou a favor de tudo que descreve, e ainda usa o artifício de colocar o elogio das “molhadelas” na voz de uma terceira pessoa, provavelmente protegendo-se de inevitáveis reações. Naqueles tempos tais brincadeiras começavam a ser tratadas como vulgaridade popular e manifestar simpatia por elas já não era admissível pelas “boas famílias”, como veremos adiante. Mas ainda havia quem defendesse abertamente o entrudo, tal como eram chamados os antigos carnavais das batalhas com água. Estas seriam uma antiga e apaixonante brincadeira que viam ameaçada pela nova e moderna moda do confete e da serpentina, introduzida pelas casas de comércio, e o entrudo que se defende já não é o jogado com limões de cheiro, mas é o das “delicadas bisnagas”. Para o cronista D. Riego, “o entrudo sem a molhadela não tem graça alguma”.

“Acho supinamente estopante, embora o Pinto da livraria diga o contrário, estarem duas pessoas de sexos diversos (que a ser de sexos iguais seria uma reforma de costumes) a trabalhar em seco envolvidas por uma nuvem de pedacinhos de papéis pintados.

Não há nada como o esguicho. O esguicho é a alma do entrudo.”¹⁸

O gosto pela molhadela, porém, não era nenhuma unanimidade entre jornalistas. Muitos preferiam vê-lo como um infeliz hábito antigo, que já deveria estar morto e enterrado. As crônicas de Caldas Júnior e D. Riego dão a entender que o entrudo era indistintamente jogado por toda a população, o que não ocorria do ponto de vista de quem o condenava. Aliás, para estes, mais escandaloso do que a popularidade do velho brinquedo, era que nele poderia tomar parte quem, por sua posição social, não deveria mais estar envolvido em semelhante coisa:

“Imaginem que eu descobri rapaziada de tom, da melhor roda, colarinho à Pinot e rosa à lapela, envolvida na multidão rumorosa (com jeito, já se vê, de medo da

¹⁸ Correio do Povo, 09 de fevereiro de 1896.

polícia), acariciando entre os dedos, assim como quem não quer a coisa, uns limõezinhos muito roliços, de uma cerazinha muito doce de palpar...

Pois é o que lhes digo! Mais dia, menos dia, o entrudo está aí...

E a polícia que abra o olho. Já as tais bisnagas são, às vezes, um perigo. Imagine-se agora se entrarem no embrulho os tais limões...

Nem é bom falar nisso!"¹⁹

A intenção de zombaria à moralidade dos filhos das famílias distintas da cidade (o próprio pseudônimo do cronista, *Rasteiro & Cia*, sugere que esta seja sua especialidade), pode ser uma boa medida de como a proximidade com certos costumes populares podia lhes ser incômoda. E é uma indicação de como esta proximidade acontecia de fato e não era algo incomum. O apelo à polícia pedia maior atenção na vigilância moral do carnaval, e neste caso não excluía mesmo os rapazes de família. O escândalo não residia só na suposta imoralidade do entrudo mas também na promiscuidade social, como se fossem dois perigos que andassem lado a lado. Esta mesma preocupação é reiterada dias depois por outro cronista, mantendo o tom de zombaria e humor:

"O Carnaval, este ano, quase que se circunscreveu ao jogo mais ou menos lícito do entrudo, mas, em todo o caso, bastante ofensivo dos bons costumes. Via-se em plena rua dos Andradas cada coisa...! quero dizer: cada bisnaga, que por si só era uma indecência.

E, depois, o modo, o jeitinho, o descaro, a petulância com que o jogo era feito, não já entre parceiros, mas, o que mais é, entre *tout le monde*..."²⁰

Se o entrudo era tratado por jornalistas como a sobrevivência de um costume de ampla aceitação social, a respeito do qual os juízos divergiam - da aceitação entusiasmada à condenação veemente - o mesmo não se pode dizer com relação aos mascarados das ruas. A sua condenação nesta época é quase unânime na imprensa e repete-se ano após ano nas notícias de carnaval. Certamente, sob a classificação comum

¹⁹ *Correio do Povo*, 28 de fevereiro de 1900.

²⁰ *Correio do Povo*, 04 de março de 1900.

que as uniformizava como indivíduos e grupos mascarados, estavam variadas formas de brincar o carnaval, tal como as citadas no início deste capítulo. Mas para os jornalistas eles são sempre as figuras “suja”, sem espírito e indecentes que provocam profundo descontentamento em seus ilustrados assistentes, e os fazem evocar os saudosos tempos do bom carnaval dos préstitos luxuosos. Como um retrato vivo da incerteza dos novos tempos, aqueles mascarados percorriam as ruas perguntando o “*Você me conhece?*”, perturbando determinado bom gosto e moral familiar, que se via incapaz de apresentar uma alternativa e resignava-se a sonhar com o passado.

“O princez atoleimado, a morte, como ainda vimos ontem à tarde, vestida de túnica branca, a cortar o ar com a foice de papelão, o dominó boçal e o grupo de mascarados que melhor faziam se não saíssem à rua, exibindo-se ridiculamente.

Bons tempos de públicos folguedos de outrora, tristes, chochos, os da atualidade acabrunhadora e pesada... de impostos, inclusive o do selo.”²¹

O que teria sido diversão para alguns não passava de uma exibição ridícula para o redator das “Notas do Dia” do jornal *A Gazetinha*, que colocava a responsabilidade pelos maus tempos do carnaval nas dificuldades econômicas, agravadas pelos impostos elevados e, em consequência, pelo governo. Uma “assustadora crise” é também a razão alegada para o sombrio pessimismo encontrado em Jesus Martins, um de seus cronistas.

“É que um desânimo terrível, quase indescritível pesa sobre as nossas fronteiras, e o riso de outrora foi substituído pelas contorções epiléticas do mal, que pouco a pouco nos cresta n’alma as pétalas mais róseas da nossa ventura.

Aproxima-se o carnaval, a quadra das loucuras supremas e das gargalhadas, porém, os que nos tempos luminosos do passado iam recebê-lo entre amplexos, hoje, com a fronte abatida deixam-no passar funerariamente, como se além, já tivesse preparada para recebê-lo uma grande cova, que recolhendo-o em seu seio, abafasse de todo o ruído quase extinto das loucuras e das gargalhadas retumbantes!”²²

²¹ *A Gazetinha*, 26 de fevereiro de 1900.

²² *A Gazetinha*, 10 de fevereiro de 1899.

Apesar de se declarar “órgão popular” e defensora dos interesses do “Zé Povinho”, a *Gazetinha* estava longe de ter uma postura menos preconceituosa que os demais jornais ao tratar dos hábitos da parte da população que não se enquadrava nos preceitos morais e nas normas de civilidade das famílias burguesas.²³ Fazia questão de publicar os nomes dos recolhidos ao posto policial por “andarem festejando indignamente o Deus Momo”.²⁴ Mesmo outros jornais, de organização mais empresarial e que seguiam um padrão afastado do noticiário atento a escândalos da *Gazetinha*, como eram o *Jornal do Commercio* e a *Gazeta do Commercio*,²⁵ não expressavam uma opinião mais ponderada a respeito dos mascarados. Eles já teriam sido espirituosos e elegantes em um passado idealizado em sua tranquilidade e segurança, mas agora assustavam, faziam provocações e serviam de disfarce aos degenerados de todos os tipos. O *Jornal do Commercio* escandalizava-se com “a imoralidade de suas pesadíssimas caçadas” e clamava por “enérgicas medidas” já que as várias prisões efetuadas pela polícia não pareciam capazes de detê-los.²⁶ Não chega, porém, a sugerir que medidas enérgicas seriam essas. Breves notas noticiavam algumas prisões por desordem e imoralidades no carnaval, mas a persistência das reclamações sugere que não deveria haver formas eficazes de repressão aos mascarados. Na *Gazeta do Commercio*, um jornalista não deixava de manifestar abertamente toda a sua repulsa:

“Não fossem os festejos do Parque, onde enfim nos foi dado apreciar alguma coisa e coisa boa do carnaval, e este ano não teríamos tido ocasião de ver Momo de colarinho em pé e limpo, como quem toma banho e preza o nome que usa.(...)”

²³ A *Gazetinha* circulou durante a década de 1890, se autodenominava “socialista” e frequentemente adotava uma posição crítica em relação aos atos do governo, ao mesmo tempo que empenhava-se na construção da imagem dos pobres como “classes perigosas”. Ver Cláudia Mauch, *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*, Porto Alegre, Dissertação de Mestrado em História/UFRGS, 1992.

²⁴ A *Gazetinha*, 13 de fevereiro de 1899.

²⁵ Sobre o *Jornal do Commercio* e a *Gazeta do Commercio*, ver Francisco Rüdiger, op. cit., p. 51.

²⁶ *Jornal do Commercio*, 17 de fevereiro de 1904.

E o que foi que houve que pudesse ser visto sem nos fazer virar o rosto, e que merecesse as honras de registro, a não ser com a mais decisiva exprobração, com a mais formal das condenações?

Máscaras, isolados e em grupos, sujos e maltrapilhos, eis no que se resumiu o carnaval das ruas na capital, teatro, que foi, outrora, de tudo quanto o famoso Deus teve de mais alto, nobre e digno, e que, hoje, mais parece o tablado de um bando de saltimbancos sarapintados e chulos! (...)”²⁷

O espaço aberto mas devidamente cercado do Teatro-Parque, situado no limite da área urbana, funcionava como um refúgio onde as famílias elegantes podiam divertir-se no carnaval, com espetáculos de variedades e bailes infantis, longe das ruas e seus inconvenientes mascarados.²⁸ Mas aquele pequeno espaço confinado não era suficiente para compensar a perda do domínio das ruas pelo que era “mais alto, nobre e digno” em Momo. A comparação que se faz com um teatro dá uma indicação da importância que tinha esta “morte” do carnaval de outros tempos: os mascarados, Zé Pereiras e demais grupos eram insuportáveis porque queriam ser iguais a eles, ocupar o mesmo espaço simbólico em que antes a elite da cidade pensava representar com exclusividade a legítima imagem do carnaval. Um sentido de profanação e farsa grotesca dos velhos tempos, aliado ao de escândalo moral, também foi apontado por um cronista de *A Federação*, para quem todo o problema parecia residir em *quem* e *como* brincava, querendo ocupar o espaço dos antigos atores do carnaval:

“Cumprindo a triste faina de ‘não deixar morrer o carnaval’, algumas ‘sociedades’ estacionavam junto aos coretos na rua dos Andradas e, ao som da música, entregavam-se ao ‘maxixe desenfreado’, em requebros exagerados e obscenos, com grande escândalo do burguês honesto que não leva a família ao teatro para não apreciar tais cenas a troco de dinheiro. (...)”

E ao dissiparem-se os sons do último Zé Pereira que recolhia-se, acudiram-nos à mente os dias gloriosos da Esmeralda e dos Venezianos, em que o Carnaval de Porto

²⁷ *Gazeta do Commercio*, 25 de fevereiro de 1903.

²⁸ O Teatro-Parque localizava-se mais precisamente no início da Várzea, onde depois funcionou a Escola de Engenharia. Era um espaço com atrações diversas ao longo do ano, de concertos líricos a “maxixes e cançonetas apimentadíssimos”, o que faz supor que não fosse sempre tão “familiar”. Cf. Aquiles Porto Alegre, op. cit., p. 112.

Alegre primava pelo luxo, pelo gosto, pelo espírito e pela excelência do pessoal que tomava parte nos festejos!”²⁹

O cronista acima faz alusão a certas “sociedades” que não deveriam merecer este nome. Não era aceitável para ele que aquelas pessoas desclassificadas e imorais se pretendessem continuadoras de uma tradição da qual não eram representantes legítimos. O verdadeiro carnaval era uma festa para pessoas de condição superior, como as que no passado participavam das sociedades Esmeralda e Venezianos. A festa que deveria distinguir os indivíduos e as posições sociais estava, portanto, tendo seu verdadeiro sentido subvertido.

É citada pelo jornalista ainda uma outra forma de se participar do carnaval que também dividia opiniões e classificava a posição e respeitabilidade social de quem nela tomava parte: os bailes públicos à fantasia no Teatro São Pedro. Eles já teriam sido uma diversão respeitável e acessível às famílias, mas agora se encontravam sob o estigma de lugar perigoso. Alguns jornais os acusaram abertamente de promover a degeneração moral e lançaram suspeita sobre seus frequentadores, os quais provavelmente não compartilhavam destes juízos.³⁰

Seja nas ruas ou nos salões, os protagonistas do carnaval eram agora os sujeitos de uma decadência. O próprio já citado Caldas Júnior parecia não ter para com os novos personagens a mesma tolerância que manifestou para com o entrudo. Dos mascarados, não mais do que de sua tola pretensão se poderia rir, pois eles não estariam à altura de fazer graça como se fazia no passado. Era assim que o prestigiado jornalista exercitava os dotes de poeta para exprimir o seu desagrado:

²⁹ *A Federação*, 28 de fevereiro de 1900.

³⁰ Sobre o repúdio aos bailes públicos, cf. *O Independente*, 24 de fevereiro de 1901, 18 de fevereiro de 1904, 09 de março de 1905; *Jornal do Commercio*, 07 de março de 1905, 08 de março de 1905; *Gazeta do Commercio*, 25 de fevereiro de 1903.

Em Porto Alegre, havia antigamente
grande barulho, pelo Carnaval.
Hoje... tudo passou, e pensa a gente
que, em vez de festa, assiste um funeral!

Noutros Tempos, rapazes estouvados
faziam rir, à força de chalaça.
Agora... fazem rir, os mascarados,
à força de não terem mesmo graça! ³¹

Até que ponto os mais diversos grupos mascarados que percorriam as ruas tinham ou não esta intenção de manter as tradições do carnaval, ocupando os mesmos espaços que foram das duas famosas sociedades e seus carnavalescos do passado e assim substituí-las, é algo difícil de saber. O que é certo é que eles ocupavam esse espaço na imaginação e nos temores dessa parte da população de “burgueses honestos” que não os aceitava. Eram vistos como herdeiros espúrios das festas do passado, algo desagradável de ser visto, uma vergonha para a cidade, uma afronta à moralidade pública. Eram como aparições de um fantasma que viesse assombrar a cidade todos os anos, transformando em pesadelo aqueles carnavais de fim-de-século.

“Some-te, pois, mascarado, triste e imbecil, esqueleto do carnaval!
Quando tu falas, e nós te olhamos, parece-nos um morto que se erguesse do
passado, a perguntar-nos:
- Você me conhece?!...” ³²

2. A árvore da atualidade

Tanto descontentamento com o carnaval de sua época não deixou de provocar nos escritores de folhetins dos jornais, sempre prontos a comentar as poucas novidades do dia-a-dia da provinciana Porto Alegre, o desejo de especular sobre o que

³¹ Correio do Povo, 19 de fevereiro de 1901.

³² Gazeta do Commercio, 23 de fevereiro de 1903.

teria causado semelhante situação. Porque as coisas teriam chegado a tal ponto, a tamanha decadência? As respostas variaram e sempre foram imprecisas. Elas pouco nos ajudariam a saber o que exatamente teria levado o carnaval a apresentar este aspecto que tanto os incomodava, mas seguir tais ramificações de pontos de vista pode nos revelar alguns valores pelos quais se julgava o presente e o passado da sociedade, e também suas tensões e desigualdades. Se levarmos em conta que destas crônicas se ocuparam redatores dos principais jornais da cidade, podemos supor que elas não eram ignoradas pela opinião pública, e repercutiam entre um público leitor de jornais relativamente expressivo. As tiragens dos principais jornais não ultrapassavam ainda alguns poucos milhares de exemplares, mas vale observar que a taxa de alfabetização em Porto Alegre era expressiva para os padrões brasileiros da época e mantinha-se elevada acompanhando o rápido crescimento da população.³³

Ao findar o carnaval do ano de 1900, Arthur Toscano, redator de *A Federação*, jornal do Partido Republicano Riograndense e praticamente órgão oficial do governo do Estado, dedicou-se a escrever um extenso folhetim para comentar aquela controvertida passagem de Momo pela cidade. Seu julgamento era o de que estava acontecendo uma “liquidação fraudulenta” de tradições que a antiguidade pagã legara à civilização, mantidas até o passado recente pelos “figurões” que gastavam fortunas para

³³ Um recenseamento da cidade de Porto Alegre, realizado pela Intendência Municipal em 1910, apresentou 60% da população como alfabetizada, de um total de 130.227 habitantes, dos quais 84% seriam brasileiros e 16% estrangeiros. Desde o início da década, a população teria quase dobrado, pois no censo de 1900 haviam sido registrados 73.672 habitantes, constando 82% como brasileiros natos, 1% como naturalizados e 16% como estrangeiros. Cf. Olympio de Azevedo Lima, Dados estatísticos do município de Porto Alegre: organizado em 1912, Porto Alegre, Commercio, 1912. As taxas de alfabetização do Rio Grande do Sul eram relativamente elevadas durante a República Velha, de algo em torno de 25% em 1890 para 38,8% em 1920, ano em que a média nacional seria 24,5%. Os republicanos gaúchos, seguindo os preceitos positivistas, destinavam expressiva parte das despesas estaduais para educação pública, embora não considerassem o ensino superior responsabilidade do Estado. Mesmo assim, por iniciativa particular, na virada do século também estavam nascendo as primeiras faculdades, como as de Direito, Engenharia e Medicina. Cf. Joseph Love, O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930, São Paulo, Perspectiva, 1975, pp. 109-110, 139.

imitar o esplendor dos deuses do Olimpo, não hesitando em fazer dívidas para se divertir com luxo e grandeza. Mas naqueles dias que corriam, o carnaval não seria mais que o retrato da miséria.

A falência do carnaval para Arthur Toscano devia-se ao seu empobrecimento, que teria começado “há uma dúzia de anos”, quando começou a passar por “metamorfoses sucessivas”.³⁴ Ele não só foi perdendo o luxo em suas fantasias como deixou-se derrotar pelo entrudo, e ainda não pelo entrudo dos limões de cera com perfumes requintados mas pelo entrudo grosseiro das seringas com água da sarjeta, barris e tanques d’água, polvilho, farinha, pó de sapatos e outros líquidos pouco agradáveis. Finalmente, além de não ter mais dinheiro nem elegância, o carnaval teria chegado àqueles dias sem entender nada de mitologia, já não podendo mais se igualar aos deuses. Pode-se concluir que, para o jornalista, o carnaval havia deixado de ser uma festa de poucos, mas ricos e sofisticados, para cair no domínio de muitos, mas pobres e incultos. Esta era a sua nova identidade, o luxo e a grandeza pertenciam ao passado:

“(…) e, como por outro lado, não queria, por forma alguma deixar perecer a tradição, juntou às pressas uns molambos esquecidos pelo tempo ao canto das ucharias domésticas, entre latas velhas de banha, tocos de velas de sebo, cascas de camarão, borra fermentada de vinho carrascão, barbas de pau “et reliquia”, deu-lhes forma de dominó, de calção e casaquinho zuavo e saiu para a rua a divertir-se.

A divertir-se, digo muito bem, porque cada um agarra o prazer onde o encontra de molde ao seu ponto de vista.”³⁵

O ponto de vista dos novos donos da festa, pretensos continuadores da sua tradição, são porém qualquer coisa pouco compatível com os parâmetros de decência e bom gosto do Sr. Toscano. Ao nos descrever o que viu pelas ruas da cidade durante os

³⁴ Coincidência ou não, uma dúzia de anos corresponde à abolição da escravidão. Mesmo que boa parte dos escravos de Porto Alegre já fossem libertos nesta data, estavam sujeitos a contratos obrigatórios de prestação de serviços. Ver Paulo Roberto Staudt Moreira, Faces da liberdade, máscaras do cativeiro: experiências de liberdade e escravidão percebidas através das Cartas de Alforria - Porto Alegre (1858/1888). Porto Alegre: Arquivo Público do Estado: EDIPUCRS, 1996.

três dias do carnaval, ele deixa a impressão de alguém que está entrando em outro mundo, como um estrangeiro visitando uma terra surpreendente e bizarra. A sua erudição literária lhe deu uma sugestiva figura de comparação: o inferno de Dante. Deixemo-nos então conduzir pelo inferno de Toscano:

“Tipos escapados aos romances de Zola, (...) de barba inculta, chapéus desabados e cacetes alemteijanos [sic]; grupos de mascarados abichados, relambórios, soltando uivos lúgubres de cães agoureiros; mulheres e homens a correrem num desespero indômito para esguicharem-se mutuamente nos olhos e no nariz a bisnaga-relógio comprada meia hora antes; um cheiro nauseabundo, feito de mil cheiros diferentes, de essências avariadas e baratas; no ar, suspensa, uma poeira fina e infecta, que nos punha sombreados pardacentos e pegajosos no peitilho da camisa, nas mãos e no pescoço; músicas que rufavam um maxixe descabelado, ao som do qual se desencaixilhavam do espartilho os quadris da creoulada em alce, pelo braço dos seus adoradores de ocasião; a rua às escuras, desolando-se com a viuvez dos focos elétricos que a Fiat Lux guarda, com Schyloc, só para quem tem a fortuna dos Rottschilds; o rumorejar indeciso e surdo da multidão arrastando os pés no lajedo, premindo-se, coçando-se com as paredes, comentando entre dentes as mil peripécias da Festa; o guincho dos baleiros e dos vendedores ambulantes; os “Me largue, seu!” das Ofélias enfarruscadas de fuligem, surpreendidas pelos D. Juans cobertos de barba de pau e sarrapilheira (...)”³⁶

O autor esforça-se em descrever detalhadamente o impacto sobre os sentidos que sofreu ao entrar naquele estranho e caótico mundo das ruas: os mascarados, a água, os “mil cheiros diferentes”, a poeira, a música, os dançarinos, a escuridão, a multidão e seus ruídos, os gritos dos vendedores e das mulheres...; suas palavras tentam transmitir ao leitor o clima de irreabilidade e excitação que presenciou em meio à multidão, e sua cultura de literato o faz recorrer à comparação com os personagens dos escritores franceses Émile Zola e Vítor Hugo; também a imagem evocada não é mais a de uma celebração dos deuses do Olimpo, mas a do inferno da *Divina Comédia* de Dante Allighieri; ao invés de prazeres refinados e elegantes, o carnaval agora oferecia os instintos liberados num universo caótico, sujo e escuro.

³⁵ A Federação, 03 de março de 1900.

³⁶ Idem.

Que Arthur Toscano descreva dessa forma o carnaval, no entanto, não é de surpreender. Jornalista veterano, que iniciou sua carreira na imprensa em 1880 como redator do jornal *Mercantil* em Porto Alegre e depois do *Correio Mercantil* de Pelotas, com passagens pelo funcionalismo público e finalmente na direção de *A Federação*, era alguém integrado ao mundo dos “homens de jornal” da época e gozava de boa posição social.³⁷ O que é surpreendente é que, no seguimento do seu artigo ele reabilita, para o papel de um autêntico continuador das tradições do carnaval, uma das figuras desse universo das ruas. Essa figura é justamente o “miseró bexiga, o máscara desprezível e esfarrapado”, que é descrito como um pobre coitado que veste “um dominó remendado, pintalgado de nódoas largas de gordura e vinhaça” e usa “uma máscara de cruzado empapada de suor”, e bem poderia ser o tipo tão condenado e que provoca reações iradas por parte de seus colegas de imprensa.

O perambular do bexiga pelas ruas não deixa de ser triste e patético para Toscano, mas o torna uma espécie de D. Quixote carnavalesco, aquele que se sacrifica contra tudo e todos para manter vivo o carnaval. O pobre mascarado gasta seus poucos recursos, enfrenta o calor, o cansaço e a indiferença da multidão, adoece, arrisca-se a perder o emprego, mas não desiste nunca:

“Esse máscara encarna a tradição. Diverte-se, martirizando o corpo e a alma, para inculcar-se continuador dos velhos palinuros do Carnaval.

É preciso não deixar morrer esta quadra doida do ano em que, quando não existiam os postos policiais e os códigos de posturas, era permitido andar com as pernas para o ar e lançar fogo a tudo. (...)

A “debacle” do Carnaval de 1900 em toda a parte não o amedronta nem lhe entibia o ânimo. (...)

— Bexiga, eu te abençôo. ”³⁸

³⁷ Arthur Soares Barbosa Toscano (1861-1952) foi redator de *A Federação* até o fechamento do jornal em 1930. Inspetor Regional da Instrução Pública e Oficial de Registro Civil. Cf. Ari Martins, op. cit.; Aquiles Porto Alegre, *Homens ilustres do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Erus, s. d.

³⁸ *A Federação*, 03 de março de 1900.

O bexiga é a própria resistência e não se deixa abater por todos os obstáculos que se colocavam para o carnaval, como a falta de dinheiro, os postos policiais e os códigos de posturas. Neste momento o autor aponta outro tipo de problema que julga contribuir para a decadência do espírito carnavalesco, representado pela vigilância policial e a regulamentação da vida urbana, embora o tal tempo de completa liberdade evocado seja meramente retórico e nunca tenha existido. É curioso que ele defenda as livres expansões do seu mascarado e insinue que a vigilância policial estaria prejudicando a autêntica manifestação carnavalesca, enquanto outros chegavam a pedir uma intervenção mais enérgica da polícia no controle destes tipos. A ação da polícia, aliás, era antigo motivo de polêmica³⁹ e, naqueles tempos, suas contradições e desmandos pareciam corresponder mais a conveniências políticas da relação do governo com os setores populares do que aos propósitos oficialmente declarados de exercer uma função moralizadora e preventiva, e menos ainda às expectativas de jornalistas insatisfeitos.⁴⁰

O abençoado bexiga de Arthur Toscano introduz uma ambigüidade na postura adotada em relação ao carnaval na primeira parte do artigo. Se o atual carnaval empobrecido não era mais que uma degradação das antigas tradições de opulência e sofisticação, por que fazer a apologia do reles mascarado tão veementemente repudiado por outros jornalistas? Talvez porque Toscano ainda procure algo positivo entre os novos protagonistas do carnaval, e o encontre justamente no bexiga, vendo nele alguém

³⁹ Ver Paulo Roberto Staudt Moreira, *Entre o deboche e a rapina: os cenários da criminalidade popular em Porto Alegre (1868-1888)*, Porto Alegre, Dissertação de Mestrado em História/UFRGS, 1993.

⁴⁰ Cláudia Mauch chama a atenção para o distanciamento entre o modelo de vigilância “educativa” e moralizadora idealizado para a nova Guarda Administrativa municipal criada pelo governo republicano em 1896 e sua prática ambígua na relação com as classes populares, que era ao mesmo tempo de dura repressão e proximidade cultural. Sugere, baseada em registros do modo de admissão ao corpo policial, que o apadrinhamento para empregos na polícia fosse uma possível forma de aproximação política da máquina governamental com setores populares. Ver Cláudia Mauch, op. cit. p., 231.

que ainda encarna um ideal, um propósito que vai além da simples diversão, que o faz sacrificar-se e que o enobrece. Seu problema seria apenas a falta de dinheiro e não a falta de moral, e não haveria porque negar ao cidadão pacato, pobre e humilde mas obediente e cumpridor de suas obrigações, tão adequado ao ideário positivista e conveniente à ordem estabelecida, o direito de prestar sua inocente homenagem a Momo.

Mas é preciso observar que o autor parece não esperar encontrar tais valores em quem ele descreve como a “creoulada” que dança o “maxixe descabelado”, nem nas “Ofélias” e seus “D. Juans” e outros tipos das ruas. Enquanto o bexiga pode ser considerado alguém perfeitamente inserido na ordem moral que Toscano idealiza para a sociedade, aqueles personagens que teriam tomado conta da festa só lhe provocam estranhamento e preconceito. Até porque o seu bexiga, apesar de miserável e patético, é visto como último representante do “legítimo” carnaval, o único que ainda se espelha nas tradições que outrora pertenciam aos “figurões”, o que o diferencia daqueles grupos que se divertiam com outras tradições, como aquelas fantasias de bichos, os “barba-de-pau” e os jogadores de entrudo. Por fim, o valoroso mascarado solitário parece um tipo ingênuo demais quando comparado àqueles personagens reais que faziam o autor comparar as ruas ao “inferno de Dante”. Aliás, a ingenuidade e uma certa “pureza” moral são atributos que também contribuem para o tornar menos exótico e mais aceitável.

A figura do carnavalesco ingênuo e solitário foi uma construção presente repetidas vezes na imprensa, sendo apresentada com um forte apelo moral e de crítica de costumes. Como, por exemplo, as manifestações de simpatia pelos ingênuos do carnaval que apareceram em um artigo não assinado, intitulado “No Postigo”, em *A Federação* no ano de 1905.⁴¹ Neste caso, a imagem do mascarado era usada para sugerir que a crise

⁴¹ *A Federação*. 06 de março de 1905.

da festa era um reflexo da corrupção dos costumes, denunciando a hipocrisia da fachada moralizada da sociabilidade moderna, por trás das quais se escondia a corrupção dos cidadãos. Em uma sociedade na qual os homens fingiam o tempo todo, só os tolos e as crianças ainda usavam máscara no carnaval para não serem reconhecidos. Esta seria a idéia principal do artigo, onde o autor declara sua simpatia pelos pulhas mascarados que brincam sob sua janela, enquanto condena os “homens sérios” que passam em direção a divertimentos escusos ou para as associações masculinas, uma mera desculpa para ausências demoradas dos maridos.⁴² O alvo de sua crítica é, portanto, o culto das aparências do cotidiano sério, onde aconteceria o verdadeiro carnaval mascarado.

Pequenos contos e crônicas de cunho moralista, comparando a hipocrisia social e a mascarada carnavalesca, eram comuns nos jornais desde muito tempo.⁴³ O carnaval era um pretexto para a entrada em cena do discurso moralizador, seja com intenção pedagógica voltada aos indivíduos ou como uma maneira de admitir a existência da hipocrisia e do convencionalismo, considerando-os um problema social antes que individual. De qualquer forma, o moralismo carnavalesco estava associado à velha idéia de que aquela era a festa em que a sociedade apresentava sua verdadeira face e sob as máscaras os cidadãos revelavam o seu caráter sem o disfarce da dissimulação cotidiana. Constituiu-se então um momento privilegiado para a crítica dos costumes e dos valores dominantes.

Mas durante os anos finais do século XIX as críticas à imoralidade no carnaval já não se dirigem apenas de modo genérico aos costumes sociais e passam a ter como alvo as brincadeiras populares das ruas e os bailes públicos. A força do

⁴² São muito raros os registros de sociedades carnavalescas no período 1895-1905, todas não passando de iniciativas efêmeras e sem maior repercussão, por isso as “sociedades masculinas” de que o cronista fala devem ser associações profissionais, recreativas ou de algum outro tipo.

preconceito contra os hábitos populares chegou até a ver neles um ameaçador perigo de “contaminação” e degeneração da sociedade:

“Com o decorrer dos tempos, as festas de Momo se têm tornado cada vez mais plebéias, mais abjetas.

É compreensível o carnaval quando ele é a festa do espírito, o espoucar ruidoso e são da alegria de uma população. Quando ele, porém, traduz somente a tendência degenerada e mórbida para uma licença cínica, altamente imoral, deprimente para uma sociedade, é de justiça que aqueles que, ainda não-contaminados pelo morbus geral, amam e veneram essa sociedade, ergam a voz em um protesto enérgico e pujante contra o festejo pagão. (...)

Sem querer entrar na análise detalhada de todas as tristes manifestações carnavalescas dos três dias que vêm de passar, limitar-nos-emos a rápidas considerações sobre os decantados bailes *masqués*, chamando para eles a atenção de quem tem a obrigação de zelar pela moral pública.”⁴⁴

Este artigo, com o sugestivo título *Sífilis social*, constitui-se numa alarmada denúncia contra uma “doença” que estaria corroendo o “edifício social” em seu fundamento, que seria a moral familiar. Faz parte de uma série de editoriais publicados pelo jornal *O Independente* promovendo campanha contra a libertinagem e o vício na cidade, considerados sérias ameaças de degradação moral para a juventude. E o alvo escolhido para tão nobre missão moralizadora da festa pagã foram os bailes públicos à fantasia realizados no Teatro São Pedro, onde se divertia aquela população excluída das sociedades refinadas. O retrato traçado dos participantes é o de moços e mulheres contaminados pela “onda viscosa de lubricidades, de instintos animais” que tomava conta do recinto. Os bailes públicos, exemplo da festa “plebéia e abjeta” em que se transformou o carnaval, são considerados um foco de contaminação, ameaçando a moral de toda a sociedade.⁴⁵

⁴³ Para um exemplo ainda mais antigo desse tipo de comparação, ver “Chronica de Porto Alegre”, *Suplemento do jornal O Mercantil*, 1852; Idem, 1855.

⁴⁴ *O Independente*, 09 de março de 1905.

⁴⁵ Sobre uma proximidade de visão moralista da sociedade com propostas autoritárias de controle social presentes na “imprensa moralizadora” de *O Independente*, ver Anderson Vargas, op. cit.

Outra forma bem diversa de representar a pobreza tomando conta do carnaval foi tema do folhetim semanal do *Correio do Povo* no ano de 1900. Neste caso, porém, o autor não chegou a deter-se no julgamento moral dos novos atores que teriam chegado junto com o deus Momo e limitou-se a constatar as mudanças, dando-lhes um significado genérico. Ele identificava não apenas uma mudança da condição social dos protagonistas, mas também uma transformação do sentido e da função da festa. O carnaval, que antes buscava o regozijo popular oferecendo um espetáculo de luxo e riquezas, agora esforçava-se por esconder sua condição miserável.

“E, fingindo contentamento, ostentando riqueza e escondendo os andrajos, cintilando de ouropéis e coberto de necessidades - lá vai ele com a Alegria no rosto e a Dor no coração...”⁴⁶

A festa teria enfrentado uma transição da opulência para a pobreza e seu sentido mudado da alegria franca para a dissimulação da dor. Aquele carnaval que já fora “mais, e acima de tudo, o dinheiro, à farta, valorizado e sovante, para se gastar, gastar, gastar...”, agora é um “pobrezinho” que ridiculamente tenta imitar o passado e que “vai arrastando a sua pobreza, as suas esteiras velhas, por essas ruas afora, muito satisfeito da vida e muito compenetrado da sua missão. Tudo tem o seu tempo...”. O autor, embora considere aquilo tudo uma satisfação dissimulada e triste, em nenhum momento deprecia a moralidade do carnaval pobre. Onde muitos viam imoralidade, perigo e degeneração, ele arrisca uma tentativa de interpretação de um Outro que não compreende, mas que possivelmente não lhe estivesse tão distante.

Léo Pardo foi o sugestivo pseudônimo utilizado pelo autor do artigo, o jornalista negro José Paulino de Azureña (1861-1909), à época um dos principais redatores do *Correio do Povo*, tendo chegado a participar da fundação do jornal junto

com Caldas Júnior em 1895. Azurenhá assinava o folhetim que o *Correio* publicava todos os domingos sob o título de “Semanário”, onde exercia um estilo literário que exprimia “seu torturado culto da forma”, segundo a opinião de outro destacado jornalista da época, Aquiles Porto Alegre, que também chegou a considerá-lo “o melhor cronista literário rio-grandense”. É o próprio Aquiles que conta como teria descoberto tal talento no tempo em que dirigia o *Jornal do Commercio*. Segundo sua história, Azurenhá era então um simples tipógrafo do jornal que escrevia sonetos e os mostrava a ele, seu patrão. Este se surpreendia com a qualidade dos escritos de seu empregado, tanto que o promoveu das oficinas para o escritório, de onde veio a tornar-se jornalista destacado.⁴⁷

Negro e “homem de jornal”, José Paulino de Azurenhá conquistou o respeito dos meios intelectuais e literários porto-alegrenses do seu tempo, apesar de não possuir obra exclusivamente sua publicada em vida. Em 1881 já teria sido co-fundador de uma *Revista Literária*, junto com Aurélio Viríssimo de Bittencourt, outro negro que se destacou nas rodas literárias e jornalísticas, inclusive como alto funcionário público, sendo secretário de presidentes do Estado.⁴⁸ Em 1897 Azurenhá foi co-autor de um romance que retratava a boêmia e alguns costumes da cidade, juntamente com outros dois jornalistas, Mário Totta e José Carlos de Souza Lobo.⁴⁹ No *Correio do Povo* teria exercido as funções de revisor, repórter e noticiarista, sendo diretor substituto do jornal nas ausências de Caldas Júnior⁵⁰ e escrevendo por alguns anos seu “Semanário”, onde

⁴⁶ *Correio do Povo*, 25 de fevereiro de 1900.

⁴⁷ Cf. Aquiles Porto Alegre, op. cit.

⁴⁸ No poema de sátira política “Antônio Chimango”, escrito por Ramiro Barcellos e endereçado ao governador Borges de Medeiros. Aurélio de Bittencourt (1849-1919) é apresentado como “Aureliano”, um “pardo velho muito antigo” e muito amigo do presidente do Estado. Esta informação está em Sérgio da Costa Franco. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre. Ed. da Universidade/UFRGS. 1992. 2ª edição, p. 75.

⁴⁹ Trata-se do romance “Estrychnina”. Ver Guilhermino César, *História da literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1971, p. 337.

⁵⁰ Segundo Aquiles Porto Alegre, Paulino de Azurenhá era homem de confiança e conselheiro de Caldas Júnior. Cf. Aquiles Porto Alegre, op. cit.

podemos acompanhar uma opinião individualizada e singular a respeito da situação do carnaval.

Apesar de o pouco que sabemos a respeito da trajetória de Azurenha nos indicar uma origem social humilde, não se percebe que sua posição a respeito do carnaval ou mesmo dos costumes populares em geral tenha se distanciado muito daquela reação negativa que era corrente entre os meios jornalísticos da época. No entanto é preciso reconhecer que seus escritos, além do estilo rebuscado, tem o mérito de sempre ter uma forma sofisticada de tratar a questão, nunca se detendo na reclamação indignada, no moralismo ou no mero saudosismo. Um bom exemplo pode ser encontrado em seu artigo de 1901. Nele, a já tão falada crise do carnaval não é nada mais do que um sintoma dos tempos modernos, sobre os quais se ocupa em uma digressão onde critica seus valores e consequências funestas.

Inicia-se o dito artigo com o autor reclamando o fato de não poder sair à rua com sua máscara para divertir-se porque o carnaval estava morto, em Porto Alegre e “em todo o mundo”. A causa desse falecimento, no entanto, para ele não estaria na falta de dinheiro como muitos diriam, mas porque a época do carnaval teria passado e ele perdeu sua função nos tempos atuais. Para demonstrar sua tese, Azurenha constrói uma elaborada história para o carnaval, onde o apresenta como portador de um sentido que o justificava plenamente na sociedade de cada época. Nos tempos medievais ele era o “respiradouro de liberdade” para a burguesia e a arraia miúda oprimidas; na Renascença era expressão do reflorescimento das ciências, das artes e do luxo; e já nos tempos românticos do século XIX ele deixava transparecer as transformações que agitavam os povos e os países; mas naqueles tempos “metálicos e utilitários” em que se vivia, ele não

apresentava mais motivação alguma para os homens. Tudo havia se tornado “chato, uniforme e tedioso”.

“Trabalha-se, e muito, mas o trabalho é regularizado, metodizado de uma forma tal que tudo parece mecânico. O homem não se diferencia da máquina na produção. E, como a máquina, não espera aposentadoria nem aspira recompensa.

Todas as manifestações das forças físicas e intelectuais humanas, até as denominadas incoercíveis, tornaram-se passíveis de regulamentação política e científica - e uma filosofia autoritária traçou limites ao ilimitado.

Os povos trabalham calados. Calados e frios.

Não os anima a força incognoscível do entusiasmo que o ideal gera.”⁵¹

A revolta de Azurenha não é apenas contra a mecanização da vida e do trabalho. A sua crítica por um lado parece claramente direcionada à filosofia positivista que neste momento inspirava os princípios autoritários que orientavam o governo republicano do Estado e seu partido. Esta postura, que parece demonstrar pouca simpatia aos republicanos positivistas (e até mesmo atribuir-lhes responsabilidade pela situação do carnaval), talvez possa ter alguma explicação em sua formação católica, como ex-aluno do Seminário Episcopal, e principalmente em sua participação no movimento abolicionista, que o teria levado a aproximar-se dos partidários de Gaspar Silveira Martins, líder dos partidos Liberal no Império e Federalista na República.⁵² Por outro lado, seu modo de pensar também é uma reação aos cientificismos em geral que eram a moda intelectual predominante entre as elites cultas rio-grandenses na virada do século, entre os quais se incluía o positivismo.⁵³ O apelo à legitimação da ciência nas mais diversas questões era algo muito presente no dia-a-dia, o que conferia ao ponto de

⁵¹ *Correio do Povo*, 17 de fevereiro de 1901.

⁵² Estas escassas informações sobre a experiência política de Paulino de Azurenha estão baseadas no artigo “Transcorre hoje o centenário do poeta e jornalista José Paulino de Azurenha”, *Correio do Povo*, 28 de maio de 1960, p. 9.

⁵³ Era variado o grau de influência dos cientificismos sobre campos de conhecimento e diferentes atividades, das disciplinas acadêmicas até a literatura e como recurso retórico de jornais e discursos. Ver Nelson Boeira, “O Rio Grande de Augusto Comte”, in *RS: cultura e ideologia*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.

vista de Azurenhá uma posição diferenciada neste contexto intelectual, que ele via como “o estado de sítio para o cérebro e para o coração”.

Certamente José Azurenhá não era o único jornalista e literato cuja sensibilidade o levava a se insurgir contra o rigor científico aplicado a todos os domínios da vida, mas atribuir a decadência do carnaval a essa característica dos novos tempos dava-lhe uma certa singularidade. Ainda mais se levarmos em conta que para as elites letradas do país o carnaval teve, durante muito tempo, o sentido de uma festa divulgadora de valores civilizatórios, que deveria tomar o lugar do que viam como arcaicas e persistentes tradições populares.⁵⁴ Mas para Azurenhá não existiria carnaval sem idealismo, e a modernidade positivista acabava com qualquer possibilidade de romantismo. O que diferenciava sua frustração e desencanto com a sociedade de seu tempo era o modo como ampliava a culpa pela suposta decadência. Ele não representa, como tantos outros o fizeram, um povo inculto, rude e obsceno como ameaça permanente à nova ordem social e ao estilo de vida de burgueses civilizados e moralizados, mas o elege como símbolo e consequência da corrupção generalizada da sociedade. Seu artigo do “Semanário” sobre o carnaval de 1904 ilustra bem essa posição:

“Chega, porém, o carnaval (...). Por alguns dias a humanidade mostra-se tal qual é.

Safada, postiça, enodoadá, factícia, gafenta, falaciosa, enganadora, maltrapilha, mentirosa, vil, hipócrita, repugnante (...). Passa um cordão de mascarados, estandarte à frente, a gaita roncando e os violões acompanhando. (...).

Pois essa acidental agremiação da plebe, essa coalhada das fezes da sociedade, essa última expressão do vocabulário humano, é a síntese viciosa da própria humanidade. Ela arrasta no seu seio (...) o vírus acumulado em séculos e séculos de segregação. (...)

Não é de hoje que a plebe, em seus vícios e em suas virtudes, corresponde exatamente às virtudes a aos vícios das classes superiores. (...)”⁵⁵

⁵⁴ Ver Leonardo Pereira, *O carnaval das letras*, op. cit.

⁵⁵ *Correio do Povo*, 21 de fevereiro de 1904.

Se Azurenha não se mostra condescendente com o carnaval popular, não é menos virulento no seu ataque às elites, responsáveis pela decadência de valores que se estendia à sociedade inteira. Uma crítica social direcionada às elites não foi, no entanto, um tema totalmente estranho às crônicas carnavalescas na imprensa porto-alegrense. Um cronista anônimo da *Gazeta do Commercio*, em 1903, também perguntava-se pelos motivos que teriam levado à degeneração representada no pesadelo dos insípidos mascarados que se arrastavam pelas ruas, mas discordava de quem colocasse a culpa na civilização. Porque a civilização acabaria com o que se tinha de melhor, perguntava ele, e deixaria apenas aquilo que o carnaval teria de mais dispensável, que era o seu lado burlesco? Tal hipótese lhe parece tão absurda que sequer tenta argumentar. A civilização era intrinsecamente boa, o problema era outro. O carnaval degenerou porque os indivíduos quiseram “humanizar” o deus da folia, esta era a grande verdade:

“Em vez de remontarem ao mundo ideal das fantasias e dos sonhos álares, quis-se cingir o carnaval às coisas da terra e tudo quanto de alto e sublime ele tinha se foi, ficando somente o caricato, o que se procurou imitar da sociedade e dos homens.

E parece que é assim mesmo. Entre nós, por exemplo, enquanto o carnaval consistia em imitar os deuses, semideuses e heróis, o seu prestígio foi tal que assombrava. Mas a partir do momento em que se transportaram para os seus carros cenas da vida ordinária, de todos os dias, a sua queda foi inevitável.”⁵⁶

O grande erro dos carnavalescos do passado, para este jornalista, teria sido voltar-se para a vida mundana, abandonar a representação de temas heróicos, espirituais e sublimes pela sátira das coisas comuns. A sua predileção por temas amenos e fantasiosos certamente devia achar uma vulgaridade grosseira coisas como os carros de crítica exibidos pelas antigas sociedades ou o “João Minhoca”, o teatro de troça e deboche que naqueles tempos era exibido nas ruas pelos cadetes da Escola Militar.⁵⁷

⁵⁶ *Gazeta do Commercio*, 23 de fevereiro de 1903.

⁵⁷ Ver Athos Damasceno Ferreira. op. cit.

Contudo, ele generalizava a sua própria preferência como se fosse a de toda a sociedade, e ao ler seu artigo ficamos nos perguntando porque estas “cenas da vida ordinária” seriam tão desagradáveis a ponto de levar os adeptos da boa tradição de Momo a abandoná-lo à sua própria sorte. Aqui cabe observar que não se está tratando mais de por a culpa na mera pobreza - material e de espírito - da população, no avanço da imoralidade, na hipocrisia social ou no cientificismo e materialismo dos novos tempos, mas nos atos dos próprios sujeitos que teriam sido os responsáveis pela sua glória no passado. O carnaval só chegou ao ponto que chegou porque seus antigos protagonistas aderiram à vulgaridade e o desmoralizaram.

Uma crítica semelhante, porém bem mais contundente e corrosiva, seria publicada no ano de 1904 pelo cronista A. Ribeiro, de *A Federação*. Novamente aos erros das gerações precedentes é que é lançada a responsabilidade pela degeneração e morte do antigo carnaval. Aquelas teriam desvirtuado a festa do que considerava seu significado natural e histórico, já não apenas porque substituíram os temas fantasiosos pelo burlesco, mas por terem levado longe demais o seu lado satírico e crítico, a ponto de torná-lo indesejável e temível, afugentando dele seus mais fiéis promotores.

“Nos dias consagrados aos tradicionais folguedos precedidos por Momo vivia-se, por assim dizer, por um ano inteiro, (...) e por eles passavam, glorificados ou estigmatizados, os homens e fatos que mais haviam dado o que dizer de si no tempo aí decorrido.

Não há dúvida que o carnaval, sob esse aspecto, tinha adquirido um certo característico moral, que resultava da aliança do útil com o agradável. (...)

E, compreende-se bem, como expor ao público os defeitos e fraquezas sociais e humanas, o deus tornou-se terrível e temido, e o receio de virem a ser objeto dos que se rissem por último, fez com que os que agora se riam a custa de outros lhe fossem, pouco e pouco, voltando o rosto e afinal lhe dessem as costas. (...)

Momo (...), devassando os lares cujas portas se lhe abriram de par em par, e onde entrara na confiança comunicativa das alegrias descuidosas, sem refolhos, não vacilou em levar para o meio da rua até o infortúnio que acaso aí deparou e

transformá-lo em motivo de irrisão pública. Constituíam-se pois uma ameaça, um perigo que pesava sobre todas as cabeças (...).”⁵⁸

O autor reconhece que o excessivo rigor da crítica dos costumes tornou-se incompatível com o caráter prazeroso que a festa deveria ter. Note-se que em nenhum momento é colocada a contradição entre um carnaval rico e grandioso e sua versão pobre e degenerada, não se mencionando como importantes distinções desse tipo para aqueles tempos. O que teria causado a derrocada de Momo seriam as paixões exacerbadas de alguns dos seus distintos seguidores, que ultrapassaram o limite que separava a discricção em relação às desventuras da vida privada dos cidadãos do que poderia ser exposto ao escárnio público. O fim daqueles carnavais teria sido nada mais do que a reação da sociedade como um todo, tanto pelos seus protagonistas como pelo público, aos excessos da troça. Ribeiro não nos relata qualquer acontecimento que exemplificasse tais excessos, os quais afirma que não lhe despertam saudades, mas compaixão, e lamenta que o passado não tenha legado algo melhor.

“O carnaval talvez nos fosse muito bom se ele pudesse ter chegado até o presente, sem a pretensão educativa que o revestiram, pondo-lhe a mão a fêrula do pedagogo, e pedagogo que mais lembrava o ríspido Amansa...”⁵⁹

Tal comparação se refere a Antônio D’Ávila, professor que ensinava na Porto Alegre do século XIX, e que devido à sua severidade ficou popularmente conhecido pela alcunha de *Amansa-burros* ou apenas *Amansa*.⁶⁰ O autor estava assim criticando diretamente aqueles que ainda sonhavam com o carnaval do passado, e não queriam reconhecer que muitas recordações não deveriam ser motivo de saudades. Em seu ponto de vista, nada mais restaria a fazer em relação ao velho deus decaído, que

⁵⁸ *A Federação*, 15 de fevereiro de 1904.

⁵⁹ *Idem*.

cometeu o erro de empunhar a palmatória da moral, do que aceitar o fato consumado. Os que ainda insistiam em lhe render homenagens só faziam lembrar o estado miserável a que ele tinha sido reduzido por irresponsabilidades cometidas no passado. E quem quisesse ressuscitá-lo correria o risco de repetir os erros dos predecessores. Era preciso conformar-se, lamentavelmente.

3. A semente do futuro

Os pontos de vista até agora apresentados nos ofereceram uma amostra das diversas reações que o carnaval das ruas no início do século provocava nos jornalistas, intelectuais e outros cidadãos que escreviam colunas para os jornais. A atual folia podia ser vista por muitos como manifestações de pura imoralidade de indivíduos degenerados e já por outros como coisa de simples (e até simpáticos) ingênuos. E ainda ora tratava-se de desclassificados que tinham a pretensão de figurar e perpetuar tradições das quais não estavam à altura, ora tudo não passava de conseqüência dos desmandos e corrupção de quem tinha a obrigação de manter o alto nível e dar o exemplo do verdadeiro significado ao reinado de Momo. Os juízos eram variados e iam da condenação pura e simples dos atuais carnavalescos até à manifestação da própria consciência culpada da elite. Ou podia até ser o caso de simplesmente reconhecer quem há tempos tinha outras formas de participar do carnaval e apenas continuava suas tradições, como foi sugerido no início deste capítulo, aqueles a quem provavelmente nunca foi dada muita importância. Mas naquele momento parecia não ser possível fugir à inquietação que os alegres, sujos e abusados foliões dos novos tempos traziam aos pacatos burgueses e suas respeitáveis

⁶⁰ Cf. Antônio Álvares Pereira Coruja. *Antigualhas: Reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre, UE/Porto Alegre. 1996, 2ª edição. p. 96.

famílias, zelosos por sua imagem pública; e que não admitiam se igualar sob uma máscara com tal gente, muito provavelmente constituída por muitos de seus empregados, criadas domésticas e prestadores de serviços ocasionais. Mas o que fazer diante daquele mundo estranho, de moral duvidosa e perigoso em que teria se transformado o antigamente tão distinto carnaval de Porto Alegre? A outrora tão aguardada folia virou um pesadelo e trouxe para muitos, divididos entre o presente e o passado, um dilema sobre que atitude tomar, entre o repúdio e a resignação.

Talvez a mais interessante formulação deste dilema tenha sido manifestada pela coluna semanal de José Paulino de Azureña, sob o pseudônimo de Léo Pardo, em crônica publicada no ano de 1906. Ele parece se dividir entre o julgamento negativo dos carnavalescos de seu tempo em comparação com os do passado e uma atração irresistível exercida pela folia das ruas. Essa divisão se expressaria nos dois personagens cujo diálogo compõe o texto. Um dos personagens tem a voz na primeira pessoa do plural, como se constituísse a opinião de um grupo de pessoas ou simplesmente a posição do autor, Léo Pardo. O outro personagem é um velho amigo, “cheio de saudades do passado e de má vontade pelo presente”, mas que merece toda sua admiração. Eles se encontram por ocasião do carnaval, e o diálogo que se estabelece entre os dois gira em torno da comparação dos carnavais do presente e do passado. O velho exaspera-se tentando convencê-lo de que aquilo que assistiam não valia a pena ser visto, não era carnaval, não valia nada, enquanto seu interlocutor tenta justificar o atual estado de coisas:

“Retrucamos-lhe que também não era tanto assim, que as festas não eram tão más como pareciam, que tudo guardava a relatividade de tempo, de modo e de circunstâncias, que o Carnaval de certa época fora uma excepcionalidade, em

desacordo com as forças do nosso meio e, que, por isso, passára, talvez para nunca mais voltar.”⁶¹

As ponderações são inúteis. Só conseguem fazer com que o velho exaspere-se ainda mais. A culpa de tudo aquilo, esbravejava ele, era da mocidade daquele tempo, que perdera “com os bons costumes, o bom humor, o bom gosto, e o bom ânimo”. Maus tempos em que a mocidade deixava a sociedade “estagnar como um pântano” e apodrecer. Indignado e desiludido, ele expõe para seus interlocutores o que considera ser a função das festas:

“As festas populares são a florescência da sociedade. Como as flores adornam as plantas, as festas alegam os povos. Um povo que não irradia em festas é como uma árvore que não mais se cobre de flores: está doente, está condenado. Vocês estão perdidos. Não olhes para isso: isso não é Carnaval. Vamos!”⁶²

O atual carnaval então seria um sintoma de uma sociedade doente por abandonar as suas verdadeiras festas, tal qual uma árvore que já não desse flores e frutos. O valor das festas para ele é inestimável, e uma verdadeira festa carnavalesca era tal qual as que faziam no passado as sociedades Esmeralda, Venezianos e Germânia.⁶³ Seu interlocutor novamente tenta contra-argumentar, mas sem sucesso, e acaba escutando uma inusitada lição sobre o papel do povo e dos intelectuais na sociedade. Vale a pena acompanhar o diálogo:

“- Lembras-te do tempo dos *Venezianos*, da *Esmeralda* e da *Germânia*? Aquilo é que eram festas carnavalescas!

- Pois sim. Mas já passaram. Delas só resta a lembrança, junto a umas lembranças tristes, de algumas falências e de algumas famílias arruinadas... Depois, não eram aquelas festas verdadeiramente populares. Eram festas de meia dúzia de perdulários, feitas para embasbacar as massas. O povo só se divertia vendo os outros se divertirem. E nem isso: estes mesmos não se divertiam, gastavam, eis tudo. O carnaval era então uma revista de mostra de luxo, de ostentação...

⁶¹ *Correio do Povo*, 25 de fevereiro de 1906.

⁶² *Idem*.

⁶³ Germânia era a seleta sociedade particular de tauto-brasileiros. Ver Athos Damasceno Ferreira, *op. cit.*

- Não diga isso, não diga! A Esmeralda, por exemplo, era composta, em sua maioria de moços relativamente pobres: empregados públicos, estudantes, intelectuais... E operavam-se verdadeiros milagres no terreno financeiro! Do que se era perdulário, era de idéias, era de espírito, era de pilhéria, era de crítica que, às vezes doía...

- Bom. Mas isso é que, até hoje, o carnaval não perdeu. Conserva ele o seu tom alegre, prazenteiro, barulhento, vivaz, mordaz e até se tem tornado mais, muito mais democratizado, popularizado...

- Tá, tá, tá! É isso justamente que o perde, que o mata. O pobre rodou na vala comum dos desclassificados. Certas coisas não são para que o povo as faça, senão para que as goze, simplesmente. O povo não faz jornais, não faz política, não faz arte; o povo lê os jornais, acompanha a política, curva-se à arte. Vocês é que fazem os jornais para o povo; nós é que fazemos a política para o povo; outros são os que fazem a arte para o povo. O povo aceita ou repudia, aplaude ou reprova, deixa-se ir na onda ou revolta-se... Para isso mesmo, precisa ser dirigido: nós, os intelectuais, somos os que o dirigem.

- Um paradoxo!

- Nada mais positivo. Como há de o povo, com arte, chiste, discrição, fazer a crítica dos costumes, dos fatos, dos homens superiores à sua bitola, escapos à craveira comum? (...)”⁶⁴

O diálogo prossegue, mas o que foi dito até agora é por demais significativo. Em primeiro lugar, é preciso observar que o velho descontente põe-se numa posição diretamente oposta a todos os que colocam a opção pela ostentação da riqueza como um dos fundamentos da distinção do antigo carnaval. Para ele, ter ou não dinheiro era uma questão secundária quando colocada diante do problema de quem teria autoridade para retratar a sociedade, criticar seus costumes e suas figuras eminentes. Esta responsabilidade era reivindicada pelos intelectuais, e ela não era nada mais que uma decorrência do papel que a eles cabia diante do povo, que era o de dirigi-lo. Ditas desta forma crua e direta, as palavras do velho não deixam margem à dúvida quanto ao valor simbólico com o qual ele revestia uma festa como o carnaval, onde estaria em jogo a questão de *quem* representa a auto-imagem de toda a sociedade, seus valores, aspirações, padrões estéticos e morais. E também quanto às suas concepções elitistas e autoritárias. No seu modo de pensar, “povo” não é algo que possa ser integrado à

⁶⁴ Correio do Povo, 25 de fevereiro de 1906.

representação da sociedade ou à qualquer noção de cidadania. O que ele chama de povo está excluído da possibilidade de ser sujeito da política e da arte, e também do seu principal meio de divulgação que é o jornalismo. É como se fosse uma massa acéfala ou infantil, capaz apenas de reações irracionais quando não tem alguém com uma capacidade superior que a oriente, lhe dê a direção, a dirija enfim. Não seria especular demais perceber no texto uma referência velada, e mesmo irônica, às doutrinas e ao modo de ação política dos republicanos positivistas, considerando que o velho se inclui entre os que fazem a política “para o povo” e considera tudo isso “nada mais positivo”. Logo, porque deveria o carnaval ser democrático, popular? Como poderia aquele povo desclassificado, que pela sua própria natureza estava condenado à passividade, incapaz de decidir seus destinos, representar a “florescência” da sociedade, os seus valores mais perfeitos e ainda promover a alegria de todos? Quando muito, promovia a sua própria alegria ingênua e tola...

E quem seriam estes intelectuais responsáveis por guiar o povo a seu destino e comandar as suas grandes festas? O próprio velho nos revela logo a seguir: “Só, somente nós, os que pairamos em uma esfera superior, pela mentalidade, pela fortuna, pelo gosto, pela profissão, ou pela condição social, é que podemos fazer festas dessas (...)”. Um conjunto no qual perfeitamente poderia se incluir Paulino de Azurenhia, autor do artigo. Ele estava entre os que escapavam da “vala comum dos desclassificados”, apesar de sua origem social ou da cor de sua pele. Como já havia sido dito, o jornalismo participaria desta esfera mais elevada. É bem possível que Azurenhia acreditasse encontrar-se num nível superior ao dos outros negros mais desafortunados, e que seus colegas de redação tivessem a mesma opinião sobre ele e igual consideração pela profissão. Se não fosse por tanto, ainda poderia ser “pela mentalidade” ou “pelo gosto”.

Mas, como veremos a seguir, o desfecho do artigo não autoriza a que pensemos que ele concordasse inteiramente com o ponto de vista do personagem representado pelo velho inconformado.

Acusado de defender a aristocratização do carnaval, o velho insiste: “Tópo! O carnaval sempre foi uma festa aristocrata.”. Seu raciocínio segue, forjando argumentos históricos sempre seguindo a lógica popularização-degradação: as mascaradas sempre teriam sido uma festa da nobreza; a ascensão da burguesia teria permitido sua popularização e conseqüente decadência. Suas palavras insistentes vão vencendo a resistência, e provocando no seu interlocutor sedutoras visões do passado, do esplendor das antigas sociedades carnavalescas nas noites da cidade, até que o velho o desperta do sonho despedindo-se.

“- Vou. Não olhes para isso, que não vale a pena.

Olhamos. Uma folia reles, maltrapilha, aproximava-se, cantando, gritando, gesticulando, sapateando; uma gaita, na frente, roufenha, puxando, dirigindo a farra. Era da ínfima.

Seguia, porém, avante, com ardor cívico, com convicção patriótica!

Até onde a levaria todo aquele entusiasmo?

Procuramos com os olhos o velho amigo. Tinha desaparecido. E com ele toda a brilhante ilusão, toda a formosa evocação do passado.

O que ficara era aquela farândola desprezível, porém viva, real, palpitante, cheia de aspirações desconhecidas - fruto podre da árvore da atualidade, a deixar cair sabe Deus que admirável semente no futuro!

Seguimo-la. Achamos melhor ir com o Povo...”⁶⁵

O dilema estava colocado: seguir o conselho do velho amigo, não olhando para aquela gente desprezível das ruas e continuar sonhando com um idealizado passado aristocrático, ou aceitar a realidade. Ele toma uma decisão: esquece o passado e segue o Povo. E a palavra “Povo”, agora grafada com letra inicial maiúscula, parece assumir para o autor-personagem um outro sentido, muito mais ambíguo e contraditório. Aquele “Povo” que se divertia pelas ruas parece dividi-lo entre sentimentos de repulsa e

⁶⁵ Idem.

simpatia. Era uma turba reles e maltrapilha, mas ao mesmo tempo tinha “ardor cívico” e “convicção patriótica” a respeito do que fazia; não passava de uma “farândola desprezível”, mas também era vivo, real, palpitante, cheio de aspirações; por fim, mesmo sendo “o fruto podre da árvore da atualidade”, levava consigo a semente do futuro.

O diálogo construído por Paulino de Azureña tem a importância de ter declarado, com todas as letras, um significado mais profundo em todo aquele descontentamento que se espalhava pela cidade durante as festas carnavalescas na virada do século: era a desagradável imagem do povo para suas elites cultas, um povo desclassificado demais para representar uma Nação. Diante de um mal disfarçado preconceito, o “ardor cívico” e a “convicção patriótica” constatados no carnaval por Azureña soam como uma fina ironia ou provocação: o “Povo” brasileiro era o que era, estava ali e se manifestava, apesar de se lhes negar qualquer valor ou legitimidade. O fato de ocupar o espaço das festas públicas, que já teria abrigado tradições mais dignas no passado, não podia deixar de provocar indignação nas elites intelectuais porto-alegrenses. Mas tal indignação não seguia um padrão necessariamente coerente, a não ser pela constatação quase unânime de que vivia-se uma degeneração de tradições e valores. O problema existia, era constatado e explicado por diferentes ângulos, mas não se sabia exatamente o que fazer com ele. Pede-se à polícia para vigiar a moralidade e a ordem pública, mas não para impedir os mascarados de sair às ruas, exhibir-se e brincar. Até porque, como já foi observado, as ruas eram a mistura de “*tout le monde*” e tanto as máscaras como a pouca confiabilidade da polícia contribuíam para a confusão. Como separar os perigosos e imorais do cidadão honesto? E que conduta este último deveria adotar? E como condenar a imoralidade pública dos mascarados quando a vida privada de muitos cidadãos respeitados não oferecia melhores exemplos? Por mais que a opinião

de alguns jornais abominasse a promiscuidade das ruas no carnaval, ela parecia um fato consumado, tão persistente quanto perturbador, e parecia não existir maneiras de suprimi-la. E a festa que já enchera de orgulho as mais prestigiadas famílias agora era palco de indivíduos e grupos miseráveis com suas brincadeiras chulas, sua música extravagante e suas danças indecentes. Era como uma provocação aberta aos ocupantes das posições superiores da sociedade, a seu estilo de vida, e principalmente à sua autoridade para definir os padrões de conduta pública e privada que poderiam ser socialmente aceitos.

Mas naquele ano de 1906 uma solução estava despontando para todos aqueles que sentiam-se pouco à vontade naquela mistura de classes e raças. Algumas associações carnavalescas arriscavam-se a percorrer as ruas em cortejos e carros alegóricos, e a reanimar o velho estilo dos carnavais. Mas *Netos do Diabo*, *Club Progressista* e *Saca-Rolhas*, apesar dos esforços que lhes rendiam elogios na imprensa, ainda não eram os herdeiros do status social de esmeraldinos e venezianos. A grande notícia surgiu ao término do carnaval: as sociedades *Esmeralda* e *Os Venezianos* estavam sendo reerguidas. No ano seguinte a Esmeralda voltava a exhibir seu préstito verde pelas ruas da cidade. Paulino de Azurenha, que um ano antes havia decidido aceitar os novos tempos e “ir com o Povo”, saudou o seu retorno com entusiasmo.

Capítulo 2

Os tempos heróicos de esmeraldinos e venezianos

Naqueles anos de virada de século, como vimos, muitos jornalistas de Porto Alegre não escondiam sua melancolia ao presenciar, nas mesmas ruas onde no passado se exibia a mais fina flor da sociedade provinciana, o que consideravam as mais baixas e degeneradas camadas sociais a correr, saltar e dançar de forma desavergonhada. Tal quadro lhes inspirava nostálgicas evocações do passado, de antigos carnavais que assumiam a mais harmoniosa das feições. A festa de outrora teria então um sentido superior e unívoco. A sociedade daquele tempo parecia espelhar-se no que tinha de melhor. Havia respeito ao exemplo de superioridade cultural e moral de quem exibia-se nos cortejos e não se desafiava o bom gosto e a decência estabelecidos. Mesmo os pobres e humildes do passado não se afastariam da boa conduta. Mas estas imagens, mais do que representar o passado, revelavam aspirações e incertezas do seu próprio tempo e revelavam concepções elitistas e autoritárias então em voga.

Tais construções harmoniosas caem por terra se tentarmos conhecer mais de perto estes tão louvados antigos carnavais. Veremos que diversas práticas e significados estiveram em conflito e nos oferecem um outro quadro dos motivos e aspirações daqueles carnavalescos. Enquanto os seus sucessores teriam projetado no passado uma imagem alternativa aos conflitos do presente, os antigos fundadores da Esmeralda e dos

Venezianos tomavam esta iniciativa com a expectativa do futuro. Eles também reagiam com descontentamento aos hábitos do seu tempo, e tratavam de alinhar o carnaval aos seus sonhos otimistas de progresso e civilização. No entanto estas sociedades carnavalescas sempre conviveram com os costumes que se propuseram a eliminar. A permanência e popularidade de brincadeiras como o entrudo só fazia reforçar sua necessidade de apresentar signos de distinção, procurados nas modas da Europa e da Corte, locais onde o progresso estaria chegando primeiro.

Pretende-se neste capítulo mostrar como, em vez de realizar a tão sonhada modernização e homogeneidade de costumes que os jornalistas e intelectuais porto-alegrenses do fim-de-século idealizavam no passado, estas iniciativas na verdade reforçavam e cristalizavam diferenças e preconceitos, ao mesmo tempo em que expressavam rivalidades pessoais e políticas de seus protagonistas. Elas também podem ser um indicativo de como grupos que participavam dos círculos da elite social e intelectual adaptavam alguns significados de práticas festivas da corte e da Europa a condições particulares da cidade e da Província. Assim, conforme seus interesses, moldavam novas tradições e argumentos de legitimidade e autenticidade em torno do Carnaval.

1. A política do entrudo

Os quentes e úmidos verões da capital da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul transcorriam na sua rotina provinciana daqueles primeiros anos da década de 1870, entre grande quantidade de festas religiosas e profanas, temporadas no Teatro São Pedro, circos e touradas, agitações políticas e boatos alarmantes sobre possíveis

epidemias. Muitas festas sucediam-se nos dois primeiros meses do ano e davam um aspecto mais alegre e movimentado aos hábitos de sociabilidade da pequena cidade com população em torno de trinta mil almas, e a seu dia-a-dia de sede do governo e próspero entreposto comercial às margens do Guaíba.¹ A partir de dezembro eram diversas as comemorações, entre missas, bailes, folguedos e quermesses, que iniciavam com as festas de Natal no arraial do Menino Deus, para onde deslocava-se em peso, pelo rio ou por terra, a população da cidade, e prosseguiam com o Ano Novo e os Ternos de Reis. No princípio de fevereiro o calendário festivo continuava deslocando a população para aquele arraial com a festa de Nossa Senhora dos Navegantes e, finalmente, ao se aproximar o início da quaresma, encerrava com as tradicionais batalhas de limões de cheiro, o entrudo.

No ano de 1874, porém, os dias do popular jogo do entrudo tiveram sua rotina alterada por um novo acontecimento. No dia 19 de fevereiro, em sua edição de quinta-feira, o jornal *A Reforma*, vinculado ao Partido Liberal, anunciava com júbilo a grande novidade:

“O inconveniente jogo de entrudo foi este ano substituído completamente, nesta cidade, pelo Carnaval.

Deve-se este acontecimento às sociedades carnavalescas “Venezianos” e “Esmeralda”, que foram os iniciadores da reforma, secundados pelos habitantes, que visando mais um progresso, firmaram a abolição do entrudo e concorreram gostosos para o abrilhantamento da festa carnavalesca.

¹ Porto Alegre contava com 34.183 habitantes segundo o recenseamento de 1872, relatado em Olympio de Azevedo Lima, Dados estatísticos do município de Porto Alegre: organizado em 1912, Porto Alegre: Commercio, 1912. Segundo o *Almanak Administrativo, Comercial e Industrial Rio-grandense para 1873*, de Antônio de Azevedo Lima e Inácio de Vasconcelos Ferreira, eram 27.751 almas, das quais 8.784 seriam escravos; os dados eram de um “último recenseamento” de data não informada. Já a intensa movimentação comercial da cidade devia-se à sua localização privilegiada entre a barra de Rio Grande e as áreas de colonização alemã. Segundo a edição para 1874 do *Almanak* citado acima, a cidade contaria com 486 estabelecimentos comerciais dos mais diversos tipos e dimensões, 339 “oficinas”, 39 “fábricas”, 23 advogados, 6 jornais com respectivas tipografias, 28 médicos, 10 engenheiros civis, 9 farmacêuticos, entre outros profissionais. Deve-se observar que muitos estabelecimentos aparecem em mais de uma classificação.

Nas principais ruas da cidade, não se viu jogar um só limão; e nas menos populosas aconteceu outro tanto.”²

A notícia é uma declaração de vitória por uma mudança há muito desejada. Não só *Venezianos* e *Esmeralda* inauguravam sua presença nas ruas da cidade, instituindo o que a partir de então seria considerado pela imprensa o “Carnaval” propriamente dito, que tomaria o lugar do antiquado jogo do entrudo, como toda a população teria abandonado o velho hábito. A reivindicação do fim da brincadeira das molhadelas era já assunto obrigatório de alguns de seus folhetinistas, e o nascimento das elegantes sociedades carnavalescas era saudado como o início de uma reforma de costumes que colocaria Porto Alegre à altura da Corte, que já possuía o seu “Carnaval”, e das demais cidades civilizadas do mundo.³

Tanta disposição para acabar com o entrudo contrasta com descrições saudosas de velhos tempos do início do século, quando seria um pitoresco costume, tal como a das memórias de Antônio Álvares Pereira Coruja, um antigo morador da cidade.⁴ O velho professor, então vivendo no Rio de Janeiro e descontente com aquela festa onde “ninguém se entende” na polêmica entre carnaval e entrudo, recorda os antigos tempos do jogo em Porto Alegre, onde todos se envolviam, das famílias pobres aos moços mais elegantes, cada um a seu modo:

“Quem se quisesse transportar ao antigo entrudo de Porto Alegre havia de lembrar-se que na rua Nova, em casa das *Ângelas** e *Perpétuas*, havia nas três tardes de entrudo um perfeito bazar de banheiras, gamelas, bacias, alguidares, seringas, copos, canecas e canjirões, a não deixar impunes os transeuntes; que no Alto da Bronze além de tudo isso ainda havia o vermelhão, o polvilho e os pós de

² *A Reforma*, 19 de fevereiro de 1874.

³ Na imprensa da Corte era comum o “Carnaval” das grandes sociedades ser associado a um suposto desaparecimento súbito do entrudo. Cf. Maria Clementina Pereira Cunha, *Batalhas sem confete*, op. cit.

⁴ Antônio Álvares Pereira Coruja (1806-1889) viveu em Porto Alegre até 1837, quando mudou-se para a Corte, onde continuou trabalhando como professor. Cf. Antônio Álvares Pereira Coruja, *Antigualhas: Reminiscências de Porto Alegre*, Organizado por Sérgio da Costa Franco, 2ª Ed. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1996, p. 64.

sapatos; e que a moçada de Porto Alegre saía a pé ou a cavalo com a competente cestinha de limões de cheiro ao braço, acompanhados de criados com os respectivos suplementos, a molharem aqui e acolá as descuidadas (ou não descuidadas) que se achavam às janelas. (...)

(*) Ângelas eram uma família de *cores honestas* (...).⁵

Já na segunda metade do século XIX, segundo cronistas e historiadores, a popularidade do costume teria variado ao sabor das epidemias do cólera que teriam assolado a cidade, que ao iniciar o século XX ainda possuía muito precária infraestrutura sanitária.⁶ O medo ao cólera teria sido muito mais eficaz que as proibições das posturas municipais para coibir o entrudo. As crônicas afirmam que, após as epidemias, ele estaria praticamente banido da cidade, sendo que em seu lugar apenas saíam às ruas alguns mascarados e aconteciam esporádicos bailes masqués. Mas só até o ano de 1869, quando então teria sido “ressuscitado” pela “fidalgua da terra”.⁷

Teria sido então apenas na década de 1870 que ao jogo do entrudo voltaram a entregar-se moças e rapazes armados com os limões de cera contendo não só água perfumada, mas também baldes, bacias, farinha e o que mais viesse à mão que pudesse molhar e sujar o adversário, provocando risadas, furor, galanteios, conquistas, desentendimentos, inimizades, brigas, prisões e, segundo alguns, o risco da fatal “tísica”, especialmente para as mulheres. Embora não tivessem faltado críticas ao entrudo no passado, agora ele era tratado pela imprensa como o grande inimigo da civilização e do progresso dos costumes da pacata Porto Alegre. A brincadeira, apontada como

⁵ A. A. P. Coruja, Op. cit. O trecho citado faz parte de um artigo originalmente publicado em Gazeta de Porto Alegre, 13 de março de 1884.

⁶ Segundo Sérgio da Costa Franco, em Porto Alegre houve surtos de epidemia do cólera em 1855/56, quando teria vitimado aproximadamente 10% da população, escravos e pobres na grande maioria, e em 1867, com um impacto menor. A cidade teve também a varíola em estado endêmico até o final do século XIX. Ver Sérgio da Costa Franco, Porto Alegre: guia histórico, Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992, 2ª edição.

⁷ Cf. A Reforma, 23 de fevereiro de 1873; Athos Damasceno Ferreira, O carnaval porto-alegrense no século XIX, Op. cit. p. 15.

antiquada e bárbara tradição, recebia ataques e reclamações por parte dos jornalistas, ao mesmo tempo que era jogada com entusiasmo por toda a população.

O retorno do entrudo aos hábitos dos porto-alegrenses teria sido responsabilidade, conforme insistiam os jornalistas de *A Reforma*, da família do então governador da Província, Antônio da Costa Pinto e Silva,⁸ nomeado pelo Imperador. Procura-se apresentar a volta do “vício” como trazido de fora da Província, quando já não faria mais parte dos costumes locais, e introduzido por uma dama de condição nobre, mas de conduta pouco recomendável.

“Alguns anos havia que este jogo bárbaro caíra em desuso, quando a célebre ex-marquesa de Monte Alegre, mulher do atual Sátrapa de São Paulo, que já foi desta Satrapia do Rio Grande, o pôs novamente em moda. Que esta renovação do passado fosse obra da ex-marquesa nada há que admirar, pois é muito conhecida pelo seu ardente temperamento e extraordinário calor;

Não é porém digno das humanas filhas do Rio Grande, num tempo em que o tifo, a febre e a tísica dizimam a população, ensopar d’água os que transitam nas ruas banhados em suor”⁹

Não se tratava apenas de fazer insinuações jocosas sobre a moralidade da esposa de um ex-governador da Província e condenar seu mau exemplo à virtude das “humanas filhas do Rio Grande”. Desde 1868 o Imperador mantinha o Partido Conservador no controle dos Ministérios e dos governos provinciais, tendo os governadores nomeados sofrido intensa oposição dos liberais gaúchos, representantes das elites políticas locais desejosas de maior autonomia.¹⁰ *A Reforma*, um jornal vinculado aos liberais, não poupava de duras críticas os governadores nomeados, muitos deles burocratas do Império que não conheciam a Província. Vem daí o sentido político

⁸ Exerceu mandato de 16/09/1868 a 20/05/1869. Cf. Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Organizado por Carmen Aita. Gunter Axt. Vladimir Araújo - Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. 1996.

⁹ *A Reforma*, 15 de fevereiro de 1871, Apud Athos Damasceno Ferreira, op. cit.

¹⁰ Ver Helga I. L. Piccolo. A política rio-grandense no Império, in RS: Economia e política, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

de chamar o ex-presidente provincial de Sátrapa, designação dos governadores das províncias do antigo império Persa, como se eles também representassem um governo despótico e centralizador. Longe de pretender uma postura isenta, a imprensa partidária desejava moldar a opinião pública à sua doutrina e à conveniência política do momento.¹¹ Das polêmicas originadas das paixões político-partidárias não teriam escapado nem mesmo as tradicionais molhadelas. Conflitos diversos provocados pelo entrudo foram mais uma oportunidade para *A Reforma* criticar a autoridade do Presidente da Província.

Apesar de seu ponto de vista tendencioso, as notícias e folhetins de *A Reforma* podem nos ajudar a conhecer alguns conflitos em torno do entrudo que tanto incomodavam jornalistas e outros cidadãos. Ao jogar o entrudo no palácio provincial naquele ano de 1869, provavelmente a ex-marquesa de Monte Alegre não imaginava estar acendendo o estopim de tamanha polêmica. Naquele mesmo ano o governador seria substituído e ela iria embora, depois de ter dado legitimidade oficial à folia, e sem tomar conhecimento das supostas conseqüências do seu ato. O governador seguinte, João Sertório, por intermédio de seu Chefe de Polícia, resolveu que as posturas deveriam ser cumpridas, e os conflitos foram inevitáveis.

“A polícia lutou em vão contra o *Entrudo*. Em todas as ruas da capital se têm jogado *Entrudo* como nos tempos antigos e todo arreganho policial não conseguiu mais do que um ou outro agente policial tomasse banho involuntariamente. (...); no caso vertente, porém, não podemos deixar de dar razão ao povo, não por *espírito revolucionário* ou de *anarquia*, mas sim por justiça e equidade. Estavam adormecidos os jogos de *Entrudo*; (...) A lei havia triunfado (...).

No ano passado, todavia, houve quem quisesse brincar de *Entrudo* e quem soubesse convencer ao Sr. Coelho Bastos da completa inocência desse brinquedo e da necessidade de abrogar *de fato* uma postura *absurda*. (...)

Passa-se um ano e mudam-se as cenas: - hoje já não se brinca em Palácio e, portanto, rigor no caso! Ai vão ordens, editais, arreganhos policiais e palavras severas e moralizadoras do órgão oficial; o *Entrudo* é proibido, não se deve brincar, porque desta vez não há *Entrudo* em palácio! O povo, porém, entendeu o caso de

¹¹ *A Reforma*, desde 1869, teria sido pioneira no jornalismo político-partidário riograndense, assumindo o papel de difusora da doutrina dos liberais, segundo Francisco Rüdiger, *Tendências do jornalismo*, Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1993.

maneira diversa, e as moças, sobretudo, que às vezes dispõem de inextinguível lógica, disseram lá com os seus botões: “Ora qual! seu Coelho Bastos! V. S.a o ano passado brincou e deixou os outros brincarem; V. S.a e a roda palaciana de então foram os que fizeram reviver o Entrudo, já esquecido e sepultado; agora tenha paciência que nós não estamos pelos autos e queremos brincar, porque isto de lei é invariável e não é feita para os meros caprichos das autoridades!” E zás! Um banho de cheiro no Sr. Chefe de Polícia (...)¹²

O *Jornal do Comércio*, que teria declarado sua independência em relação a partidos, reforça a versão de *A Reforma* para o retorno do entrudo. Tendo ou não toda a importância que lhe foi atribuída, o mau exemplo palaciano parecia ter dado uma boa justificativa moral para a população continuar ignorando as proibições e a ação da polícia, numa singular reivindicação por “justiça e equidade”. Pouco importava se alguns podiam classificar a conduta da “ex-marquesa” como vulgar e o entrudo como “jogo bárbaro”, era uma iniciativa que partia da aristocracia e das autoridades e isso confirmava sua legitimidade para todos. E por outro lado, a desmoralização em que caíra o Chefe de Polícia, que também gostava de jogar “mui honradamente o seu limãozinho de cheiro” e os conflitos que decorreram entre a polícia e os cidadãos foram um prato cheio para os jornalistas liberais exercitarem sua tão costumeira intriga contra o governo.

No ano de 1870, *A Reforma* e *O Rio-grandense*, o jornal dos conservadores,¹³ dedicam-se a uma longa polêmica em torno das mazelas do entrudo. Tratava-se do caso de um incidente envolvendo um tenente de cavalaria de linha e fiscais das posturas. Estes, acompanhados por três policiais, teriam cercado a casa do jovem oficial, e exigido que ele lhes pagasse naquele momento uma multa por ter jogado entrudo. O rapaz recusou-se a aceitar a intimação, no que foi apoiado pela população que se aglomerava em torno à confusão. Ameaçados por esta, os policiais retiraram-se, mas dois dias depois o

¹² *Jornal do Comércio*, 1870. apud Athos Damasceno Ferreira, op. cit. p.15.

oficial era recolhido preso ao quartel. Ao que tudo indica, conforme a versão de *A Reforma*, um fiscal teria dado parte do oficial por desacato, por este ter afirmado que não recebia intimação de “autoridades paisanas”. Deve-se observar aqui que era grande a rivalidade entre soldados e policiais em Porto Alegre na segunda metade do século XIX, sendo muito comum a ocorrência de pequenos e grandes conflitos entre as duas forças.¹⁴

Colocando-se do lado do oficial, *A Reforma* denuncia abuso na atitude dos fiscais, que não teriam autoridade nem direito legal para intimar o pagamento imediato da multa. E ainda por cima, quem na verdade estaria jogando entrudo, segundo nova versão, eram duas moças da família do rapaz, junto à família vizinha. Por conseguinte, sua prisão também foi considerada injusta, pois o rapaz não deveria obediência alguma ao fiscal, estando justificada a sua atitude. Já o *Rio-grandense* teria tomado o partido das autoridades e acusado *A Reforma* de proteger o entrudo. Esta defendeu-se por sua vez lembrando à folha oficial de ela ter saudado a molhadela no ano anterior, quando o brinquedo foi jogado pela família do ex-governador, com a participação do Chefe de Polícia João Coelho Bastos inclusive, e de, tal como a polícia, agora estar mudando de atitude.

Tanta polêmica não se reflete na versão do próprio acusado, o tenente Pedro Nicolau da Silva Telles, 22 anos, solteiro, alfabetizado, no depoimento prestado ao Chefe de Polícia no dia seguinte ao fato. O jovem oficial relatou que não jogava entrudo na rua, embora um dos amigos que o acompanhava carregasse limões, e eximiu-se de responsabilidade e da acusação de liderar o grupo, considerando-se por isso injustamente

¹³ As referências a esse jornal são feitas a partir de suas citações em *A Reforma*.

¹⁴ Segundo Paulo Roberto Moreira, a rivalidade entre as duas forças chegava a provocar sérios confrontos, verdadeiros tumultos e até mortes entre grupos de ambos os lados. O orgulho e o prestígio dos militares após a guerra do Paraguai e a impopularidade da polícia era outro fator que agravava as provocações entre as duas forças e possíveis resistências às autoridades civis. Ver Paulo Roberto Staudt

intimado. No entanto admitiu que, no momento da intimação, teria dito ao Fiscal “que como militar, não se sujeitava a ordem de Doutor paisano”.¹⁵ Esta declaração deve ter sido suficiente para que o Chefe de Polícia decidisse por sua prisão, visto que neste momento encerra o breve interrogatório, não chegando a inquirir o Fiscal ou outras testemunhas.

O episódio acima, com suas diversas versões e trocas de acusações entre os jornais contribui para evidenciar algumas confusões e contradições que o entrudo estaria trazendo à tona na sociedade porto-alegrense. A primeira diz respeito à ausência de um consenso entre o que era ilegal, o que era tolerável e o que não o era no entrudo. Apesar de o entrudo ser jogado de forma generalizada, mesmo com tantos temores em relação à saúde dos praticantes, e as posturas contra ele nunca terem sido cumpridas à risca, o exemplo das autoridades da província parecia ter desmoralizado definitivamente qualquer pretensão de levá-las à sério. A atitude que foi tomada no ano seguinte pela polícia para tentar remediar o erro cometido só conseguiu agravar a confusão e acabou resultando em uma tentativa desastrosa e inadequada de reprimir uma tradição que por si só já dava margem a muitos conflitos.

A intervenção da polícia também constituiu-se em um problema porque, não bastasse ter decidido tomar zelo pelo cumprimento da lei que um ano antes ajudara a desmoralizar, ainda agia de forma injusta, sem um argumento legítimo para a repressão, punindo uns e protegendo outros e assim, via de regra, continuava provocando mais confusão do que a prevenindo. O entrudo podia ser um pretexto para a polícia exercer

Moreira. Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre (1868-1888). Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/UFRGS, 1992.

¹⁵ Auto de Perguntas feitas ao Tenente Pedro Nicolau da Silva Telles. 26/02/1870. Secretaria de Polícia. maço 67. Arquivo Histórico do RS.

um abuso da autoridade que sequer servia ao cumprimento da lei, mas ao seu uso arbitrário em desavenças pessoais e políticas.

“O procedimento da polícia em relação ao cumprimento das posturas municipais proibitivas do jogo de entrudo não tem qualificação.

Enquanto a cidade inteira joga e diverte-se, a polícia só multa quem lhe parece, com a mais revoltante injustiça e iniquidade (...)

Tivemos conhecimento de algumas pessoas multadas, que divertiam-se na mesma ocasião em que outras praticavam da mesma sorte e mesmo lugar, mas umas eram culpadas e outras não.

Contam-nos ainda que, enquanto um subdelegado, acompanhado de ordenanças, deixava a sua própria família jogando o entrudo, mandara ou fizera multar a outra mais adiante!

Isto chama-se escândalo!”¹⁶

Não bastasse ainda a polícia usar dois pesos e duas medidas na hora de cumprir sua obrigação, ela também era acusada de exorbitar tanto sua função legal como o mais recomendável bom senso: “O furor de prender é tal nos homens da reação que até por jogar entrudo se mandam cidadãos à cadeia!”¹⁷ Parecia um sensível exagero que conflitos de entrudo, que costumeiramente resolviam-se no âmbito privado, acabassem levando a medidas extremas, ainda mais quando tratava-se de um rapaz de uma “respeitável família”. Mas se a tolerância ao entrudo era habitual, ela exercia-se dentro de certos limites que não eram os mesmos para toda a população, e para a polícia variavam conforme as conveniências políticas.

“O que, porém, o senhor chefe de polícia não podia, nem pode proibir, é que as famílias no interior de suas casas divirtam-se do modo que muito bem queiram. (...)

Julgamos pernicioso o entrudo, especialmente o público, do meio das ruas, sem respeito às conveniências, à saúde dos transeuntes, e na maior parte das vezes brutal - pelo emprego de bacias d'água, tintas, etc., etc.; mas ninguém pode proibir que as famílias, que os cidadãos dentro de suas casas, com as pessoas de suas relações, esmaguem todas as laranjinhas presentes e futuras!”¹⁸

¹⁶ *A Reforma*, 1º de março de 1870.

¹⁷ *Idem*.

O jornalista de *A Reforma* defendia uma limite preciso para a tolerância ao entrudo: o âmbito doméstico delimitava as fronteiras que o tornavam aceitável e não sujeito às posturas públicas. Estas, no entanto, não faziam qualquer distinção entre o jogo público e o privado. As Posturas Municipais apenas estabeleciam que “é proibido o jogo de entrudo dentro do município”, proibiam também a venda das respectivas “laranjas” e estipulavam multas aos infratores.¹⁹ Na verdade o dito jornalista esforçava-se para não ter que aceitar o entrudo do modo como ele era jogado, alinhando-se ao partido dos que o condenavam, e ao mesmo tempo não dar razão à repressão das autoridades.

O seu pretendido entrudo estritamente familiar e doméstico era algo próximo de uma ficção. Os mais antigos relatos mostram que, muito embora ocorressem batalhas de limões de cheiro entre famílias amigas, ficar de tocaia nas janelas e ensopar passeantes distraídos era um dos prazeres prediletos das donzelas da terra, ainda mais se as vítimas fossem estrangeiros.²⁰ Na “Chronica de Porto Alegre”, publicada pelo jornal *Mercantil* em 1855, um irônico “Estudante”²¹ comentava a frustração das mocinhas da cidade que ficaram o dia de entrudo à espera nas janelas, sem que os rapazes aparecessem para fazer sua parte no jogo.²² Os rapazes brancos, por seu lado, também extrapolavam a prática familiar ao atirar polvilho sobre mulheres negras que encontravam pela rua.²³ Mas não eram só mocinhas e rapazes de bom tom que jogavam entrudo em público. O mesmo cronista oferece descrições do entrudo dos negros, reclamando que a polícia limitava-se a rir de suas brincadeiras enquanto eles tomavam conta da rua e impediam os outros

¹⁸ *A Reforma*, 27 de fevereiro de 1870.

¹⁹ Cf. Livro de Registro das Posturas Municipais de 1824 até 1888 (Posturas Policiais oficialmente publicadas em 1838): ver edital publicado em *A Reforma*, 06 de fevereiro de 1872.

²⁰ Ver o relato do viajante inglês John Luccok, de 1808, sobre o banho que tomou das filhas do Governador, reproduzido em Athos Damasceno Ferreira, op. cit. p. 10.

²¹ Pseudônimo do jornalista José Cândido Gomes (1826?-1916). Cf. Ari Martins, *Escritores do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Ed. UFRGS/IEL, 1978.

²² *Chronica de Porto Alegre*, 24 de fevereiro de 1855.

escravos de trabalhar,²⁴ e também faz uma interessante observação a respeito do “poviléu”:

“Nestas dúvidas devia estar o Sr. Entrudo quando ouviu a gritaria de alguns rapazes e moleques que se atiravam água, lama e o que mais achavam perto, e tudo convertiam em armas *entrudais*. Reconheceu que tinha chegado no seu dia; (...)”

O Entrudo teve um momento de raiva vendo-se entregue ao poviléu, mas sempre uma pessoa se consola com o mal alheio; lembrou-se ele que também os máscaras pelas festas nacionais, os - vivas na praça - e outras coisas, têm vindo a ser propriedade exclusiva do poviléu; porque o domingo d’entrudo não o havia de ser?”²⁵

A irritação do cronista, tanto com o entrudo popular quanto com o dos escravos, era fruto do medo de que uns e outros extrapolassem o seu papel habitual. Em todo o país as formas e significados de jogar entrudo, da aristocracia ao “poviléu” e os escravos, variavam conforme a posição social, e a velha ordem patriarcal garantia seus espaços diferenciados. O que acontecia nas maiores cidades, principalmente durante a segunda metade do século XIX e de forma particularmente intensa no Rio de Janeiro, era que estas regras eram insistentemente transgredidas e já não se respeitavam hierarquias e distinções, para desespero de muitos jornalistas e literatos cariocas.²⁶ Porém o que inquietava os jornalistas porto-alegrenses da década de 1870 não era não só a defesa do entrudo estritamente familiar de uma suposta intromissão das posturas públicas, reservadas ao populacho, mas o aproveitamento político da impossibilidade de controlar abusos e desrespeitos quando os novos praticantes da velha brincadeira ocupavam o espaço da rua.

²³ Cf. Aquiles Porto Alegre. *Noutros tempos*, Porto Alegre, Globo, 1922. p. 153.

²⁴ *Chronica de Porto Alegre*, 1º de março de 1852. O trecho que fala dos escravos tem uma transcrição publicada em Sérgio da Costa Franco. *Guia Histórico de Porto Alegre*, op. cit. p. 103.

²⁵ Idem. 24 de fevereiro de 1855.

²⁶ Ver Maria Clementina Pereira Cunha. *Você me conhece?*, Campinas, 1995. mimeo. Ver também Leonardo Affonso de Miranda Pereira. *O carnaval das letras*, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1994.

“A festa correu animada, e anteontem a cidade se transformou num dilúvio. Os bandos folgazãos percorriam-na de um ponto a outro, assaltando casas e transeuntes.

Não nos consta que se tivesse dado fato algum de gravidade, em que tivesse de intervir a polícia.

Houve, porém, muita disputa, muita queixa, muita reclamação, de uns que queriam molhar, e de outros que não queriam ser molhados.

No furor do divertimento, alguns se mostraram inconvenientes, insultando a quem lhes dirigia alguma censura, como sucedeu a uma pobre senhora, que vendo quase afogado o seu filho por um taverneiro da rua Duque de Caxias, ao chegar à praça do Gen. Osório, e indignando-se do procedimento brutal deste, recebeu em troca uma aluvião de impropérios, em altas vozes, diante de toda a vizinhança.

Cenas destas escandalizam; e merecem repressão. Nem mesmo diante da liberdade do folguedo deve-se abocanhar uma senhora, que protesta contra o uso do entrudo.”²⁷

Naquele ano de 1873, segundo o cronista Desjenais,²⁸ a polícia teria anunciado sua desistência em proibir o entrudo, o que faz a notícia acima nos dar mais um exemplo de como estava se tornando complicado para os cidadãos se entenderem sobre os limites do aceitável e do inaceitável, e de como para a folha liberal agora era conveniente considerar o perigo da falta de repressão. Mas os jornalistas da *Reforma* não se demonstravam tão incomodados com este mesmo entrudo anárquico das ruas quando surgia oportunidade de ridicularizar seus desafetos ou a polícia do governo ao qual faziam oposição. Nestes casos, a brincadeira era legítima e as suas vítimas é que se comportavam de modo equivocado.

“Certo personagem, que pelos óculos e gravidade do porte, quer inculcar a ciência que não lhe dá seu pergaminho e muito menos seu pobre bestunto, formalizou-se mui seriamente, porque alguns moços, aliás seus conhecidos, jogaram entrudo com sua excelentíssima esposa. Aos olhos míopes desta notabilidade todos deviam respeitar sua esposa e não jogar-lhe limões estando ela em exibição em dia de entrudo, somente pelo profundo respeito e acatamento que todos devem aos seus galões e ainda mais ao seu título de doutor.

Quando um indivíduo, por mais alto que se julgue colocado, possui-se de uma ridícula folface, consegue justamente o efeito contrário, cai no ridículo e torna-se objeto da risada e do debique daqueles que o conhecem e sabem os seus fiascos e a sua mazela. (...) ”

²⁷ *A Reforma*, 27 de fevereiro de 1873.

²⁸ “Folhetim”. *A Reforma*, 23 de fevereiro de 1873.

Os que jogaram uma laranja de entrudo à sua senhora riem-se da sua toleima e dão-lhe o desprezo que merece.

Há cabeças tão rudes, tão ocas, que por mais que façam, nada conseguem.”²⁹

Reivindicar o respeito à hierarquia e à posição social em dias de entrudo, neste caso, podia ser um convite ao ridículo e ao deboche geral e a provocação não representaria escândalo nenhum. Os tradicionais charivaris e troças carnavalescas podiam servir muito bem como arma política nas páginas de um jornal engajado como *A Reforma*. O insulto e a caçoada freqüentaram suas páginas para fustigar adversários sob a forma de versos de formato nada erudito, intitulados “Bate-moleque - Para o carnaval”, e um autor auto-intitulado “Zé Pereira”:³⁰

Moleques!... Senhor...
O Gregório é homem mau?
É, sim, senhor;
Diz de pedra o que é de pau?
Diz, sim, senhor.
E merece chorumela?
Merece, sim, senhor.
Por fazer de manivela?
É, sim, senhor.
Ora, batam, moleques...
Batemos, sim, senhor.

Moleques...! Senhor...
A instrução está em atraso?
Está, sim, senhor.
Tem havido algum desazo?
Tem, sim, senhor.
É devido à zoocracia?
É, sim, senhor.
Que as ciências atrofia?
É, sim, senhor.
Ora, batam, moleques...
Batemos, sim, senhor.”³¹

É difícil saber a quem exatamente dirigiam-se tais xingamentos e provocações, pois os versos poderiam tratar de algumas polêmicas ou personalidades da política provincial difíceis de ser identificadas. Ao que tudo indica, tratava-se de formas populares e burlescas de brincadeiras infantis. Versos semelhantes poderiam ser encontrados na Festa do Divino, no Rio de Janeiro do século XIX, em recitações de palhaços acompanhado por respostas em coro e palmas compassadas por bandos de

²⁹ *A Reforma*, 20 de fevereiro de 1872.

³⁰ Zé Pereira era como chamava-se os grupos de tocadores de instrumentos de percussão muito populares no carnaval do Rio de Janeiro, mas sem registro conhecido de sua existência em Porto Alegre até o ano de 1877; certamente no caso do “Bate-moleque” foi empregado com outro significado.

³¹ *A Reforma*, 02 de fevereiro de 1873.

crianças.³² Neste caso do carnaval de Porto Alegre, estes versos não só podiam divertir as crianças como tinham um forte conteúdo político em suas caçoadas. Uma semana após o primeiro “Bate-moleque” de 1873, *A Reforma* publicou o “Novo Bate-moleque” escrito pelo “Zé Pereira Filho”, com direito a carta de apresentação do pai. Os versos abaixo muito provavelmente se referiam a algum alto funcionário da Corte que *A Reforma* desejava ver longe da cidade:

“Sr. redator

Diversos moleques do meu distrito, como sejam o Papagaio, o Felizardo e outros, tendo-se queixado que o meu Bate-moleque, publicado em seu conceituado jornal, não está completo, peço a V. S. a publicação do que hora envio, que pode ser considerado como continuação do primeiro.

É feito por meu filho, rapaz pândego a toda prova.

De V. S.
atento venerador
Zé Pereira”

Moleques!... Senhor!...
Ou querer, ou não querer?
Duma banda só...
S. Gregório há de morder?
Duma banda só...
Do colarinho a branca ponta?
Duma banda só...
Com a queda que já conta?
Duma banda só...
Ora batam, moleques!...
Batemos, sim, senhor...

Moleques!... Senhor!...
Vocês querem foguetinhos?
Queremos, sim, senhor...
Verônicas e Bentinhos?
Queremos, sim, senhor...
Para a festa que há de haver?
É, sim, senhor!...
Ora, batam, moleques!
Batemos, sim, senhor...

Moleques!... Senhor!...
Ou querer, ou não querer?
Duma banda só...
S. Gregório vai roer?
Duma banda só...
Osso duro que pediu?
Duma banda só...
Ao Paranhos lá do Rio?
Duma banda só...
Porto Alegre vai ficar?
Duma banda só...
Sem foguetes prá comprar?
Duma banda só...
Da partida na função?
Duma banda só...
Deste triste paspalhão?
Duma banda só...
Q’as desgraças o esfreguem?
Duma banda só...
E os diabos o carreguem?
Duma banda só...
Ora batam, moleques!...
Batemos, sim, senhor!³³

³² Cf. Melo Moraes Filho, apud Martha Campos Abreu. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro 1830-1900*. Campinas, Tese de Doutorado em História Social/Unicamp-IFCH. 1996. p. 48

³³ *A Reforma*, 09 de fevereiro de 1873.

A vítima da brincadeira outras vezes parecia tratar-se da figura dos jesuítas, alvo preferido do anti-clericalismo dos liberais. No ano seguinte o “Gregório” vai aparecer diretamente associado ao jesuíta e ao clero, em versos intitulados “Redondo Sinhá” e em outro “Bate-moleque”. O “Papo-roxo” da sátira abaixo poderia ser uma alusão ao Bispo e jesuíta D. Sebastião Dias Laranjeira, cujas atitudes provocavam a Assembléia Provincial e chegaram a dividir o Partido Conservador, que naquele ano perdeu o domínio do parlamento da Província para os liberais:

“Oh! Sinhá, minha Sinhá!
O redondo, Sinhá!
Reco-reco, reco-reco.
O redondo, Sinhá!

Seu Gregório, chegue cá
- oh! que cara tão maldita -
Que diabo tem Você,
Seu Gregório Jesuíta?

Oh! Sinhá, minha Sinhá! (...)

Não seja Mané de Souza,
Seu Gregório do Diabo!
Olhe que a rapaziada
de Você já vai dar cabo!

Oh! Sinhá, minha Sinhá! (...)

Vocês deixem de lambança,
que isto assim vai muito mau.
Se não querem tomar tento,
ronca pau e muito pau!

Oh! Sinhá, minha Sinhá!
O redondo, Sinhá!”³⁴

Moleques!
Senhor?
Quem conhece o roxo-papo?
Todo o mundo, sim, senhor!
Quem despreza tal harpia?
Todo o mundo, sim, senhor!
Quem o tem por velho trapo?
Todo o mundo, sim, senhor!
Quem lhe sabe a biografia?
Todo o mundo, sim, senhor!
Ora, batam, moleques!
Batemos, sim, senhor!

(...)

Vocês querem dar arrocho?
Queremos, sim, senhor!
E um jumento prá montar?
Queremos, sim, senhor!
Querem, pois, o Papo-roxo?
Queremos, sim, senhor!
Pois se o querem, vão buscar!
Nós já vamos, senhor!
Ora, corram, moleques!
Corremos, sim, senhor!”³⁵

E quando o que estava em questão eram os desmandos da polícia, os abusos e conflitos do entrudo também deixavam de ser algo mais grave. Conflitos entre a população e os policiais pareciam não ser raros quando estes tentavam intervir nos

³⁴ *A Reforma*, 12 de fevereiro de 1874, apud Athos Damasceno Ferreira, op.cit. p. 26.

³⁵ *Idem*. op.cit. p. 24.

problemas do entrudo. Uma intervenção arbitrária e infeliz da polícia era o suficiente para fazer esquecer a desaprovação ao seu jogo público e dar um sentido político ao incidente. É o caso de uma notícia intitulada “A polícia e o povo”, publicada em *A Reforma*, onde se dá a razão aos entrudeiros.

“Anteontem, à noite, quando tocava música na praça do Palácio, o jogo de limões de entrudo entre alguns capetas deu lugar a uma rusga, acompanhada de alguns empurrões.

Intervindo, porém, o redator do jornal oficial, que também nesta situação policia, prendeu a um do povo; e o povo por sua vez entendeu que não devia ir o homem preso e exigiu a sua liberdade.

O polícia soltou-o imediatamente, debaixo das apupadas de alguns e do riso de todos que lastimam, neste país, os constantes abusos da autoridade policial.

O cidadão que foi preso pelo subdelegado foi justamente preso? Então, por que foi solto? Seria por medo ou por favor? (...)

Seria solto o preso por não ter ele culpa? Não devia ficar detido? Mas então, por que se efetuou a prisão?

Não é um abuso, um crime, prender-se um cidadão somente pela boa vontade do subdelegado? (...)”³⁶

Em primeiro lugar, a cena descrita acima já nos apresenta um ambiente bem diferente daquele estritamente familiar anteriormente defendido para o entrudo: o cenário são as tradicionais “retretas” promovidas pelo Palácio do governo todos os domingos, realizadas onde hoje está a praça da Matriz, e os jogadores de limões estão fantasiados de diabo.³⁷ O fato de o subdelegado que efetuou a malograda prisão ser redator do “jornal oficial”, o *Rio-grandense*, adversário político da *Reforma*, muito provavelmente foi uma motivação a mais para a publicação da notícia com tal destaque e grau de implicância. Mas também pode nos revelar um indício de como a relação entre “povo” e polícia no entrudo daqueles primeiros anos da década de 1870 era facilmente politizada, principalmente quando entrava em questão a competência e a isenção das autoridades da Província. Por mais que, para alguns, a repressão se fizesse necessária nos dias de folia,

³⁶ *A Reforma*, 14 de fevereiro de 1871.

recorrer à força policial não trazia garantias. A falta de providências diante da desmoralização da polícia foi o objeto das reclamações de um “A pedido” mandado publicar na *Reforma* por alguém que assinou como “O jogador de entrudo”:

“ATENÇÃO - Pergunta-se ao Sr. Dr. Chefe de Polícia que providências tomou sobre os bofetões e socos que levou o sargento de polícia, e tomada do preso do poder deste, por um alemão que mora na rua da Cadeia por ocasião do entrudo de pedras que jogava o tal alemão que foi preso [sic], em flagrante, quebrando vidraças, e atirando pedradas nas famílias que se achavam nas janelas. O sargento foi espancado publicamente; o preso foi tomado e solto, por aquele morador à rua do Ouvidor; parte houve do fato, e providências esperam-se, e esperar-se-á até novo entrudo, e assim é esbofetado um sargento, que por desgraça, pelo cargo que ocupa, nem queixar-se pode sem licença de seus superiores.

Apanhem, polícias, que para isso foram feitos e ganham soldo.

Providências, Sr. Dr. Chefe de Polícia; não acabe de desmoralizar este corpo policial. Que ao contrário teremos de procurar outras providências.”³⁸

A exploração política de eventuais conflitos provocados pelo entrudo por um jornal partidário como *A Reforma* poderia explicar, portanto, as manifestações de simpatia dos jornalistas pelo jogo das molhadelas, enquanto na capital do país a imprensa era quase unânime em condená-lo, com raras exceções. Deve-se considerar também as devidas proporções e especificidades do problema do controle da ordem social ao comparar as duas cidades.

Apesar do que sugerem os episódios relatados acima, não se deve pensar que as autoridades da Província não estivessem preocupadas com a segurança pública. Desde o final da Guerra do Paraguai o governo provincial teria investido quantias crescentes na força policial, fato em boa parte motivado pela instabilidade social gerada na Província pela desmobilização das tropas, pelos bandos de desertores e pelo crescimento das

³⁷ Esta foi a mais antiga das raras referências às fantasias de diabo que encontrei no carnaval de Porto Alegre, embora fossem muito populares nos carnavais cariocas por esta época. Ver Maria Clementina Pereira Cunha, *Você me conhece?*, op.cit.

³⁸ *A Reforma*, 05 de março de 1870.

“classes perigosas” nas cidades.³⁹ Mas em Porto Alegre não era algo incomum a autoridade dos policiais ser desafiada por populares nestes tempos. O despreparo e a arbitrariedade da força policial eram acompanhados por atitudes de resistência e de desprezo por parte da população.⁴⁰ Vigilantes e vigiados, apesar de compartilhar a condição de pobreza e frequentar os mesmos espaços de lazer e sociabilidade, como tavernas, vendas e becos, não tinham uma convivência muito pacífica.

A documentação da Secretaria de polícia poderia oferecer uma outra perspectiva dos conflitos envolvendo o entrudo, mas fornece escassos registros do envolvimento de populares em delitos criminais unicamente por aquele motivo.⁴¹ Ao que tudo indica, houve prisões por brigas, embriaguez e crimes como nos dias normais, não tendo como causa diretamente o entrudo, como foi o caso do assassinato da preta Benvinda pelo seu amásio, o português Francisco José de Souza, tripulante de barco. Segundo versão publicada em *A Reforma*, ambos brigaram em baile realizado na rua do Riachinho, onde Benvinda, moradora do beco do Poço, teria envergonhado Francisco. Este decidiu romper a relação, e como fosse seguido pela ex-amásia até o trapiche, ali a asfixiou e a jogou no rio.⁴² Poderia também ser citado o caso da prisão do escravo Jorge, 32 anos, que se dizia alfaiate, por ter agredido Maria Antônia, 29 anos, moradora do beco do Fanha e que se declarou meretriz. No Auto de Perguntas, Maria Antônia defende Jorge alegando que seus ferimentos deviam-se a uma queda provocada pelo

³⁹ Segundo Paulo Roberto Moreira, o custo da força policial teria aumentado em mais de 80% entre 1868 e 1888; em 1875 constituía a 6ª parte da renda provincial. Ver Paulo Roberto Staudt Moreira, op. cit.

⁴⁰ Ver Paulo R. S. Moreira, op. Cit.

⁴¹ Foi consultada a documentação da Secretaria de Polícia existente no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs) para os anos 1870-1875, constituída em sua maior parte por autos de perguntas, declarações e correspondência.

⁴² *A Reforma*, 20 de fevereiro de 1874.

entrudo.⁴³ Neste caso o entrudo não só não foi a origem do delito, como foi utilizado como forma de encobrimento, evidenciando o pouco valor que lhe era atribuído como transgressão.

Relacionado diretamente ao entrudo, houve o caso do incidente envolvendo o soldado do Corpo Policial Domingos Felipe Santiago, 20 anos, natural da Bahia, solteiro, analfabeto e o escravo José. Este último teria ameaçado o policial com uma faca no interior de uma venda, pouco depois de este ter destruído seus tabuleiros de “laranjas” de entrudo.⁴⁴ A presença de escravos jogando e vendendo objetos para o entrudo não era novidade e já havia sido registrada em antigas crônicas.⁴⁵ Mas ocorrências como as apresentadas acima sugeriam que o entrudo era brincadeira apreciada pelos mais pobres e desclassificados, entre eles escravos, libertos, trabalhadores temporários, marinheiros, prostitutas, e que não era um momento de exceção da vigilância policial e dos conflitos cotidianos. Para jornais como *A Reforma*, no entanto, problemas envolvendo o entrudo dos populares não costumavam ser registrados a menos que dele se pudesse tirar proveito político.

2. Precisamos de carnaval

Na primeira metade da década de 1870 iniciaram-se as tentativas de alguns grupos de jovens porto-alegrenses para conferir ao carnaval um significado e uma forma diferente das práticas do entrudo. Por aqueles tempos ganhava adeptos a opinião de que era preciso encontrar uma alternativa totalmente diferente. Era preciso para isso que

⁴³ Auto de perguntas feitas ao pardo Jorge, escravo de D. Tereza Emilia de Lima, 03 de fevereiro de 1872, Secretaria de Polícia, Maço 67, AHRs. Citado em Paulo Moreira, op. cit.

⁴⁴ Auto de perguntas feito ao soldado do Corpo Policial Domingos Felipe Santiago, 05 de fevereiro de 1872, Secretaria de Polícia, Maço 67, AHRs.

⁴⁵ Cf. *Chronica de Porto Alegre*, Tipografia do Mercantil, 1852, 1855.

carnaval e entrudo não mais se confundissem, e que o primeiro se revestisse somente de valores positivos para assim se contrapor ao segundo, que representaria todos os males.

Alguns jornalistas dedicaram-se à construção de uma nova imagem ideal para o carnaval. Desjenais, redator de *A Reforma*, antecipou-se à criação das sociedades carnavalescas e apresentou em seu folhetim dominical algumas das idéias que deveriam animar o novo espírito carnavalesco das associações que estavam para nascer naquele ano de 1873. De início, seu artigo apresenta o carnaval como uma festa universal. Conta a história comum aos intelectuais da época, localizando seu apogeu na antiga Veneza, de onde estaria se espalhando por toda a humanidade, conquistando todos os povos civilizados. Mas o maior interesse do autor volta-se para o Rio de Janeiro, pois lá já teria acontecido o que muito se desejava para Porto Alegre - o fim do entrudo:

“O [carnaval] do Rio de Janeiro já se pode ver, já tem interesse e importância. Um grande número de sociedades carnavalescas capricham na ostentação com que se apresentam nos seus ruidosos passeios, na fertilidade das lembranças extravagantes, no gosto e riqueza com que preparam os teatros e as ruas por onde tem de transitar o préstito folgazão.

(...) ali já não se conhecem esses elementos de molhadelas. Só há bisnagas de fragrante essência, que é mesmo um regalo achar um mortal quem o borrije com o cheiroso liquido; só há confeitos e flores para oferecer ao sexo das gentilezas.

Pelas ruas centenas de carros percorrem em todas as direções conduzindo lindas máscaras, uns incorporados formando préstitos das sociedades, outros passeando isolados. Milhares de máscaras a pé se aglomeram a proibir o trânsito de uma rua para outra. As casas onde funcionam as sociedades carnavalescas, as ruas adjacentes, [estão] cheias de painéis, alegorias, versos, ditos picantes, coretos, músicas. (...)”⁴⁶

O cenário que se descreve é sedutor, com ruas fervilhantes, mascarados extravagantes e préstitos elegantes. Não existem mais banhos involuntários, brigas, confusão. Algum leitor que já tivesse conhecido o carnaval das ruas do Rio de Janeiro não poderia deixar de sorrir diante um quadro tão distante da realidade. As sociedades

⁴⁶ *A Reforma*, 23 de fevereiro de 1873.

carnavalescas de fato existiam e percorriam as ruas da Corte com seus préstitos de carros alegóricos, mas o entrudo estava longe de ter sido abandonado pela população. O que é descrito por Desjenais bem poderia ser o sonho de muitos intelectuais, literatos e jornalistas cariocas para um carnaval e um povo mais civilizados. Estes gostariam de ver o fim não só do entrudo, mas de todas aquelas figuras populares do carnaval que povoavam as ruas, como os diabinhos, os dançarinos com cabeça de velho, Zé Pereiras, cucumbis e outros mais. Mas pelo menos naquela década de 1870 os seus apelos e o exemplo das sociedades carnavalescas pareciam ser em vão.⁴⁷

A Corte surge como a versão nacional para aquela festa de toda a humanidade e o modelo de civilização para a Província. Nas imagens que projeta para o carnaval do Rio, Desjenais está idealizando o que gostaria de tornar realidade para Porto Alegre. Ele se pergunta: “E aqui, o que temos? O entrudo, o velho entrudo.” Com decepção ele constata que o velho e atrasado entrudo era a grande diversão dos porto-alegrenses. Nas casas, nas ruas, nos bondes, todos e em todo o lugar continuavam jogando entrudo, e continuavam também as conseqüentes brigas domésticas e públicas. As comparações com os “magníficos” carnavais da Corte e das grandes cidades européias tentam mexer com o orgulho e a imaginação dos pacatos cidadãos. Porto Alegre estaria mais atrasada até mesmo que outras cidades da Província:

“Trabalhemos, portanto, para acabar com o entrudo. Olhem: no Rio Grande e Pelotas já há carnaval; e é até vergonhoso para a mocidade porto-alegrense ter deixado a rapaziada daquelas cidades por-lhe o pé adiante. (...)”

Temos tanto carro na cidade; uma rapaziada que se distingue por seu bom gosto e fino espírito (é preciso elogiá-la); porque não havemos de organizar uma sociedade carnavalesca, que enterre para sempre o antiquário entrudo?”⁴⁸

⁴⁷ Ver Maria Clementina Pereira Cunha, op. cit.

⁴⁸ *A Reforma*, 23 de fevereiro de 1873.

O apelo estava lançado e um modelo ideal havia sido apresentado. Desjenais convidava seus concidadãos a abandonar o entrudo e por em prática uma versão mais sofisticada para os folguedos de carnaval. Mas o próprio autor não era o que poderíamos chamar um reformador de costumes convicto. Ele se diz obrigado a confessar, para que suas leitoras não lhe fiquem “querendo mal”, que “apesar de tudo isso, o entrudo tem seus encantos”:

“Eu já não quero falar nesta liberdade de que nos apossamos de entrar por qualquer casa alheia, e ir até o quintal para molhar a sinhá, as velhas e as meninas, até que nos deitam nalguma gamela, cedendo à força de frágeis mãozinhas que nos seguram e nos roçam.

O brinquedo tem outros mil atrativos, e dá lugar a episódios burlescos, aconchegos ternos, a que empreguemos com toda a sem-cerimônia um dos nossos cinco sentidos, coisa que nos é inteiramente proibida nos tempos comuns.”⁴⁹

O autor apresenta suas desculpas ao público feminino pela ousadia de pedir que abandonem o entrudo, e admite que era necessário coragem aos que tomariam essa iniciativa. Certamente haveria muitas resistências a serem quebradas entre o “belo sexo”, que desde longa data era o maior entusiasta em aproveitar o afrouxamento da vigilância paterna que a molhadela proporcionava, e em consequência era também um dos alvos prediletos da campanha para trocar o entrudo pelo Carnaval. Como o próprio Desjenais observa, era a oportunidade de fazer coisas “inteiramente proibidas nos tempos comuns”. Porém mesmo que fosse mais necessário do que desejável, era preciso adotar uma postura mais condizente com os novos tempos que o progresso e a civilização trariam. Tais considerações de simpatia para com o entrudo, porém, não tiveram lugar para alguns de seus colegas de jornalismo. Outros cronistas não pouparam qualificativos sombrios ao jogo das molhadelas quando comparado ao esplendor do pretendido carnaval.

⁴⁹ Idem.

Sem fazer distinções entre o que era condenável e o que ainda era atraente no entrudo e que não poderia ser sacrificado sem exigir resignação pelos prazeres perdidos, no ano seguinte ao apelo de Desjenais, seu substituto, o “Paladino”, decreta a morte deste polêmico costume. Não sente remorso algum e ainda faz questão de dizer que o encomendava a Satanás por toda a eternidade. Finalmente estava-se livre daquele costume que era o “susto das famílias” e não se presenciariam mais suas “cenas selvagens”. Talvez encorajado pelo sucesso da primeira exibição das sociedades carnavalescas, sente-se à vontade de chamar de retrógrado a quem lamente a perda do “execrável” folguedo. Para este autor não haveria mais detalhes a serem considerados, pros e contras a serem pesados, pois tratava-se de uma guerra entre pólos opostos e de convivência impossível, a vitória de um devendo resultar na morte do outro. De um lado estava o descontrole, o atraso e a vergonha dos abusos do entrudo; do outro lado estava o carnaval, representando tudo que poderia ser motivo de orgulho para a cidade: progresso, moralidade, ilustração.

Deve-se observar também que Paladino, além de estabelecer esta dicotomia, já não trata o carnaval como o aperfeiçoamento e modernização de uma antiga festa de prazeres pagãos, como fazia Desjenais, mas o considera uma ruptura definitiva com a licenciosidade e lhe dá um sentido eminentemente moralizador. Os sujeitos de tal ação pedagógica seriam aqueles jovens “corajosos” e “nimamente morigerados” que percorreram em préstito as ruas da cidade recebendo flores e aplausos, exibindo-se como exemplo à sociedade. Sua atitude era mesmo patriótica, pois estariam promovendo os valores do progresso e assim elevando o país entre as nações, e ainda por cima compensando o mau exemplo de autoridades do passado .

“Livre-nos Deus de outro casal de presidentes tão patusco, como aquele que já uma vez o ressuscitou [o entrudo] entre nós; estaremos livres dele para sempre. A cidade de Porto Alegre deve estar orgulhosa de reconhecer em seus filhos desta época, jovens de idéias tão adiantadas, e tão entusiastas do progresso, que não hesitaram em fazer, a porfia, tão grandes sacrifícios, a fim de extirpar do seio da mãe pátria essa feia nódoa, que a envergonhava aos olhos das nações.

Honra, pois, a essa mocidade que, em todos os cometimentos da esfera do conhecimento e da moralidade, não cedem a palma aos países mais antigamente civilizados, e que mais se distinguem nas vias do progresso humano.”⁵⁰

O trecho acima também não deixa de ter um sentido muito particular às relações políticas entre Corte e Província. O autor faz questão de relembrar o fato ocorrido cinco anos antes, quando a família do Presidente da Província jogou entrudo. Os representantes do governo imperial é que teriam trazido de volta aquele costume atrasado que a cidade já teria superado. Fora preciso que as novas gerações da própria cidade dessem o exemplo, tomassem a iniciativa de recolocá-la no caminho do progresso e assim cumprir o dever cívico de livrar a “mãe pátria” do vergonhoso entrudo. A grande novidade do carnaval poderia ter aí um outro significado importante para os seus contemporâneos, que seria o de auto-afirmação e superioridade moral dos valores locais diante do governo central.

Este mesmo sentimento já teria inspirado no passado uma atitude inversa diante do carnaval. Em 1855, quando o Congresso das Sumidades Carnavalescas reunia letrados ilustres, entre eles José de Alencar, para inaugurar o carnaval civilizado no Rio de Janeiro, iniciando assim a era das “Grandes Sociedades”, um cronista rio-grandense reprovava a novidade. Para o já mencionado “Estudante”, aquilo não passava de mais uma mostra de um estrangeirismo e uma frivolidade característicos da Corte, ao contrário da Província, onde predominavam a seriedade e os costumes nacionais:

⁵⁰ *A Reforma*, 14 de fevereiro de 1875.

“Só no Rio é que houve a novidade *del signori carnevale* em lugar do entrudo patricio. Vestiram-se de máscaras algumas dúzias de sujeitos e percorreram as ruas atirando flores e confeitos, foi uma coisa que se parecia com *il corso* de Roma como o amigo Luiz Napoleão se parece com o tio, no nome. Ainda assim os amigos cariocas ficaram tão influídos que vão levar todo o ano a falar nas tais *sumidades carnavalescas*, como até agora levavam a semana a falar no barítono Pilinchintini, ou na cantora Malacalati. É porque aqueles amigos não tendo muito a fazer, tomam em ar de ocupação o que é divertimento, quando nós cá temos por divertimento a ocupação.”⁵¹

Os novos costumes inaugurados na Corte, neste caso, seriam apenas uma outra forma de continuidade de valores pouco recomendáveis que já existiam por lá. Já para “alguns jovens conceituados do comércio” a novidade teria sido mais sedutora do que os brios patrióticos, pois chegaram a cogitar a criação de “um Congresso Carnavalesco em miniatura para refundir os folguedos do Entrudo pelos modelos dos recém adotados no Rio de Janeiro”.⁵² Estamos então diante de evidências de que a repercussão da criação das primeiras sociedades carnavalescas cariocas já despertava a polêmica em torno da adoção do carnaval em lugar do entrudo em Porto Alegre, inspirando tanto a idéia de uma curiosa adaptação (sugerida pela expressão “refundir os folguedos do Entrudo”) como a rejeição em nome de valores locais e nacionais.

Na década de 1870, no entanto, os jovens esmeraldinos e venezianos eram considerados bons patriotas e motivo de orgulho da Província. Já o entrudo representava um valor negativo alimentado por más influências externas e como tal foi associado à imagem dos inimigos políticos. Nas páginas de *A Reforma*, ele poderia ser o retrato do atraso moral e da pouca seriedade do governo central, personificado na figura do “patusco” casal de presidentes. Ou poderia também ser personificado na imagem de outro inimigo predileto dos liberais, sobre o qual estes não se cansavam de atribuir as

⁵¹ *Chronica de Porto Alegre*, 04 de março de 1855.

⁵² Notícia registrada em um jornal não identificado, 1855. apud Athos Damasceno Ferreira, *O carnaval porto-alegrense no século XIX*, op. cit. p.14.

piores qualidades: o jesuíta traiçoeiro, vingativo, cínico. O sinistro jesuíta era tratado como a personificação do mal sobre a terra, o símbolo da reação contra o progresso e a liberdade, o braço obscuro do poder clerical sobre a sociedade. Enquanto os liberais reivindicavam a separação entre Igreja e Estado, a ordem dos jesuítas trabalhava ativamente para ampliar a influência da Igreja sobre a sociedade, de forma particularmente intensa entre os colonos imigrantes. O anti-clericalismo era uma questão particularmente delicada na Província e não foi privilégio exclusivo dos liberais, sendo tradicionalmente defendido por muitos intelectuais rio-grandenses de diferentes posições políticas e com forte presença nos jornais leigos da capital.⁵³ O jornalista de *A Reforma* encontrou uma forma muito grave de condenar o limão de cheiro ao compará-lo com o jesuíta.

“Por causa de um limão quantas desgraças!
O limão era o inimigo da saúde como o jesuíta é o inimigo da humanidade.
O limão, como o jesuíta, precisava das trevas para as suas maquinações e embustes.
O limão entrava pelas janelas e saía sorrateiramente pelo muro do quintal; transpunha as alcovas, metia-se debaixo das camas, atrás dos cortinados, dentro dos guarda-roupas, em toda a parte, sempre traiçoeiro, indigno, miserável.
O limão era a calúnia, o sortilégio, a traição personificada.
Em sua passagem devastadora, fomentava escândalos, ciúmes, intrigas; eram quedas, sobressaltos, murros, duelos, comentários, defluxos, tísica, polícia, cadeia, cemitério!
Onde maior patife, senhores?
Foi desterrado enfim para a glória desta terra.”⁵⁴

Ao outrora tão estimado costume dos antepassados era promovido um linchamento moral e político. Era preciso que ele desaparecesse para que outros valores fossem afirmados em seu lugar, como o autor da crônica afirma a seguir: “Veio substituí-lo o carnaval, folião sem malícias, pândego inofensivo, estouvado, sem prejuízos. É

⁵³ Ver Helga Piccolo, *A política rio-grandense no segundo Império (1868-1882)*, Porto Alegre, Gabinete de Pesquisas de História do Rio Grande do Sul - IFCH/UFRGS, 1974.

⁵⁴ *A Reforma*, 14 de fevereiro de 1875.

franco, nobre, garrido, cavalheiro.” Novamente conferem-se significados precisos e antagônicos às duas posturas, entrudo e carnaval: um era malicioso, traiçoeiro e vulgar, o outro era inocente, inofensivo e nobre. Trata-se de uma dicotomia construída de forma a não deixar dúvidas quanto às diferenças absolutas entre ambas. O esforço doutrinário do cronista o leva a ignorar qualquer ambigüidade ou balanço de perdas e ganhos. A vitória do carnaval era absoluta, indiscutível, e o prestígio e a simpatia com que a população o teria acolhido não deixava dúvidas.

Um olhar mais atento e uma postura não tão preocupada com a apologia da novidade poderia fazer outros juízos sobre o que acontecia. Foi o caso de um folhetinista de *A Reforma* que ousou discordar da opinião dominante entre os jornalistas seus colegas e defendeu o entrudo das acusações que lhe eram feitas. Assinava sob o pseudônimo de “Xicolomã” e suas crônicas eram escritas sob a forma de cartas enviadas a um “amigo Maneco”, seu primo residente no interior. O próprio Xicolomã apresenta-se como alguém pouco à vontade na vida da cidade, a qual ora lhe desperta fascínio, ora desconfiança. Ele dá a entender que o assunto costumeiro do seu folhetim é a crônica da “política da terra” e suas intrigas, mas não pode deixar de comentar o período festivo pelo qual Porto Alegre estava atravessando. Não faltavam atrações na cidade: duas companhias eqüestres e ginásticas, uma companhia de toureadores, o menino prodígio violinista Dengremont, o prestidigitador Maillol e, é claro, o Carnaval.

Corria o ano de 1875 e esmeraldinos e venezianos voltaram a repetir o sucesso do ano anterior. Enquanto os demais comentadores da *Reforma* faziam as mais entusiasmadas declarações de vitória definitiva sobre o entrudo, Xicolomã não participava do mesmo entusiasmo. Usa seu folhetim para dar uma resposta indignada às

injustas e graves acusações ao entrudo, principalmente pelas comparações com o sórdido jesuíta:

“Ó carnaval! Ó famoso bandido e assassino dos velhos estilos dos nossos avós! Porque arrancastes barbaramente a existência ao ancião de barbas ainda úmidas das águas do dilúvio? Não vos contentais com o sacrifício do vosso rival, para sobre sua lápide gravar a injúria fatídica de jesuíta? Quem é o jesuíta - ele ou vós?

Ele entra protegido pelas sombras, no lar das famílias, é verdade; surpreende a virgem adormecida; expande-se em leviandades; rompe os liames da cortesia; é indiscreto por franco; dá ao belo sexo o delírio das bacantes: porém, vós, envergais máscaras no rosto; raspais as barbas; sarapintai-vos do cabelo aos pés; tomais estranhas fisionomias; fingis; dissimulais; disfarçais; mudais de voz para não serdes conhecido.

Respondei-me agora: quem é o jesuíta?”⁵⁵

O autor inverte completamente o julgamento, colocando o antes nobre e civilizado carnaval ocupando o lugar do grande vilão, o jesuíta. E questiona sua superioridade moral sobre o entrudo. Admite que este era perigoso, oferecia às mulheres o “delírio das bacantes” dando-lhes oportunidade de escapar ao controle patriarcal, mas defende-o por valorizar sua franqueza e não vê a vitória do carnaval como algo positivo. A seus olhos não se tratava de progresso e aperfeiçoamento moral mas, pelo contrário, de vitória da hipocrisia e da dissimulação. O carnaval “franco, nobre, garrido, cavalheiro”, por baixo da máscara, não era nada mais que o vaidoso e dissimulado burguês de todos os dias. Não se tratava mais de uma reforma de costumes, nem de uma vitória de novos e elevados valores, mas justamente da consagração do que de pior existiria na conduta dos habitantes das cidades. Que progresso moral haveria na exaltação da vaidade?

O ponto de vista de Xicolomã sobre o carnaval é consequência de como interpreta a cidade. O ambiente urbano é visto por ele como o lugar privilegiado para o florescimento dos vícios e fraquezas da natureza humana. O problema não estaria nos

costumes antiquados e grosseiros, mas nos valores da própria sociedade urbana. Esta era o lugar do interesse egoísta, da corrupção e da falsidade; era o oposto do campo, o lugar da generosidade, da pureza e dos costumes autênticos e verdadeiros.

“Na cidade... quanto lábio frio! Quanto coração gelado! Quantas viúva órfã e donzelas sem lar, sem pão, ocultando nos rendilhados de um criminoso luxo, a víbora venenosa da miséria e da corrupção! Quanta impostura! Quanto charlatanismo! Quantos miasmas! Quanta epidemia! Quanto dobrar fúnebre de sinos! Quanta lama atirada nas vestes da virtude pela devassidão orgulhosa que galopa infrene no carro do progresso!?...

No campo... que ar puro! Que simplicidade de costumes! (...)

Aqui, arte e estudo: aí, natureza e verdade.”⁵⁶

Não conhecemos o verdadeiro nome de Xicolomã e portanto não podemos saber qual a relação que o autor tinha com a cidade, se era seu habitante ou alguém em estadia temporária. Sabe-se que tais folhetins em “linguagem campônia” tiveram certa popularidade sob a pena do desconhecido Xicolomã, e faziam um contraponto às modas literárias de inspiração européia dos jovens escritores porto-alegrenses.⁵⁷ Seu texto nos revela, entretanto, que apesar da sua declarada preferência pela vida pastoril, não deixava de ter simpatia por Porto Alegre e pelo que a cidade tinha de movimentado e festivo por aqueles dias. A dureza do seu julgamento moral não o impede também de reconhecer o sucesso popular do espetáculo carnavalesco e de considerar os desfiles de ambas as sociedades como “inexcedíveis, incomensuráveis, inimitáveis”.

Aliás, não podemos considerar o seu moralismo como algo muito original, visto que ele usa a velha e sempre repetida idéia de que as máscaras de carnaval não eram nada mais do que uma alegoria do fingimento cotidiano, da verdadeira máscara que todos usavam na vida normal. A maior importância deste autor para nós é fornecer um

⁵⁵ *A Reforma*, 18 de fevereiro de 1875.

⁵⁶ *Idem*.

exemplo de como podia ser polêmica, e sujeita a interpretações contraditórias, a por muitos tão exaltada supremacia do carnaval sobre o entrudo. Xicolomã também nos oferece um ponto de vista mais atento às sutilezas da ocasião e aos diversos interesses não declarados dos novos carnavalescos:

“Mas, amigo Maneco, a grandeza encobre o crime.

O modernismo é do carnaval; quem não é sócio da Esmeralda ou dos Venezianos não é filho de boa gente.

O carnaval tem a seu favor o voto da imprensa, dos comerciantes, das modistas, dos alugadores de carros, dos empresários de teatros, dos vendedores de flores, dos cabeleireiros; e o entrudo tem contra si a perseguição da polícia; a condenação do Sr. Dr. Ledo Vega que, apesar de distinto mocetão, tem medo das molhadelas; a reprovação unânime dos homens sérios que *calçam* máscaras e usam barbas postiças!

Pobre entrudo, heróico carnavall... Diria o gênio da moderna eloquência acompanhando o voto da opinião!

Pobre entrudo, heróico carnavall... Dirão todos, menos eu!...”⁵⁸

A franqueza do trecho acima é algo pouco comum de se encontrar nos textos folhetinescos. O autor quer despir de suas proclamadas nobres intenções civilizadoras os defensores do carnaval e inimigos do entrudo: entre estes, tratar-se-ia antes de tudo de fazer a devida distinção dos filhos das “boas” famílias para uns e de ganhar muito dinheiro com a festa para outros. Só não entende porque tamanha distinção deveria provocar tanto medo das molhadelas (e possivelmente das moças!), como jocosamente insinua que seria o caso do Chefe de Polícia, o Sr. Dr. Ledo Vega. Xicolomã não deixa de ridicularizar a hipocrisia da elite que condena as simples molhadelas e não poupa de críticas a própria imprensa, que estaria cedendo à conveniência de acompanhar o voto da opinião pública. Por que combater os singelos velhos costumes, se agora era justamente o progresso que trazia a corrupção? É curioso o modo como via o “modernismo” no carnaval sob um juízo negativo, relacionado a diversas atividades que impulsionavam a

⁵⁷ Ver Athos Damasceno Ferreira, *Imprensa literária de Porto Alegre no século XIX*, Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1975. p. 83

vida urbana, como a imprensa, o comércio e os empresários de diversões. O puro e o autêntico estaria nos costumes simples do campo e do passado.

Os pontos de vista apresentados acima certamente constituem apenas algumas das muitas expectativas projetadas para a pretendida substituição do entrudo pelo carnaval, embora sua presença nas páginas da imprensa garantisse impacto na opinião pública e indicasse uma certa opinião predominante nos meios intelectuais. Deve-se desconfiar dos jornalistas que declaravam que ninguém havia jogado entrudo, haja visto o propósito pedagógico que conferiam às suas crônicas. E ainda é possível que, para boa parte dos porto-alegrenses, aquele novo carnaval não tenha passado de apenas mais uma atração da temporada festiva, sem maior importância. Mas apesar da polêmica, vencendo ou não o entrudo, as sociedades carnavalescas saíram às ruas e foram a novidade que atraiu todas as atenções naqueles primeiros anos.

3. Esmeraldinos e venezianos

Pouco se sabe dos jornalistas que divulgaram a idéia do carnaval nas páginas de *A Reforma*. Neste jornal escreviam alguns representantes ilustres do partido liberal e outros tantos desconhecidos. Entre os pseudônimos, só foi possível descobrir o verdadeiro nome de Desjenais. Este era Joaquim Antônio Vasques, funcionário da Fazenda Provincial, redator de *A Reforma* e membro do Partido Liberal. Ele é descrito por Aquiles Porto Alegre como um participante ativo da vida social porto-alegrense, pela qual teria mais simpatia do que pela atividade política, muito embora sua fidelidade à

⁵⁸ *A Reforma*, 18 de fevereiro de 1875.

disciplina partidária o levasse a assumir compromissos importantes.⁵⁹ Não consta que ele houvesse participado da fundação da Sociedade Carnavalesca Esmeralda em 1873, e também não chegou a participar do primeiro carnaval no ano seguinte, conforme ele próprio declarou em *A Reforma*. Mas com certeza foi sócio da entidade e chegou a presidi-la alguns anos depois. A princípio, não se pode afirmar que houvesse uma relação mais direta entre homens de imprensa e da política e a iniciativa de criar sociedades carnavalescas. O que aproximava Joaquim Antônio Vasques da condição social da maioria dos fundadores da Esmeralda era sua ocupação profissional, a de funcionário público.

A sociedade *Esmeralda Porto-alegrense* teve sua assembléia fundadora em 1º de março de 1873, no primeiro sábado após a quarta-feira de cinzas. *A Reforma* comunica o fato ao público em uma pequena nota, na qual faz votos pelo seu sucesso na missão de “matar” o “grosseiro” entrudo. Dois dias após, noticia-se o nascimento da Sociedade Carnavalesca *Os Venezianos*, motivado pelo mesmo propósito. Dos Venezianos, conhece-se apenas os nomes da diretoria, mas da Esmeralda consta uma relação de trinta nomes que teriam constituído sua Assembléia Fundadora.⁶⁰ De vinte e oito deles foi possível descobrir alguma ocupação profissional, exercida exatamente nos anos de 1873 e 1874. Entre estes nomes, a predominância absoluta é de funcionários públicos: vinte e três ao todo.

⁵⁹ Joaquim Antônio Vasques (? - 1901) foi pagador do Exército na Guerra do Paraguai, Inspetor Fiscal da Fazenda Provincial até 1879 e deputado provincial pelos liberais de 1873 a 1876. Foi também homem de confiança de Gaspar Silveira Martins, o cacique supremo dos liberais gaúchos, sendo seu Oficial de Gabinete quando este foi Ministro da Fazenda do Império em 1878. Cf. Ari Martins, *Escritores do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Ed. UFRGS/IEL, 1978; Aquiles Porto Alegre, *Homens ilustres do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Erus, s.d.

⁶⁰ Esta relação de trinta nomes consta da publicação “Esmeralda”, distribuída pela sociedade carnavalesca no seu desfile do ano de 1909. Já na fase da “ressurreição”, portanto. Cf. *Esmeralda*, 1909.

Além dos funcionários da burocracia imperial, havia quatro comerciantes, sendo dois proprietários de lojas de fazendas e dois relojoeiros e joalheiros. Por fim, um indivíduo do qual se sabe apenas de sua condição de major da Guarda Nacional. Ainda entre os vinte e três funcionários públicos, a predominância é dos ligados à Secretaria do Governo da Província, sendo quatorze ao todo.⁶¹ Entre estes estava o primeiro presidente da Esmeralda, João Olinto de Oliveira, naquele ano promovido a Oficial de Gabinete do Presidente da Província. Também o Secretário da *Esmeralda*, Antônio da Fontoura Barreto, era colega de João Olinto na Secretaria do Governo, e já o Tesoureiro, José Domingues da Costa, era comerciante de fazendas. Entre outros quatro listados apenas como “diretores”, temos mais dois ligados ao comércio, Emílio da Silva Ferreira, com loja de fazendas e modas, e Leopoldo Masson, relojoeiro, e ainda Frederico Augusto de Menezes Lara, ligado à Tesouraria da Fazenda e Norberto Antônio Vasquez, fiscal da Diretoria Geral da Fazenda Provincial.

Embora não se saiba a quantidade de sócios que angariou a Esmeralda neste seu primeiro ano de existência, esta lista de fundadores já nos fornece um perfil dos seus primeiros promotores. A princípio, ele não parece muito distante daquele que seria descrito décadas mais tarde por Paulino de Azurena, segundo o qual a maioria dos componentes da Esmeralda seriam “*moços relativamente pobres: empregados públicos, estudantes, intelectuais*”.⁶² Uma classificação semelhante a esta, já fazendo a devida diferenciação com *Os Venezianos*, consta nas memórias de Aquiles Porto Alegre:

“A ‘Esmeralda’, conquanto formada, em sua maioria, de famílias do nosso escol social, era a mais popular, e a ela pertenciam elementos da burocracia modesta, do

⁶¹ Eram sete Oficiais e seis Amanuenses. Havia também seis funcionários da Diretoria Geral da Fazenda Provincial, sendo seis Oficiais, um Amanuense e um Fiel do Pagador, e apenas um ligado à Justiça, sendo Escrivão de Órfãos e Ausentes. Cf. Almanak administrativo, comercial e industrial rio-grandense para 1873, Antônio de Azevedo Lima e Inácio de Vasconcelos Ferreira orgs, Porto Alegre, 1873.

⁶² Correio do Povo, 25 de fevereiro de 1906.

pequeno comércio e estudantada álacre e ‘desbagada’. Já não eram assim os ‘Venezianos’, que só abria o seu passeio para o alto comércio, capitalistas e outras pessoas gradas.”⁶³

A condição mais “modesta” e menos elitista dos esmeraldinos em relação aos Venezianos também aparece em alguns comentários de jornal neste momento de estréia, porém de forma muito rápida. Mas em nenhum momento tal condição foi apontada como fator de desprestígio dos esmeraldinos, pelo contrário. Todos os cronistas fazem questão de declarar que ambas as associações igualaram-se em excelência na tarefa de acabar com o entrudo e promover um carnaval brilhante, ficando evidente que a iniciativa dos esmeraldinos no mínimo confirmava ou reafirmava sua posição respeitável na sociedade, mesmo com seus integrantes não pertencendo aos círculos mais enriquecidos.

Quanto ao suposto pertencimento dos Venezianos às classes mais abastadas, dispõe-se de menos informações, mas parece se confirmar em parte. De um total de um levantamento de trinta e três nomes de pessoas que teriam integrado as diretorias destas sociedades na década de 1870, só se possui informações seguras sobre dezoito. Com certeza, pelo menos seis destes eram ligados diretamente ao comércio, seja de varejo, atacado ou importação. Outros sete dedicavam-se a atividades empresariais e serviços diversos, e três eram profissionais liberais.⁶⁴ Apenas um único indivíduo consta como funcionário público. A amostra dá o perfil de um grupo heterogêneo, mas incluindo membros do alto comércio e pessoas ligadas a atividades financeiras e empresariais, que são praticamente ausentes no grupo de esmeraldinos apresentado acima.

⁶³ Cf. Aquiles Porto Alegre. *Noutros tempos*. Porto Alegre: Globo, 1922.

⁶⁴ Mais exatamente: um secretário da construtora da estrada de ferro Porto Alegre-Novo Hamburgo; um Secretário do Banco da Província; um agente comercial, um guarda-livros, dois “industriais”, um alfaiate; um professor de piano. Entre os profissionais liberais, dois médicos e um advogado/jornalista. Cf. *Almanak administrativo, comercial e industrial rio-grandense para 1873*, op. cit.

Curiosamente, o único funcionário público identificado foi o primeiro presidente dos Venezianos, sendo inclusive reeleito sucessivas vezes. Joaquim Pedro Salgado, funcionário da Fazenda Provincial, ocupando o cargo de 2º Conferente da Alfândega, era figura de prestígio, na sociedade carnavalesca e fora dela.⁶⁵ Foi membro destacado do Partido Liberal, chegando a exercer mandato de deputado provincial. Já o 1º Secretário dos Venezianos, Manoel José Gonçalves Júnior, era guarda-livros, e chegou a integrar mais tarde a diretoria do Banco da Província do Rio Grande do Sul. O Tesoureiro, Bento Baptista Orsi, era comerciante de fazendas por atacado, e o Procurador dos Venezianos, Nicolau Vicente Pereira, também era homem de negócios.

Ambas as sociedades carnavalescas contaram com indivíduos destacados no mundo das letras, do jornalismo e da política da Província. Aquiles Porto Alegre e Germano Hasslocher foram jornalistas que integraram Esmeralda e Venezianos, respectivamente. Hilário Ribeiro, professor da Escola Normal, escritor de livros pedagógicos adotados em várias províncias do país e que lhe valeram uma cadeira no Liceu de Artes e Ofícios da Corte, chegou a figurar em uma comissão organizadora do baile dos Venezianos. Nesta comissão também consta o nome de Aquiles Porto Alegre, evidenciando possíveis circulações entre as duas sociedades.⁶⁶ Entre *Os Venezianos* estiveram membros do partido Liberal, como o próprio Major Joaquim Pedro Salgado, enquanto a Esmeralda teve como seu segundo presidente um eminente membro do partido Conservador e jornalista, Domingos Francisco dos Santos.⁶⁷ No entanto, a

⁶⁵ O Major Joaquim Pedro Salgado (1835-1906) fez carreira militar até a guerra do Paraguai, depois da qual tornou-se funcionário da Fazenda. Integrou a campanha abolicionista, foi deputado na Assembleia Provincial de 1885 a 1889 e comandou tropas federalistas na guerra civil de 1893-95. Cf. Aquiles Porto Alegre, *Homens ilustres do Rio Grande do Sul*, op. cit. No "Almanak" de 1873 ele figura também como Agrimensor e fiscal suspenso do 1º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional.

⁶⁶ *A Reforma*, 08 de janeiro de 1875.

⁶⁷ Domingos Francisco dos Santos (1841-1910) era engenheiro civil e escrevia folhetins e crônicas no jornal *Conservador*. Foi Deputado Provincial em 1871-72 e 1885-87. Em 1888 deixou os conservadores

filiação partidária não pode ser considerada um elemento de diferenciação entre as sociedades carnavalescas, bem como de identificação entre seus membros. A Esmeralda teve liberais entre seus presidentes, como o nosso já conhecido coronel Joaquim Antônio Vasques (Desjenais) e o coronel Leopoldo Masson. Os Venezianos, por sua vez, tiveram entre suas fileiras figuras como Israel Rodrigues Barcellos Filho, médico e filho de Israel Rodrigues Barcellos, que foi ex-Presidente da Província e chefe do Partido Conservador, e chegou a ser presidida por Ramiro Barcellos, médico formado no Rio de Janeiro em 1873, que iniciou sua carreira política no Partido Liberal mas logo o abandonou e aderiu à militância republicana. Eventualmente, diferenças políticas associadas a rivalidades pessoais entre seus diretores poderiam vir à tona de forma agressiva, como aconteceu no caso envolvendo o médico e republicano Ramiro Barcellos e o jornalista e conservador Miguel de Werna em 1883, do qual se tratará no capítulo seguinte.

Dissidências e rivalidades à parte, é muito evidente que ambas as sociedades carnavalescas reuniam entre seus integrantes indivíduos bem posicionados na sociedade local, “filhos de boa gente”. Fossem modestos burocratas ou ricos negociantes, jornalistas e literatos ou membros da elite política, eram jovens que estudaram em boas escolas, conseguiram bons empregos e carregaram o prestígio ascendente das suas famílias e o seu próprio para a exibição pública.

Entre estes pioneiros, um merece atenção especial devido à sua trajetória que pode nos indicar um possível caminho que teria levado à criação da sociedade *Esmeralda*. Trata-se de Leopoldo Masson, relojoeiro, nascido no Rio de Janeiro em 1845. Após tentativa frustrada de estabelecer-se na Corte, ele se muda para Porto Alegre

e filiou-se ao Partido Republicano. Com a República mudou-se para o Rio de Janeiro onde trabalhou no Ministério da Agricultura. Cf. Aquiles Porto Alegre, Homens ilustre do Rio Grande do Sul, op. cit.; Parlamentares gaúchos das cortes de Lisboa aos nossos dias (1821-1996), op. cit.

em 1871, onde abre a relojoaria “A Pêndula Misteriosa”.⁶⁸ Para iniciar contou com a ajuda do crédito de outra firma do ramo, o joalheiro Moisés Aaron & Filhos (entre os quais deveria se incluir Emílio Aaron, outro fundador da Esmeralda). A partir de então começa um empreendimento de sucesso, em sociedade com o ourives Inácio Geyer (outro esmeraldino), que consolida o nome da Casa Masson como um estabelecimento de prestígio.

A relação de Leopoldo Masson com a cidade não se resumia aos negócios. Participou intensamente da vida social e política, sendo membro do Partido Liberal, abolicionista e vereador em sucessivos mandatos na década de 1880, e continuaria integrando o Conselho Municipal durante a República. Viveu na cidade até 1922, quando mudou-se novamente para o Rio de Janeiro. A vivência anterior de Leopoldo Masson na Corte permite a suposição de que seu conhecimento do carnaval do Rio de Janeiro exerceu influência na criação da Esmeralda. As primeiras sociedades carnavalescas cariocas surgiram em 1855 com seus préstitos elegantes; desde então passaram a existir em número cada vez maior e certamente marcaram a juventude do relojoeiro na década de 1860. Uma história publicada quase quarenta anos depois pelo jornal *O Independente*, durante o carnaval de 1910, vem ao encontro a desta hipótese. O artigo, anônimo e intitulado “Homenagem a Momo”, conta uma história do nascimento do carnaval em Porto Alegre, na qual Leopoldo Masson e sua família estiveram envolvidos:

“O Carnaval porto-alegrense nasceu de uma bomba d’água que o entrudo traíçoeiro, penetrando nas trincheiras que os irmãos Masson (Leopoldo e Luiz) haviam construído em um sobrado à rua dos Andradas, em 1870, irrigando à mangueira os transeuntes.

Um caixeiro da botica Luiz Masson que ficava por baixo do sobrado onde se achavam os irrigadores, a cavaleiro de qualquer investida, deu entrada, por uma porta falsa que havia na escada a qual só ele conhecia, a uma legião de entrudeiros comandada pelo Cel. Joaquim Pedro Salgado.

⁶⁸ Cf. Walter Spalding. *Construtores do Rio Grande*. Porto Alegre, Sulina, 1970.

O assalto foi realizado de surpresa e a provisão d'água existente no sobrado serviu para inundar a casa toda (...).

Na quarta-feira de cinzas, o saudoso dr. Amedeu Masson (pai) aconselhou a fundação de uma sociedade para matar o entrudo.

Nasceu então a Esmeralda, criada pelos esforços do sr. Leopoldo Masson que, como joalheiro, foi o seu padrinho. E logo apareceu o êmulo: os Venezianos, tendo sido o primeiro Carnaval um extraordinário Sucesso. O Entrudo foi coibido e de ano em ano foi menos jogado, até que desapareceu aquele brinco bárbaro e brutal, que era sempre acompanhado de crimes.”⁶⁹

Antes de mais nada, é preciso observar que a data apresentada à batalha de entrudo é um ano anterior à chegada de Leopoldo Masson a Porto Alegre, erro que pode ser creditado às quatro décadas que separam o fato de sua rememoração pelo jornalista. Se este embate realmente aconteceu e precedeu à criação das sociedades carnavalescas, deve ter ocorrido em 1872 ou 1873. Mas a história acima é importante porque, além de confirmar o envolvimento da família Masson no “nascimento” do carnaval em Porto Alegre, também não deixa de trazer outras informações interessantes. Uma delas é mostrar como mesmo os rapazes das “boas famílias” entregavam-se com entusiasmo ao entrudo, não estando imunes aos excessos, nem limitando o jogo à inocência do lar nem dedicando-o exclusivamente ao galanteio ao belo sexo. E também como a rivalidade das duas sociedades carnavalescas poderia ser nada mais do que uma consequência e uma continuação das rivalidades do entrudo sob uma forma menos “brutal” e mais “elegante”. É o que parece indicar esta estranha guerra entre os Masson e a “legião” de Joaquim Pedro Salgado, o muitas vezes reeleito presidente dos *Venezianos*, e o que confere um sentido muito particular à experiência das sociedades carnavalescas porto-alegrenses.

A criação da Esmeralda teria sido, a crer-se na história contada, fruto do empenho de Leopoldo Masson, a ponto de este ser nomeado seu padrinho. De seu pai, Amedeu Prudêncio Masson, sabe-se apenas que era médico e que chegou a ser o

⁶⁹ *O Independente*, 06 de fevereiro de 1910.

presidente da Esmeralda em 1877, o que também demonstra que sua participação não ficou apenas no conselho aos filhos. O próprio Leopoldo Masson também teria presidido a associação no ano de 1880. A experiência que esta família trouxe do Rio de Janeiro pode ter sido decisiva e seria um bom indício de como algumas idéias e práticas do carnaval da Corte foram adaptadas e transformadas para o contexto particular de Porto Alegre e da Província. No caso, a família Masson, quando propôs a criação de uma sociedade carnavalesca, certamente tinha em mente o modelo das associações que proliferavam no Rio de Janeiro desde a década de 1850. Por aquela época, a intenção das sociedades cariocas era menos querer acabar com o entrudo e as formas populares de brincadeiras que tomavam conta das ruas da Corte, do que distinguir-se delas colocando-se num patamar mais elevado. Para os membros do Congresso das Sumidades Carnavalescas, União Veneziana, Bohemia, Estudantes de Heidelberg e muitas outras, tratava-se de estabelecer sua distinção dando uma forma mais sofisticada e culta ao carnaval através dos préstitos destas sociedades.⁷⁰ Esta experiência teria marcado a juventude de Leopoldo Masson durante a década de 1860.

Obviamente não se deve supor que os Masson fossem os únicos porto-alegrenses que já teriam morado no Rio de Janeiro e contribuído para uma adaptação. Como já vimos, a presença de médicos e advogados, filhos de famílias privilegiadas, que nesta época precisavam mudar-se até a Corte para estudar, reforça esta suposição. Os negociantes e políticos por sua vez estavam em contato com pessoas de movimentação constante, quando eles próprios não viajavam com frequência. De resto, a própria riqueza e os títulos de bacharel que ostentavam já seriam motivos suficientes para muitos

⁷⁰ Ver Maria Clementina Pereira Cunha, *Batalhas sem confete*, Campinas, 1995, mimeo.

desejarem afirmar sua distinção diante de uma plebe que se divertia com o entrudo nas ruas da cidade.

Na sua transposição para Porto Alegre, a criação das sociedades carnavalescas revestiu-se do significado de rejeição total e absoluta do entrudo. No caso porto-alegrense, para os seus protagonistas este tipo de carnaval equivaleria a algo como uma conversão imediata para hábitos mais civilizados, e se voltaria para o restante da população como um exemplo e um espetáculo a ser apreciado no lugar do “bárbaro” entrudo. Como ninguém mais jogaria o velho brinquedo, a distinção se estabeleceria unicamente entre os que desfilavam em préstitos e os que deveriam assisti-los e aplaudi-los nas ruas. Filhos de “boa gente” não deveriam mais jogar entrudo; quanto aos demais também não deveriam mais entrudar, mas passar a participar como espectadores, deixando-se educar e “civilizar” pelos primeiros. No entanto, vale lembrar mais uma vez que por outro lado seus dirigentes estavam continuando de outra forma velhas rivalidades antes existentes no entrudo e certamente conhecidas por toda a comunidade da pequena cidade. A própria existência de um grupo rival que ameaçava realizar uma exibição superior constituía-se numa grave ameaça ao prestígio do outro, reforçando a necessidade da competição. Deixava-se de combater com água para se usar flores e confeitos, mas continuava o sentido de combate. Não mais se molharia ninguém, mas era preciso ser mais espirituoso e sofisticado que o adversário e conquistar a simpatia popular.

O cunho familiar e distinto era algo que aproximava Esmeralda e Venezianos das primeiras associações cariocas, como o Congresso das Sumidades Carnavalescas e União Veneziana, as quais reuniam muitos literatos e estudantes, e as afastava da tendência que se seguiu nas décadas seguintes, de estas sociedades caracterizarem-se

como associações exclusivamente masculinas e boêmias e cada vez menos elitizadas, incluindo os pequenos empregados da cidade.⁷¹ As duas sociedades porto-alegrenses, por sua vez, nunca abriram mão de ser um grupo seletivo a quem possuísse dinheiro e prestígio. A dificuldade em manter intocável a distinção social e o prestígio foi uma das prováveis causas de sua decadência na década seguinte, como veremos no capítulo três. Por ora, basta ter conhecimento dos modelos que inspiravam os pioneiros esmeraldinos e venezianos e alguns modos particulares de sua adaptação às condições sociais e políticas locais.

4. E nasce a “era carnavalesca”

Era domingo gordo do ano de 1874 e os determinados “irmãos universais”⁷² Venezianos davam seus primeiros passos pelas ruas da cidade com o elevado propósito de acabar de uma vez por todas com o entrudo. Tão nobre missão foi levada a efeito com o desfile dos sócios em carros abertos devidamente decorados. À sua frente, uma “orquestra” montada e uniformizada e três batedores conduzindo a bandeira vermelha da sociedade. Fantasiados com o maior luxo possível, os Venezianos percorriam as principais ruas da cidade previamente enfeitadas pelos moradores, e travavam um animado combate de flores e confeitos com as famílias que se aglomeravam para saudá-los.

“O povo, circulando o préstito e acompanhando-o em massa a perder de vista (tal era a concorrência!), dava aos festejos uma concorrência tal, que tornou-o bem aceito e muito interessante.”⁷³

⁷¹ Esta tendência, porém, foi acompanhada do repúdio ao entrudo e demais práticas populares pela campanha “civilizadora” das grandes sociedades cariocas. Ver Maria Clementina Pereira Cunha, op. cit.

⁷² “Irmãos Universais” era uma auto-denominação dos pioneiros carnavalescos. Não se encontrou evidências de que ela continuou a ser usada com o passar dos anos.

⁷³ *A Reforma*, 19 de fevereiro de 1874.

Não houve um único noticiarista ou folhetinista de *A Reforma* que não anunciasse a exibição de ambas as sociedades como um estrondoso e empolgante sucesso.⁷⁴ Semelhante ao dos rivais foi o préstito de gala dos esmeraldinos, realizado na terça-feira de carnaval, optando por apresentarem-se de modo uniforme, todos vestindo fantasias escocesas e precedidos por um carro no qual uma menina levava sua bandeira verde. A maior diferença em relação aos venezianos seria terem apresentado um passeio burlesco com carros de crítica, onde encenavam troças com a salubridade pública, entre outras, e faziam imitações cômicas.⁷⁵ Os esmeraldinos não obtiveram menos êxito, segundo a imprensa, recebendo uma calorosa acolhida por parte da população (Ver anexo, figura 1).

Ao que tudo indica, o desejo de mudança era algo em voga na cidade. Ainda no ano anterior, quando nasceram as sociedades *Esmeralda* e *Os Venezianos*, os promotores da festa de Nossa Senhora dos Navegantes, ao convidarem a “rapaziada” para os bailes de máscaras no arraial do Menino Deus, também já os convocavam para os futuros bailes carnavalescos, como iniciativa para “acabar com o funesto entrudo, pouco próprio de uma cidade como Porto Alegre”.⁷⁶ A Câmara Municipal, por seu lado, teria tomado providências para que as ruas por onde passariam os préstitos estivessem limpas e ornamentadas.⁷⁷

Para a imprensa, era a tão esperada “completa mudança de costumes” que finalmente chegava. De sua parte não havia faltado empenho para convocar a população

⁷⁴ Cf *A Reforma*, 19 de fevereiro de 1874, 21 de fevereiro de 1874, 22 de fevereiro de 1874, 15 de março de 1874.

⁷⁵ A introdução dos carros de crítica nos desfiles das sociedades também estava começando no carnaval carioca na década de 1870. Ver Maria Clementina Pereira Cunha, *Batalhas sem confete*, op. cit.

⁷⁶ *A Reforma*, 02 de fevereiro de 1873.

⁷⁷ Cf. Athos Damasceno Ferreira, op.cit. p. 28.

a aderir ao “Carnaval” e abandonar de vez o entrudo. Mais uma vez, ficava expressa a intenção, tanto de jornalistas quanto dos promotores da festa, de que as sociedades carnavalescas não fossem apenas uma brincadeira a mais a distinguir os jovens das boas famílias, mas que elas servissem de instrumento para uma mudança de atitude de toda a sociedade. Por isso tantos apelos para que os habitantes da cidade voltassem suas atenções exclusivamente para elas e trocassem os limões pelas flores. Se a população demonstrasse pouco entusiasmo pelos préstitos ou mesmo alguma indiferença, a iniciativa teria sido um fracasso.

“Imponente e agradável deve ser o passeio carnavalesco, se como é uso em todas as cidades civilizadas, os moradores prepararem suas testadas convenientemente; e se embelezarem suas janelas com damascos e outros enfeites; e se finalmente, em vez do limão prejudicial, jogarem confeitos e flores. Os mascarados, Venezianos e Esmeraldinos, serão a flor dos moços da nossa sociedade, a boa gente da terra; e por isso tem direito a todas as atenções dos habitantes; aos quais cabe também de sua parte secundá-los no abrilhantamento da festa carnavalesca.”⁷⁸

Esmeraldinos e venezianos tinham que convencer toda a população de que se divertiriam mais e ficariam mais satisfeitos se aceitassem ser os coadjuvantes da nova festa. Mas na concepção dos que idealizavam o carnaval, era uma relação de reciprocidade que se estabeleceria. Os novos protagonistas da folia ofereceriam à população um tal espetáculo de bom gosto e civilização como ela não presenciaria em qualquer outra oportunidade; em troca receberiam o devido reconhecimento e consagração, com aplausos, flores, aclamações. Era o momento de serem reconhecidos como os mais ilustres membros da sociedade, a sua elite intelectual e moral, bem como os portadores de uma missão toda especial.

“A nossa cidade está em revolução, mas essa é pacífica, e contudo regeneradora: promovem-na os sócios das sociedades carnavalescas, que andam aí abaixo e acima, pondo todos em alvoroço.

⁷⁸ A Reforma, 12 de fevereiro de 1874.

E é nobre a sua missão; e à população desta cidade compete agora secundar os esforços que faz a mocidade animando-a. Como os antigos paladinos da Idade Média, que batiam-se galhardamente só para receberem em troca um sorriso, ou uma lembrança grata da dama de suas afeições, assim também venezianos e esmeraldinos, à porfia, se atiram à luta, aspirando, como único galardão, a uma recepção estrondosa, a uma manifestação de simpatia; mas as suas armas são mais delicadas, e a sua causa é mais nobre que a daqueles, pois eles batem-se pela civilização, pela inoculação de idéias adiantadas, enquanto que aqueles somente o faziam para satisfazerem um capricho pessoal, sem fim algum, nobre, que os justificassem.

Nós saudamos com verdadeiro entusiasmo os iniciadores e sustentadores dessa idéia grandiosa.”⁷⁹

Aos habitantes da cidade caberia demonstrar seu reconhecimento por tão nobres e regeneradores esforços, embelezando suas casas e ruas e promovendo manifestações de simpatia, integrando-se à nova festa. No ano de 1875 os próprios Venezianos já mandam publicar, junto às convocações de sócios e programa dos festejos, apelos à co-participação da população.⁸⁰ Estes pareciam surtir efeito, pois o *A Reforma* já noticiava iniciativas de indivíduos que organizavam comissões de moradores de sua rua ou quadra para acolher os préstitos com a devida pompa. Sobre estas pessoas também recaía uma parte do prestígio pelo sucesso do carnaval, com o devido destaque a seus nomes. Estas atitudes também contribuíam para dar uma forma efetiva à idéia de reciprocidade que se pretendia por em prática entre carnavalescos e moradores da cidade.

“Em algumas ruas da cidade (...), os seus habitantes concorreram para os festejos carnavalescos, tapeçando de flores e folhas as testadas e janelas, alçando bandeiras nas sacadas e colocando flâmulas entre os prédios. A quadra da rua dos Andradas, entre a rua Clara e a do Arroio, foi embelezada com palmeiras e estas enfeitadas com flores e bandeiras; e defronte a residência do Sr. Diretor do Arsenal, esteve armado um coreto onde à tarde tocava uma banda de música.”⁸¹

Ao que tudo indica, esmeraldinos e venezianos obtiveram um relativo sucesso em mobilizar seus concidadãos para recebê-los. No ano seguinte ao da estréia, o

⁷⁹ *A Reforma*, 08 de fevereiro de 1875.

⁸⁰ *A Reforma*, 29 de janeiro de 1875. 04 de fevereiro de 1875.

prestígio das sociedades carnavalescas e do novo carnaval parecia ter-se consolidado. Devidamente enfeitada, a cidade as recebe de modo triunfal. Por seu lado, os préstitos das sociedades já começavam a parecer mais sofisticados e concorridos, tendo os venezianos apresentando um mais bem elaborado carro triunfal e um cortejo com cerca de trinta carros conduzindo sócios fantasiados de personagens históricos e literários, enquanto a Esmeralda promoveu um desfile a cavalo e um passeio burlesco, sendo as duas associações saudadas com flores, perfumes, fogos de artifício e aclamações. Os venezianos, embora não apresentassem críticas, como os esmeraldinos, na noite de terça-feira fizeram um “enterro dos ossos”, em que conduziram um esquife e um carro funerário juntamente com um leitão assado pelas ruas da cidade, prática que parece mais próxima de antigas tradições que do carnaval veneziano, e no caso estaria simbolizando tanto o término da folia como a morte do velho entrudo.⁸²

Nestes primeiros desfiles ainda não havia muitos carros de críticas, mas a troça carnavalesca se fez presente em versos distribuídos à população. Foi o caso do “*Recitativo Dedicado às Formosas Porto-alegrenses*”, um conjunto de dez estrofes que se dividem entre elogios à beleza das donzelas da terra e uma “profissão de fé” anticlerical dos venezianos:

“(…)
Castas donzelas desta terra ingente,
Lindas estrelas de eternal fulgor,
Daí hoje aos filhos da Veneza ardente
Flores, sorrisos e um olhar de amor!

Eles são todos galhofeiros entes,
Castos, bondosos e gentis até;
Se são devotos, santarrões e crentes...
É bem que ouçais a
Profissão de fé!

⁸¹ *A Reforma*, 11 de fevereiro de 1875.

⁸² *Idem*.

Eles não crêem no poder do Papa
Nem nos padrecos - jesuítas vis!
Nem nesses homens de comprida capa,
Que em tudo metem colossal nariz!

(...)

Eles não crêem nas visões dantescas,
Nem nas corujas de grasnar feroz,
Nem nas imensas pastorais, tão frescas,
Nem na mais negra excomunhão atroz!

Mas eles crêem nos olhares puros
De vós, ó virgens de brilhante alvor!
Nesses cabelos divinais, escuros
Onde se enreda apaixonado amor. (...)”⁸³

Seria uma curiosa mistura de galanteio, apelo por reconhecimento e declaração de identidade com manifesto anti-clerical, onde os venezianos autodenominam-se “castos, bondosos e gentis” e ao mesmo tempo zombam a Igreja e da excomunhão. Outro exemplo do humor carnavalesco voltado à zombaria dos costumes foram os versos “*Coisas Quadradas*”, distribuídos pelos esmeraldinos para ridicularizar as modas femininas:

Nos tempos antigos, de eterna lembrança,
passavam contentes os nossos avós.
Sem mil baboseiras que vêm-nos da França,
pomadas, essências, anquinhas e pós.

As donzelas eram lindas
sem ter luxo, ostentação,
e nas faces não traziam
pó de arroz e vermelhão.

(...)

As moças de agora são todas disformes
com trouxas enormes pendentes atrás,
andando nas ruas se julgam faceiras!
Parecem leiteiras trazendo jacás!

⁸³ Idem.

Guerra aos “puffs” indecentes,
e às anquinhas que o são mais!
Refleti neste conselho
que é de um velho, mães e pais! (...)”⁸⁴

A insistência das sociedades carnavalescas em dirigir seus apelo às mulheres não era apenas por motivo de gracejos. O sentido moralizante dado ao novo carnaval que chegava à cidade mostra uma de suas facetas quando se preocupa com o controle familiar sobre a mulher. A perda desse controle era um dos medos que o entrudo provocava; era o risco dos “abraços traiçoeiros que começavam na porta da rua e iam terminar mesmo nas barbas dos senhores pais de família”⁸⁵ e que colocavam estes em estado de alerta. Nem mesmo a ameaça da “tísica”, suspeita de ter causas no entrudo, não parecia suficiente para diminuir o entusiasmo feminino pela brincadeira.

Embora as sociedades Esmeralda e Venezianos tivessem nascido como iniciativas masculinas, uma das suas principais motivações consistia em atrair e conquistar o gosto feminino para este novo tipo de folguedo e assim oferecer-lhes uma alternativa ao entrudo, mais controlada e menos perigosa. Apostava-se na adesão das mulheres ao carnaval como contrapartida do galanteio oferecido pelos jovens das recém criadas sociedades. No ano de 1875, *A Reforma* já informava da presença de algumas moças no desfile dos Venezianos. O esforço de adulação e conquista também pode ser interpretado de um trecho do artigo de fundo do jornal distribuído pela sociedade Esmeralda no carnaval daquele mesmo ano:

“Se é o sexo mimoso, aquele que tem o dom de todas as graças, que é o enlevo das festas, a alma da vida, deve a Esmeralda maior soma de agradecimentos, a este mais especialmente ela se dirige. Morreriam todas as galas e os festejos do carnaval se lhe faltasse o encanto peculiar à mulher, à mulher brasileira, sobretudo adorável pela beleza, sedutora pela graça e simplicidade de seu coração, que só sabe abrir-se

⁸⁴ Idem

⁸⁵ *A Reforma*, 14 de fevereiro de 1875.

aos amores santos, às festas civilizadoras, como são aquelas que promove e leva a efeito a “Esmeralda”.

Graças, pois, a todas.

Continue a vir daí a aceitação e entusiasmo e a Esmeralda prosseguirá ufana e radiosa na senda que se traçou.”⁸⁶

Se tanta atenção é dedicada ao público feminino do carnaval, com a declarada intenção de convencê-las a desistir do entrudo e aderir à festa sofisticada e galante dos rapazes carnavalescos, por outro lado também estamos diante de um momento em que a presença das mulheres na vida pública porto-alegrense está a chamar atenção. Era a presença feminina em alguns eventos nada festivos ou tradicionais, como as reuniões e debates da sociedade Partenon Literário ou as sessões da Assembléia Provincial, que provocava comentários dos jornalistas. Um caso destacado foi o de Luciana de Abreu, professora da Escola Normal, que ocupava a tribuna dos literatos porto-alegrenses em palestras e conferências nos saraus do Partenon.⁸⁷ Embora tal fato possa estar nos indicando uma exceção antes que uma regra, sua relevância fazia as opiniões virem à tona e ocupava os intelectuais provincianos com a questão. A imagem da mulher culta provocava polêmica e ganhava defesa nas palavras de um folhetinista como Desjenais.

“As moças desta terra estão ficando muito adiantadas, não só na literatura como na política e outros ramos das ciências humanas.

Em breve teremos doutoras, a calcular pelo que vemos, pela assiduidade com que concorrem às funções onde o pensamento se faz ouvir pela palavra.

O Partenon, nos seus saraus, fica completamente cheio: as galerias da Assembléia constantemente ocupadas (...); a escola normal não pode admitir mais alunas. (...)

Não é debalde que aí pela campanha se diz que as moças de Porto Alegre pouco cuidam de modas, e que mais se aplicam aos livros.

É o melhor elogio que podiam fazer às minhas patricias.”⁸⁸

⁸⁶ *A Reforma*, 11 de fevereiro de 1875.

⁸⁷ Cf. Lothar Hessel et alii, *O Partenon Literário e sua obra*. Porto alegre, FLAMA, Instituto Estadual do Livro. 1976.

⁸⁸ *A Reforma*, 26 de abril de 1874.

Os elogios de Joaquim Antônio Vasques à instrução feminina incentivam esta atitude no seu público leitor, pois os folhetins da *Reforma* eram quase sempre dirigidos às mulheres. Às “gentis leitoras” eram dedicadas crônicas semanais sobre os costumes da cidade, das grandes festas e das temporadas no Teatro São Pedro. A seu modo, esses escritores de “rodapés” domingueiros que louvavam o carnaval em suas colunas também se esforçavam em construir uma imagem idealizada para a mulher: elegante, educada e culta; e por outro lado aplaudiam a moralidade feminina no carnaval, onde o seu lugar passa a ser nas ruas atirando flores aos préstitos ou nos bailes, devidamente fantasiadas, onde ora elas se confundem com a decoração que embeleza o salão, ora são seres angelicais que encantam seus admiradores. Todas as alusões à participação feminina no carnaval excluem dela qualquer traço de licenciosidade, construindo sempre um sentido de pureza. Este aspecto bem comportado chega a ser elogiado como a característica superior que distinguia o carnaval porto-alegrense e o fazia um “carnaval de família”, na percepção da imprensa local:

“Aplaudimos o carnaval daqui muito mais do que em outras cidades. Aqui tomou ele um caráter familiar; pode dizer-se mesmo que é um carnaval de família.”⁸⁹

Nesta questão pode ser constatada uma particularidade no modelo de carnaval introduzido pelas sociedades Esmeralda e Venezianos, quando comparadas à prática das associações carnavalescas cariocas. Enquanto no Rio de Janeiro, por esta época, a licenciosidade já começava a se consolidar como uma característica do carnaval destas associações estritamente masculinas,⁹⁰ os reformadores do carnaval porto-alegrense

⁸⁹ *A Reforma*, 14 de fevereiro de 1875.

⁹⁰ Sobre a licenciosidade nas associações carnavalescas do Rio, ver Cristiana Schettini Pereira. Nas barbas de Momo: os sentidos da presença feminina no carnaval das “Grandes Sociedades” nos últimos anos do século XIX, Campinas, IFCH/Unicamp, 1995.

batem-se pela moralidade. E a estratégia adotada é oferecer uma alternativa sedutora, capaz de convencer as famílias e principalmente as mulheres a abandonar o entrudo. Embora sempre dirigidas por homens, as sociedades chegaram a admitir a presença das mulheres “de família” na organização e exibição pública nos prêmios, tomando um rumo oposto ao das suas congêneres cariocas neste aspecto. Por este lado, o carnaval elegante e distinto de Porto Alegre estaria mais parecido com as muitas sociabilidades familiares da pequena cidade, como eram os saraus dançantes, quermesses e outros eventos sociais.

Ainda tratando-se deste aspecto, outro traço iria conferir aos carnavais de Corte e Províncias forma e significados diferenciados. Trata-se do lugar conferido às mulheres durante a folia, no que diz respeito aos espaços público e privado. A característica familiar teria desaparecido entre as associações cariocas a partir da década de 1860, quando passaram a ser integradas exclusivamente por homens. A presença da mulher de família nos passeios carnavalescos foi excluída, a elas cabendo o papel de espectadoras. Ao correr da década de 1880 desfilavam nos carros, ao lado dos homens, amantes, atrizes e prostitutas.⁹¹

Enquanto isso, em Porto Alegre, eram as moças de família que tinham o privilégio da exibição triunfal nos cortejos carnavalescos. Não se trata aqui de apenas comparar diferenças entre as duas cidades, mas de constatar como uma festa de significado pretensamente universal como o carnaval que se tentava implantar, tanto na Corte como na Província, na verdade servia para exprimir significados os mais diversos conforme as situações e os interesses dos sujeitos envolvidos. Naquele momento de inauguração do novo carnaval em Porto Alegre, as mulheres são o alvo preferido dos apelos à mudança

⁹¹ As primeiras sociedades carnavalescas cariocas na década de 1850, como foram as Sumidades Carnavalescas e outras, tinham na distinção e moralidade familiar um dos seus critérios de participação. Esta característica acabaria por desaparecer com o surgimento de associações de rapazes que trabalhavam no comércio. Ver Cristiana Scchetini Pereira, op. cit.

de costumes, e a estratégia adotada é chamá-las a retribuir o esforço que os rapazes faziam para oferecer-lhes um belo espetáculo. Como veremos adiante, estes significados se modificarão à medida que as mulheres e outros grupos sociais vão querer tomar parte ativa e ter seu espaço neste pretendido carnaval regenerado.

Outro empreendimento dos novos carnavalescos foram os bailes realizados pelas sociedades. Desta vez já não se tratava de um apelo público. Os bailes eram exclusivos dos sócios e suas famílias, com exceção de “pessoas especialmente convidadas”. Neste momento a condição distinta dos sócios se devia à sua separação do resto da população, que acompanhava os cortejos que se dirigiam ao salão, mas lá chegando ficavam do lado de fora e esperavam o folhetim dominical para ler as deslumbradas descrições dos cronistas. Estes descreviam os acanhados salões como se estivessem transformados em palácios de contos de fadas, onde em meio a uma decoração deslumbrante circulavam as mais belas e espirituosas pessoas e aconteciam os mais sublimes episódios, com o evidente desejo de provocar as fantasias românticas de seus leitores e leitoras.

Mas esmeraldinos e venezianos não deixavam também de emprestar seu prestígio aos bailes públicos no Teatro São Pedro, cujos anúncios nos jornais garantiam sua presença como grande atração. Até um circo em temporada na cidade se valia daquela prestigiosa presença em suas funções para atrair o público. Os bailes mascarados no teatro tinham ainda outra atração além da presença das sociedades carnavalescas: tratava-se de encenações de peças, precedendo o baile propriamente dito, voltadas ao tema do carnaval. Uma das farsas apresentadas em 1875, intitulada “*Disparates do Carnaval ou o Zé Pereira Carnavalesco*”, fazia uma curiosa caracterização de diversos personagens populares atribuídos ao carnaval do Rio de Janeiro:

“*Joaquim Madruga*, tocador de clarineta para maçar o próximo nos dias de Carnaval (...); *João Pimpão*, charuteiro tocador de zabumba pelo mesmo motivo (...); *José da Véstia*, vendedor de galinhas e tocador de caixa de rufo por sua conta e risco (...); *Manoel Ferreira*, assoprador de fagote para prejuízo dos tímpanos da humanidade (...); *Joana Perereca*, virtuosa criatura que frequenta o Pavilhão (...); *Chico da Venda*, pedestre formando, como sempre, a Opinião Pública (...); Mascarados de todos os gêneros.”⁹²

Chama atenção, em primeiro lugar, a inclusão de instrumentos de sopro como fagote e clarineta na composição do Zé Pereira, que sempre foi um grupo exclusivamente de percussão. Levando em conta que era uma encenação cômica com atores locais, e que a primeira aparição de um Zé Pereira em Porto Alegre foi apenas em 1877, é provável que não se tratasse de uma tentativa de representação fiel daquele costume do carnaval carioca. É difícil saber o porquê da referência ao Rio de Janeiro, mas se na verdade tais personagens caricatos eram inspirados em tipos populares do carnaval das ruas porto-alegrenses, não existe qualquer outro registro deles nas páginas de *A Reforma*. Se existiram, não foram considerados dignos de nota. O que se registra da participação de outros grupos no carnaval, além de esmeraldinos e venezianos, é tratado pelo jornal como mera contribuição para a campanha destes em acabar com o entrudo, e não se lhes dá maior atenção, merecendo apenas breves menções:

“Diversos grupos de moços da boa sociedade, entre eles empregados do comércio e artistas, formam-se, combinam-se e devem vir a ser um concurso valioso.

Podemos portanto dizer: felizmente está completamente morto o fatalíssimo entrudo.”⁹³

No carnaval de 1875 diversos grupos mascarados percorreram as ruas. Um deles, os *Musterreitz*, dedicava-se a figurar os caixeiros viajantes alemães que percorriam as colônias, apresentando-os cavalcando bestas. O outro eram *Os Menestréis*, um grupo de

⁹² *A Reforma*, 02 de fevereiro de 1875.

⁹³ *A Reforma*, 28 de janeiro de 1875. Ver também *A Reforma*, 17 de janeiro de 1875.

músicos fantasiados de garrafas de cerveja.⁹⁴ Mas apesar de serem muito apreciadas, as troças e brincadeiras dos mascarados não eram consideradas pelos jornalistas mais do que coadjuvantes da missão do verdadeiro carnaval.

Apesar de não ter deixado de despertar polêmica, é preciso reconhecer que o surgimento das sociedades carnavalescas mobilizou a população em torno de algo novo. Tratava-se agora de um espetáculo que não era mais proporcionado por algum circo que chegasse à cidade, alguma procissão religiosa ou uma cerimônia oficial a percorrer as ruas, embora pudesse manter com eles alguma semelhança na forma. A principal atração eram os próprios cidadãos se auto-representando em grande estilo, em uma espécie de desfile ao mesmo tempo burlesco, pedagógico e cívico. Ou, pelo menos naqueles tempos pioneiros, apenas por alguns grupos que se consideravam a parte mais seleta da sociedade, e que por isso se julgavam no direito de fazer tal auto-celebração e assim confirmar sua distinção dos demais. Para muitos intelectuais domingueiros daquela acanhada cidade de Porto Alegre, o singelo passeio de alguns jovens em fantasias de gala pelas suas estreitas e mal calçadas ruas tinha um significado grandioso. Era a vitória de uma idéia nova entre os mais jovens, um símbolo positivo do progresso que chegava àquelas terras longínquas.

Um progresso simbólico, uma cidade livre de costumes atrasados como o entrudo e adotando no carnaval os ideais do século XIX e as práticas da Corte e da civilização européia, indicando o crescimento de um novo espírito público mais auto-confiante e progressista, mesmo diante de toda a precariedade material da capital. É o que exemplifica a crônica do já citado “Paladino” que, após exaltar a excelência do carnaval de 1875, não pode deixar de prosseguir tratando de outros assuntos

⁹⁴ A Reforma, 11 de fevereiro de 1875.

corriqueiros, que retratavam a face real da cidade, como ruas tomadas por sujeira, mau cheiro e “miasmas” venenosos, matilhas de cães barulhentos e agressivos, nuvens de mosquitos e “enormes tropas de ratões”. Não era à toa que sonhava-se com uma sofisticada Veneza.

Capítulo 3

A sociedade na rua

Não duraram muito as esperanças de que o Carnaval promovido pelos jovens das “melhores famílias” tomasse definitivamente o lugar do entrudo nos hábitos da população porto-alegrense. Passados alguns poucos anos, os jornais já admitiam que as tradicionais molhadelas não foram abandonadas, e voltavam mesmo com força renovada através da nova moda das bisnagas, o substituto moderno dos limões de cera. Neste momento esmeraldinos e venezianos estavam ainda longe de perder seu prestígio como promotores do carnaval, mas não tinham o controle que desejaram ter sobre o comportamento dos demais cidadãos. E, por outro lado, os membros das duas maiores sociedades carnavalescas nem sempre confirmaram por suas atitudes a elegância e a distinção que pregavam, não conseguindo colocar a festa acima dos interesses e disputas partidárias que alimentavam as rivalidades pessoais entre seus membros. Não tardou a percepção de que a idéia de introduzir em Porto Alegre o carnaval sofisticado e progressista que fazia jus aos avanços do século enfrentava dificuldades ou estava condenada ao fracasso.

O declínio do carnaval da Esmeralda e dos Venezianos na década de 1880 foi marcado pela frustração e progressivo abandono por parte de seus antigos promotores.

Mas o período que sucedeu a fundação destas duas sociedades carnavalescas deve representar para nós muito mais do que o apogeu e queda destas duas entidades. Foi um período de experiências e tentativas de diversos grupos para participar daqueles carnavais e marcá-los com sua presença. Além da diversão e da troça dos costumes cotidianos, surgia a oportunidade de reivindicar prestígio e reconhecimento diante da comunidade, bem como de manifestação política, podendo-se ridicularizar publicamente os inimigos. Ao correr do tempo outros sujeitos quiseram tomar parte naquelas festas de Momo e adaptaram para sua condição social e valores aquelas formas de comemorar e de exhibir-se ao público. Tratava-se de pequenos negociantes, mulheres, negros escravos e libertos, imigrantes alemães, empregados do comércio, moradores dos arrabaldes, enfim uma diversidade de posições sociais e pontos de vista pelos quais se participava do pretendido modelo do carnaval “legítimo”.

Neste capítulo se procurará avaliar alguns fatores associados ao declínio de Esmeralda e Venezianos, e também interpretar as manifestações de outras sociedades carnavalescas que foi possível conhecer através de jornais da época, evidenciando a diversidade de significados e este sentido de busca de reconhecimento público e auto-afirmação que o carnaval representou entre diversos grupos daquela sociedade porto-alegrense do século XIX.

1. Bisnagas, seringas e limões

O retorno da brincadeira das molhadelas às ruas centrais de Porto Alegre, apesar de toda a campanha que contra ela fizeram as distintas sociedades carnavalescas, teve, segundo os jornalistas da época, um responsável à altura: o incorrigível Zé

Povinho. Mas acusar os mais humildes de frustrarem os desejos de triunfo do carnaval da sociedade elegante era um argumento frágil. As molhadelas de entrudo já não eram as mesmas do velho limão de cera, pois a última moda eram as caras bisnagas importadas, aliás introduzidas pelos maiores comerciantes da cidade.¹ Aderir aos esguichos tornou-se um novo símbolo de status carnavalesco pelo qual muitos não podiam pagar. Aos que não podiam participar do grupo seletivo das sociedades carnavalescas ou pagar para adotar a última moda restava voltar aos velhos costumes ou inventar outras formas de se divertir.

Um exemplo de representação da reação popular às novidades do carnaval pode ser encontrada em uma crônica semanal publicada pelo jornal literário *Álbum do Domingo*, no ano de 1879. Para ilustrar a dificuldade do “Zé-povinho” diante do alto custo das bisnagas francesas, que sequer podiam ser reaproveitadas, o autor conta uma pequena história onde um pai de família “muito econômico” vê-se em apuros para atender os pedidos da filha. Esta o atormenta para que lhe compre bisnagas para jogar o entrudo, mas ele resiste quando fica sabendo que teria que pagar mil réis por uma delas. “- *É para quem quer e pode*”, respondia-lhe o caixeiro da loja diante de suas reclamações. A salvação do “pai burguês” foi encontrada quando estava diante da vitrine de uma botica, onde ficavam expostas uma porção de seringas de uso médico. Ali ele tem a grande idéia e corre para casa, manda a esposa buscar a seringa que tinham guardado e a entrega à filha. “- *Aqui tens: enche d'água e vai molhar o Chico.*” A filha protesta, quer uma bisnaga, mas o pai é irredutível. Ela então se conforma e vai molhar o primo Chico com a seringa.

¹ A moda das bisnagas teria tomado conta da cidade desde 1877, segundo Athos Damasceno Ferreira, *O carnaval porto-alegrense no século XIX*, Porto Alegre, Globo, 1970. p. 44

“A invenção do econômico pai foi um achado maravilhoso para o *Zé-povinho*, que andava a cogitar no meio de brincar sem gastar muito, e via na seringa da menina um exemplo digno de ser seguido.

Correu logo às boticas e comprou seringas, divertiu-se, molhou e brincou economicamente.”²

O “Zé-povinho” era uma classificação social comum de ser encontrada em jornais da época, e costumava ser usada para designar a população em geral, de muito pobres a cidadãos medianos como o “pai burguês” da história acima. Neste caso da bisnaga, ele foi apresentado como aquele cidadão que não está entre aqueles que “querem e podem” comprar tudo que desejam. O próprio autor da história poderia ser enquadrado nesta imprecisa definição de uma “classe média” urbana. Artur Rodrigues da Rocha, escrevendo sob o pseudônimo de *K. Zeca*, tinha então por volta de vinte anos de idade e era carteiro dos Correios e Telégrafos (já no ano seguinte seria promovido a Oficial Administrativo).³ Sua participação na vida social e cultural da cidade foi semelhante a de muitos funcionários públicos e cidadãos letrados: participou de sociedades literárias, escreveu para jornais e integrou sociedades dramáticas amadoras, tendo escrito várias peças de teatro.

A posição de *K. Zeca* em relação à iniciativa das sociedades carnavalescas é de declarada simpatia. A crônica por ele escrita tinha a finalidade de alertar esmeraldinos e venezianos da ameaça a que estavam sujeitos com o retorno do entrudo. Atento ao que se passava entre o “querido Zé-povinho”, o autor tenta mostrar que aquelas sociedades, apesar da estréia triunfal, estavam fracassando na missão de seduzir a população a ponto de fazê-la esquecer dos “velhos usos e costumes”.

² Álbum do domingo, 09 de fevereiro de 1879.

³ Artur Rodrigues da Rocha (1859-1888) foi “teatrologo, contista e crítico social”. segundo Ari Martins; teria integrado as sociedades Ensaio Literários, Dramática Particular Luso Brasileira e Sociedade Ginásio Dramática. Dirigiu os jornais *Correio da Tarde* em Porto Alegre (1877-78) e *O Artista*, em Rio Grande (1881-88). Cf. Ari Martins. Escritores do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, UFRGS/IEL, 1978.

“No primeiro ano de Carnaval o querido Zé-povinho, mais pela curiosidade do que por atenção às proibições e ordens da polícia, que é velha, cansada e reumática matrona, com quem ele nunca se importou, despejou todas as vasilhas d’água, deixou a cera de limões apodrecer nos armazéns e nas tavernas, banuiu de casa as enormes seringas de folha, que eram um flagelo, e mandou comprar flores para atirar nos bandos carnavalescos, saindo em pessoa para ir ver das esquinas desfilar os préstitos.

E era bonito de ver-se como ele, de boca aberta e olhos arregalados, acompanhava aqueles carros e ria-se das pilhérias do Doux, que fazia de *Dulcâmara*, e atropelava-se e pisava-se para disputar a outrem um impresso (...).

Um dia alguém se lembrou de comprar no Rosa uma bisnaga de odorífera água, fazendo a si próprio estas considerações: isto não é jogar entrudo; (...)

E tomou da pequenina bisnaga e foi para a retreta.

Foi na retreta, em palácio, que a coisa começou.”⁴

Não mais do que por curiosidade e deslumbramento, diz-nos o autor, o Zé-povinho dava atenção às sociedades carnavalescas. Se levarmos em conta que estas tinham como uma importante motivação conquistar a adesão do público para a nova idéia de carnaval e educá-lo para novos costumes, seria frustrante constatar que eram considerados apenas uma diversão a mais e que, na primeira oportunidade, o Zé Povinho retornaria à molhadela, como teria acontecido nas tradicionais retretas diante do palácio do governo. Nestas condições, o conselho de K. Zeca para as sociedades não sucumbirem ao dilúvio do entrudo é pragmático: é preciso extasiar o povo, fornecer-lhe um grande espetáculo, pois do contrário pouco valeriam as boas intenções.

“Cada ano que passa, mais forte se torna o brinquedinho, e cuida-se mais das bisnagas de que de encomendar flores para atirar nos *Venezianos* ou na *Esmeralda*, de adornar as ruas e fazer toilette de fantasia. (...)

Esta “Semana” foi especialmente escrita para prevenir as sociedades carnavalescas do perigo que lhes está iminente.

Acautelem-se e procurem evitar a *asfixia por submersão*.

O entrudo as ameaça e é preciso vencê-lo.

Para isso é mister que o brilhantismo das festas este ano seja tal que extasie este povo, tão aferrado aos bárbaros e estúpidos usos de outras eras.”⁵

⁴ *Álbum do Domingo*, op. cit.

⁵ *Idem*.

Artur Rocha parece não ter muita esperança de que o “Zé-povinho” possa ser educado para abandonar hábitos pouco civilizados, ou pelo menos reconhece que ele tem outras expectativas em relação à festa, e que por isso a missão das sociedades é muito difícil. Já nas páginas de um jornal diário como o *Mercantil*, a tendência era ainda manter uma postura otimista em relação aos resultados pedagógicos do carnaval. Apesar de não poderem ignorar o que se passava nas ruas, no ano de 1878 seus redatores ainda não admitem que a adesão da maior parte da população não era a esperada.

“Nos dias das festas carnavalescas nenhum incidente ocorreu que viesse transtornar a ordem e a satisfação popular.

É que a população já compreendeu a superioridade do carnaval ao terrível flagelo da Humanidade - o brutal jogo do entrudo.

Algumas pessoas de posição equivocada e educação duvidosa ainda este ano lembraram-se do estúpido divertimento, usando das bisnagas, seringas e limões, porém foram em número limitado, porque encontraram para reagir o bom senso da maioria da população.”⁶

Com o passar dos anos, porém, esta postura não se manteve e a nova tendência foi o aumento da tolerância para com o entrudo. O jogo passou a ser considerado não mais como um inimigo a combater, mas como parte integrante das folias carnavalescas, agora representando a sua versão popular. Já no ano de 1880, o mesmo jornal *Mercantil*, após descrever os préstitos das sociedades carnavalescas e exaltar o nível de civilização, gosto e riqueza das festas porto-alegrenses, não deixava de fazer com um tom mais ameno o devido registro da participação do “povo”:

“A bisnaga, a seringa e o limão tomaram o seu lugar, com especialidade na rua dos Andradas, onde não era possível pessoa alguma passar sem levar o batismo, como se ainda entre nós houvessem adultos pagãos.

Enfim, o povo, na sua maioria, tanto aqui como em outro lugar, dá o *cavaquinho* pelas *molhadelas*. É um gosto como outro qualquer.”⁷

⁶ *Mercantil*, 06 de março de 1878. Ver também *Mercantil*, 22 de janeiro de 1878.

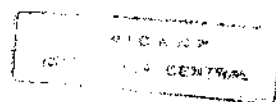
Agora o entrudo já não é mais tão condenável e tornou-se a preferência da maioria, apenas “um gosto como outro qualquer”; não representa mais um atraso, pois também é jogado em outras cidades. A mudança de opinião do *Mercantil* evidencia a percepção de uma redefinição dos lugares de cada posição social na festa, cabendo aos que possuíam bom gosto, posição social e “espírito” destacarem-se por integrar as sociedades Esmeralda e Venezianos, enquanto os demais igualavam-se no anonimato do “povo” que aderira às molhadelas. Mesmo assim, em meio à multidão, além dos que brincavam com as populares seringas e os velhos limões, estavam também os adeptos das caras bisnagas.

Adesões ilustres às molhadelas poderiam ter contribuído em muito para fazer alguns jornalistas desistirem da habitual condenação veemente do entrudo. Se a tão louvada iniciativa dos pioneiros esmeraldinos e venezianos de trazer o civilizado carnaval para Porto Alegre não conseguiu modificar os costumes da maioria da população, o decorrer do tempo mostraria que também teriam dificuldade em convencer os próprios sócios. Não foi raro que entrudo e carnaval se confundissem no movimento das ruas e mesmo nos bailes mais refinados.

As sociedades Esmeralda e Venezianos algumas vezes chegaram a apelar publicamente a seus sócios para que evitassem as bisnagas e não as levassem ao salão de baile, conforme consta nos programas dos festejos que publicavam nos jornais.⁸ Estes apelos pareciam não ter muito efeito, a julgar pelas reclamações de um jornalista que em 1880 ainda resistia à idéia de considerar a molhadela como algo aceitável e, inclusive, tinha outra opinião sobre a comparação de Porto Alegre com as demais cidades:

⁷ *Mercantil*, 11 de fevereiro de 1880.

⁸ Cf. *Mercantil*, 04 e 07 de fevereiro de 1880; *Jornal do Comércio*, 26 de fevereiro de 1881.



“Temos observado em toda parte esse fato: quanto maior é o entusiasmo verificado nas festas carnavalescas, menor é o uso da bisnaga e, sobretudo, do feio emprego do balde d’água. Aqui em Porto Alegre, entretanto, o que se vê desmente a regra: o Carnaval e o Entrudo fazem par e é difícil dizer-se qual o que mais domina, pois até nos bailes realizados pelas nossas sociedades, apesar dos prévios avisos e severas recomendações, a bisnaga se ostenta com toda a energia.”⁹

A brincadeira com bisnagas, que para alguns representava uma incômoda permanência do entrudo na alta sociedade, para outros parecia estar incorporada com naturalidade ao carnaval. Uma despreocupada e entusiasmada adesão à molhadela por ilustres sócios da Esmeralda foi descrita por um semanário publicado pelo Club Caixeiral Porto-Alegrense, intitulado *O Athleta*. Entre artigos defendendo o fechamento das portas do comércio aos domingos e poemas de autoria dos sócios, o pequeno jornal fazia a crônica do carnaval, contando pequenos episódios e fazendo chistes bem humorados sobre a participação dos redatores e seus amigos na pândega:

“(…) o Lulú, que após um tiroteio de bisnagas, às dez horas da noite, meteu-se num dominó e foi-se para o baile da *Esmeralda*, com outros bons trocistas. (...)”

Mas em compensação, o Arlindo declara que não pegou numa bisnaga que fosse e o Telles garante que pegou em milhares... mas só para vendê-las.

O Arthur diz que deixou-a molhadinha como um *pinto* e deu-lhe um apertãozinho que valia bem o custo de dez grosas de bisnagas.” (...)”

O Furtado que não saiu de Vênus, como noticiei, por não encontrar cabeleira apropriada, apenas foi visto no passeio de gala da *Esmeralda*, montado num rocinante aquichotado, a dirigir o préstito.

Conquanto dê o cavaquinho pelas *sinhas*, não joga entrudo, porque é inimigo de Momo, desses que não transigem nem mesmo por causa das moças. (...)”

O Castello, querendo bisnagar certa moreninha, errou a pontaria e bisnagou a mãe, por causa da miopia. (...)”

E a polícia não compareceu!”¹⁰

Apesar de um ou outro protesto, estes jovens esmeraldinos, entre eles alguns membros da diretoria, não pareciam preocupados em combater o jogo das bisnagas, e muito pelo contrário, entregavam-se a ele sem medo de comprometer seu prestígio social

⁹ Nome e data do jornal não informados, apud Athos Damasceno Ferreira, op. cit., p. 56.

¹⁰ “Depois da Festa”. *O Athleta. Órgão do Club Caixeiral Porto-Alegrense*, 21 de março de 1886.

ou de ter que prestar contas à polícia. Tanta despreocupação com a ação policial, que se manifesta na zombaria com que o autor encerra sua crônica, provavelmente era um privilégio que não se estendia a quem não pertencia àqueles círculos selecionados, como se pode concluir pelos acontecimentos do ano anterior, quando a forte repressão da polícia ao entrudo levou ao cancelamento dos bailes públicos realizados nos teatros da cidade.¹¹ Também naquele ano de 1886 houve confusão, como noticiou o jornal *A Reforma*, acontecendo de brigas e tumultos a uma tentativa de assassinato cometida por um italiano ofendido por ter sido alvo das bisnagas, e nestes casos a polícia “apareceu”.¹²

O entusiasmo dos jovens esmeraldinos e esmeraldinas pelas bisnagas tampouco parecia estar preocupado com alguma sanção moralizadora, embora a preocupação com o controle familiar sobre as donzelas que se entregavam com demasiado ardor à molhadela fosse uma das principais justificativas da criação de sociedades carnavalescas. A permissividade que acompanhava o antigo jogo do entrudo e a oportunidade que ele oferecia de se afrouxarem os controles patriarcais sobre a sexualidade, no entanto, seria um atrativo ainda mais forte entre as elites porto-alegrenses do que o sonho de civilização das sociedades carnavalescas. Estes carnavais de fato não eram tão harmoniosos e nem tão moralizados como seriam saudosamente descritos apenas uma década mais tarde. As famílias mais privilegiadas, porém, naqueles primeiros anos ainda sentiam-se à vontade para desfilarem, passear e bisnagar-se pelas ruas, e as manifestações de descontentamento com a participação popular, que tornaram-se tão comuns no fim-de-século, eram raras.

¹¹ Ver as reações do jornal *A Reforma* à ação policial e ao cancelamento dos bailes públicos de 1885 em Athos Damasceno Ferreira, op. cit. p. 78. O próprio jornal *O Athleta* daquele ano relata que, juntamente com o entrudo, a “impagável polícia” e o “copo” eram os responsáveis por distúrbios na tradicional festa de Nossa Senhora dos Navegantes, às vésperas do carnaval. Cf. *O Athleta. Órgão do Club Caixeiral Porto-Alegrense*, 08 de fevereiro de 1885.

¹² Cf. *A Reforma*, 11 de março de 1886. Ver também *A Federação*, 10 de março de 1886.

Durante a década de 1880 o entrudo ia deixando de ser declarado como o grande inimigo a se combater, tanto nas notícias de jornal como nos editais, mandados publicar pela *Esmeralda* e *Os Venezianos*, que convocavam a população para os festejos. Era uma situação que inclusive contrastava com a intensa campanha anti-entrudo movida pela imprensa da capital do Império, que o considerava uma tradição retrógrada, inimiga do progresso e do “civilizado” Carnaval.¹³ Neste momento, porém, esmeraldinos e venezianos pareciam já ter desistido de seguir o modelo do carnaval da Corte e manifestavam um maior conformismo com a impossibilidade de mudar os costumes.

Os Venezianos chegaram a admitir, em uma proclamação de 1882, que “não tem podido abolir a perniciosa bisnaga, fonte de quanta constipação, pneumonia e tifo há”, lamentando que o público feminino parecesse pouco se importar com tais perigos e muito tivesse contribuído para tal derrota.¹⁴ A pragmática solução encontrada parece ter sido a incorporação da bisnaga ao carnaval, preservando a devida distinção de esmeraldinos e venezianos. Tamanha foi a assimilação que em 1886, enquanto o comércio fazia guerra de concorrência em anúncios de venda de bisnagas,¹⁵ o jornal liberal *A Reforma*, denunciando um súbito e improvável desinteresse popular pelo entrudo provocado pelo governo conservador, chega até mesmo a convocar abertamente a população para as molhadelas:

“(...) corra água na cidade, munam-se todas e todos de bisnagas e ferva o tiroteio, com a possível moderação, como exige a saúde pública.
Vamos, bisnagas em punho, e esguicho para a frente!”¹⁶

¹³ Ver Maria Clementina Pereira Cunha, *Batalhas sem confete*. Campinas, 1995, mimeo.

¹⁴ *A Imprensa*, 19 de fevereiro de 1882.

¹⁵ Cf. *A Reforma*, 05 de março de 1886; *A Federação*, 15 de fevereiro de 1886.

¹⁶ Cf. *A Reforma*, 07 de março de 1886.

Uma maior condescendência para com entrudo não o livrava, porém, de um certo estigma de vulgaridade, aplicado ao sabor das conveniências políticas e das rivalidades da pequena cidade que era a capital da Província de São Pedro, de modo que mesmo o uso da bisnaga chegou a ser representado como um exemplo risível de pouca moralidade e ignorância. Chistes maliciosos e mesmo escandalosos para a moral das famílias burguesas estavam na ordem do dia para um jornal como *O Século*, uma folha ilustrada semanal dedicada a criticar os costumes da cidade, bem como os desafetos de seu proprietário, o jornalista Miguel de Werna.¹⁷ A seção “cenas do entrudo”, publicada em 1882, ilustra bem o estilo debochado e malicioso que fazia o sucesso daquele pasquim:

- “No park d’Harmonia;
- Eu apertei até esmigalhar a bisnaga do primo Juca e ele de raiva me deu um pinicão aqui.
- O Coitinho é tão bruto p’ra jogar entrudo!
Mete a bisnaga até no olho da gente...
Que modos...
- Tu já viste, Chiquinha, o desaforo da L., diz que é só o Faisca que pode dar bisnagada nela, que não dá esta honra a mais ninguém.
Forte tola!
- Não é refresque que eu quero, seu Afonso, é bisnagas! Depressa, depressa, que estão me bisnagando aqui detrás.”¹⁸

O parque da Harmonia abrigava um “rink” de patinação, era espaço de festas populares e de muito jogo de entrudo por ocasião das festas carnavalescas. Miguel de Werna, como um correto sócio da Esmeralda, não manifestava simpatia pelo entrudo, mas parecia aceitá-lo como um lado mais popular e vulgar do carnaval (Ver Anexo,

¹⁷ Miguel de Werna e Bilstein (1850-1896): de família ligada a aristocracia imperial, desde 1877 dedicou-se ao jornalismo; fundador da Sociedade Partenon Literário; filiado ao Partido Conservador; publicou *O Século* de 1880 a 1893. Cf. Sérgio da Costa Franco, *Guia Histórico de Porto Alegre*, op. cit. Em editorial publicado em primeiro de janeiro de 1882, Miguel de Werna informa que a tiragem de seu jornal é de 2000 exemplares e declara alguns de seus princípios: afirma não fazer jornalismo partidário, mas informa sua ligação ao partido conservador e sua repulsa aos liberais; declara que respeita o lar doméstico e o cidadão digno, mas castiga com “estrondosas gargalhadas” os hipócritas e mentirosos.

figura 2). Por outro lado, a linguagem do jornal o aproximava de um público ávido pela sua sátira maliciosa, ao mesmo tempo que provocava reações entre as “boas” famílias. Sempre agressivo e disposto a polêmicas, Miguel de Werna não perdoou as críticas que teria recebido pelo artigo acima, para as quais deu uma pronta resposta, mostrando que o discurso moralista poderia ser uma via de mão dupla:

“Nunca escrevemos com intenção de que nossas palavras possam ter uma interpretação pouco decente; relatamos fatos que nos pareceram espirituosos ou, quando menos, merecedores de atenção pela sua originalidade. (...)”

Quanto a essas pessoas *pudicas* que se constituíram em nossas censoras aconselhamos que não consintam que suas famílias leiam o *Século*; ofende-lhes a pudicícia a leitura e isto pode-lhes causar grande mal.

Leiam de preferência o *Primo Basílio* ou a *Nana*; são leituras *moralíssimas* e por isso muito próprias para tais famílias...”¹⁹

A importância desta querela envolvendo o jornalista e as famílias ofendidas é oferecer uma idéia de como a distinção moral também poderia ser motivo de disputa entre as próprias famílias que aspiravam fazer parte de uma elite urbana. Nascido de família ligada à aristocracia imperial, Miguel de Werna não manifestava simpatia pelos valores da numerosa classe de comerciantes da cidade, para quem “tudo é negócio”.²⁰ Seu jornal chegou a retratar um baile carnavalesco do seletto Club Comercial com uma ilustração onde vários animais vestidos de casaca dançavam de formas extravagantes.²¹ E a própria vulgaridade que descrevia no jogo do entrudo representava, no seu modo de ver, a verdadeira moralidade dos novos ricos, a qual fazia questão de expor ao escárnio público.

¹⁸ *O Século*, 12 de fevereiro de 1882.

¹⁹ *O Século*, 19 de fevereiro de 1882.

²⁰ “Tudo é negócio”, *O Século*, 13 de maio de 1883.

²¹ “Forrobodós carnavalescos no Club Comercial”, *O Século*, 25 de janeiro de 1885. Ver também *O Século*, 15 de fevereiro de 1885. Teriam as representações de animais algo a ver com as populares fantasias de bichos das ruas? Para um aristocrata de berço como ele, a burguesia não passaria de gente vulgar pretensiosa...; em 1882 já fazia críticas ao que considerava “estrangeirismo” e “aristocracia” do Club Comercial e zombava do baile da “gente limpa”. Cf. *O Século*, 26 de fevereiro de 1882.

A sátira e a crítica de costumes de seu jornal parecia aproximá-lo, entretanto, da pouco comportada tradição trocista do entrudo, inimiga do decoro e dos modos bem-educados, e que se divertia em ridicularizar publicamente os inimigos ou qualquer figura que a tanto fizesse jus. Alguns exemplos desta forma de ataque político na forma de troça que podia acompanhar os dias de entrudo já foram apresentados no segundo capítulo, sob a forma dos versos publicados em *A Reforma*. A emergência do carnaval-símbolo-de-civilização que distinguia as “melhores famílias” da cidade parecia não se contrapor a esse tipo de prática e, pelo contrário, eventualmente a incorporava às motivações de seus promotores, como veremos a seguir.

2. Combatentes da troça

As relações políticas da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul com a Coroa Imperial durante a segunda metade do século XIX foram marcadas pela atuação de Gaspar Silveira Martins, advogado e filho de tradicional família de estancieiros da fronteira. Elegeu-se pela primeira vez à Câmara dos Deputados em 1873, onde construiu fama de parlamentar de estilo agressivo e grande orador, e tornou-se o chefe maior do Partido Liberal Rio-Grandense. Chegou a possuir grande popularidade e uma legião de fiéis correligionários e admiradores, mas também despertou forte rejeição entre inimigos políticos e críticos da sua autoridade. Entre os que não se rendiam ao carisma do tribuno estava o redator do jornal *Mercantil* de Porto Alegre, que em 1883 utilizou-se da nossa já conhecida figura do “S. Gregório” para satirizar um comício que recepcionou a chegada do então Senador do Império em Porto Alegre:

“VIVA O S. GREGÓRIO

A nossa capital foi ontem testemunha de um desses fatos raros na história pátria!

(...) Mais de *vinete mil* adeptos do popular comendador, precedidos de mais de quatro magníficas bandas de musiquita, empunhando cada um ovador dois pauzinhos com fogos cambiantes, deslizaram pelas ruas da cidade, causando assombro o aspecto *deslumbrante* daquele conjunto de fanáticos do vulto que se chama S. Gregório...!

Mais imponência dava ao ato o grupo do Zé Pereira que fechava o séquito! (...)

O majestoso préstito, onde havia algumas figuras mitológicas, caminhou e chegou... (...)

O *ovado* S. Gregório deitou discurso.

Principiou pela *xingação*. Entusiasmou-se tanto, tanto que *rinchava* como um potranco, quando lhe falta a *teta*! (...)

Em tempo. — Uma formidável *troça* de moleques, com os competentes *cri-cris*, desafiava a curiosidade dos circunstantes, fazendo ouvir melodias infernais, que diziam ser o hino consagrado ao Gregório *homœpata*(sic)...!”²²

Não se pode deixar de notar a semelhança das alusões acima ao “S. Gregório” com o tipo de *troça* citada no capítulo anterior, publicada no jornal *A Reforma*: uma certa tradição de brincadeira infantil, em que escolhe-se uma vítima para satirizar em versos sob a alcunha de “S. Gregório”, e que é adaptada para o ataque político nas páginas dos jornais. A nota ao final do artigo, falando dos moleques fazendo *troça* com seus *cri-cris* (um brinquedo de metal que imita o som do grilo) sinaliza para o leitor de que se está tratando daquele personagem das brincadeiras das crianças. O alvo da ridicularização neste caso é Gaspar Silveira Martins, escolhido para a figurar o desprezível S. Gregório, e seus seguidores, caracterizados como um séquito de bajuladores beberrões.

Mas a proximidade do período carnavalesco também confere outro sentido à *troça*, e parece evidente a intenção de comparar aquele evento a uma folia carnavalesca. Para os leitores do *Mercantil*, a graça do artigo descrevendo a recepção ao S. Gregório estaria não só na tentativa de atacar Gaspar Martins através da *troça*, como também na equiparação do evento a um carnaval, com direito a um S. Gregório em lugar de rei

²² Cf. *Mercantil*, 27 de janeiro de 1883.

Momo e também préstito, Zé Pereira, “figuras mitológicas”, fogos de artifício e tudo o mais.

O artigo ainda pode sugerir uma outra interpretação, para além do caso em questão e relativa aos significados de uma brincadeira de carnaval que viria a se tornar muito popular entre os porto-alegrenses na década de 1880: trata-se da recepção festiva do deus Momo no trapiche da praça da Alfândega, promovida pelos alunos da Escola Militar. Animados por um Zé Pereira e seguidos livremente por todo tipo de pândegos em desfile pelas ruas, inclusive representantes da Esmeralda e Venezianos, os cadetes acompanhavam a ilustre visita que vinha inaugurar o Carnaval na cidade, e tal evento geralmente terminava em grande comício burlesco, animado por foguetórios, discursos desatinados e bebedeiras. O episódio da “ovação” ao Gaspar Martins/S. Gregório pode sugerir que um comício poderia ser ridicularizado pela comparação ao carnaval, mas também permite supor o inverso: que aquelas recepções a Momo funcionaram como uma paródia do ambiente político da pequena cidade de Porto Alegre. É só lembrar que o rio Guaíba era a porta de entrada da capital da Província, e era pelo ancoradouro da praça da Alfândega que chegavam e partiam os chefes políticos e quaisquer figuras eminentes, invariavelmente recebidos com música, foguetes, cortejos, comícios e o que mais estivesse à altura do prestígio dos visitantes e chamasse a atenção da população. As festas para homenagear o rei Momo podiam lembrar muito as festas para os figurões da política, e oferecer divertidas comparações aos porto-alegrenses.²³

As próprias sociedades carnavalescas não deixaram de fazer troça com altas personalidades políticas, apesar de proclamarem a distinção da sua forma de folia. Ainda a polêmica em torno da figura de Gaspar Silveira Martins pode ser citada como exemplo

de como o aclamado carnaval civilizador também serviu para expressar rivalidades políticas e expor adversários ao ridículo. Tal foi a intenção da Sociedade Esmeralda no carnaval de 1878, quando apresentou um carro de crítica à recente reforma ministerial que promovia a ascensão do Partido Liberal ao poder, após dez anos de domínio dos conservadores, e que levou Gaspar Martins a assumir o cargo de Ministro da Fazenda. Junto ao carro de crítica os esmeraldinos distribuíram folhetos em que um “Ministro X***” apresentava seu “programa” ao país. Discursando em versos, prometia abolir todos os impostos e tarifas aduaneiras²⁴ e, para manter os serviços públicos sem a devida receita, propunha medidas ainda mais absurdas, como substituir telégrafos por canudos com barbante, linhas férreas por trenós e deputados por papagaios amestrados. Para finalizar, o inovador ministro declarava seu verdadeiro propósito com tão drástica contenção de gastos:

“(...)Tudo cesse! Tudo acabe!
Do contrário esse país
talvez um dia desabe
como velho chafariz!

Mas eu, que o salvo do tombo
nesta crise financeira
com risco até de meu lombo
o que não é brincadeira,

só peço como honorário
das minhas aptidões
um CRACHÁ no vestuário,
por ano — TRINTA MILHÕES!”²⁵

²³ Sobre as recepções a Momo, ver Athos Damasceno Ferreira, *O carnaval porto-alegrense no século XIX*, op. cit. Ver principalmente sua interpretação dos conflitos de 1892, apresentando Gaspar Silveira Martins e Júlio de Castilhos como “anti-momos”, p. 99.

²⁴ A política alfandegária era um tema sensível a interesses econômicos diversos na Província, muitas vezes opondo comerciantes do litoral, onde se incluíam os Porto Alegre, e produtores e comerciantes da fronteira, espaço tradicional do contrabando. Ver Joseph Love, *O regionalismo gaúcho*, op. cit.

²⁵ Conferir na íntegra em *Mercantil*, 06 de março de 1878: Athos Damasceno Ferreira, op. cit. p. 51.

Se o recém-ministro Gaspar Martins parecia não desfrutar de muito respeito entre os esmeraldinos, a sua simpatia pelos venezianos, que, tanto como aqueles, contavam com quadros do partido liberal em seu meio,²⁶ também serviu como motivo de pilhérias. No ano de 1885 o cronista do jornal *O Athleta* revelava o segredo daquele que teria sido um exitoso carnaval dos venezianos, o qual lhe foi contado entre conversas de salão durante o baile da Esmeralda. De posse de uma procuração deixada pelo Conselheiro antes de partir para a Corte, não teria sido difícil aos venezianos angariar as contribuições necessárias para suplantar os rivais:

“— (...) Os *Venezianos*, conhecendo que a *Esmeralda* os meteria este ano no fundo de um chinelo - zás!... valeram-se da procuração e tomem bomba, *Esmeraldinos*... E o caso é que tomamos. (...)

— E os *Venezianos* ficaram tão satisfeitos que disseram a boca cheia que quando o Gaspar voltar o vão receber a nado. (...)

Ora esta! Pensei eu e pensando ainda mais, conclui mentalmente: — Na verdade os homens têm razão para receber o Gaspar a nado... sim... porque é necessário que o Gaspar também nade... do contrário afunda-se.”²⁷

Na verdade tudo isto não passava de uma chacota a Gaspar Martins, pois naquele ano a sociedade *Os Venezianos* sequer chegou a desfilar e sua “morte” foi motivo de pilhéria em jornais da cidade.²⁸ Afirmar que o apoio de Gaspar foi motivo de um êxito que não existiu era uma grande ironia e estava a sugerir que o velho tribuno já não tinha mais tanto poder, que seu prestígio “afundava” e não era sequer capaz de evitar o fracasso de uma sociedade carnavalesca. Se o partido Liberal ainda mantinha-se como a maior força política da Província, o mesmo não acontecia com seu prestígio na Corte, onde naquele mesmo ano de 1885 viria a ser destituído dos ministérios. Seu

²⁶ Entre os venezianos, por exemplo: Joaquim Pedro Salgado e Germano Hasslocher. Havia liberais também entre os esmeraldinos, como Joaquim Vasques e Leopoldo Masson. O fator afinidade política não era determinante para a identidade das associações, sendo que outros fatores como profissão (ser funcionário público ou comerciante), fortuna, amizades e rivalidades eram igualmente importantes. Ver Capítulo 2, p. 85.

²⁷ “Entre Amigos”, *O Athleta*, 22 de fevereiro de 1885.

²⁸ Cf. *O Século*, 15 de fevereiro de 1885.

desgaste era grande por não ter cumprido um prometido programa de reformas e já começava a perder terreno diante da propaganda republicana e da campanha abolicionista.²⁹

Contudo, o carnaval também poderia servir para manifestar simpatia e apoio, como foi o caso do passeio carnavalesco da Sociedade Germânia em 1880, quando esta prestou homenagem ao Conselheiro dedicando-lhe um carro alegórico com a sugestiva denominação de “O Farol”.³⁰ Não por acaso esta demonstração de simpatia ocorria em época de campanha pela extensão do direito de voto aos não católicos, causa que foi publicamente abraçada pelo chefe dos liberais e por ele apresentada como motivo de sua demissão do Ministério no ano anterior, por não vê-la acolhida na reforma eleitoral. Para Gaspar Martins interessava conquistar o apoio de parte significativa da colônia de imigrantes alemães, tanto quanto para estes interessava alguma influência nas decisões do partido que dominava a cena política da Província.³¹

Entre os teuto-brasileiros que lideraram esta aproximação com o partido Liberal encontrava-se Carlos Von Koseritz, um jornalista, intelectual e ativista político que não deixou de ser alvo de críticas carnavalescas. Sempre exercendo intensa atividade jornalística desde que chegara ao Brasil em 1851, Koseritz colecionava polêmicas divulgando o evolucionismo darwinista, apoiando o anti-clericalismo, realizando estudos folclóricos e, principalmente, interessando-se pela integração dos colonos teuto-brasileiros do sul à vida política e à cidadania brasileira, tanto que foi eleito deputado provincial em 1883 e manteve o mandato até 1889.³² Entre seus inimigos, lhe era

²⁹ Ver Helga Piccolo, *A política rio-grandense no segundo Império (1868-1882)*, Porto Alegre, IFCH/UFRGS, 1974.

³⁰ Cf. Athos Damasceno Ferreira, op. cit. p. 59.

³¹ Ver Magda R. Gans, *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)*, Porto Alegre, Dissertação de Mestrado em História/UFRGS, 1996.

³² Ver José Fernando Carneiro, *Karl von Koseritz*, Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro, 1959.

particularmente desafeto o já citado jornalista Miguel de Werna, que o ridicularizava e debochava através das páginas de *O Século*. No ano de 1883, durante um carnaval marcado pelos ataques pessoais, aquele jornal despejou um festival de insultos sobre Koseritz³³ e ainda publicou os versos trocistas que teriam sido distribuídos por um carro de crítica da Esmeralda no passeio carnavalesco, provavelmente patrocinados pelo próprio Werna:

“PROCLAMAÇÃO

que aos povos do 1º distrito eleitoral dirige o seu acatólico-físicoeconômico-filósofo-darwinico-antropófago e teuto-brasilio-furtacor representante na próxima futura reunião da casinha dos trinta.

Póves, m’escute. Eu vai falle,
Vai faz meu proclamaçon.
Munte brigade prô tudes,
Que ganhe minha eleiçon!

(...)

Agora eu vai no sempleie
Come cousas munte pon;
Contrates, gordes patotes,
D’esgotes, do exposiçon!

(...)

Minha compadre Bismarck
Vai chama mim p’ro Lamanha,
Pra dize nos meus orelhas
Sua segredi tamanha!

De tome conte dos terres
Dêstes brutes — brasileirras,
Dêstes bugres — bote-fóque,
Dêstes canalhas negreirras!!...

(...)

Adeos, vocês tudes, toles!
Que eu tem pregue lograçon!
Eu mande vocês à... fave,
E vive meu borrachon.

C. v. K.”³⁴

³³ Cf. “O Capiton Von”, *O Século*, 11 de fevereiro de 1883.

³⁴ Cf. *O Século*, 11 de fevereiro de 1883.

A zombaria ao jornalista e deputado Carlos von Koseritz iniciava pelo seu perfil intelectual pouco comum para o ambiente provinciano, mas o sentido da troça não era tanto ridicularizar a singularidade dos pontos de vista que defendia quanto manifestar as suspeitas e ressentimentos que sua dupla nacionalidade podia despertar entre os brasileiros. Nesta “proclamação” carnavalesca, o próprio Koseritz estaria apresentando suas verdadeiras intenções e se declarando um oportunista que finalmente melhorava de vida com sua eleição à Assembléia Provincial, a “casinha dos trinta”; revela também desprezo pelos brasileiros, índios e negros e confessa planos de entregar terras brasileiras à Alemanha de Bismarck. Além do sarcasmo ao recém eleito deputado, fazendo-o se apresentar como um estrangeiro arrogante que enganava os eleitores, tais versos também exploravam a desconfiança e a estranheza de muitos nativos diante dos teuto-brasileiros. A tentativa de troçar e ao mesmo tempo incitar ao preconceito se evidencia quando os versos exageram detalhes prosaicos como a dificuldade ou resistência do alemão em falar o idioma português como também a gravidade do perigo de conferir prestígio político a um estrangeiro. Vale notar que o direito de votar e ser votado só foi estendido aos naturalizados e não católicos em 1881, recém realizara-se a primeira eleição com a participação dos colonos e havia resistências a Koseritz mesmo entre a comunidade alemã em Porto Alegre, apesar de sua popularidade na região colonial, o que contribuía para que uma certa tensão se refletisse nas sátiras de carnaval.³⁵ Tanto que as repercussões do episódio teriam ido além do que seria de esperar de uma mera brincadeira, provocando polêmicas entre o jornal de Koseritz e a sociedade Esmeralda e

³⁵ Sobre as brigas de Koseritz com comerciantes alemães de Porto Alegre, ver José Carneiro, *op. cit.*, p. 40.

mesmo dentro da sociedade Germânia, onde os sócios dividiram-se em votos a favor ou contra sua expulsão.³⁶

Mas a grande polêmica que teria marcado aquelas festas carnavalescas de 1883 foi a que colocou frente a frente o jornalista Miguel de Werna e o médico e militante republicano Ramiro Fortes de Barcelos, naquele ano respectivamente nos cargos de presidente das sociedades Esmeralda e Venezianos. Da inimizade entre os dois resultou um clima pouco cordial durante os desfiles das duas associações, com provocações, ridicularizações mútuas e uma agressiva troca de insultos entre seus presidentes. A Esmeralda teria satirizado Ramiro Barcellos com a crítica “O Monstro mitológico”, em que o médico era representado como um animal de três faces. Os Venezianos, por sua vez, fizeram desfilar sobre uma carroça um urso pertencente a um circo, apresentando-o como Miguel de Werna através de um soneto distribuído em panfletos:

AO REDATOR BOCHECHUDO E PANÇUDO

(Desonra do Século)

Ninguém te sabe ver como eu te vejo!

(Visconde Da Pedra Branca)

Contemplai, neste urso, meus senhores,
um fidalgo aspirante a deputado!
Viveu pelas tavernas mal criado
e quis ir figurar entre doutores!!!

Por causa de ridículos furores,
estive na cadeia engaiolado!
E por ter uns brilhantes rapinado,
causou ao velho pai terríveis dores.

A todos abocanha este animal!
Já tem levado pau que não é graça;
porém nunca se cansa em fazer mal!

Indecente, imoral e beberraça,
redator que envergonha a Capital,
só se inspira nos copos de cachaça! ³⁷

³⁶ Ver as notas “Importante questão”, *Mercantil*, 10 de fevereiro de 1883, em que a Esmeralda exige esclarecimentos pelas acusações da *Gazeta de Porto Alegre*, jornal de Koseritz, e “Castigo merecido”, *Mercantil*, 21 de fevereiro de 1883, sobre a votação que expulsou o mesmo Karl von Koseritz da Sociedade Germânia.

Alguns dias após é publicado um “A Pedido” no jornal *Mercantil* em que o “borracho redator” e “fidalgo urso” protestava ironicamente contra os demais jornais da capital que teriam evitado mencionar em suas reportagens a troça a ele dirigida.³⁷ Mas a reação de Miguel de Werna viria mesmo no domingo seguinte através das páginas do *Século*, onde fez questão de publicar na íntegra aquele soneto e responder quase linha por linha as acusações ao seu caráter, devolvendo-as a Ramiro Barcellos. Além disso, também utilizou o espaço do folhetim do jornal para dedicar uma longa carta “ao muito distinguido Sr. Alveitar Dom Ramirez Fuertes de las Três Caras”, onde promoveu um impiedoso charivari verbal contra seu desafeto, revelando, entre insultos e “xingações”, uma longa lista das supostas desventuras de sua vida privada, que incluíam roubo, dívidas, estupro, infidelidade conjugal, amásias, homossexualismo e até assassinato.³⁸ E para bem ilustrar tal massacre, o jornal apresenta uma charge em que Miguel de Werna aparece como um anjo cavalgando de costas e surrando com chicote uma mula de três cabeças, todas com a face de Ramiro Barcellos, sendo que a terceira cabeça estava no traseiro do animal (Ver Anexo, detalhe do canto direito da figura 4). Esta imagem, que

³⁷ Cf. *O Século*, 11 de fevereiro de 1883.

³⁸ Cf. *Mercantil*, 08 de fevereiro de 1883.

³⁹ Uma amostra da virulência do ataque de Miguel de Werna a Ramiro Barcellos: “Tiveste a nímia bondade de emprestar-me as tuas orelhas, constringendo teu velho avô a representar o meu tipo. (...) Em físico ridículo ninguém te passa a perna, e com uma circunstância mais: — tens mamilos nos olhos, quando os outros só os têm... muito encobertos. É o caso de se dizer com o poeta: Hemorróidas todos tem / Ou dentro ou fora do (*) / Mas hemorróidas nos olhos / Ninguém as têm senão tu! (*O Koseritz lambeu-me esta rima.) (...) Se te quisesse ofender aproveitaria a tarde em que o teu avô andou aí de bunda tremida, para fazer-te as seguintes críticas: *Três Caras* furtando as jóias da própria esposa, na Cachoeira, para jogar em uma taverna com peões e negros cativos. (...) *Três Caras* aproveitando-se da entrada em uma casa de família para fazer certa senhora casada conceber por graça do Espírito Santo. (...) *Três Caras* levando seus filhos a visitarem uma crioula lavadeira, que é sua amásia. *Três Caras* muito à *frescata*, pondo em ordem gramatical uma oração, da qual era ele o *paciente* e o seu cocheiro o *agente*. (...) *Três Caras* abreviando os preciosos dias do tenente coronel J. de C. com uma dose de estriquinina. (...) Já vê, pois, que tinha pano para mangas, meu caro veterinário, para ofender-te, apresentando-te ao público em tua verdadeira nudez. Mas não quis, porque é contra os meus princípios de educação atacar aos homens e até mesmo aos *coisas*, como tu, em sua vida privada. E demais, para

lembra as vítimas de charivaris europeus obrigadas a desfilar de costas sobre asnos, estaria significando que Werna, surrando a mula de três cabeças ao mesmo tempo que era conduzido por ela, fora a primeira vítima mas agora virava o jogo contra quem primeiro o atacou.⁴⁰ Sua disposição para revidar era tanta que ainda encontrou fôlego para satirizar em versos outros membros da sociedade Venezianos, como o veterano fundador Nicolau Vicente Ferreira e o poeta Damasceno Vieira, sem falar também nos já citados insultos a Carlos von Koseritz.⁴¹

Os exemplos até agora apresentados não pretendem sugerir que a sátira política fosse a motivação principal do carnaval dos porto-alegrenses: trata-se de chamar a atenção de que era sempre uma oportunidade tanto para a ridicularização quanto para a apologia, e que os carnavalescos não deixavam de utilizar estas armas quando achavam conveniente. Seus objetivos eram menos fazer proselitismo em torno das idéias e posições partidárias do que valer-se da sátira para realizar um acerto de contas das disputas que colocavam os cidadãos frente a frente. Por exemplo, naquele carnaval de 1883, tanto Miguel de Werna quanto Carlos von Koseritz e Ramiro Barcellos recém haviam terminado uma campanha eleitoral na qual concorreram a uma vaga na Assembléia Provincial, respectivamente pelos partidos Conservador, Liberal e Republicano. Em tal contexto, o carnaval era uma oportunidade para virem à tona os ressentimentos das acirradas rivalidades da política provinciana e o caráter pessoal que inevitavelmente tomavam as disputas.

tipos como o teu há a sátira, o ridículo, que são as melhores armas.(...)”. *O Século*, 11 de fevereiro de 1883.

⁴⁰ Em alguns charivaris de aldeias francesas do século XVII as vítimas eram obrigadas a desfilar montadas de costas sobre um asno enquanto apanhavam e eram denunciadas como culpadas de atos socialmente pouco aceitáveis, como apanhar da mulher ou casar com viúva... conforme a descrição de Natalie Davis, “As razões do desgoverno”, *Culturas do Povo*, São Paulo, Cia. das Letras, 1990.

⁴¹ “Vestidas e cosidas (Da Esmeralda)”, *O Século*, 11 de fevereiro de 1883.

Como a maioria dos exemplos de troças apresentados até agora dizem respeito à figuras de destaque na política provincial, é preciso ainda chamar a atenção de que boa parte das críticas exibidas nos carnavais limitavam-se retratar com bom humor as polêmicas locais e problemas cotidianos da cidade.⁴² Para além das querelas domésticas, também se declaravam posições a respeito de questões nacionais, como foi o caso das críticas do *Club Cara-dura* ao Imperador e à monarquia em 1887, quando apresentaram um carro com o Imperador enforcando o Brasil representado na figura de um índio,⁴³ e das repetidas homenagens à República após 1889. Embora temas de grande repercussão tivessem seu lugar no carnaval de esmeraldinos e venezianos, não se conheceu entre eles empenho similar ao de Fenianos, Democráticos e Tenentes do Diabo no Rio de Janeiro na propaganda de questões nacionais como a república, a abolição e a crítica da monarquia.⁴⁴ Também o idealismo civilizador que animou a fundação das sociedades carnavalescas na capital da Província riograndense parece não ter alcançado a mesma repercussão que o das suas co-irmãs da Corte, e não foi além dos anos iniciais como discurso justificador do seu carnaval. Para tanto acredita-se que tenha contribuído um sentido mais elitista e delimitador de distinção social que muitos esmeraldinos e venezianos davam às suas festas, mais sensíveis à afirmação do seu prestígio diante da comunidade local do que às idéias novas que transmitissem ao povo.

O modelo das sociedades carnavalescas do Rio de Janeiro, que foi adotado em diversas cidades brasileiras da segunda metade do século XIX, teve na capital da Província do Rio Grande do Sul mais uma adaptação peculiar. O Carnaval também teria sido ali introduzido como pretensão inimigo de velhas tradições, como o entrudo e a

⁴² Conferir com os exemplares dos jornais distribuídos pela sociedades carnavalescas: *Esmeralda*, 1876, 1887 e 1897.

⁴³ Cf. *Mercantil*, 23 de fevereiro de 1887.

⁴⁴ Ver Maria Clementina Pereira Cunha. *Batalhas sem confete*, op. cit..

sátira mais virulenta, em nome de uma festa mais bem comportada e que refletisse a evolução do progresso e dos costumes sofisticados entre a próspera elite da cidade. Mas o que acabou acontecendo foi que na verdade este distinto Carnaval acabou por adaptar e integrar em suas práticas, e mesmo legitimar, aquelas velhas tradições que em sua concepção original deveria combater, e de certa forma acabou mantendo vivas as polêmicas e escândalos que as acompanhavam.

3. Díficeis carnavais

Além da persistência do entrudo e dos usos da troça para ataques pessoais, o carnaval de esmeraldinos e venezianos também teve como aspecto peculiar uma expressiva participação feminina e a consolidação de seu caráter de evento social e familiar. À primeira vista, esta característica parecia indicar uma vitória de pelo menos uma das principais motivações da criação das sociedades carnavalescas em Porto Alegre, porém não pôde evitar sua prematura decadência à medida que atravessavam um período de aceleradas transformações na ordem social e política.

No desfile inaugural da Esmeralda e dos Venezianos em 1874, os rapazes faziam apelos às moças para que deixassem de lado o entrudo e correspondessem à sua iniciativa atirando-lhes flores. Os anos posteriores mostrariam que, embora pouco sucesso tivessem no que diz respeito à renúncia às molhadelas, a novidade faria sucesso entre as donzelas da terra. As filhas das “melhores famílias” não só atiraram flores como acabaram tomando os lugares de destaque nos préstitos que percorriam as ruas da cidade e casando com os destemidos carnavalescos. Embora os principais cargos das diretorias tenham sido sempre masculinos, pelo menos desde 1879 é certo que elas já figuravam

nas comissões organizadoras das festas da Esmeralda, porém agora como “excelentíssimas senhoras”.⁴⁵

Pouco ainda é possível saber sobre a transformação daquelas iniciativas estritamente masculinas em associações familiares e também sobre os sentidos que as próprias mulheres davam à sua participação. Ao que tudo indica, a mudança foi bem recebida e estimulada, pelo menos na opinião de jornalistas como os do *Mercantil*:

“O belo sexo, a seu turno, fez o possível para abrilhantar as festas, concorrendo com o seu contingente. (...)

Ainda bem que, entre nós, vão-se acabando certos preconceitos que nada tinham de comum com o progresso da sociedade porto-alegrense.

Eis o ligeiro esboço das festas do carnaval, havida este ano na nossa Porto Alegre, que segundo opinião de pessoas idôneas, em outras cidades do Império, inclusive a capital, não são exibidas com tanto gosto nem com mais riqueza.”⁴⁶

Se por um lado pode-se perceber que ainda se trata a presença feminina como mero coadjuvante ou até mesmo apenas um enfeite a mais para “abrilhantar” a festa, ela é valorizada por outro significado, que é figurar como um símbolo de progresso, um elemento mais de distinção das festas porto-alegrenses, não bastasse a pretendida superioridade do “gosto” e da “riqueza”. O entusiasmado cronista não se importou nem em ter que registrar logo a seguir que também se havia jogado muito entrudo, motivo de vergonha para a cidade em outros tempos, mas agora irrelevante diante do carnaval familiar de esmeraldinos e venezianos, que já satisfazia sua auto-estima e seus anseios de civilização.

Além da moralizada participação feminina, a manutenção da ordem também era exaltada como símbolo da superioridade do carnaval provinciano em relação ao da Corte, outrora idealizado como culto e civilizado e agora repudiado como mundano e

⁴⁵ Cf. *Mercantil*, 03 de março de 1879.

⁴⁶ *Mercantil*, 11 de fevereiro de 1880.

violento. Em 1879 um jornalista noticiava a pancadaria entre a polícia e a população carioca, e arrematava - “Felizmente Porto Alegre está mais civilizada do que a Corte, por quanto durante o carnaval, a tranqüilidade pública não foi alterada”.⁴⁷ O que a notícia não considera era que tratava-se de uma comparação entre cidades desiguais, de um lado a populosa e tumultuada capital do Império e do outro a Porto Alegre de menos de quarenta mil habitantes, o que fazia esta última parecer desfrutar de grande ordem e estabilidade social, apesar das desigualdade entre seus habitantes.

Para a sociedade da capital da isolada Província ao sul do Império, a comparação dos próprios costumes com a vida social da Corte e os padrões europeus de civilização era inevitável. A necessidade de um parâmetro erudito de comparação e definição entre identidade local e exterior se constituía um dilema tanto maior para quem tivesse o privilegiado acesso à instrução e informação. Para este limitado segmento social, onde encontramos aquelas famílias já ligadas por tradição ao domínio político, comerciantes e empresários enriquecidos às custas da economia colonial, altos funcionários públicos e intelectuais ancorados ao prestígio das redações de jornais, o carnaval era uma oportunidade de dar uma resposta a este problema. Era um momento em que demonstravam publicamente que podiam manter o bom gosto, a superioridade moral e o controle da ordem social, mesmo dentro da possibilidade de caos inerente à folia carnavalesca, e comparar-se nestes aspectos, ainda que de forma idealizada, com o resto do país e do mundo.

Mas a auto-confiança e o otimismo dos primeiros carnavais de Esmeralda e Venezianos diminuíram sensivelmente durante a década de 1880. É quando encontramos sinais de que a receptividade à iniciativa carnavalesca já não era a esperada, e mesmo

⁴⁷ *Mercantil*, 1º de março de 1879.

entre seus promotores parecia que algo não ia bem. Um indício de que as sociedades já não desfrutavam do mesmo prestígio e de tanta popularidade pode ser constatado nas reclamações que começaram a aparecer na publicação de seus programas para as festas. É o caso do Programa mandado publicar pelos venezianos em 1882, onde apresentam as galhofas de costume mas não deixam de manifestar abertamente que seus esforços não são correspondidos pelo público:

“Com o nosso poder tudo temos conquistado na senda do progresso. (...) Mandamos lavar o sol para brilhar mais nas nossas festas, e regular o serviço da linha de bondes para a lua, a fim de poder qualquer cidadão transportar para lá a sua jovem raptada(...).

Quem fez tudo isto não tem podido abolir a perniciosa bisnaga, fonte de quanta constipação, pneumonia e tifo há, que flagela e dissipa a humanidade...!

E o que mais horroriza é ver que esta plêiade de epidemias dimana de delicadas e alvas mãozinhas que parecem fadadas para derramar consolações sobre a humanidade sofredora...!

Apesar da indiferença do público e a falta dos seus favores, os “Venezianos” existem como a fênix; porém, menos tardos que ela, revivem de ano em ano (...)”⁴⁸

Tal reclamação poderia ser interpretada como uma declaração de derrota, pois os venezianos estão admitindo que os principais propósitos que os animavam não foram alcançados. Enquanto os progressos que enumeram são de mentira e feitos para fazer rir, as decepções são muito reais. Embora a persistência do entrudo já fosse um problema antigo - e para muitos até justificado, como vimos mais acima - conquistar a adesão de toda a população e uma calorosa acolhida que confirmasse o reconhecimento público do carnaval e de seus promotores era fundamental. Se a falta de colaboração financeira lhes trazia dificuldades, a indiferença do público tirava o sentido dos seus esforços. No ano seguinte as reclamações no Programa continuavam, denunciando até mesmo atitudes de desprezo:

⁴⁸ *A Imprensa*, 19 de fevereiro de 1882.

“A sociedade *Os Venezianos*, apesar das imensas dificuldades que se apresentaram este ano para a realização de suas festas, resolveu não deixar passar despercebida a grande época em que todos os povos do mundo rendem seu tributo ao impagável, ao incomensurabilíssimo Deus Momo (...).

Infelizmente a influência do grande Deus não chegou ainda a eletrizar os corações empedernidos de um grande número de ilustres concidadãos nossos, os quais, conquanto reconheçam serem as festas carnavalescas as mais brilhantes que se fazem entre nós, contudo não deixam de ser apologistas do sistema da comodidade, entendendo que é melhor ver de graça do que cair com o ferro, e que já nos fazem grande favor chamando-nos de *tolos*.”⁴⁹

A Esmeralda, por sua vez, também não deixou de reclamar da indiferença de quem deveria apoiar a sua nobre missão de salvar Porto Alegre da vergonha de não possuir carnaval. Miguel de Werna, quando presidente da sociedade em 1883, faz campanha pelas páginas de seu jornal *O Século* para incentivar as contribuições financeiras, e perde a paciência com o pouco interesse dos jovens e da população em geral:

“(...) Grande parte dos moços da nossa terra negam-se a contribuir com a sua anuidade.

É vergonha!

Leitora querida, não te metas em derriço com rapaz que não te provar o seu bom gosto, apresentando-te um recibo de qualquer das sociedades.

Só assim tomarão caminho esses unhas de fome!

Há certa gente em Porto Alegre que não devia existir, por honra da nossa capital.

Gente refratária a tudo quanto é belo e sublime!

Gente incapaz de concorrer com um seitel para um fim útil ou agradável!

Gente que só tem uma aspiração: - o circo de cavalinhos!

Anuncie-se a exibição de uma companhia ginástica e equestre e aí vem o mundo abaixo com tanta gente. (...)”⁵⁰

O desabafo do jornalista e presidente da Esmeralda não era mera retórica. Ele próprio revelou pelas páginas do jornal que o convite a ele feito para dirigir a entidade devia-se à esperança de que seu prestígio motivasse maiores contribuições.⁵¹ No ano seguinte o problema da penúria financeira daquela sociedade carnavalesca ainda voltaria

⁴⁹ *Mercantil*, 31 de janeiro de 1883.

⁵⁰ *O Século*, 04 de fevereiro de 1883.

às páginas de *O Século*. Desta vez Miguel de Werna reclama por ainda ser procurado por credores de dívidas do carnaval do ano anterior, declara que não é responsável por elas e apresenta a carta pela qual foi convidado, onde se declara que não lhe é pedido sacrifício financeiro, mas apenas uso de sua influência pessoal. É interessante sua explicação do papel que desempenhou na direção da sociedade:

“A *Esmeralda* deve-me a vida.
Estava morta e eu a fiz ressuscitar.
Mas não se segue daí que eu seja responsável pelas suas dívidas.
Tomei a sua direção quando até alguns dos seus membros mais influentes a abandonaram. (...)
Andei de porta em porta pedindo aos sócios para pagarem as suas anuidades, alguns dos quais só o fizeram em consideração a mim. (...)
Não me envolvi em questões de despesa, pois aceitei a presidência com a condição de não ter a mínima responsabilidade das dívidas.”⁵²

Esta história revela que os problemas financeiros da *Esmeralda* podiam ser resultado de uma crise interna, que a fazia recorrer ao prestígio de uma pessoa externa à diretoria para recuperar a credibilidade dos próprios sócios. Apesar de neste caso termos em mãos apenas a versão do próprio Miguel de Werna, uma informação como esta, que traz à tona a existência de polêmicas entre os próprios integrantes das sociedades, aparece com muita raridade na imprensa da época, com exceções como a de um jornal trocista como *O Século*. Naquele mesmo ano de 1883, por exemplo, tanto as dificuldades da *Esmeralda* como os conflitos ocorridos durante os empréstimos entre esmeraldinos e venezianos, narrados com parcialidade e até exagerados por aquele jornal, não receberam uma linha nas matérias do *Mercantil*. Estas crises ainda poderiam vir à tona na imprensa se delas se pudesse tirar proveito político, como ocorreu em 1881 quando o *Mercantil* reproduz notícia do jornal partidário *O Conservador*, relatando

⁵¹ Cf. *O Século*, 21 de janeiro de 1883.

⁵² “A sociedade *Esmeralda* e os seus credores”, *O Século*, 1º de fevereiro de 1884.

brigas internas dos venezianos. Atacava-se então a pessoa do Sr. Germano Hasslocher,⁵³ que, em nome de interesses pessoais, tentava impedir que os Venezianos apresentassem críticas à Carlos von Koseritz e a um certo problema dos esgotos.⁵⁴

Apesar do sermão que recebeu, certamente Hasslocher não era o único integrante dos venezianos que zelava por seus interesses financeiros e políticos. As poucas evidências que escaparam do decoroso silêncio da imprensa já bastariam para tornar claro que nem tudo eram flores dentro das sociedades carnavalescas. As tensões têm sentido se consideramos que parte de seus dirigentes já não eram mais jovens, solteiros e descompromissados, haviam se tornado respeitáveis senhores com diferenças de interesses e rivalidades políticas e pessoais. E os tempos também começavam a ser outros: em 1882 é fundado o Partido Republicano na cidade e em 1884 surge o jornal *A Federação*, onde Júlio de Castilhos e seus correligionários iniciavam sua incansável pregação republicana e disputa pela hegemonia política; naquele mesmo ano a campanha abolicionista se intensificava e antecipava a libertação de boa parte dos cativos da cidade sob cláusulas de prestação de serviços; os imigrantes italianos, com experiências culturais diversas, por sua vez somavam-se a uma população já heterogênea.

Não seria possível, no âmbito desta pesquisa, traçar com precisão um quadro das diversas causas das dificuldades das duas pioneiras sociedades carnavalescas, mas é certo que elas foram perdendo o seu sentido e motivação inicial, e, principalmente, a coesão interna e a capacidade de empolgar os continuadores. Devemos lembrar aqui as crônicas de cerca de duas décadas depois, apresentadas no primeiro capítulo desta dissertação, que atribuíam a crise da folia mais elegante aos desentendimentos e excessos

⁵³ Na época, Germano Hasslocher era vereador na Câmara Municipal. Não confundir com seu filho, de nome igual e mais conhecido, que nesta época devia estar fora da cidade realizando seus estudos de Direito. Cf. Sérgio da Costa Franco, *Guia Histórico de Porto Alegre*, op. cit.

⁵⁴ *Mercantil*, 23 de fevereiro de 1881.

de crítica e de vulgaridade entre seus promotores. Os lamentos dos sucessores fazem sentido se considerarmos a distância que existia entre episódios como aquele que envolveu Miguel de Werna e Ramiro Barcellos, para citar um exemplo, e o ideal de sofisticação, decoro e elegância que se pregava para fazer prevalecer o carnaval “civilizado”, digno das “melhores famílias”.

Outro sinal do descrédito crescente daquela parte da população para com as velhas sociedades carnavalescas já pode ser constatado pelo desaparecimento dos Venezianos. No carnaval de 1885 os esmeraldinos já podiam zombar da “morte” dos seus rivais e Miguel de Werna não perdeu a oportunidade de escrever o obituário: “Depois de uma triste peregrinação por este vale de lágrimas, faleceu, vítima de uma cruel *anemia-algibeirites*, a desventurada *Veneziana*.”⁵⁵ A falta de dinheiro, apontada como a *causa mortis* dos venezianos, na verdade não seria mais do que a consequência extrema de uma crise que afetava as sociedades carnavalescas. Alguns dos antigos venezianos chegaram a fazer uma nova tentativa com a criação do Club Carnavalesco Vagalumes,⁵⁶ no ano de 1887, mas tiveram de repetir as velhas queixas na divulgação do seu Programa:

“Este club, pretendendo publicar o programa de suas festas no corrente ano pede, antes disso, à *sociedade que pode ajuizar*, indulgência para as faltas que necessariamente cometerá, por tratar-se de uma estréia.

Além disso, os Vagalumes, cômicos do lugar que deviam ocupar no centro de uma capital culta como a heróica Porto Alegre, esperavam encontrar robustos braços e sorrisos animadores em cada um de seus habitantes, cuja posição *pecúnio-social* parecia-lhes uma garantia para o fim que se impuseram.

⁵⁵ Este número de *O Século* publicou também diversas quadras de versos zombando os venezianos, como estes: “A pobre Veneziana / Morreu de morte macaca, / Não teve no funeral / Nem um *dobre* de matraca.”, de João Bernardino: “Morreu por *falta de orvalho* / A triste *Veneziana*, / Tanta fome! e não lhe deram / Nem sequer... *uma banana!*” de Candoca Dourado. Cf. *O Século*, 15 de fevereiro de 1885.

⁵⁶ Alguns remanescentes dos fundadores dos Venezianos foram identificados ocupando os seguintes cargos: Manoel José Gonçalves Júnior - vice-presidente, Honório Carneiro da Fontoura - tesoureiro, Augusto Paranhos da Silva Velloso e Manoel da Silva Oliveira Júnior - diretores, Nicolau Vicente Pereira e Amaro Cândido de Souza - procuradores. Cf. “A diretoria e as comissões do C. C. Vagalumes”, *Mercantil*, 22 de janeiro de 1887.

Fato estupendo... Encontraram completo indiferentismo, glacial acolhimento na maior parte daqueles que podiam sem sacrificio concorrer para uma festa na qual tomarão, como todos, uma parte no gozo, deixando-nos, como o Sísifo da mitologia, rolar a sua *pedra carnavalesca*.

Embora os demócritos hodiernos riam-se da justa exprobração que nos arrancou a dor do desprezo, nós, um punhado de destemidos Vagalumes, havemos de levar a efeito a nossa festa que, se não avultar pela grandeza, há de obter do público ilustrado o seu beneplácito pela novidade do estilo.”⁵⁷

A extensão da citação acima se justifica devido à importância de reiterar alguns aspectos daquela crise. A primeira observação a se fazer é quanto ao público ao qual ela se dirige: a “sociedade que pode ajuizar” e o “público ilustrado” são seus interlocutores selecionados, é a eles apenas que se pede reconhecimento. Não se faziam mais apelos à população como um todo, como acontecia nos primeiros anos de seus carnavais, nem mais falava-se em civilizar os costumes. O problema era a falta de colaboração financeira e o pouco caso de seus próprios pares, o que os leva a anunciar em seguida que decidiram suprimir os carros de crítica e o passeio burlesco.⁵⁸

No carnaval de 1886 os rapazes do *Club Cara Dura* fizeram desfilar dois túmulos, um representando *Os Venezianos* e outro reservado à *Esmeralda*.⁵⁹ Esta sociedade ainda sobreviveu por alguns anos, mas os programas que mandava publicar não escondiam o desgaste e a insatisfação para com seu público. O “edital” de 1887 iniciava imitando o dos Vagalumes, dirigindo sua apresentação ao “povo de juízo” que sabia “ajuizar das causas e das coisas” de sua origem, a quem manifestava gratidão, “apesar da maledicência do vulgo chato e rafado”.⁶⁰ A convocação de 1890 é quase idêntica e repete a mesma distinção entre os que ainda a apoiam e o “vulgo”

⁵⁷ *Mercantil*, 18 de fevereiro de 1887.

⁵⁸ O Club Carnavalesco Os Vagalumes não sobreviveria para além ano de estréia. Na mesma edição do *Mercantil* publicava-se uma paródia ao Programa oficial com o sugestivo título “Club dos Efêmeros - sociedade dos que ajuizam espírito a la minuta!”, *Mercantil*, 18 de fevereiro de 1887.

⁵⁹ Cf. Athos Damasceno Ferreira, op. cit., p. 81.

⁶⁰ *Mercantil*, 19 de fevereiro de 1887.

maledicente.⁶¹ A Esmeralda, que já fora considerada mais democrática e popular, agora desejava distância do “vulgo chato e rafado”. Por outro lado, o “povo de juízo” que ainda lembrava as “causas de sua origem” também parecia cada vez menos disposto a colaborar.

No carnaval de 1890 o passeio carnavalesco esmeraldino retratou aquele estado de espírito: o carro da rainha representava uma nau guiada por Morfeu e que ameaçava afundar por entre as ondas da indiferença pública; no carro de crítica, o Carnaval figurava montado sobre um grande canhão que apontava para o público, como resposta à sua má vontade para com a folia de Momo.⁶² O jornal *A Reforma* teria feito coro às reclamações dos esmeraldinos, afirmando que faltou “brilho” ao carnaval, “apesar dos esforços de alguns crentes que ainda teimam em fazer folia em Porto Alegre. (...) O povo não quer Carnaval? Pois não o terá!”.⁶³ No ano seguinte a Esmeralda faria sua última aparição pública, desta vez enfrentando problemas com a censura da polícia republicana.⁶⁴

A crise política do início do novo regime, com a escalada de tensão e violência que culminou na guerra civil entre republicanos e federalistas, não criava um ambiente propício à sátira e ao riso carnavalesco. No entanto, parece razoável considerar que a já anunciada pouca disposição dos “pacatos burgueses” para a folia contribuiu decisivamente para o fim das velhas sociedades carnavalescas, e a conjuntura republicana de ânimos exaltados apenas teria lhes dado o golpe de misericórdia. Uma das Crônicas Semanais publicada pelo Mercantil em 1890 é ilustrativa desta nova postura, mostrando

⁶¹ *A Federação*, 15 de fevereiro de 1890.

⁶² *A Federação*, 17 de fevereiro de 1890.

⁶³ Apud Athos Damasceno Ferreira, op. cit., p. 96.

⁶⁴ Idem, op. cit., p. 96.

como o cotidiano idealizado de um cidadão privilegiado, pai de família com bom emprego e boa renda, podia ser absolutamente indiferente ao carnaval:

“Semana sem acontecimentos, nem novidades (...). Antes, recolha-se o pobre mortal à casa, ao lar da família, recoste-se numa cadeira de balanço, fora de casa, no jardim, de charuto à boca, ao lado da esposa de 21 anos, bela como os amores, engraçada como poucas, risonha e alegre, em conversa com ela, entretidos ali estejam até o cair da noite, quando se recolham à casa, para depois de uma rápida leitura pelo marido do “Rêve” de Émile Zola, - o gênio francês, tomarem o chá saboroso, ou o mate em cuia com torradas e biscoitos, em companhia dos filhos - duas crianças menores e de olhos azuis, e depois: cama para todos.

É o melhor e o mais conveniente. (...) São esses os meus dias mais felizes.

Parece que já tenho família constituída e vivo no meio de uma roda de carinhos, prodigalizados pela boa esposa e pelos filhos obedientes e submissos às minhas ordens.

(...) Porém... paro aqui... não sei, ouço ao longe um tilintar festivo de guizos, os sons graves de um tambor e as gargalhadas de um grupo alegre de foliões.

Chego à janela. O que vejo? - É o carnaval, com sua roupa escarlate, com os sapatos de Santo cheios de guizos, com uma trombeta nas mãos, maior que a de Jericó, e que no meio da praça pública, as gargalhadas de foliões rapazes e raparigas anunciam aos povos deste Estado ter chegado o seu dia, o seu reinado.

E saio da janela; fecho-a ao barulho que faz lá fora e faço ponto aqui, dizendo até sábado leitores.”⁶⁵

O carnaval, para este sossegado “burguês”, é uma interrupção da sua idílica vida em família e não merece muita atenção. A agitada semana que para outros precedia os festejos para ele é tranquila e tediosa como as outras. Ao escutar os ruídos da folia, apenas vai ver o que é, olha, fecha a janela e volta para terminar os seus afazeres. A chegada do reinado de Momo parece não lhe despertar qualquer emoção maior, nenhuma expectativa e tampouco vontade de sair à rua para desfilarem exaltando a si próprio e a civilização ou apenas se divertir fazendo troças. Nada era melhor do que o seu lar, estar com sua boa esposa e seus filhos de olhos azuis, obedientes e submissos. Um comportamento, aliás, muito adequado à devoção pela família que os preceitos morais positivistas dos novos tempos republicanos recomendavam. Este perfil de comportamento mais sisudo e reservado dos chefes de família urbanos não deixa de ser

⁶⁵ *Mercantil*, 15 de fevereiro de 1890. O nome do autor é Mário Santos.

percebido pelos partidários do velho carnaval trocista, como o cronista D. Procópio, do

Correio do Povo:

Saiba toda a burguesia
que ao cachaço do burguês
pespegarei desta vez
os *confetti* da ironia.
(...)
Um simbolismo da troça
a minh'alma romanesca
quer ver na carnavalesca
folia pesada e grossa.⁶⁶

Uma tentativa de manter o espírito trocista dos velhos carnavais também esteve presente na efêmera reaparição da Esmeralda no ano de 1897. Em seu tradicional jornalzinho distribuído à população, os esmeraldinos afirmavam que sua missão ao retornar era conquistar a “burguesia” na luta pela troça.⁶⁷ Naqueles tempos os estudantes da Escola Militar com o seu Clube Cara Dura saíam à rua para fazer a população rir com representações cômicas e desfiles de críticas, mas as “melhores famílias” da cidade já não pareciam dispostas a cumprir esse papel. Já se faziam presentes na imprensa aquelas manifestações de descontentamento com a folia das ruas que conhecemos no primeiro capítulo.

4. O Carnaval do Outro

Reclamações como a de Miguel de Werna em 1883, ao afirmar que o “circo de cavalinhos” era mais popular que coisas belas e sublimes como o carnaval, eram tentativas de jogar a culpa das dificuldades das sociedades carnavalescas na alegada pouca educação e vulgaridade dos habitantes da cidade. Embora fosse perfeitamente

⁶⁶ Correio do Povo, 11 de fevereiro de 1896.

possível que outras atrações fossem tão ou mais apreciadas do que os desfiles carnavalescos, o problema da indiferença popular precisa ser considerado com mais atenção. Aliás, a própria Sociedade Esmeralda, em 1878, chegou a integrar em seu préstito o circo de cavalinhos da Companhia Equestre Inglesa.⁶⁸ E mesmo Miguel de Werna, em outro momento, contradiz o pessimismo acima declarado, ao informar aos leitores de seu jornal que os operários de suas oficinas, “uns *Esmeraldinos*, outros *Germânicos*, ainda outros *Liborinhos*, mais outros *Zé Pereiras* e outros ainda *Impalpabilissimos*”, recusavam-se a trabalhar no período carnavalesco para brincar em seus respectivos grupos.⁶⁹

O exemplo de esmeraldinos e venezianos não deixou de inspirar outros grupos e associações a seguirem o novo padrão do carnaval, porém adaptando-o a valores e experiências diversos. Assim foi o caso da comunidade de imigrantes alemães e seus descendentes estabelecidos em Porto Alegre. Sua participação nos carnavais foi marcada pelo sentido de afirmação desta identidade étnica que os diferenciava do restante da população, ao mesmo tempo que manifestava as expectativas de integração à cidadania brasileira.⁷⁰ Apesar de não terem criado uma sociedade carnavalesca propriamente dita, organizaram-se para apresentar préstitos à altura dos que faziam esmeraldinos e venezianos e, segundo alguns cronistas, mesmo superiores a estes em luxo e organização.

A iniciativa, comandada pela Sociedade Germânia, inicia em 1879, embora em anos anteriores já houvessem críticas e encenações isoladas levadas às ruas por

⁶⁷ *A Esmeralda*, 28 de fevereiro de 1897.

⁶⁸ Cf. Athos Damasceno, op. cit., p. 49.

⁶⁹ *O Século*, 15 de fevereiro de 1885.

⁷⁰ Sobre a importância da constante reafirmação de uma identidade étnica para a comunidade teuto-brasileira de Porto Alegre e as manifestações do dualismo nacionalidade alemã/cidadania brasileira, ver

alemães.⁷¹ A participação da Germânia em cortejos pelas ruas, no entanto, foi intermitente, conhecendo-se registros apenas para os anos de 1879, 1880 e 1885, tendo nos demais carnavais optado apenas por realizar bailes a fantasia.⁷² Da comparação com os desfiles das duas sociedades pioneiras, nota-se a semelhança da forma dos préstitos, com carros de gala, de crítica, presença feminina em ambos os tipos de carros, grupos de cavaleiros e bandas de música, e algumas diferenças de conteúdo pelos quais desejavam demonstrar seu pertencimento a uma identidade cultural própria. No lugar da princesa e do Rei Momo, estavam o príncipe e a princesa do carnaval acompanhados por uma corte de pagens e cavaleiros, e abrindo os desfiles, o *Till Eulenspiegel*, uma figura característica alemã representando um bobo brincalhão.⁷³ Alusões à unificação alemã e ao nacionalismo germânico também estiveram presentes, principalmente no carnaval de 1885, quando apresenta-se uma reprodução do monumento *Germania*, erguido por Guilherme II (presente também em 1879), figurando também o *kaiser*, Bismarck e ainda um carro com a infantaria prussiana em acampamento (Ver Anexo, figura 5).⁷⁴ O orgulho da nacionalidade germânica porém não evita que se apresente um carro de crítica ao colonialismo alemão na África. A rejeição da política externa expansionista da antiga pátria ao mesmo tempo que se afirmava o pertencimento à sua unidade cultural era um dos dilemas impostos àquela comunidade por sua aspiração à plena cidadania brasileira.⁷⁵

Magda R. Gans, *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)*, Porto Alegre, Dissertação de Mestrado em História/UFRGS, 1996.

⁷¹ Cf. Magda R. Gans, op. cit., pp. 123 e 154.

⁷² Ver Athos Damasceno Ferreira, op. cit.

⁷³ Cf. *Mercantil* 21 de fevereiro de 1879; Magda Gans, op. cit. p. 130.

⁷⁴ Cf. Magda Gans, op. cit. p. 133. Ver ilustrações publicadas em *O Século*, 22 de fevereiro de 1885.

⁷⁵ Esta postura a favor da integração política à sociedade brasileira e ao mesmo tempo manutenção da identidade cultural germânica era postura defendida pelo jornalista Carlos von Koseritz, e está presente em seus comentários sobre aquele carnaval, como observa Magda Gans, op. cit. p. 133

O modo como posicionavam-se diante da agitada política provincial também era uma questão delicada, e embora evitassem os ataques pessoais em seus carros de críticas, o que podia lhes valer elogios em alguns jornais,⁷⁶ não abstiveram-se da polêmica. Naquele ano de 1885 exibiram um carro em que representavam com uma gangorra a tradicional disputa dos partidos Liberal e Conservador:

“Dr Barcelos e Silveira Martins procuravam manter-se equilibrados. (...) Além deles havia um garotinho (...) usando boné frígido e roupa vermelha, que começava a gritar “viva a república” (com voz estridente) cada vez que os dois cavalheiros na gangorra se desequilibravam. Gritava até que um negro o acalmasse alcançando-lhe uma mamadeira e dizendo “cala a boca, menino, que ainda não te nasceram os dentes”. Encontrava-se também, no carro, um burguês típico e Publicus, o Zé Povinho.”⁷⁷

Nesta crítica à política local, os velhos partidos monárquicos alternam-se no poder e os republicanos não fazem mais do que gritar pela mudança de regime, enquanto ao “Zé Povinho” resta assistir passivamente. A representação destes últimos como um partido imaturo e inconseqüente diante dos tradicionais chefes do jogo político certamente foi a razão que levou o jornal republicano *A Federação* a tratar com muita má vontade o passeio da Sociedade Germânia, sequer mencionando aquele carro na descrição que fez das críticas do préstito:

“A Sociedade Germânia nada fez este ano que despertasse admiração. (...) As críticas sobre a Hidráulica, imprensa, transporte de imigrantes, *reporters* e curandeiros pecavam pela falta de espírito. A última, principalmente, foi apresentada de maneira a provocar censuras. O grupo de gaúchos... um perfeito desastre! Aqueles *cavalarianos* não nos pertencem...”⁷⁸

Os gaúchos no desfile da Germânia, apesar da contestação de sua autenticidade pelo jornalista de *A Federação*, não deixam de ser mais uma evidência de como a idéia

⁷⁶ Cf. Athos Damasceno Ferreira, op. cit. pp. 54 e 77.

⁷⁷ *Koseritz Deutsche Zeitung*, 21 de fevereiro de 1885, apud Magda Gans, op. cit., p. 137.

⁷⁸ “As festas do carnaval”, *A Federação*, 18 de fevereiro de 1885.

de uma identidade cultural homogênea e bem definida era importante para aqueles grupos teuto-brasileiros. A evocação da cultura de uma imagem para a cultura da Província onde viviam reforçava o sentido da sua própria diferença e auto-afirmação política. Note-se que a figura do gaúcho em trajes típicos, representando o que seria a “cultura rio-grandense”, é algo que se desconhece nos préstitos de Esmeralda e Venezianos.

Seria interessante citar ainda, como mais um exemplo do sentido político que as sociedades alemãs poderiam dar a estas exhibições carnavalescas, um outro evento semelhante realizado muito tempo depois, em fevereiro de 1898. Naquele ano, diversas sociedades de teuto-brasileiros (Sociedades Germânia, Gemmeinütziger, Leopoldina, Turner-Bund, Ruder-Club e diversas associações atléticas), reunidas na Confederação dos Atiradores Rio-grandenses, realizam um préstito alegórico na semana que antecedeu o carnaval.⁷⁹ O cortejo em muito se assemelhava aos antigos préstitos da Germânia, com as referências culturais e históricas à Alemanha, porém sem os carros de críticas, agora com homenagens ao comércio, à indústria e à agricultura, e portando bandeiras do Brasil, Alemanha e Rio Grande do Sul. O passeio encerra-se realizando o que parecia ser seu principal objetivo, uma homenagem às autoridades:

“Em frente ao Hotel Brasil, em cujas sacadas se achavam o desembargador Borges de Medeiros, presidente do Estado, major Cherubim, chefe de polícia, Dr. Júlio de Castilhos, representantes da imprensa e outros convidados, as bandas de música executaram o hino brasileiro, sendo por um dos membros da comissão levantados vivas ao Brasil, ao Rio Grande do Sul e ao presidente do Estado.”⁸⁰

Era então o momento de uma conjuntura política completamente diferente, com o regime republicano e a hegemonia política do Partido Republicano Rio-grandense

⁷⁹ Cf. *Correio do Povo*, 11 de fevereiro de 1898.

⁸⁰ *Correio do Povo*, 15 de fevereiro de 1898.

consolidados, e Borges de Medeiros, iniciando seu primeiro mandato dos cinco que exerceria como governador, recebia as homenagens da comunidade alemã de Porto Alegre. A forma carnavalesca da manifestação, inspirada nas folias de outras épocas, agora descaradamente submetia-se ao sentido político do ato, e exibia-se como pretexto para festejar o *status quo* e a comunhão de interesses com os governantes.

Retornando aos velhos tempos, encontramos ainda outros grupos carnavalescos que deram faces diferentes àqueles carnavais de Porto Alegre. A Sociedade Carnavalesca Congos, ao que tudo indica, foi a forma de presença negra que mais se aproximou do modelo proposto por esmeraldinos e venezianos, nele introduzindo a propaganda do abolicionismo e ao mesmo tempo apresentando-se como expressão diferenciada, evocando uma identidade africana. Não são conhecidos os membros da sociedade, provavelmente integrada por libertos. O certo é que eram tratados com simpatia pela imprensa local, que revelava a sua participação já no carnaval de 1877.⁸¹ O jornal *O Século*, em 1883, registrou uma boa acolhida por parte do público e fez o elogio dos seus integrantes:

“Os *Congos* fizeram o seu passeio e foram imensamente aplaudidos pelo fino espírito que desenvolveram.

É uma sociedade que merece toda a admiração pública, porque é composta de moços decentes que, divertindo-se sem ofender a quem quer que seja, reúnem os seus sentimentos folgazões aos de humanidade, promovendo em suas festas os meios necessários para remirem do cativeiro alguns infelizes escravos.”⁸²

A saudação aos Congos revela, por um lado, sua relativa integração aos padrões brancos e, por outro, parece ter o objetivo de querer desfazer possíveis resistências à sua aceitação, enfatizando que eram “moços decentes” e tinham bons propósitos, uma apresentação que seria dispensável para os rapazes esmeraldinos e

⁸¹ Cf. Athos Damasceno, op. cit., p. 47.

venezianos. As escassas informações tornam difícil uma interpretação mais segura dos significados que *Os Congos* davam à sua participação, mas pelo menos contribuem para matizar possíveis considerações de “branqueamento” ou “resistência” cultural para este caso.⁸³ Dependendo da perspectiva que se preferir, tanto uma quanto a outra destas noções poderiam ser aplicadas, sem que explicassem o que à primeira vista são atitudes contraditórias. Tomar conhecimento de que os *Congos* desfilavam incorporados ao préstito da *Esmeralda* (mais exatamente, ao final do cortejo: ver Anexo, detalhe na parte superior no centro da figura 4, onde aparece o trono do rei dos Congos), pode sugerir sua completa assimilação no modelo das sociedades, aparecendo de forma tutelada e como uma concessão ao seu exotismo e à boa causa da abolição (Uma ilustração do desfile de “Esmeralda e Congos” em 1883 retrata um carro de estilo semelhante aos demais, conduzindo o trono de um rei negro⁸⁴). Por outro lado, a representação de um rei africano e sua corte aponta para a semelhança com significados e práticas tradicionais dos negros, como cucumbis e congadas, havendo inclusive publicação de anúncio na imprensa convocando os sócios para ensaios de canto e dança.⁸⁵ Os Congos incluíram ainda em seus desfiles carros de crítica, e consta que teriam feito alusões a acontecimentos políticos, como eleições, e ao comportamento do público no Teatro São Pedro, entre outras que não chegamos a conhecer.⁸⁶ A presença das críticas revela uma faceta interessante destes préstitos, pois as reclamações e sátiras carnavalescas não deixavam de ser uma manifestação de cidadania e os *Congos* consideravam-se no direito

⁸² *O Século*, 04 de fevereiro de 1883.

⁸³ Ver como esta mesma dicotomia é insuficiente para explicar o caso de sociedades carnavalescas de negros em Salvador nesta época, ignorando a ambigüidade das práticas que utilizam padrões “brancos” e “africanos”, em: Peter Fry e outros. “Negros e brancos no Carnaval da Velha República”, *Escravidão e invenção da liberdade*, organizado por João José Reis. São Paulo, Brasiliense, 1988.

⁸⁴ Provavelmente o ilustrador não considerou detalhes que escapavam ao padrão do carnaval veneziano, pois a presença de um rei Congo sugere uma relação com os desfiles das congadas. Cf. *O Século*, 11 de fevereiro de 1883.

de realizá-las como as demais sociedades. É curioso observar que, assim como acontecia com as críticas da Alemanha, a imprensa as elogiava por terem um conteúdo considerado não ofensivo (o que, é claro, podia depender da posição política defendida pelo jornal).

Além da participação no carnaval, aquela sociedade carnavalesca realizou ações em prol da emancipação de escravos no ano de 1883, arrecadando fundos para alforria com a promoção de espetáculos nos teatros. Uma febre de iniciativas deste gênero invadiria os teatros naquele ano,⁸⁷ somando-se a uma mobilização pela libertação dos escravos da cidade que se estenderia ainda por 1884, criando associações abolicionistas e movimentando partidos políticos, imprensa, clubes sociais.⁸⁸ O anúncio do espetáculo dos Congos revelava adesão a um abolicionismo filantrópico e despolitizado, limitando-se a um apelo humanitário por recursos para alforrias, sem um discurso que reivindicasse abertamente o fim da escravidão; sua publicação nos jornais também é ilustrativa do modo como se apresentavam diante da população:

TEATRO DE VARIEDADES
SOCIEDADE CARNAVALESCA CONGOS

Grandi trumentação!!!

Grandi situsiasmo!!!

REGÁRA ÔIO! ABRE ÔBIDO!!!

Sicuta esse

Nosso tomá riberação prá reárizá grandi foria ni 3 dia di cranavá; nosso vai zirifetuá com todo baruio esse fesita, a fim de nosso rancá di féra di cravidão uma nosso pracêro; po isso nosso turo bem trazê ni frente dus ôio di branco qui gerita di ribredade, esse uato di grandi firantropia.

Agora nosso turo ficá siperando qui essi genti qui é fio dessa tera, não bai deixá di parecê, proquê Papai di Nosso qui tá ni céu ade judá a Papai e Mamã di fio di tera, aquere qui fá quarijuvã nosso, ni esse *borabadá*.

Pressita tenção!!

Siri programa bai se distribuida pro meio di esse couza qui tá casando seripece ni quagueça di gente tura i qui si chamá - *Terefone* - i esse di diztribuição di esse quaquê áde tê rugá ni Romingo, 4 di febrera di ano qui tá caminhando.

⁸⁵ Cf *A Federação*, 15 de fevereiro de 1886; *Idem*, 10 de março de 1886.

⁸⁶ Cf. *O Século*, 04 de fevereiro de 1883; *A Reforma*, 11 de março de 1886.

⁸⁷ Ver Athos Damasceno Ferreira, *Palço, salão e picadeiro em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre, Globo, 1956. p. 200.

⁸⁸ Cf. Margaret M. Bakos, *RS: Escravidão e abolição*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.

PREÇOS

Camarotes com 5 entradas	5\$000
Cadeiras	1\$000
Gerais	500
<i>Chuta di Zambezi ni Porito</i> Aregre, 30 di mezi qui tá prá cabá.	
O 1º Crivão	
Paleguá Mongonguê ⁸⁹	

Não se pode deixar de observar que o artigo é dirigido diretamente aos brancos, “genti qui é fio dessa terra”, por alguém acostumado a uma língua diferente e que se apresenta como estrangeiro, representante de um povo africano. Essa afirmação de uma identidade cultural e étnica diferenciada podia ser encontrada também em clubes carnavalescos negros de outras cidades da Província, como o Club Carnavalesco Nagô de Pelotas e um certo Club Mina, em Rio Grande.⁹⁰ Pode-se considerar também que este tipo de anúncio era uma forma de jogar com o estereótipo que os brancos faziam sobre os negros, de incultos e analfabetos, ambigualmente admitindo e ao mesmo tempo negando essa condição. O recurso estilístico de forjar um linguajar africano seria dispensado no anúncio seguinte, que detalhava o programa do espetáculo a ser apresentado:

TEATRO DE VARIEDADES TELEGRAMA

Transmitido pelo telefone, de Guiné, aos povos porto-alegrenses

AMANHÃ, DOMINGO 4, GRANDE ESPETÁCULO!

Com assistência de S. Excia. o Sr. Conselheiro Presidente da Província e presidido pela rainha e diretoria da distinta sociedade carnavalesca Esmeralda.

ORDEM DO DIA!

O QUE HÁ DE NOVO?

Pois não sabeis que a S. C. os Congos realiza amanhã um soberbo espetáculo em benefício da libertação de uma escrava? Pois esta fraca sociedade, não possuindo

⁸⁹ Mercantij, 30 de janeiro de 1883.

⁹⁰ Inclusive a linguagem estilizada e um detalhe como o do telefone como o meio de comunicação com o país de origem já estavam presentes nos anúncios do C. C. Nagô nos jornais de Pelotas em 1882, o que pode indicar um possível intercâmbio ou influência destes sobre os Congos. Ver Marco Antônio Lirio de Mello, Reviravoltas e carnavais: a cultura de resistência dos escravos em Pelotas, Pelotas, Editora Universitária Ufpel, 1994, onde o autor realiza um estudo do Club Carnavalesco Nagô e também faz referência ao Club Mina, de Rio Grande.

recursos para efetuar esse ato que enobrece a todos os corações filantrópicos, resolveu entre os seus sócios e pessoas particulares, oferecer à distinta população desta capital e seus visitantes o seguinte

PROGRAMA

- 1 - Ouvertura pela banda musical dos **Congos**.
- 2 - A marcha do **Rei dos Congos** e entrada da Sociedade, que dançará os estilos e canto de seu país.
- 3 - Execução do grande dobrado **Liberal Santo-Amarense**, pelo professor Gungo Moquiche Caqueriquiche Pitafango, no seu instrumento **Bando nion**, e mais peças do seu vastíssimo repertório.
- 4 - Cena cômica **bala queimada**, representada pelo 1º escrivão **Paleguá Mongonguê**.

Um intervalo de 15 minutos

- 5 - Uma lindíssima ouvertura pela mesma banda.
- 6 - Canto e dança pelos **Gallegos**.
- 7 - Dança dos moleques infernais.
- 8 - Finalizará o espetáculo com uma chistosa pantomima.
- (...)

Manumissores, atenção!

Rapaziada, alerta!

Ao povo, olhai o progresso!

Dado e passado na **chuta di Zambezi**, Porto Alegre, 03 de fevereiro de 1883.⁹¹

Este programa traz informações que ajudam a tornar ainda mais complicada uma definição clara da identidade dos Congos e sua relação com a sociedade branca porto-alegrense. De início, a presença do Presidente da Província e da rainha e **diretoria** da Esmeralda **presidindo** o espetáculo trazem interrogações difíceis de serem respondidas, a respeito da legitimidade da entidade junto às autoridades, sobre as implicações políticas da presença destas junto a um ato abolicionista e quanto à sua relação com a sociedade Esmeralda. Uma curiosa mescla de referências culturais diversas na lista de atrações por sua vez leva a supor que os Congos não se detiveram em um repertório exclusivamente “africano” e acolheram contribuições diversas para produzir o espetáculo,⁹² como também sugere a alusão às “pessoas particulares”, podendo incluir aí a presença de patrocinadores brancos.

⁹¹ Mercantil, 03 de fevereiro de 1883.

⁹² O programa de outro espetáculo, agora no Teatro São Pedro, oferecido logo após este, é quase idêntico e mantém o mesmo ecletismo. Cf. Mercantil, 09 de fevereiro de 1883.

Embora seu público tenha sido representado como o “branco”, em nenhum momento os Congos fazem alusão à sua própria cor, nem se declaram como libertos, mas apenas se auto-representam como “africanos” integrados à cidadania brasileira.⁹³ Os significados que tiveram as práticas carnavalescas dos Congos permanecem ainda de difícil interpretação, porém, dentro das limitações oferecidas pelas fontes, parece válido afirmar que, tanto a adoção formal do modelo das maiores sociedades carnavalescas, quanto a reivindicação de uma identidade africana e o abolicionismo são modos de agir pelos quais se diferenciam dos escravos, reafirmam-se como livres e barganham de modo pragmático uma aceitação pela sociedade branca. Ambigüidades e atitudes aparentemente contraditórias poderiam ter uma explicação sob esta perspectiva.

Outra forma de participação negra nos antigos carnavais de Porto Alegre, muito diferente daquela dos Congos, foi a da Sociedade Floresta Aurora. Era uma associação de negros libertos, sem vinculação exclusiva com o carnaval, e que ora apresentava-se como Sociedade “Musical e Beneficente”, ora como “Dramática e Beneficente” ou ainda simplesmente “Recreativa”.⁹⁴ Sua presença no carnaval inicia em 1879, consistindo em bailes e modestos passeios à fantasia dos sócios pelas ruas da cidade, sem carros alegóricos ou de crítica. O programa publicado para o carnaval de 1881 mostrava como esta sociedade integrava a festa com as formalidades de clube social: na noite de sexta-feira realizam seu passeio burlesco, não sem antes escolherem uma diretora para as atividades do mês seguinte e uma rainha e escudeiro para o carnaval do próximo ano; no dia seguinte promovem então o passeio à fantasia, que precede o baile da sociedade -

⁹³ Pelo menos para o sudeste brasileiro, constatou-se terem se tornado cada vez mais raras as referências à cor da pele ao tratar-se de homens livres na segunda metade do século XIX. Ver Hebe Maria Mattos de Castro. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil século XIX. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

⁹⁴ Cf. Jornal do Comércio, 05 de fevereiro de 1881; Mercantil, 10 de fevereiro de 1881, Athos Damasceno. op. cit. p. 76.

homens e mulheres partem de locais diferentes, encontram-se e percorrem de carro as ruas centrais da cidade, iluminados por fogos de bengala, até chegarem ao salão da Bailante, onde farão o “passeio de centro” e depois “será lida a ata e dada a posse”.⁹⁵ O evento não recebeu mais do que curtas linhas da imprensa: o *Jornal do Comércio* apenas registrou que no passeio burlesco os sócios trajavam “à marinheiro” e o *Mercantil* observou que no cortejo à fantasia do sábado “os sócios trajavam elegantemente, e alguns até com muito gosto”.⁹⁶ Sem apresentar qualquer evocação da africanidade e também sem adotar o modelo das sociedades carnavalescas, a Floresta Aurora apenas exibiu-se à população porto-alegrense, sem abdicar da pretensão a uma certa distinção e elegância. Passeios e bailes carnavalescos como este eram comuns de serem realizados por modestos clubes sociais e familiares.⁹⁷

Diversas outras sociedades e “clubs” carnavalescos, dos quais conhece-se pouco mais do que alguns nomes,⁹⁸ também saíam às ruas para comemorar a seu modo a folia de Momo, organizando bailes à fantasia, fazendo troças e visitando casas de famílias. Por seguir fielmente o modelo de esmeraldinos e venezianos e reivindicar a representação de uma parte da cidade, deve ser mencionada a Sociedade Carnavalesca Roxa Saudade, que em 1887 tomou a iniciativa de levar o Carnaval para o “terceiro distrito”. Os moradores desta área, que nos dias atuais integra o Centro de Porto Alegre e na época era a sua extremidade oeste que avança sobre o Guaíba, queixavam-se de que “as outras sociedades jamais se lembraram desta parte da cidade” e resolveram criar suas

⁹⁵ Cf. *Mercantil*, 24 de fevereiro de 1881; *Jornal do Comércio*, 26 de fevereiro de 1881.

⁹⁶ Cf. *Jornal do comércio*, 27 de fevereiro de 1881; *Mercantil*, 02 de março de 1881.

⁹⁷ Por exemplo, “Sociedade Estrela D’Alva”, “Sociedade Dedicação e Progresso”, *Jornal do Comércio*, 23 de fevereiro de 1881; “Sociedade Maria Peres”, *O Século*, 22 de fevereiro de 1885.

⁹⁸ Entre eles: Sociedade Carnavalesca Club dos Políticos, cf. *Jornal do Comércio*, 17 de fevereiro de 1881; Club X.P.T.O., cf. *O Século*, 19 e 26 de fevereiro de 1882; Club dos Democratas, cf. *Mercantil*, 23 de janeiro de 1888; Sociedade Carnavalesca Cavaleiros Negros, cf. *A Federação*, 21 de fevereiro de

próprias sociedades carnavalescas.⁹⁹ No carnaval do ano seguinte já não se registraria a presença da Roxa Saudade, mas surgiriam diversas outras sociedades vinculadas ao terceiro distrito, de nomes como Os Boêmios, Os Cotubas, Satélites de Momo e Os Bilontras.¹⁰⁰ Segundo a crônica de Aquiles Porto Alegre, existia uma antiga rivalidade de seus moradores, apelidados “Bagadus”, com os do primeiro distrito, os “Tinteiros”, e armavam-se grandes lutas entre grupos de jovens de ambos os lados, com “muitos rapazes de boas famílias” e “capoeiras” integrando o mesmo “exército”.¹⁰¹ O sentido de pertencimento a um território distinto podia ser encontrado ainda no carnaval de 1890, quando a sociedade Cotubas apresentava um “carro triunfal” em que um bagadu emergia das ondas e ameaçava engolir um elegante tinteiro.¹⁰²

Já a disseminação de sociedades carnavalescas pelos arrabaldes que circundavam a cidade só foi intensa na década de 1890, ao mesmo tempo em que nas ruas centrais já não se exibiam as sociedades mais antigas. Os Pindaibas e o Club Camboim, no bairro Floresta, a Sociedade Pedinchões no Menino Deus e a Recreio Partenon no bairro de mesmo nome é que agora desfilavam suas famílias em carros alegóricos e de crítica.¹⁰³ Tal como todas as outras associações carnavalescas que as precederam, elas valorizavam a auto-imagem e a visibilidade social que os préstitos proporcionavam.

Podemos afirmar que existia, portanto, um valor simbólico de afirmação da cidadania comum, mas com posições sociais e identidades étnicas devidamente

1890; Grupo Às de Copas (1882) e Clube dos Liborinhos (1885), formado por “moços do comércio”. cf. Athos Damasceno Ferreira, op. cit., pp. 64 e 77.

⁹⁹ Cf. Mercantil, 08 de fevereiro de 1887.

¹⁰⁰ Cf. Athos Damasceno, op. cit., p. 88.

¹⁰¹ Cf. Aquiles Porto Alegre, História Popular de Porto Alegre, Porto Alegre, UE/Porto Alegre, 1994, p. 95.

¹⁰² Cf. A Federação, 19 de fevereiro de 1890.

diferenciadas e hierarquizadas, que se manifestava nos velhos carnavais porto-alegrenses. Dos mais luxuosos aos mais humildes préstitos, todos que se aproximassem do modelo “legítimo” eram aceitos, sem que isto no entanto os igualasse. O que causou tanto constrangimento aos jornalistas do final de século era justamente terem que presenciar o fim daquela velha ordem carnavalesca, ao deparar-se com a “democratização” e “promiscuidade social” da folia nas ruas centrais da cidade, freqüentada e promovida por gente de todo tipo. E agora o problema torna-se não só manter a distinção, mas ter que reconhecer alguma legitimidade nos hábitos e formas de expressão dos novos “cidadãos” que brincavam o carnaval.

¹⁰³ Cf. Athos Damasceno, op. cit., pp. 93, 105 a 111; Mercantil, 13 de fevereiro de 1890; A Federação, 19 e 25 de fevereiro de 1895; Correio do Povo, 03 e 04 de março de 1897.

Capítulo 4

Exibições e ocultamentos

O descontentamento que se registrava nas páginas dos jornais para com a situação da folia no início do século, como verificamos no início desta dissertação, tomou a forma de uma polêmica em torno de qual seria a tradição “autêntica” do carnaval, a folia espontânea, heterogênea e desordenada das ruas ocupadas por grupos de mascarados, ou a elegância dos antigos préstitos de Esmeralda e Venezianos, representando a fina flor da sociedade. O saudosismo das sociedades carnavalescas tentava inventar a memória de um tempo idílico, recuperando o sentido de ordem e superioridade cultural, mas ignorando as tensões e outras formas de participação que também marcavam as festas do passado.

Desde o tempo de esmeraldinos e venezianos, escravos, libertos e pobres em geral participavam a seu modo das festas carnavalescas, constituindo um outro lado, pouco visível aos olhos da crônica social porto-alegrense, das adaptações das práticas e significados daqueles carnavais por diferentes grupos e posições sociais. A singularidade da sua presença foi omitida ou pouco considerada pela imprensa até a decadência das sociedades carnavalescas, quando então passa a ser tematizada e surge como um grande problema para as elites cultas.

Tentar trazer à evidência o preconceito cultural e racial e recuperar alguns significados da presença popular naqueles carnavais porto-alegrenses pode inclusive colocar sob uma nova perspectiva a interpretação do renascimento das sociedades Esmeralda e Venezianos na primeira década do século. Também permitirá considerar como as festas carnavalescas em Porto Alegre manifestaram a tensão das identidades sociais de forma particular ao contexto local, envolvendo dilemas referentes a noções de moralidade, cultura popular, cidadania e identidade local e nacional.

1. Os sempiternos mascarados

Apenas “alguns grupos de máscaras, sem significação”; era deste modo que o redator do jornal *Mercantil* descrevia a segunda-feira de carnaval, dia sem desfile das sociedades carnavalescas, ainda no ano de 1878.¹ A atitude de não considerar dignas de importância outras manifestações e imagens do carnaval que não fossem próximas do padrão de esmeraldinos e venezianos já era evidente desde os primeiros anos de existência destas sociedades. A frase acima é muito ilustrativa a esse respeito: se os grupos de mascarados não tinham significação para o jornalista, estava justificado o silêncio a seu respeito, mas por outro lado ficava registrada a sua existência naquelas ruas sob a estranha condição de não ter sentido algum.

Obviamente a dificuldade do noticiário em compreender aqueles foliões não anulava o sentido que eles próprios davam às suas fantasias nem lhes diminuía o valor de suas brincadeiras. Aquela era uma diversão popular que combinava espontaneidade e tradição; não dependia, como os préstitos carnavalescos, de longas assembléias e grandes

¹ Cf. *Mercantil*. 06 de março de 1878.

quantias de dinheiro e sua persistência teimosa parecia pouco se importar com o destino daquelas sociedades que reivindicavam para si o verdadeiro sentido do carnaval. Estes fantasiados receberam os devidos nomes em uma crônica publicada no jornal *Álbum do Domingo*, em 1879, sob a autoria de um *Peregrinus*, que lamentava pela miséria que o carnaval, apesar de toda a alegria, não podia esconder:

“É justo que as decepções e tristuras da vida tenham uma trégua, no esquecimento, durante esses três dias descuidosos, em que os apolvilhados *chicards*, os pretensiosos *dominós*, os desenxabidos *princeses*, os dengues *pierrots*, os detestáveis *diabinhos* e o detestabilíssimo *Zé Pereira*, que pelo nome não perca, todos cheios de frivoleiras e sensaborias, excetuando alguma alusão feliz, que é um ótimo emprego do proficuíssimo — ridoendo castigat mores — desempenham importante papel nesta festa do Carnaval, que, a ser originado, como supõem muitos, das Saturnais romanas, não é das heranças que mais se nos recomendam.

Mas enfim o respeitável público tinha boa razão em estar contente, porque o espírito, como a corda do arco, não deve estar sempre tenso (...).”²

Na sequência, a crônica de *Peregrinus* explicita seu propósito moralizador, que era chamar a atenção para que, passando o carnaval, os foliões que possuíam dinheiro para gastar na festa pagã não esquecessem seu compromisso com a caridade cristã. Embora não visse com bons olhos os mascarados “cheios de frivoleiras e sensaborias”, reconhecia neles um sentido e validade quando recorriam ao bom uso da sátira dos costumes para provocar riso e alegria. Em seu ponto de vista, o humor carnavalesco anunciado pelo velho lema “ridendo castigat mores” ainda podia conferir legitimidade às mais diversas formas de manifestação, ao servir como válvula de escape às tensões da sociedade.

Além do mais, o autor também acabou nos oferecendo uma das raras referências aos tipos de máscaras e fantasias usadas por populares em Porto Alegre no século XIX, enquanto estes *chicards*, *dominós*, *princeses*, *pierrots*, *diabinhos* e *Zé*

² “Lágrimas por entre os risos”, *Álbum do Domingo*, 09 de março de 1879.

Pereiras já dominavam as ruas da Corte nos dias de folia, importunando os desavisados com a brincadeira do “Você me conhece?”, fazendo pilhérias, jogando entrudo, divertindo-se de todas as formas que o anonimato da máscara permitia.³ Inverter a posição social imitando roupas e trejeitos de nobreza como faziam os príncipes, fazer troça ocultando-se sob um capuz como os dominós, também chamados de pulhas, ou ainda sugestivamente adotar o papel de diabo, sem falar no barulhento Zé Pereira formado por um grupo de mascarados tocando bumbos e outros instrumentos de percussão, eram brincadeiras que faziam a alegria popular e a apreensão dos intelectuais e da sociedade elegante carioca, embora estes também cultivassem uma versão refinada da mascarada carnavalesca.

A presença destes tipos carnavalescos na Porto Alegre da década de 1870 é um indício de que estes costumes se espalhavam pelas cidades do país. Pelo menos a numerosa presença de soldados e marítimos na cidade, em boa parte vindos de outras províncias, já seria um fator a facilitar a difusão destas diversões carnavalescas. É válido lembrar que a própria guerra do Paraguai, recém terminada, trouxe em suas fileiras militares pobres e escravos de todas as províncias, já que o recrutamento militar daquele tempo era uma forma de castigo e controle aplicado a populares rotulados como desordeiros, ladrões e vadios, bem como um meio de escapar da escravidão para negros cativos.⁴ Os soldados, temidos como “borrachos, desordeiros e faquistas”, segundo as recordações de Aquiles Porto Alegre, não escapavam da pobreza e os becos da cidade, como o do Oitavo, eram seus principais lugares de moradia e lazer.⁵ Nestes locais, considerados perigosos e não recomendáveis às famílias, também viviam escravos,

³ Ver Maria Clementina Pereira Cunha, *Você me conhece?*, Campinas, 1995. mimeo.

⁴ Ver Paulo Roberto Staudt Moreira, *Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre (1868-1888)*. op. cit.

⁵ Ver Aquiles Porto Alegre, *História popular de Porto Alegre*, op. cit., p. 68.

prostitutas, jornaleiros, pedreiros, taverneiros e outras ocupações humildes.⁶ Uma notícia do Mercantil durante o carnaval de 1883 registra um conflito ocorrido em um beco famoso da cidade:

“DANÇA DE VELHOS - Ontem à noite, no beco do Fanha, grande *dança de velhos*, sendo posto fora de combate o indivíduo de nome João que foi ferido na cabeça e pescoço por Amaro e outros, que entraram na contradança.

Amaro foi preso em flagrante, encontrando-se em seu poder uma adaga.

Os outros pândegos fugiram.”⁷

O episódio parece sugerir claramente uma luta de capoeiras, a julgar pelo uso das palavras “combate”, “dança” e “contradança”. Mas a expressão “dança de velhos” lembra também uma outra forma de brincadeira popular da época, que eram os foliões mascarados com uma cabeça de velho, muito comuns na folia popular do Rio de Janeiro. Eram dançarinos que percorriam as ruas com máscaras imitando enormes cabeças e executando uma habilidosa coreografia de pernas, a “dança de velhos”.⁸ No caso citado acima poderíamos estar portanto diante de algum tipo de desafio entre rivais nesta dança que teria terminado em conflito, ou então poderia se tratar de uma luta de capoeiras que o jornalista resolveu zombar comparando à “dança de velhos”. Comparações e aproximações entre as duas formas de dança talvez fossem comuns: de modo curioso, velhos e capoeiras já haviam sido representados nos espetáculos de “fogos de salão” realizados nos bailes públicos de carnaval do Teatro de Variedades no ano de 1880, que

⁶ Ver Paulo Roberto Staudt Moreira. op. cit.

⁷ Mercantil, 15 de fevereiro de 1883.

⁸ Ver Maria Clementina Pereira Cunha, Você me conhece?, op. cit., p. 12. Um mascarado de velho em Porto Alegre seria descrito da seguinte forma em 1904: “Ora, repare-me para aquele mascarado de calções e jaqueta de paninho verde e amarelo desbotados com algumas nódoas gordurosas; máscara de velho, empapada de suor, chapéu afunilado meio caído para trás. Vai mudo, andadura compassada, os movimentos tardos, o olhar parado e inexpressivo. Na mão direita, um pau nodoso que, de quando em quando, faz um giro no ar.” Cf. “Entrelinhas”, A Federação, 17 de fevereiro de 1904.

anunciavam títulos como “Os três moleques capoeiras surpreendidos por seus senhores” e “A guerra dos três Amigos ou A Paz entre os Dois Velhos”.⁹

Já o local do incidente, o Beco do Fanha, atual rua Caldas Júnior, possuía fama de moradia de “mulheres de vida airada”, mas também teria sido local de residência de figuras ilustres.¹⁰ Até as primeiras décadas do século XX a área central da cidade abrigava vários desses becos, de modo que muitas habitações populares se localizavam próximas às das famílias “respeitáveis”. Sem que a cidade recebesse reformas urbanas significativas, o crescimento da população era acelerado nos anos da virada do século, de 42.115 habitantes apontados em 1888 para 73.274 em 1900, e 130.227 em 1910, o que agravava o problema das habitações populares em becos, porões e cortiços.¹¹ Uma “Estatística Geral dos Prédios de Porto Alegre”, publicada no jornal *Mercantil* em 1883 apontava a existência de 272 cortiços, representando aproximadamente 5,6% dos prédios residenciais da cidade, conseqüentemente indicando a possibilidade de uma cifra muito maior para a população que os habitava. A condição de pobreza muito provavelmente se aplicava também a uma boa parte dos moradores das 3.683 casas térreas registradas, contra apenas 289 casas assobradadas e 576 sobrados que abrigariam as famílias mais privilegiadas.¹² Com o advento da República, para que cortiços, porões e

⁹ O Teatro de Variedades localizava-se na rua Voluntários da Pátria e durante a década de 1880 competiu com o Teatro São Pedro na realização de bailes públicos à fantasia, oferecendo também outras atrações como a “banda alemã”, o prestidigitador Henrique Moya, “do Prata”, e montagens teatrais como as mencionadas. O sentido da expressão “fogos de salão” poderia estar relacionado aos espetáculos de queima de fogos que eram atração das maiores festas populares da cidade, como o Natal no arrabalde do Menino Deus e a festa do Divino na Praça da Matriz. Cf. Athos Damasceno Ferreira, *O carnaval porto-alegrense no século XIX*, op. cit., p. 57; *Mercantil*, 13 de fevereiro de 1880; *Jornal do Commercio*, 26 de fevereiro de 1881; *A Reforma*, 20 de fevereiro de 1886.

¹⁰ Ver Sérgio da Costa Franco, *Guia Histórico de Porto Alegre*, op. cit., p. 91.

¹¹ Apesar da imprecisão dos dados dos censos anteriores a 1910, eles valem como medida aproximada. Cf. Olympio de Azevedo Lima, *Dados estatísticos do município de Porto Alegre: organizado em 1912*, op. cit.

¹² Completam o levantamento 10 edifícios particulares especiais (teatros, hospitais, etc), 33 edifícios públicos e 23 barracas ou telheiros. Cf. “Estatística Geral dos Prédios de Porto Alegre”, realizada por Emílio da Silva Ferreira, Escriturário da Mesa de Rendas de Porto Alegre, *Mercantil*, 20 de fevereiro de 1883.

velhos sobrados alugados à população pobre fossem eliminados do centro da cidade, tomaram-se medidas como a regulamentação das novas construções com padrões de edificação e higiene obrigatórios e aumento dos impostos, tornando a expulsão destes moradores para os arrabaldes uma consequência inevitável, mas que se deu de forma lenta e progressiva ao longo das décadas seguintes.¹³

Ao final do século XIX esta proximidade entre condições sociais desiguais tendia a ser cada vez mais tensa e estudos sobre o período mostram como se tornaram comuns manifestações de intolerância e preconceito para com o modo de vida de pobres e negros em Porto Alegre.¹⁴ O descontentamento das famílias burguesas em conviver com os outros hábitos e valores dos desclassificados nas ruas centrais da cidade só poderia ser muito mais intenso nos dias de carnaval, quando todos saíam à rua para se divertir:

“Terminaram os tradicionais folguedos do carnaval, que estiveram de uma sensaboria única e onde apenas divertiu-se a ‘flor da gente’.

Felizmente, acabaram-se os grosseiros e brutais zé-pereiras, mas surgiram dos becos para a rua dos Andradas as horizontais da ínfima classe.

À noite foi enorme a afluência popular, correndo animado o jogo do confeti e bisnagas numa verdadeira mistura de *tout-le-monde*, agravada pela escuridão da rua.”¹⁵

Esta indignação é que agora traz princeses, bexigas (nem sempre descritos com a inocência que lhes atribuiu Arthur Toscano) diabinhos, dominós, e outros tantos pândegos para as colunas dos jornais. Entre eles encontramos ainda algumas figuras à

¹³ Nas décadas de 1890 e primeira do século XX o número de cortiços na cidade se manteria em torno de 140, não se reduzindo a menos de 100 na década de 1910. Cf. Sandra Pesavento, Os pobres da cidade: vida e trabalho 1880-1920, Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994, pp. 87 e 108.

¹⁴ Ver Cláudia Mauch, Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890, Porto Alegre. Dissertação de Mestrado em História/UFRGS, 1992; Anderson Vargas, Os subterrâneos de Porto Alegre: imprensa, ideologia autoritária e reforma social 1900-1919, Porto Alegre, Dissertação de mestrado/UFRGS, 1992; Sandra Pesavento, A emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa, Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS : FAPERGS, 1989.

¹⁵ A Federação, 20 de fevereiro de 1901.

primeira vista peculiares no universo dos tipos carnavalescos brasileiros, como o “barba de pau”, um indivíduo que se cobria com uma espécie de planta parasita com forma de barba que lhe dava esse nome e agia como bicho, às vezes fazendo-se de urso, às vezes de macaco,¹⁶ e a peculiaríssima e “infalível” presença do gaúcho tocando gaita.¹⁷ Estes tipos divertiam-se e faziam rir com um humor que podia ser obsceno para os padrões dominantes, como denunciava esta notícia de 1904 do *Jornal do Commercio*:

“A maior parte desses máscaras, ensacados dentro de umas roupas velhas, fingindo fantasia, de metim sujo, procurou de preferência o ponto escolhido pelas famílias para dar expansão ao seu espírito imoral.

Um deles, na rua dos Andradas, em meio de respeitáveis famílias, chegou a simular um parto.

Outros, e não foram poucos, fizeram diretas alusões à infidelidade conjugal, trazendo grandes saliências na cabeça e dizendo, a propósito, quanta estupidez lhe vinha à boca.”¹⁸

O riso dos mascarados podia ser o escândalo das famílias burguesas, que tanto zelavam por sua imagem perante a sociedade “decente”. Os dias de folia passaram a ser especialmente desagradáveis para estas “respeitáveis famílias” que acabavam tendo que assistir seus preconceitos e tabus morais serem ridicularizados a céu aberto por mascarados abusados. O velho “ridendo castigat mores”, a alegre troça antigamente consentida aos mascarados, agora por muitos cidadãos não era visto de outra forma que não fosse como uma provocação deliberada.

¹⁶ Barba de pau é o nome dado a um parasita (*Tilland Usneioder*) que cresce em galhos de árvores na forma de fios, tendo a aparência de uma barba. Cf. *Vocabulário Sul-Riograndense*. Vários Autores, Porto Alegre, Editora Globo, 1964. Talvez algo equivalente ao mascarado barba de pau possa ser a brincadeira do “urso” vestido com barba de pau da cabeça aos pés que podia ser encontrada em alguns bailes de máscaras de uma localidade do interior do Rio Grande do Sul ao longo do século XX. Era uma espécie de animador de um curioso “masqué”, onde os participantes deveriam estar travestidos. Ver J. C. Paixão Côrtes. *Folclore gaúcho: festas, bailes, música e religiosidade rural*. Porto Alegre: CORAG, 1987.

¹⁷ Cf. “A rua da Praia”. *Jornal do Commercio*, 27 de fevereiro de 1897; *A Federação*, 03 de fevereiro de 1913.

¹⁸ *Jornal do Commercio*, 17 de fevereiro de 1904. Ver também as reclamações contra os “travestis indecentes” em *O Independente*, 16 de fevereiro de 1902; um fantasiado de irmã de caridade grávida foi

2. “Somo gente destorsida”

A musicalidade era uma característica importante de muitos grupos de mascarados carnavalescos que traziam para as ruas o rico e eclético repertório musical que circulava pela sociedade da época. Tanto a gaita do “gaúcho” como vários tipos de instrumentos como flautas, violões, cavaquinhos, pandeiros, chocalhos, bumbos e outros, eram tocados por mascarados das mais diversas condições sociais, sozinhos ou em grupos pelas ruas nos dias de carnaval. Os conjuntos musicais poderiam ser como aquele formado por modestos e comportados moços empregados da administração dos Correios e Telégrafos que, liderados por um “regente” e contando com uma flauta, dois violões, um *bandonion* e um cavaquinho, visitaram vários cafés e casas comerciais recolhendo donativos em favor dos pobres, merecendo elogios dos jornais e a deferência de terem seus nomes publicados.¹⁹

Os grupos poderiam também ser como a “orquestra” ou “estudantina” do Club dos Pierrots, um conjunto seletto que visita casas de famílias e “se apresenta garboso, uniformemente trajado e com seu bonito estandarte”, formado por sete violões, um violão espanhol, duas flautas, três violinos, uma bandurra e um cavaquinho.²⁰ Seu repertório apresentado em 1904 era uma amostra da diversidade de gêneros, como a

especialmente escandaloso em 1900 e acabou na prisão, conforme Correio do Povo, 1º de março de 1900.

¹⁹ Os integrantes eram: Júlio Tavares, regente; Antônio Luiz de Arruda, flauta, fantasiado como Cavaleiro Correntino; Camilo Dias dos Santos, 1º violão, como Negro da Abissínia; Arthur Pinto de Almeida, 2º violão, como Urso Branco; Lino Carvalho da Cunha, *bandonion*, como Urso da Groenlândia; Ramiro Pereira de Barcellos, cavaquinho, como Capitão do Mato. É interessante observar como as populares fantasias de urso se combinavam com outras inspiradas nos carnavais elegantes, a indicar que a síntese não era só musical. Cf. Correio do Povo, 28 de fevereiro de 1897; Jornal do Commercio, 26 de fevereiro de 1897.

polca, a valsa, a mazurka, a marcha, o dobrado, a havaneira, o schotish e mesmo a ópera, que podiam freqüentar tanto as ruas e bailes públicos como os salões elegantes do início do século.²¹

A maior parte dos conjuntos musicais, porém, só servia à diversão dos “insípidos” mascarados e levava a marca do improvisado, como o Clube Mosca, “com resumido pessoal, metido em roupas velhas, cobertos de cartas ou rótulos de cerveja, levando a bandeirinha de morim à guisa de estandarte e executando em gaitas umas *chorumelas*”,²² ou como outro grupo puxado por uma “orquestra mista” de concertina, ocarina, trombone e “instrumentos de papelão”,²³ ou ainda como aquele ironicamente descrito por um jornalista de *A Federação* em 1900, que o identificou como um Zé Pereira, embora extrapolasse a formação clássica deste tipo de grupo carnavalesco, restrita aos instrumentos de percussão:

“E lá se foi o bando onde figuravam dominós de metim de cores desbotadas, os tradicionais macacos de barba de pau, alguns tipos com casaco virado do avesso e pedaços de pelego nos rostos; tudo isso ao ruído de uma canglorosa corneta, um bombo com a pele frouxa, uma caixa de rufo no mesmo estado, pandeiros, violas, violões, chocalhos, etc.

Um, talvez o mais abastado do grupo, trajava calça e jaqueta de Zuavo, feitas de belbutina e já muito rafadas; completava-lhe a toilette um chapéu de papelão ‘a Directorilo’. A ‘riqueza’ do vestuário conferiu-lhe a honra de levar a bandeira: um pedaço de morim com letreiro ilegível, escrito com pó de sapatos.

E lá se foram eles, todos muito suados, muito ruidosos, muito sujos e sobre tudo... sem nenhum espírito.”²⁴

²⁰ Tinha como presidente Júlio Munhoz Bret e como regente Otávio Silva. Cf. *Correio do Povo*, 24 de fevereiro de 1903. Para uma relação da diretoria e famílias visitadas, ver *O Independente*, 14 e 18 de fevereiro de 1904.

²¹ Mais exatamente, o programa completo era: “o galo”, polca; “autrefois”, valsa; “o lelick”, mazurka; “italianische chanspell”, fantasia; “D. Carlos”, marcha; “regresso”, dobrado; “morinhã”, havaneira; *ouverture* da ópera “Relicário”, “Doralina”, valsa; “copo de água”, mazurka; “melancolia”, schotish; *ouverture* da ópera “Favorita”. Cf. *Correio do Povo*, 20 de fevereiro de 1904.

²² Cf. *A Reforma*, 13 de fevereiro de 1899.

²³ Cf. *A Reforma*, 28 de fevereiro de 1900.

²⁴ *A Federação*, 28 de fevereiro de 1900.

Até aqui somos levados a crer que quanto menos estes grupos de mascarados e “orquestras” populares parecessem se importar com a opinião que deles se podia fazer, maior era o desprezo que lhes devotavam seus críticos. Nada parecia irritar mais a estes senhores do que a aparente indiferença com que aqueles foliões divertiam-se a seu modo e faziam pouco caso do escândalo público. Se procurarmos por outros pontos de vista que não o dos seus críticos, veremos que muitos destes grupos não teriam sido tão indiferentes ao conceito que o restante da sociedade lhes atribuía, nem ao preconceito de que eram vítimas. Muito diversos poderiam ser os modos como percebiam o problema que os afetava e igualmente ampla seria toda uma gama atitudes tomadas diante da situação. A nós seria possível apenas resgatar algumas delas para tentar chegar a seus significados.

Seria o caso dos grupos de mascarados que receberam uma denominação específica nas páginas da imprensa, sendo tratados raras vezes com simpatia e na maioria delas apenas com indiferença ou repúdio - os cordões ou *clubs* carnavalescos populares. Pelas descrições que se pôde obter, na sua forma eles pouco diferiam dos demais conjuntos musicais de máscaras vulgares, tal como os descritos mais acima, mas alguns deles faziam algo mais do que os outros para escapar do anonimato e da estigmatização: visitavam as redações de jornais. Como fez o Cordão dos Vassouras em 1908 ao visitar o *Correio do Povo*, o que lhe valeu registro em uma breve nota, ainda que tardia:

“Por descuido de paginação deixou de sair a notícia referente ao *Cordão dos Vassouras*.

Compunha-se ele de um grupo de homens de cor, tendo à frente uma boa orquestra com instrumentos de sopro e de cordas.

Puxava o cordão um endiabrado *morcego*, trajando vestimenta de cetim negro e a saltar e a bater asas e dando sorte a valer.

Os divertidos vassouras estiveram, terça-feira última, em frente ao nosso escritório, cantando e tocando, sendo muito apreciados pelo público.”²⁵

²⁵ *Correio do Povo*, 06 de março de 1908.

Muitos protestos deve ter recebido a redação do *Correio do Povo* pelo “descuido” de não noticiar a homenagem musical que lhe prestou o Cordão dos Vassouras, pois o que estava em jogo era o reconhecimento e aceitação do grupo de músicos negros. Mais do que uma visita de cortesia às redações, este ato pode ser lido como manifestação do desejo de serem tratados com respeito. Assim também fazia o Estrela do Oriente, outro cordão que procurava sempre visitar o *Jornal do Commercio*, cumprimentando a redação e apresentando “diversas danças características”.²⁶ A simples notícia da visita e a publicação do nome do grupo no jornal já lhes conferia um tratamento muito mais respeitoso do que aquele que poderia ser dado a qualquer grupo anônimo de mascarados.

A denominação de “cordões” costumava ser muito genérica e imprecisa, e podia ser usada para se referir ao movimento de povo que seguia os conjuntos musicais de mascarados em meio à multidão da rua,²⁷ que às vezes também eram chamados de Zé Pereiras, embora não seguissem sua forma original. Esta denominação comum de cordões aos diversos grupos populares do carnaval também poderia ser encontrada na imprensa do Rio de Janeiro, embora no início do século já houvesse uma tendência a se querer diferenciar cordões e ranchos, os primeiros sendo considerados primitivos e perigosos enquanto os segundos, com músicas e alegorias mais elaboradas, seriam mais aceitáveis.²⁸ Até 1915, limite do período pesquisado, não foram encontradas referências a ranchos nos principais jornais de Porto Alegre, permanecendo o uso indiferenciado da palavra cordão, como para o caso dos Vassouras, por exemplo, que pelo nome já nos faz

²⁶ Cf. *Jornal do Commercio*, 28 de fevereiro de 1900, 28 de fevereiro de 1901 e 27 de fevereiro de 1906.

²⁷ *Correio do Povo*, 1º de março de 1906.

²⁸ Ver Maria Clementina Pereira Cunha, *Mandiróbas, pés espalhados e o ameno carnaval dos Resedás*. Campinas, 1996. Mimeo.

supor que fosse uma versão dos grupos de frevo nordestinos, como os que também existiam no Rio de Janeiro com o mesmo nome.²⁹ A abrangência da denominação de “cordões” em Porto Alegre podia ser ainda mais ampla, sendo estendida a grupos de estudantes, como os cordões “Chove, Não Molha”, dos alunos da Escola de Guerra³⁰ e “Olha a cara dele, Mamãe” dos alunos da Faculdade de Medicina e Direito,³¹ e também a empregados do Commercio com seu cordão “Peregrinos do Amor”,³² um nome de indisfarçável apelo boêmio.

Os “cordões” populares, em sua maioria, porém, preferiam se autodenominar de *clubs*, o que já indicaria uma aspiração à respeitabilidade social. Mas ser um *club* nem sempre era garantia de ser levado à sério pela imprensa. Tanto que o Club Rei das Chamas, em 1901, enquanto cumprimentava a redação do *Jornal do Commercio* para não passar despercebido, recebia a zombaria do cronista “Rasteiro & Cia” do *Correio do Povo*: “Verdade é que aí apareceu o club Rei das Chamas, mas, que nos conste, ninguém nelas se incendiou”.³³ Nada simpática também foi a opinião do nosso já conhecido Leo Pardo sobre os *clubs* ou cordões populares, tal como escreveu em seu “Semanário” sobre o carnaval no ano de 1904:

“Passa um cordão de mascarados, estandarte à frente, a gaita roncando e os violões acompanhando.

Uns cantam, outros dançam, estes gritam, aqueles saltam, todos formam um pandemônio insuportável. É o clube de qualquer coisa. No estandarte - um retângulo farpado e de pano barato - estão as iniciais ou o nome por inteiro: *Clube do Amor Perfeito*, *Grêmio da Folha Verde*, *XPTO* ou *As de Copas*... (...)

Então vem à tona a borra da sociedade, sacudida, no fundo em que repousa, pela loucura desses três dias. E os becos e as vielas, o Paissandú, o Itapiru, a Angustura

²⁹ Ver Maria Clementina Pereira Cunha. *Idem*.

³⁰ O cordão “Chove, Não Molha” surge em 1908, sucedendo o Club Cara-Dura, que se apresentara até o ano anterior. Em sua estréia, eles cantam a canção folclórica “Boi Barroso” em frente ao jornal *Correio do Povo*. Cf. *Correio do Povo*, 07, 09 e 16 de fevereiro de 1908; *A Federação*, 08 e 10 de fevereiro de 1908. No ano seguinte retomariam os passeios burlescos com carros de crítica. Cf. *Correio do Povo*, 23 e 24 de janeiro de 1909.

³¹ Cf. *Correio do Povo*, 31 de janeiro de 1911.

³² Cf. *Jornal do Commercio*, 13 de fevereiro de 1908.

³³ *Jornal do Commercio*, 19 de fevereiro de 1901; *Correio do Povo*, 20 de fevereiro de 1901.

despejam na rua, a rua dos Andradas, essa aluvião de mascarados que são a *folha verde* e o *amor perfeito* da planta viciosa que a cidade alimenta com o seu sangue e cultiva com o gênio da sua civilização decadente...”³⁴

Temos aqui outro exemplo da impiedosa crítica social do talentoso cronista negro, com uma forte rejeição aos grupos populares do carnaval e ainda sem manifestar os dilemas que apresentaria dois anos depois; mas o alvo principal da crônica é a elite, considerada a primeira responsável pela “decadência” de uma sociedade hipócrita e segregadora que escondia sua “borra” nos becos e vielas.³⁵ Paissandu, Itapiru e Angustura eram nomes oficiais dos becos popularmente conhecidos como “do Fanha”, “do Leite” e “do João Coelho” respectivamente,³⁶ nomes dos seus primeiros moradores na cidade antiga. Permaneceram os nomes na memória popular mas mudaram os ocupantes, e o lugar sobrou para os desclassificados sociais dos novos tempos.

Mas nem só dos becos saíam os cordões e *clubs* populares. Muitos deles pertenciam à Cidade Baixa, bairro próximo ao centro da cidade, em região alagadiça que formava a várzea do Riacho e incluía o Areal da Baronesa e a Ilhota, locais que passaram a abrigar boa parte da população negra da cidade no século XX. Ali floresceu uma intensa prática associativa e uma diversidade de grupos carnavalescos.³⁷ Em 1896 as ruas do bairro já eram percorridas pelo Club Carnavalesco Estão Vendo Só; depois viriam outros como o Cordão Estrela do Oriente, o Filhos das Chamas, o Club Filhos do Inferno, o Club Vassourinha, o Petit Momo (sociedade carnavalesca infantil), o Club Estrela, o Cordão Demônios Carnavalescos. A insistência desses grupos em visitar as

³⁴ *Correio do Povo*, 21 de fevereiro de 1904.

³⁵ Conferir comentário a outro trecho da mesma crônica no Capítulo 1, p. 42.

³⁶ Sérgio da Costa Franco. op. cit., pp 15, 39 e 91.

³⁷ Sobre música e carnaval na Cidade Baixa, ver Márcia Ramos de Oliveira. *Lupicínio Rodrigues: a cidade, a música, os amigos*. Porto Alegre: dissertação de mestrado/Departamento de História/UFRGS, 1995.

redações de jornais e deslocar-se até as ruas centrais da cidade pode bem indicar a importância que os moradores daquela região davam à imagem que deles podia fazer o restante da cidade. Rivalidade e competição entre os grupos também deve ser considerada uma de suas motivações, como sugere o conflito generalizado que travaram os membros do Estrela do Oriente e do Filhos das Chamas no carnaval de 1903, ao encontrarem-se na rua João Alfredo em plena Cidade Baixa, e que resultou em proibição da polícia para saírem às ruas.³⁸

A semelhança formal de alguns destes grupos da Cidade Baixa com o modelo de esmeraldinos e venezianos também é um aspecto a ser considerado na estratégia pelo reconhecimento. Ela é um sinal inequívoco de que a imagem das velhas sociedades carnavalescas ainda tinha força como símbolo de prestígio social mesmo fora dos círculos mais privilegiados, e de que teria induzido alguns grupos populares a optar por essa semelhança. Podemos apresentar como exemplar o caso da Sociedade Filhos do Inferno, que em 1906 aparece como um *Club* cumprimentando o *Jornal do Commercio*³⁹ e dois anos após é noticiada como uma modesta sociedade carnavalesca que surge, “formada em sua maioria de jovens”, presidida por um estudante, com a finalidade de “proporcionar alegria aos moradores da Cidade Baixa”.⁴⁰ Eles não se detêm, porém, aos limites do bairro e após percorrê-lo dirigem-se à rua dos Andradas,⁴¹ e não deixam de redigir uma carta declarando sua gratidão ao *Correio do Povo* pelo modo como noticiou seu passeio.⁴² Esquadrões a cavalo, alguns poucos carros com alegorias e outros com diretores e famílias de sócios, acompanhados pelo Zé Pereira e alguma banda militar

³⁸ Cf. *Gazeta do Commercio*, 23 de fevereiro de 1903.

³⁹ Cf. *Jornal do Commercio*, 27 de fevereiro de 1906.

⁴⁰ Cf. *A Federação*, 29 de fevereiro de 1908; *Jornal do Commercio*, 21 de fevereiro de 1908.

⁴¹ Planejaram percorrer as ruas Cel. Genuino, Lima e Silva, Avai, Concórdia, República, João Alfredo, Venâncio Aires, o Campo da Redenção, Praça Independência, Dr. Flores, Andradas, Gen. Salustiano, Pantaleão Teles, Demétrio Ribeiro e retornar à Cel. Genuino. Cf. *A Federação*, 29 de fevereiro de 1908.

constituíam seu préstito. Entre seus integrantes era expressiva a presença de oficiais do Exército, inclusive com dois coronéis integrando a diretoria. Boa parte dos sócios residia na rua Cel. Genuíno, no limite entre o Centro e a Cidade Baixa, onde concentravam suas comemorações, sob a luz dos “focos elétricos” instalados pela Intendência.⁴³ Outra sociedade semelhante foi a Demônios Carnavalescos, apesar de ser chamada de “cordão” pelos jornais, formada por um “grupo de rapazes operários”. Visitavam casas de famílias⁴⁴ e organizavam desfiles com as mesmas características daqueles da Filhos do Inferno. Em 1915, apresentaram um préstito com três modestos e peculiares carros alegóricos:

“1º - Um artístico globo, simbolizando o Commercio, a imprensa, o tempo, a música e a pintura, que será ocupado pelas srts. Fortunata Campos, Ecylda Bastos, Nair Miranda, Marietta Oliveira e pelo menino Adalberto.

2º - O carro da Rainha - ‘Demônio na folia’, dedicado ao povo.

É um belo carro onde se vê ‘Lúcifer’ sobre as chamas que lhe fustigam as asas.

No trono de majestade virá a ‘rainha’, senhorita Julieta Gomes, ladeada por duas damas.

3º - O violão, recordação do passado.

É um bem apurado carro, que conduzirá o Zé Pereira.”⁴⁵

É bem possível que a carência de recursos tenha sido decisiva para a opção de se homenagear, em uma única alegoria, temas tão diferentes quanto os apresentados no primeiro carro, que estão os que figuravam com frequência nos préstitos das sociedades elegantes. Mas o terceiro carro é o mais interessante, sugerindo que o costume do passado, simbolizado no violão que acompanhava os estigmatizados grupos de mascarados, havia sido abandonado, pois agora desfilava como uma respeitável sociedade carnavalesca, embora ainda recebesse a denominação de cordão. A

⁴² Cf. *Correio do Povo*, 27 de fevereiro de 1909.

⁴³ Cf. *A Federação*, 29 de fevereiro de 1908; *Correio do Povo*, 23 de fevereiro de 1909; *idem*, 06 de fevereiro de 1910.

⁴⁴ Cf. *Correio do Povo*, 12 de fevereiro de 1914.

representação, é claro, podia ser uma ironia aos preconceitos, mas mesmo assim estaria explicitando a diferença. A figura de Lúcifer, dedicada ao povo, por outro lado, poderia ser uma permanência da velha tradição. Sociedades como a Filhos do Inferno e os Demônios Carnavalescos reuniam famílias de condição social “modesta” em torno de algumas mais prestigiosas residentes na Cidade Baixa e que eram garantia alguma visibilidade para a imprensa. A exibição das senhoritas e damas nos carros era outra tentativa de assemelhar-se ao modo familiar de esmeraldinos e venezianos, em oposição aos grupos masculinos de músicos mascarados. Ainda que compartilhassem com os grupos musicais daquele bairro, sejam *clubs* ou cordões, os nomes e temas “infernais”, a postura destes carnavalescos em seus desfiles públicos era de não se deixar confundir com aqueles.

Baseados nas descrições que até aqui foram apresentadas, também seria possível considerar que os cordões e *clubs* mais distantes deste modelo das sociedades carnavalescas, e por isso menos prestigiados, não deixavam de aspirar a uma certa distinção. Para isto deve-se levar em conta sua iniciativa de empunhar um ainda que pobre estandarte, simular elegância e dar um valor todo especial à musicalidade. Se o olhar da imprensa podia confundi-los com os demais mascarados trocistas e vulgares, muitas vezes semelhantes na condição de pobreza e na cor da pele, a razão estaria no preconceito e na dificuldade de alguns jornalistas em compreender o significado de suas práticas. O carnaval das ruas na Porto Alegre do início do século parecia definitivamente tomado por esses grupos que se divertiam a seu modo, misturando e adaptando elementos de tradições diversas, como chegou a perceber o redator do *Correio do Povo*:

⁴⁵ A Federação, 14 de fevereiro de 1915.

“E o povo, mil vezes já comparado ao mar, de novo se lhe assemelha: alastra-se pelas ruas, movimenta-se a pouco e pouco, - ali acudindo ao estrondo atoador de mais um Zé Pereira que assoma, acolá abrindo alas para que os cordões saracoteiem ruidosos, em remexidos malaquetados de maxixe, a ruflos nervosos de pandeiretas, em cantares apressados de reisado em marcha.”⁴⁶

Em meio à multidão, o jornalista identifica dois grupos: Zé Pereiras e cordões - o primeiro lhe era familiar, sendo uma tradição carnavalesca de longa data, já para o segundo não conseguiu identificar uma prática muito definida, tanto que necessitou descrever alguns de seus aspectos por analogias, neles observando tanto os apimentados remexidos do maxixe quanto o canto dos reisados em marcha. Ao tentar interpretar o cordão para seus leitores, o autor oferece duas pistas importantes para compreendermos um pouco melhor a presença popular no antigo carnaval porto-alegrense, pois os reisados e maxixe nos conduzem à sociabilidade das famílias negras e a uma tradição religiosa e musical que sofria o impacto das mudanças de fim-de-século.

Parece bastante evidente a identidade de alguns cordões com os grupos negros de ternos de reis que faziam as tradicionais visitas à residências nas madrugadas do dia dos Santos Reis, encerrando o ciclo de festividades natalinas. Basta considerar o nome do cordão Estrela do Oriente para constatar esta relação, ou então comparar a presença das “bahianas”⁴⁷ no carnaval com ternos de reis muito populares organizados pelo Club das Bahianas e pelo Club das Bahianinhas.⁴⁸ Um outro jornalista do *Correio do Povo* chegou a descrever uma exibição de um Terno do *club* das Bahianinhas de forma muito semelhante à descrição do cordão na citação anterior, com as mesmas referências ao canto, dança e música, e ainda reproduzindo os versos:

⁴⁶ *Correio do Povo*, 28 de fevereiro de 1908.

⁴⁷ As mesmas que foram citadas de passagem no Capítulo 1, p. 1.

⁴⁸ Cf. *Jornal do Commercio*, 05 e 07 de janeiro de 1906; *Correio do Povo*, 05 de janeiro de 1898; idem, 06 e 08 de janeiro de 1899; *O Exemplo*, 1º e 16 de janeiro de 1910.

“E então, o coro todo, num arruido enorme, em uma troça monumental, ao gritar dos cavaquinhos e ao repenicar dos pandeiros, romperá num maxixe desbragado, dançando e cantando:

'Quebra o corpo, espalha o pé
minha gente,
numa dança toda quente,
oleré,
e de corpo requebrado,
seu benzinho
caia tudo num fadinho
bem chorado...' » 49

A presença de grupos negros de Ternos de Reis percorrendo as ruas de Porto Alegre com seus trajes típicos, instrumentos, cantos e danças, visitando casas de famílias brancas importantes e trazendo atrás de si um festivo séquito popular existia pelo menos desde a década de 1870. Embora relatos como os de Aquiles Porto Alegre descrevessem os antigos Ternos como iniciativas da “elite social”, os grupos proliferaram até o final do século XIX através de clubes e associações recreativas das mais diversas condições sociais. Em campanhas de recolhimento de donativos para libertação de escravos registrou-se o crescimento da presença negra nestes folguedos, neles introduzindo instrumentos e danças africanas.⁵⁰ O Club Benguella, formado inteiramente por negros, anunciava na imprensa as “magnas proezas do marimbau”⁵¹ e a “dancha africana - o candombe - ao ecitilo di tera di nosshu mêmô”, utilizando aquele mesmo português africanizado dos anúncios carnavalescos da Sociedade Os Congos.⁵² Por sinal, também

⁴⁹ *Correio do Povo*, 09 de janeiro de 1898.

⁵⁰ Cf. "Natal e Reis na cidade de outrora", Athos Damasceno Ferreira, Colóquios com a minha cidade, Porto Alegre, Ed. Globo, 1974. A tradição de apresentar um dos "reis magos" como negro pode ter contribuído também para esta participação de escravos ou libertos junto às famílias brancas nas comemorações de ternos de reis. Em relatos de folcloristas é comum identificar um dos componentes do terno como negro ou como um branco com o rosto pintado de preto. Em alguns casos, até mesmo todos os três cantadores estariam com os rostos "tismados". A cronologia destes relatos porém é imprecisa e eles variam conforme a localidade. Cf. Rio Grande do Sul: aspectos do folclore. Por Lilian Argentina B. Marques e outros. Porto Alegre, Martins Livreiro Editor, 1992. p. 123 e 133.

⁵¹ Cf. Mercantil, 03 de janeiro de 1888.

⁵² Cf. Athos Damasceno Ferreira, Colóquios com a minha cidade op. cit., p. 121.

existiu um Club Congo que promovia saídas de Ternos e apresentava seus anúncios desta forma:

Congo sai ni rua sinazinha
Negrinho turo bem vestiro
Cantou ni rua e dançou
Com 8, 9, 10 zin gatinha;

Congo turo já dizeu
Turo ano vai sinhá
Sinhô que é credô
Sipode apresentar.

Lá ni rua Itapiru
sita mulera 10
Ja dinheiro vavera
Que possa repagar.⁵³

Este modo de representar um linguajar diferente e inculto através da escrita, identificando seus autores como negros, foi característico da década de 1880, surgindo em ocasiões festivas como os Ternos de Reis e o Carnaval, não só em Porto Alegre como em outras cidades da Província.⁵⁴ Os versos acima são exemplares desta forma extremamente ambígua de auto-identificação, adotando por um lado uma escrita que espelha a imagem que deles possui o branco, de incultos e analfabetos e identificados a um certo exotismo africano que podia mascarar sua não integração à sociedade; por outro lado, distanciavam-se dessa imagem apresentando-se como africanos e afirmando positivamente sua identidade étnica e seus costumes próprios. O conteúdo dos versos também sugere que estariam respondendo ao preconceito dos brancos sobre si pela

⁵³ *Mercantil*, 09 de janeiro de 1888. Alguns dias antes também foi publicado este anúncio: “Club Congo - Nossu vem pro jorná deitá faração turo povo qui tá desse cidare onde nosso vai cantá ne vespra e dia de rei. Turo nosso parenti tá convidaro pra fazi runion ne rua de Avoredo numbro 181 quando sino toca prá blanco i deitá, e deci hora di note qui há di corê.

Congo turo de congada
De Gégy tá separado;
Congo canta nesse dia
O trê rei de madrugada”.

Cf. *Mercantil*, 03 de janeiro de 1888.

inversão das expectativas daqueles, negando, com certa ironia, a suposta condição de maltrapilhos (“negrinho turo bem vestiro”) e caloteiros que lhes era atribuída. Observe-se que o endereço indicado para cobrança é a rua Itapiru, o beco do Leite, um dos locais apontados por Paulino Azurenha como sede dos *clubs* carnavalescos populares que tanto lhe desagradavam.

Deve-se chamar atenção também para as freqüentes referências às danças e festas próprias dos negros que surgem nestes anúncios, como o candombe e as congadas, onde representavam a coroação do rei do Congo.⁵⁴ Alusões a estas práticas coexistem nestes passeios noturnos com as cantigas católicas dos ternos de reis louvando o Menino Jesus e também com o “fadinho bem chorado” ao som dos cavaquinhos e pandeiros com sua dança “de corpo requebrado” (associada ao maxixe por alguns jornalistas), sugerindo que aquela fosse uma festa que lhes oferecia relativa liberdade para o cruzamento de tradições diversas.

Embora a afirmação de uma identidade africana estivesse presente nos grupos negros de Terno de Reis, a formação destes Ranchos, também chamados de Bandos, não deixava de acontecer através de um intenso contato cultural com a sociedade branca. O direito de compor a música, os versos e reger a “orquestra” e coro dos melhores ranchos parecia muito disputada por jovens com pretensão a poeta, por maestros formados pelo velho professor Mendanha (possivelmente incluindo negros entre eles) ou por meros músicos amadores, como era o caso do comerciante Domingos de Campo Moreira Porto, vulgo Mingotão, um entusiasta promotor dos Reisados.⁵⁵ Assim, podemos encontrar assinando as composições cantadas pelo Club das Bahianas, relacionado à

⁵⁴ Ver Marco Antônio Lirio de Mello. Reviras, batuques e carnavais: a cultura de resistência dos escravos em Pelotas, Pelotas. Editora Universitária Ufpel, 1994.

⁵⁵ Sobre as congadas no Rio Grande do Sul, ver Augusto Meyer. Guia do folclore gaúcho. Rio de Janeiro. Presença, 1975. 2ª ed. p. 87.

sociedade Floresta Aurora, nomes como os do poeta Damasceno Vieira e o então jornalista e futuro médico Mário Totta,⁵⁷ que também teria escrito versos como estes para outro Bando, o Club Menelick, fazer sua saída na véspera do dia de Reis em 1900:

(...)Pai José:

Somo gente destorsida
da terra dos areá,
onde o sol faix rmixida
cumo as pimenta de cá.

Coro:

Canta negrada faceia
turinho cheia de massada
- espaia o pé -
rebola os rim e as cadeia,
entra turo na furada
do banzé!

Mãe Maria:

Sêmo grande num sambêro
de batê com os pé no chão.
Quando sacudo o pandero
já parpita o coração. (...) ⁵⁸

Estes versos eram uma forma de auto-apresentação identificando aqueles grupos negros, provavelmente moradores do Areal da Baronesa (“da terra dos areá”), perante seus anfitriões como “gente destorsida”, apreciadora da dança e da festa; foram escritos por um branco (a pedido dos próprios negros?); estavam presentes também em composições que o mesmo Mário Totta fez para outros grupos e acrescentavam uma parte mundana ao formato tradicional das evocações religiosas que acompanhavam as visitas dos Ternos de Reis às casas das famílias. Para tornar ainda mais curiosa esta evidência de proximidade e colaboração entre o jovem jornalista e os costumes

⁵⁶ Cf. Athos Damasceno Ferreira, *Colóquios com a minha cidade*, op. cit., pp. 121. 122.

⁵⁷ Cf. idem. op. cit., pp. 122-126; *Correio do Povo*, 05 de janeiro de 1898.

⁵⁸ Apud Athos Damasceno Ferreira, *Colóquios com a minha cidade*, op. cit., p. 129.

populares,⁵⁹ ela acontecia numa época, a passagem do século XIX para o XX, em que o preconceito contra estes costumes estava em alta na imprensa. No *Correio do Povo*, jornal em que próprio Mário Totta era redator, podemos encontrar um outro cronista zombando da pobreza dos foliões dos reisados de 1897, ao relatar como encontrara os mesmos “reis” no dia seguinte como simples trabalhadores, um rolando barricas pela rua e outro vendendo bilhetes de loteria.⁶⁰

Ao iniciar o século XX, os folguedos da Noite de Reis em Porto Alegre tornaram-se uma tradição mantida apenas pela população negra reunida em diversos clubes e associações, espalhados pelos bairros suburbanos da Cidade Baixa e Colônia Africana. Em uma cidade em que o prestígio de um cidadão podia medir-se pelo clube ou associação do qual fazia parte, as “modestas” sociedades da Cidade Baixa e outros bairros eram um meio de conferir dignidade e auto-estima aos seus integrantes e escapar do estigma de inferioridade que o preconceito alimentava. Estas entidades costumavam ter um caráter familiar e recreativo, promovendo bailes e festas em profusão, inclusive os seus próprios bailes carnavalescos. Sociedades como a Floresta Aurora, a Instrução Familiar, a Olympio Peres, o Grêmio José do Patrocinio, a Beneficente Brasileira União, as musicais Lyra Florestina e Lyra Oriental, entre muitas outras, eram o lugar da sociabilidade e do lazer das famílias negras, servindo também a iniciativas culturais e de solidariedade. Muitas destas sociedades eram formadas por mulheres, como a Congresso Laço de Ouro e a Satélite da Mocidade, algumas delas dedicadas especialmente a

⁵⁹ Mário Totta (1874-1947) também teria composto músicas de carnaval e sido um participante ativo da vida social da cidade. Filho de um funcionário dos Correios e Telégrafos que esteve entre os fundadores da Sociedade Partenon Literário. Mário Totta começou a frequentar desde cedo os círculos literários e boêmios porto-alegrenses e foi co-fundador do jornal *Correio do Povo* em 1895 e um dos seus principais redatores. Formou-se farmacêutico em 1900 e médico em 1904 pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre, destacando desde então também por uma intensa atividade filantrópica na Santa Casa de Misericórdia e por divulgar a medicina em artigos no *Correio do Povo*. Cf. Ari Martins, *Escritores do Rio Grande do Sul*, op. cit., p. 590.

promover bailes de carnaval, como o Grupo das Margaridas e o Grupo dos Dominós. Quando o olhar de alguns jornalistas via no maxixe das ruas e dos bailes públicos um sinal de degeneração moral, também estava demonstrando seu preconceito contra a dança popular que era praticada nos inúmeros bailes daqueles clubes e associações.⁶¹

O grande número e diversidade de associações em que se reuniam, bem como as dificuldades com o preconceito e com a ação policial que enfrentavam os negros de Porto Alegre, podem ser conferidos nas páginas de *O Exemplo - Jornal do Povo*.⁶² Tratava-se de um jornal de quatro páginas redigido por negros e dedicado a denunciar o preconceito de que eram vítimas, reivindicar o reconhecimento da sua cidadania e a melhoria de sua condição social. Junto aos artigos que procuravam despertar o inconformismo e a auto-estima entre “os nossos”, como referiam-se a seus pares, faziam o registro da atividade social dos clubes e associações que raramente eram citados pela imprensa comercial. Não raro, estas entidades também recebiam a crítica dos redatores de *O Exemplo*, preocupados com sua dedicação quase exclusiva ao lazer e sua inoperância diante dos problemas que os negros enfrentavam, como a falta de instrução e

⁶⁰ Cf. *Correio do Povo*, 08 de janeiro de 1897.

⁶¹ O maxixe era um modo de dançar dos bailes populares e carnavalescos surgido entre as décadas de 1870 e 1880 no Rio, onde era muito mal visto pela alta sociedade. Cf. Jota Efegê, *Maxixe - a dança excomungada*, Rio de Janeiro, Conquista, 1974; Martha Campos Abreu, “O Império do Divino”: *Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro 1830-1900*, Campinas, Tese de Doutorado/ Departamento de História/Unicamp, 1996, p. 67. Em Porto Alegre, no ano de 1881 o jornalista Miguel de Werna já oferecia sua descrição do maxixe, e defendia suas qualidades com uma boa dose de ironia: “O Maxixe é a designação popular do sarau escola; (...) É ali que a ilustrada classe caixeiral e a dos artistas com aspirações a mestres de obras tomam as primeiras noções do código do bom tom; é ali que eles ensaiam calçar a bela luva de pelica letra O; é ali que aprendem a curvatura da espinha dorsal na exibição reverente e amável de um cumprimento a uma bela, convidando-a para um cotillon ou uma schotisch. (...) Como tudo neste mundo, tem o Maxixe os seus inimigos, os seus detratores que o alcunham: *Bico, Samba, Forrobodó* e outros absurdos de igual jaez, sem lembrarem-se dos gozos que ele proporciona, dos serviços que ele presta, da utilidade dos seus princípios e dos fins da sua instituição: (...). *O Século*, 23 de outubro de 1881.

⁶² *O Exemplo* foi criado em 1892, circulando com algumas interrupções até a década de 1930. Sobre a imprensa negra no rio Grande do Sul, ver Marco Antônio Lirio de Mello, “A construção dos afro-brasileiros: identidade e poder na imprensa negra do Rio Grande do Sul”, *Porto & Virgula*, ano IV, número 29, Porto Alegre, Novembro de 1996.

de assistência.⁶³ As divergências cessavam, no entanto, quando tratava-se de denunciar a discriminação que sofriam diante das agressões da polícia e das humilhações a que eram submetidos. Tanto os bailes como os cultos de religião africana organizados por negros em suas casas enfrentavam a perseguição da polícia, que no primeiro caso exigia a certidão de casamento do dono da casa ou a licença do subintendente da Guarda Administrativa, e no segundo invadia o domicílio e prendia os praticantes.⁶⁴ Por outro lado, também criticavam a polícia por sua omissão quando os negros eram vítimas de agressão por parte de brancos,⁶⁵ e chegavam mesmo a reivindicar sua presença para protegê-los de desordeiros, “moços de cor branca”, em festas como os Ternos de Reis e o Carnaval:

“Nas noites de reis, carnaval, etc., os sons das fanfarras, o alarido popular, dissipando o silêncio, desperta no mais humilde lar até as crianças: só a polícia é preciso ser chamada! (...)”

Mas bem sabemos a razão pela qual as autoridades deixam-nos em completo abandono, quando andamos em festas pelas ruas! Quando a tradição envolvia a pretos e brancos na faina recreativa de reproduzirem as homenagens dos magos ao nascimento do Menino Deus, os ternos eram ouvidos à distância com o respeito silencioso das grandes comemorações, porém agora que só a gente de cor tomou a si o glorioso encargo, é preciso um pretexto para desmoralizar os nossos créditos, para justificar as violências que nos façam.”⁶⁶

A pungente denúncia revela bem a medida do ressentimento e da tensão racial que tomava conta da cidade naquele início de século, onde mesmo velhas práticas e costumes religiosos, com seus apelos à caridade cristã e complacência, já não amenizavam o preconceito. As famílias brancas agora negavam-lhes reconhecimento e as autoridades continuavam ignorando seus direitos constitucionais, mesmo quando estavam realizando um ritual católico. As humilhações comuns do dia-a-dia pareciam

⁶³ Cf. *O Exemplo*, 12 e 19 de março de 1911. Ver série “As nossas associações”.

⁶⁴ “Batida nojenta”, *O Exemplo*, 13 de novembro de 1902; “Pelos nossos”, *O Exemplo*, 25 de novembro de 1902.

⁶⁵ “Desacato”, *O Exemplo*, 27 de novembro de 1904.

⁶⁶ “Noite de reis”, *O Exemplo*, 08 de janeiro de 1905.

transformar-se em agressão aberta nos dias de festa em que a identidade étnica era afirmada em manifestações coletivas, como os reisados e o carnaval. Até mesmo o *Correio do Povo*, que estava entre os jornais acusados por *O Exemplo* de seguidamente tratar os pretos de forma preconceituosa nas notas policiais, viu-se constrangido a pedir providências à polícia contra tais atitudes no carnaval:

“Pedem-nos reclamemos das autoridades competentes providências no sentido de ser impedido que alguns moços que se reúnem à rua dos Andradas, esquina da travessa Itapiru, divirtam-se em atirar sobre as mulheres de cor que por ali passam serpentina e confete apanhados nas sarjetas.

Não há conveniência nem deve haver prazer algum em enxovalhar os humildes.”

67

Este episódio poderia lembrar a antiga brincadeira de rapazes brancos que atiravam polvilho às mulheres negras no carnaval,⁶⁸ mas os tempos eram outros e exigia-se respeito. Tanto quanto o preconceito racial, as diferenças de classe também contribuíam para que no carnaval de brancos e negros irrompessem as tensões de suas relações de patrões e empregados. O jornalista Silva Machado de *O Exemplo*, ao sair em defesa das criadas negras que, além de suportarem os abusos das patroas, viam seus tão estimados bailes e sociedades serem ridicularizados na imprensa, chamava a atenção para os escândalos carnavalescos da alta sociedade:

“Pois bem, sirva-vos de consolo o fato de enquanto gira as vossas fantasias e ilusões de moças lá pelas ‘nuvens’, (...) não escabujais os vossos costumes no lamaçal da devassidão dos Bohemios Carnavalescos, onde fazia-se ao jorrar do champagne a sagração da libertinagem das senhoras de grande estado, esquecidas de seus deveres e caídas na alta sociedade (...)”

Precisamos, pois não, de uma sociedade protetora das ‘criadas’, que fazendo *pendant* com a dos animais, fiscalize a maneira com que as escravocratas

⁶⁷ *Correio do Povo*, 26 de fevereiro de 1897.

⁶⁸ Segundo as memórias de Aquiles Porto Alegre, nos antigos carnavais “havia também o polvilho que o rapazio folgazão atirava nas crioulas, moças e velhas, que saíam a entrudar”. Aquiles Porto Alegre, *História Popular de Porto Alegre*, op. cit., p. 87. Para apresentar outro exemplo: o jornal *A Reforma* registrou uma agressão a uma velha parda por um grupo de “moços de boa educação” que a demonstraram “mais jogando sopapos com pessoas de cor do que entrudo”. Cf. *A Reforma*, 26 de fevereiro de 1900.

embusteiras e caloteiras patroas tratam as pobres filhas de Deus que lhes caíam nas garras, a fim de terem tempo e sobrar-lhes dinheiro para as farramosas exibições na rua dos Andradas, nos cortejos carnavalescos, bailes chinês, japonês e quejandos.”⁶⁹

Colocando-se ao lado dos “seus”, *O Exemplo* propõe, para as trabalhadoras domésticas, um outro ponto de vista a respeito da imoralidade, que muda de lugar e passa a residir na exploração que sustenta o mundo da sociedade elegante das patroas, cheio de frivolidades e escândalos acobertados. Deve-se observar que no artigo a ênfase da indignação recai principalmente sobre o abuso de autoridade, mais do que sobre a exploração de classe propriamente dita, evidenciando que o sentido de liberdade era um valor importante para os negros nas relações de trabalho. Tratar as criadas como se ainda fossem escravas era a afronta maior que se poderia lhes fazer, segundo o discurso do jornalista, e a igualdade de direitos da constituição republicana era invocada para denunciar as atitudes escravocratas que persistiam e afrontavam sua condição de trabalhadoras livres.

Este episódio entre as criadas e suas patroas é exemplar para considerar a transformação das relações de trabalho como outro fator importante naquelas mudanças de atitude em relação às festas populares no fim-de-século. O preconceito e a invisibilidade social que se praticava contra o modo de vida e as festas dos trabalhadores pobres e negros também podia ser uma reação à autoridade perdida e um sinal da necessidade de uma nova estratégia de dominação. Trabalhadores domésticos cada vez menos dóceis à permanências da antiga autoridade senhorial traziam uma nova e desconfortável situação para os patrões. Quando se fala em perda de autoridade neste caso se está longe de considerá-la um problema generalizado, mas pode-se pensá-la como o mal-estar provocado pela permanente possibilidade de acontecer no cotidiano.

⁶⁹ “Amorosas - minhas magoadas colegas”, *O Exemplo*, 26 de fevereiro de 1911.

Um aparentemente banal conflito entre uma patroa e uma criada insubmissa e exigente podia ser suficiente para despertar este medo. Não é difícil, portanto, imaginar também o quanto de desafio simbólico o livre desfilar e troçar de pobres e negros mascarados pelas ruas no carnaval e outras festas podia representar para os temerosos desta liberdade.

3. A virtude que vem do alto

O Sr. Bonifácio José de Sant'Anna decidiu nunca mais passar um carnaval na cidade depois do que lhe aconteceu naquele domingo gordo em que sua esposa Felisbina, em dores de parto, lhe deu a ordem de chamar imediatamente a parteira. Aconteceu que o zeloso marido saiu rua dos Andradas afora sem saber que encontraria pelo caminho o cortejo das sociedades na praça da Alfândega, onde a multidão que assistia era impenetrável. Ao encontrar a barreira humana, tentou abrir caminho da forma mais educada possível, mas era tudo esforço em vão. Começou então a gritar que precisava buscar a parteira, e cometeu seu primeiro erro, pois tudo que conseguiu foi provocar gargalhadas e atrair uma troça fenomenal sobre si. O pacato cidadão, não acostumado à zombaria pública, perde a compostura e começa a distribuir socos, bofetões e pontapés, e o tumulto estava armado. Mas durou pouco sua demonstração de valentia, logo chega a "rataria" da polícia que vai arrastá-lo para o xilindró, onde passará o resto do carnaval. Suas justificativas desesperadas de que precisava achar a parteira só conseguem divertir os policiais que troçam dele sem dó. Indiferente a toda confusão, um Zé Pereira de alguma sociedade cruzava a rua triunfante e vitorioso com seus bombos, cornetas e tambores.

Esta pequena história é um resumo da versão original impressa no jornal distribuído à população no carnaval de 1909 pela já há três anos rediviva Sociedade Carnavalesca Esmeralda.⁷⁰ Trata-se de apenas uma entre as diversas histórias de troça reunidas na tradicional publicação que a sociedade distribuía em todos os carnavais, mas é muito ilustrativa dos temores e expectativas dos novos esmeraldinos para com o carnaval das ruas na primeira década do século. Nela está presente o medo do caos e da imprevisibilidade da multidão trocista, que fascinava e assustava ao mesmo tempo. Aqueles eram dias em que os “cidadão respeitáveis” andavam com essa tal respeitabilidade sempre por um fio, tudo podia acontecer e qualquer deslize ao se misturar com a “canalha miúda” podia representar uma humilhação insuportável.

Mas esse perigo era reservado justamente para quem não tinha outra alternativa de evitá-lo que não fosse fugir da cidade. Os integrantes da sociedade Esmeralda acreditavam não correr este risco porque não se misturavam à multidão, nem a enfrentavam sozinhos: ao desfilar em cortejo demonstravam poder de organização em meio ao caos, fascinavam o “Zé Povinho” exibindo riqueza e elegância, saíam do anonimato, tornavam-se o centro das atenções e restauravam a hierarquia perdida. A história do Sr. Sant’Anna só era engraçada porque deveria acontecer com os outros, jamais com quem compunha o préstito que restabelecia o sentido de superioridade, legitimidade e autoridade em meio à folia. Claro que tratava-se de uma pretensão, sujeita a ter seus percalços quando realizada na prática, mas que não pode ser ignorada como fundamental para se compreender o sentido dado à reinvenção dos préstitos carnavalescos de Esmeraldinos e Venezianos pelo *high life* porto-alegrense. As antigas

⁷⁰ “Efeitos do Carnaval”, A Esmeralda, 1909.

sociedades só renasceram porque era preciso negar a legitimidade do carnaval que de fato existia inventando outro para colocar em seu lugar.

E a folia das ruas que devia ser devidamente substituída por algo digno das “melhores famílias” porto-alegrenses era aquela dos cordões musicais dos mais diversos clubes e associações populares, a maioria formada nos becos do Centro e na Cidade Baixa, mas também nos arrabaldes da Colônia Africana, da rua Santana e da Floresta, e que vinham à rua dos Andradas exibir-se aos perplexos burgueses e aos olhos pouco interessados da imprensa; também era o dos mascarados, princeses, bexigas, zé pereiras, diabos, ursos de barba de pau, gaúchos e tantos outros que se divertiam com o entrudo, a troça vulgar e o palavreado chulo, e ainda o do “descabelado” maxixe dançado nos bailes públicos e em plena rua ao redor dos coretos mandados instalar pelas casas de Comércio. E, principalmente, tudo isto presente ao mesmo tempo na multidão que confundia e indiferenciava, e tornava as ruas o “Inferno de Dante”, nas já conhecidas palavras de Arthur Toscano.

A “pagodeira” do Deus Momo na virada do século não era feita para quem preferia diversões mais refinadas, como já proclamava o *Jornal do Commercio* no carnaval de 1897, ao abrir sua seção de troças, anunciando o falecimento, vítima de insulto e de estupidez, do “cidadão Pacifico Delicado” e enviando pêsames à viúva de “Dom Educação, Respeito e Virtude”.⁷¹ Algumas raras manifestações de tolerância e bom humor aceitando a existência do carnaval “igualitário e nivelador” até poderiam vir à luz na imprensa, ao considerá-lo a sempre necessária válvula de escape.⁷² Já para outros jornalistas a existência da folia popular também poderia ser admissível desde que proporcionasse o devido contraste com as “gemas preciosas” da sociedade:

⁷¹ “O Fedelho”, *Jornal do Commercio*, 28 de fevereiro de 1897.

“Momo esfuzia! Sacode a cabeça tintinabulante, sapateia na farândola de uma sarabanda barulhenta, esperneando, saracoteando, pirueteando, espichando-se, torcendo-se e contorcendo-se no torvelinho do samba, no amplo e estonteante torvelinho do fandango. (...)

Que fazer em meio ao grande tintamarrio e à grande algazarra?

É abrir alas e deixar passar o furacão da Folia!

— *Parce, Domine, parce populo tuo, ne in aeternum irascaris nobis!*

Mas desse barulho e desse caos e dessa loucura, que vem do fundo da tradição num bru...a...á que entontece, desprendem-se, nos choques de seleção, gemas preciosas que, ávidos, colhemos para o regaço desta linda terra que é a Sultana do Sul.”⁷³

O brilhante que se desprendia dos “choques de seleção” com a turma do “samba” e do “fandango” não podia ser outro que a Esmeralda, a sociedade “graciosa e fidalga, artística e culta”, com o poder quase mágico de fascinar e arrastar a multidão rude e barulhenta. Ausente das ruas desde a tentativa de 1897, o préstito da antiga sociedade carnavalesca estava de volta dez anos depois, juntamente com os rivais Venezianos, ambos reivindicando a retomada da antiga tradição que lhes conferia o lugar de honra e ponto alto das comemorações comandadas pelo deus Momo. Um ano antes da reestreia, a decisão do retorno já estava tomada, já se elegiam as novas diretorias, recuperavam-se os antigos estandartes e abriam-se novas listas de sócios.⁷⁴ A Esmeralda aceitava em seus quadros todos os que pudessem pagar a anuidade de vinte e quatro mil réis, cobrados trimestralmente, e no terceiro dia após a reunião inaugural já anunciava ter cerca de oitocentos sócios, contando com a “elite” da cidade e a “Velha Guarda” dos antigos carnavais.⁷⁵

No carnaval de 1907 finalmente aconteceria o esperado préstito triunfal, ao som de arautos tocando trombetas egípcias, clarins e bandas de música a cavalo, seis carros alegóricos, entre eles o da Rainha, o do Zé Pereira, homenagens à Imprensa, ao Club

⁷³ Cf. *Correio do Povo*, 21 de fevereiro de 1909.

⁷⁴ *Correio do Povo*, 29 de fevereiro de 1908.

⁷⁴ Cf. *Correio do Povo*, 1º e 03 de março de 1906; *A Federação*, 1º de março de 1906.

⁷⁵ Cf. *A Federação*, 02 e 03 de março de 1906.

Cara Dura, um carro infantil e um canhão da guerra russo-japonesa que disparava bombas de confete. Ao longo de todo o cortejo, guardas de honra e muitos carros abertos conduzindo a diretoria, sócios e suas famílias fantasiados.⁷⁶ Os Venezianos também se fizeram presentes, embora com a organização prejudicada por alguma dissidência interna, e apresentaram um préstito muito semelhante ao da Esmeralda.⁷⁷ O evento parece ter realmente entusiasmado a *haute-gomme* porto-alegrense, pois os préstitos se repetiriam nos anos seguintes, com um número expressivamente maior de sócios participantes desfilando em dezenas de carros abertos e apresentando sempre oito ou mais carros alegóricos.

E o carnaval “fino, chic e educado” tornou-se a bandeira e o grito de guerra com que os novos esmeraldinos e venezianos se diferenciavam da turbamulta das ruas. Foi também o grande evento social da cidade, que não ficava apenas nos préstitos mas estendia-se numa interminável sequência de homenagens à Rainha da sociedade e a sócios ilustres, *eight o'clocks*, recepções, passeios, exibições do Zé Pereira da sociedade (formado por “moços distintos”!), bailes burlescos, bailes de gala, bailes da Pinhata, exposições fotográficas, sessões de “cinematógrafo” exibindo cenas dos cortejos, enfim era a grande oportunidade de exibicionismo público, de ver e ser visto em grande estilo. Seus concorridos bailes eram o retrato da florescente alta sociedade provinciana, como este da Esmeralda registrado pelo *reporter* do *Correio do Povo*:

“Vimos, na extraordinária assistência, oficiais do exército e da brigada, clínicos, funcionários civis e militares, advogados, artistas, engenheiros, negociantes, capitalistas, acadêmicos de medicina, engenharia e direito, aspirantes da escola de guerra, industrialistas, representantes da imprensa, empregados do Commercio, etc.

Senhoras e senhoritas da *elite* apresentaram-se, como sempre, em *toilettes* custosas e de fino gosto.”⁷⁸

⁷⁶ Cf. *A Federação*, 09 e 11 de fevereiro de 1907.

⁷⁷ Cf. *Correio do Povo*, 14 de fevereiro de 1907.

⁷⁸ *Correio do Povo*, 10 de março de 1908.

Embora muitos dos antigos fundadores ainda estivessem vivos e prestigiassem a nova fase da Esmeralda, seu quadro social refletia o crescimento da cidade e já era muito mais amplo do que aquele formado de funcionários públicos do Império e alguns negociantes em 1874. Reformas urbanas como as que “civilizavam” a Capital Federal e outras cidades brasileiras no início do século XX ainda levariam muito tempo para chegar na capital do Estado do Rio Grande do Sul, mas uma maior complexidade social e econômica já se fazia presente nas primeiras fábricas dos arrabaldes, na intensa atividade comercial próxima ao rio, na criação de Faculdades de Direito, Engenharia, Medicina e Farmácia e nas mudanças dos costumes urbanos.⁷⁹ Enquanto em todas as classes sociais proliferavam os mais diversos clubes e associações, as famílias privilegiadas tratavam de atualizar-se com as novidades da época, diferenciar-se pela elegância e promover a sua versão provinciana da *belle époque*.

Os promotores do novo carnaval não deixavam de estar atentos às modas do Rio de Janeiro e de Paris (Os Venezianos até contaram com a experiência de um “cenógrafo” carioca para o preparo dos carros alegóricos de seus préstitos), mas a grande inspiração que proclamavam para os seus feitos eram as glórias do passado, das quais queriam ser os continuadores. No entanto, uma comparação dos cortejos carnavalescos do século XX com os do século XIX revela uma diferença importante. Os novos esmeraldinos e venezianos suprimiram dos préstitos, sem maiores explicações, como se nunca tivessem existido, os carros de crítica que faziam o chamado passeio burlesco nos velhos carnavais. Sátiras, ridicularizações e críticas à personalidades e aos fatos da política e do cotidiano desapareceram tanto dos carros em desfile quanto dos

⁷⁹ Ver O espetáculo da rua, coordenado por Sandra Pesavento, Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS; Prefeitura de Porto Alegre, 1992.

impressos distribuídos ao público. Nos carros alegóricos predominavam os temas amenos, como homenagens à Imprensa, à Arte, à cidade de Porto Alegre, ao Progresso, “fantasias”, temas mitológicos e românticos, e quando muito aparecia um Mefistófeles dedicado ao “povo”.

Mesmo a velha rivalidade parecia ter cedido lugar a seguidas manifestações de confraternização entre as sociedades. Agora mais finos, *chics* e educados, os novos carnavalescos pareciam ter levado muito a sério críticas póstumas às antigas sociedades, como as apresentadas no primeiro capítulo desta dissertação, condenando o que consideravam a prática de uma troça exagerada e difamatória. É preciso observar que as ridicularizações públicas de outrora, muitas vezes nascidas de rivalidades pessoais e políticas, sempre estiveram em contradição com o carnaval de fino espírito que as sociedades apregoavam desde sua fundação. Neste aspecto, os emeraldinos e venezianos do século XX parecem ter triunfado no objetivo em que seus predecessores fracassaram.

Apesar de eliminados do carnaval elegante, os carros de críticas continuavam aparecendo em sociedades mais “modestas”, como Saca Rolhas, Progressistas e Vagalumes, ou ainda com os Cara Duras, os alunos da escola militar que sempre dedicaram-se exclusivamente à troça.⁸⁰ Algum avanço da etiqueta e dos modos refinados entre os integrantes das duas maiores sociedades não deve deixar de ser considerado como razão para este distanciamento mais radical dos hábitos da plebe, mas é certo que esta mudança de atitude tinha um forte significado político. O uso do humor e da troça como arma de desmoralização do inimigo, seja ele o Estado, um partido político ou qualquer cidadão, cedeu lugar à celebração da boa convivência com as autoridades republicanas. A identificação com o *status quo* era inequívoca: ainda em 1906 o Presidente Borges de

⁸⁰ Cf. A Federação, 09 de fevereiro de 1907; Correio do Povo, 25 de fevereiro de 1909.

Medeiros aceita convite para associar-se à Esmeralda e recebe uma saudação especial do primeiro préstito no carnaval de 1907.⁸¹ Também teriam pertencido ao quadro social da Esmeralda figuras públicas como o Intendente Municipal e o General Comandante do Distrito.⁸² Os Venezianos, por sua vez, teriam anunciado como sócio o Dr. Carlos Barbosa Gonçalves no período em que foi Presidente do Estado.⁸³ Estes ilustres sócios eram pessoalmente convidados para bailes de gala cheios de discursos e homenagens, como o da Esmeralda de 1908, que contou com a significativa palavra do Promotor Público Dr. Getúlio Vargas, então recém formado pela Faculdade de Direito, cobrindo de elogios os diretores pelo sucesso em dirigir a sociedade de forma a “conseguir o aplauso de todas as classes, inclusive da mais seleta e culta”.⁸⁴ Tamanha sintonia da Esmeralda com os valores politicamente dominantes não passou despercebida ao cronista do *Correio do Povo*, que não perdeu a oportunidade de fazer sua ironia:

“À meia noite ouviu-se a palavra de ordem: ‘máscaras abaixo’. E realmente era de justiça que se tratasse, quanto antes, de *viver às claras* no seio de uma sociedade tão nobre e que é *verde*...”⁸⁵

Qualquer leitor que conhecesse a doutrina inspiradora do partido Republicano Rio-grandense, o lema positivista do “viver às claras” e a cor escolhida por Augusto Comte entenderia o duplo sentido das palavras do jornalista. Evidentemente não devemos concluir que os sócios da Esmeralda fossem adeptos do positivismo ou que todos fossem apoiadores do Partido Republicano. O que está em questão é algo mais sutil, um compartilhamento de valores e de atitudes entre a elite política rio-grandense e a elite social da cidade, e que curiosamente encontrou no carnaval uma forma de

⁸¹ Cf. *A Federação*, 10 de março de 1906, 11 de fevereiro de 1907.

⁸² *A Federação*, 06 de fevereiro de 1907.

⁸³ Cf. *A Federação*, 06 de março de 1908.

⁸⁴ Cf. *Correio do Povo*, 10 de março de 1908.

celebração pública. Por mais inusitado que possa parecer, a Esmeralda trouxe para a folia princípios de regeneração moral e pureza de conduta muito próximos aos defendidos pelo positivismo castilhistas. Os elogios de Getúlio Vargas à dedicação, tenacidade e abnegação dos diretores esmeraldinos lembram os costumeiramente dedicados às cultuadas personalidades de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, exemplos maiores do preceito positivista da “pureza de intenções” do governante.⁸⁶ A exibição carnavalesca das famílias que se distinguiam pelo gosto, cultura e elegância não deixava de ser também um exemplo moralizador para a sociedade, muito de acordo com o princípio da autoridade que deviam exercer do alto seus elementos mais selecionados, para governar e receber o devido “aplausos de todas as classes”.

Ao contrário do que podia aparentar, portanto, a ausência das críticas nos préstitos de Esmeraldinos e Venezianos não significava a despolitização de sua nova fase. Os préstitos deveriam simbolizar a distinção de quem neles tomava parte também pelo exemplo de moralidade superior que justifica e legitima a autoridade. Devemos recordar as palavras daquele velho, o mal-humorado amigo do cronista Leo Pardo, que conferiam a festas populares como o carnaval um significado todo especial: seriam momentos em que a sociedade apresentava sua “florescência” e celebrava o que possuía de melhor. Era natural, portanto, que tais festas fossem comandadas por aqueles que encontravam-se em um nível superior, seja “pela mentalidade, pela fortuna, pelo gosto, pela profissão ou pela condição social”. O diálogo construído pelo jornalista Paulino de Azurenha não deixa dúvidas de que a vontade de restaurar uma autoridade perdida motivava a nostalgia dos carnavais da Esmeralda e dos Venezianos. É interessante também conhecer o modo entusiasmado como o próprio Azurenha, ainda escrevendo

⁸⁵ Correio do Povo, 11 de fevereiro de 1908.

sob o pseudônimo de Leo Pardo um ano depois, descreveu suas impressões da anunciada “ressurreição” dos antigos costumes da “melhor sociedade” porto-alegrense:

“Vinha Ele [o Carnaval], senão com a mesma cara, com o mesmo aspecto de outrora. Achei-o bonito, bem disposto, com boas maneiras: achei-o até mais moço. (...)

Aproximava-se o seu cortejo. Reparei então em certas minudências. Vi que ele vinha todo de verde. Verde da cor do mar, verde como um rebento, uma vergôntea, um hastil, um pendão; verde como uma folha, uma palma, uma flor de esperança! Bati palmas frenéticas a essa plena e serena confiança na graça, na glória e no porvir.

E, mais atento, reparando-lhe nos traços fisionômicos, que eram finos e distintos, vi que, disfarçadamente, o Carnaval reaparecia sob uma feição acentuadamente feminina.

Redobram as palmas, as aclamações. Não restava a menor dúvida: era a linda, a grácil Mulher porto-alegrense que fazia o Carnaval. Por isso vinha ele tão garboso, tão gentil e tão *chic*. Por isso tinha sido possível o milagre de sua ressurreição.

— Salve, Carnaval! Bem merecidas as palmas com que te recebem!”⁸⁷

O verde era a cor tradicional da Esmeralda, e seu insistente elogio não deve ter relação direta com o positivismo, doutrina que o jornalista já demonstrou repudiar, sendo mais plausível considerá-lo um recurso retórico utilizado para exprimir sua satisfação pelo retorno da Esmeralda. Mas a sua observação a respeito da marcante presença feminina é que não deixa passar despercebido um dos aspectos mais interessantes daquele Carnaval ressuscitado. Não devemos considerar um exagero de retórica sua afirmação de que “era a grácil Mulher porto-alegrense que fazia o carnaval”. Embora os méritos pelo brilho e sucesso da festa fossem atribuídos pela imprensa à diretoria masculina, era em torno das mulheres que se centralizavam os elogios, bem como as atenções e o entusiasmo geral. As “gentis senhoritas” que formavam a “fina flor do belo sexo”, filhas da “melhores famílias”, tinham uma participação ativa nas reuniões e comissões que preparavam os festejos, mas era na exibição pública dos préstitos,

⁸⁶ Ver Ricardo Vélez Rodrigues, Castilhismo, uma filosofia da República, Porto Alegre, Universidade de Caxias do Sul, 1980.

⁸⁷ Correio do Povo, 17 de fevereiro de 1907.

desfilando em carros abertos ou figurando nas principais alegorias, que davam pleno sentido à “feição feminina” que Leo Pardo viu no Carnaval.

A exaltação da figura feminina tinha sua expressão máxima em um verdadeiro culto à rainha da sociedade, geralmente a filha de algum sócio de prestígio. No préstito ela ocupava o maior e mais bem preparado carro alegórico e fora dele também era o centro das atenções e de homenagens sem conta que incluíam visitas, bailes, concertos, exposição de retratos em vitrines, discursos e versos cheios de louvores à sua beleza, seu brilho, sua graça, sua pureza, seu encantamento e assim por diante. A crônica dos bailes da Esmeralda e dos Venezianos descreve aclamações apoteóticas à rainha e exalta o culto à virtude feminina que livraria o carnaval de Porto Alegre do perigo da licenciosidade da “folia pagã”:

“E é realmente belo de ver-se e edificante de sentir-se, esse culto da Mulher, quando o inspiram sentimentos de alegria sã e quando em torno de almas de arminho.

Porque a verdade é esta: entre nós, e por honra nossa, o Carnaval quase que completamente deixou de ser a folia pagã na convulsão dos gozos profanos, exaustivos, e sim um pretexto para desafogarem-se os espíritos das amarguras e do tédio do diuturno viver afanoso e volverem-se, numa ânsia de consolação e de alegre remanso, para as mil formas de endeusamento do sexo que é flor ideal de ideal atração.”⁸⁸

Novamente salta aos olhos a correspondência destes significados com a doutrina inspiradora dos republicanos rio-grandenses. O pensamento positivista pregava a necessidade da regeneração moral da sociedade segundo suas leis naturais, e à mulher estaria reservado um importante papel nessa função. Ela possuiria uma disposição natural para o afeto e a virtude que manteria coesa a família - e a organização social em consequência - e zelaria pela integridade moral dos filhos e do marido, a quem caberia as árduas tarefas da vida pública. O culto à mulher e à família proposto por Augusto Comte

não teria sido ignorado entre os positivistas gaúchos, nem era estranho ao patriarcalismo dominante na sociedade gaúcha.⁸⁹ Embora os carnavalescos em nenhum momento evoquem diretamente a moral comteana em sua simbologia e seus discursos, é evidente esta afinidade não declarada, o que é sinal de uma penetração difusa destes valores e princípios entre a elite da cidade.⁹⁰ Para se ter uma idéia de até que extremos poderia ir a obsessão por representar a rainha como um exemplo supremo de pureza, e através dela uma imagem modelar para as mulheres, chegou-se até mesmo a fazer uso do vocabulário e dos ícones religiosos do catolicismo, como neste surpreendente soneto em que a rainha do Carnaval torna-se ninguém menos do que a Virgem Maria e o público folião é uma procissão de devotos:⁹¹

“A NOSSA SENHORA

Vai passar a Rainha - a nossa Grã Senhora
Virgem Nossa Senhora Imaculada e Casta
— qual a santa d’um adro, ao resplendor da aurora
ou qual mago Santélmo a quem o mar se afasta!

Virgem Nossa Senhora Aparecida em vasta
nuvem d’ouro e de sonho à qual o sol rubóra,
Virgem Santa Maria, a cujos pés se arrasta
a multidão que geme e a Sua Graça implóra...

Virgem Santa do Céu! Como é bela e moça
e como, feito d’alma, o seu olhar se adoça
e se expande e se estende e sobre nós reflóra!

Ei-la...! Deixem passar o seu andor singelo!
Abram alas...! Avante ó devotos do Belo:
— Vai passar a Rainha — a Nossa Grã Senhora!”⁹²

⁸⁸ *Correio do Povo*, 10 de março de 1908.

⁸⁹ Ver Elisabete da Costa Leal, *O positivismo, o Partido Republicano Rio-Grandense, a moral e a mulher (1891-1913)*. Porto Alegre: dissertação de Mestrado/Departamento de História/UFRGS, 1996.

⁹⁰ Durante a primeira década do século XX o positivismo teria alcançado expressiva influência na vida política e intelectual da sociedade gaúcha, segundo Nelson Boeira. “O Rio Grande de Augusto Comte”. *RS: cultura e ideologia*, op. cit.

⁹¹ Esta divinização da Rainha do Carnaval também não deixa de ser comparável àquela realizada pela Religião da Humanidade positivista com a mulher, tal como retratada nas imagens de Clotilde de Vaux. Ver José Murilo de Carvalho, *A formação das almas*, São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 132.

Tanto entusiasmo em transformar o Carnaval em amena festa familiar, propicia ao “endeusamento” e santificação da beleza e da virtude feminina, ainda era acompanhado do elogio aos costumes locais. Com reaparecimento das duas tradicionais sociedades carnavalescas, as manifestações contra a imoralidade e falta de espírito do carnaval popular praticamente desaparecem das páginas dos principais jornais, onde até então eram muito frequentes. Agora aqueles clubes e cordões tornaram-se quase completamente ignorados e esquecidos, enquanto preenchiem-se colunas e mais colunas para descrever os préstitos e bailes de esmeraldinos e venezianos, com algum espaço a outras sociedades que também saíam às ruas, de menor prestígio mas seguidoras do mesmo padrão.⁹³ Como se finalmente fosse possível ignorar os costumes populares, devidamente ofuscados pelo brilho das sociedades carnavalescas, a cidade passava a possuir algo digno de ser comparado ao exterior. E a alegada pureza de costumes da sociedade provinciana passa a ser o símbolo da sua peculiaridade e superioridade moral sobre as demais. Os carnavais do Rio de Janeiro e de Paris, em outros tempos modelos de elegância e civilização a serem imitados, tornaram-se o símbolo da degeneração e da imoralidade:

Cremos mesmo que no Brasil, à exceção da Capital da República, nenhuma outra cidade tem pelas festas carnavalescas o entusiasmo e o fervor que aqui se vê (...)

E ainda diferimos das grandes cidades européias e americanas, na sua feição de festejar os três dias consagrados a Momo porque, entre nós, a febre carnavalesca não se apodera só das classes populares mas de todas. (...)

⁹² A Federação, 22 de fevereiro de 1909.

⁹³ Estas outras sociedades carnavalescas geralmente eram de duração efêmera, como foram Os Vagalumes, que não passaram da estréia em 1909, ou os Netos do Diabo que apresentaram-se somente em 1906, entre outras. Algumas resistiram por mais tempo: Os Progressistas, uma sociedade de “moços do comércio”, esteve nas ruas de 1905 a 1908; dos Saca-Rolhas, outra associação “modesta”, encontrou-se registros de sua participação de 1906 a 1911; os Tentes do Diabo, adotando o nome de uma das grandes sociedades carnavalescas cariocas, participaram de 1910 a 1914. Todas são muito parecidas à já comentada Filhos do Inferno em sua tentativa de imitar os préstitos de Esmeralda e Venezianos, porém mantendo a antiga tradição dos carros de crítica. Estas informações podem ser conferidas nos jornais A Federação e Correio do Povo durante os carnavais dos anos citados.

Temos na massa do sangue, como nenhum outro neto dos portugueses, o *amor ao estrondo* (...); mas modificado já pela disciplina germânica e pelo gosto artístico adquirido na nossa convivência com os filhos de outras nações e com a experiência dos nossos patrícios que viajam no estrangeiro.

Com o concurso desses elementos formamos um carnaval típico, que não se confunde com nenhum outro, e que tem o aspecto de uma festa de família sem as etiquetas dos salões nobres mas também sem os excessos e a nudez chocante do carnaval carioca e parisiense.⁹⁴

Embora auto-elogios como estes sempre viessem carregados do exagero comum ao bairrismo, o cronista não deixa de ter alguma razão ao notar a peculiaridade da folia local, principalmente no que diz respeito à “nudez chocante”. É preciso que se observe que nesta mesma época as famosas grandes sociedades carnavalescas cariocas, como os Fenianos, Democráticos e Tenentes do Diabo, não tinham muitas afinidades com suas congêneres porto-alegrenses na sua organização e propósitos. Como associações masculinas e boêmias, pouco tinham a ver, em sua celebração da mundanidade momesca, com o pudor familiar de Esmeralda e Venezianos. Nada mais eloquente para representar estes sentidos inversos do que o modo da presença feminina nos préstitos e bailes em cada um dos casos. Enquanto na capital da República prostitutas e atrizes faziam sucesso desfilando como “vênus” seminuas, em Porto Alegre as filhas das “melhores famílias” eram a grande atração, decorosamente vestidas, é claro. Embora este modelo familiar também pudesse ser encontrado nas muitas sociedades carnavalescas dos subúrbios cariocas, os carnavalescos porto-alegrenses se comparavam mesmo era com a tradição dos Fenianos, Tenentes e Democráticos.⁹⁵

Se esmeraldinos e venezianos apresentavam suas mulheres como santas em altares, também é verdade que as prostitutas desfilavam pelas mesmas ruas no carnaval,

⁹⁴ *A Federação*, 27 de fevereiro de 1911. O jornalista reiteraria estes mesmos argumentos no ano seguinte. cf. *A Federação*, 20 de fevereiro de 1912.

sobre carros abertos e até mesmo carregando a bandeira nacional.⁹⁶ Saindo dos becos para a rua dos Andradas, elas traziam à luz a face escondida da tão louvada moralidade e virtude provinciana.

“Agora é um carro de tolda caída, com a clássica colcha de renda dependurada (...).

Sentadas a sultana vão duas mulheres de meia máscara, uma à moda tunisina e outra em trajes de pescadora. Para bem dizer nenhuma delas representa tipo algum. Arranjaram-se, simplesmente, de modo que pudessem anunciar a sua mercadoria com toda a clareza e evidência.

Talvez vão ali duas pestes, mas o vestuário multicolor e espaventoso reabilita-as exteriormente.

— Vejam lá como se encostam, hein, olhem que vamos todas de sedas e pedras finas e não admitimos brincadeiras pesadas. E já se sabe que daqui por diante valem mais.”⁹⁷

Se a presença espontânea delas já era bastante incômoda, quando surgiram nos carros da sociedade Boêmios Carnavalescos instalou-se o escândalo. “Rir e folgar - mulheres e *champagne*, eis o nosso ideal” anunciavam os ousados Boêmios em seu anúncio nos jornais convidando as “gentilíssimas ninfas” para seus bailes à fantasia.⁹⁸ A repercussão da proeza parece ter sido convenientemente abafada pela imprensa, de forma que pouco se sabe a respeito desta sociedade e do que realmente aconteceu além de rumores posteriores ao fato.⁹⁹ A julgar pelo modo como a eles se referiu o jornal *O Exemplo*, em artigo já citado, haveria gente das “boas famílias” porto-alegrenses

⁹⁵ Ver Maria Clementina Pereira Cunha, *Batalhas sem confete*, Campinas, 1996, mimeo; Cristiana Schettini Pereira, *Nas barbas de Momo: os sentidos da presença feminina no carnaval das “Grandes Sociedades” nos últimos anos do século XIX*, Campinas, IFCH/Unicamp, 1995.

⁹⁶ Cf. *Jornal do Commercio*, 28 de fevereiro de 1900.

⁹⁷ “Entrelinhas”, *A Federação*, 17 de fevereiro de 1904.

⁹⁸ Cf. *Correio do Povo*, 09 de fevereiro de 1907.

⁹⁹ Cf. *Correio do Povo*, 10 de fevereiro de 1910. Segundo artigo de Walter Spalding escrito na década de setenta, os Boêmios Carnavalescos estariam ligados ao Clube Cara Dura, da Escola Militar, e em seus carros alegóricos “todos os participantes femininos pertenciam à vida noturna da cidade”. Cf. Walter Spalding, “No tempo dos limões de cheiro e das batalhas de flores”, *Correio do Povo*, 21 de fevereiro de 1971.

envolvida, devendo-se considerar também que não era incomum os jovens solteiros e estudantes bem nascidos freqüentarem as casas de prostitutas.¹⁰⁰

Não seria, porém, apenas na presença das “horizontais” e da existência de clubes como os Boêmios Carnavalescos que residia o perigo de desintegração moral da sociedade pela violação desse papel santificado reservado à mulher, pois a sugestão do erotismo estava em todo lugar nas práticas do carnaval, e todo empenho possível em disfarçá-lo não parecia suficiente para tanto. O lança-perfume e o confete vinham tomando o lugar das bisnagas e baldes d’água, mas suas batalhas não eram menos propícias à transgressão, permitindo como em nenhum outro momento às mulheres escaparem do controle familiar, um velho problema que preocupava os pais de família desde os tempos do limão de cheiro. Os homens respeitáveis, por seu lado, pareciam não resistir a uma “escapada” no maxixe dos bailes públicos, o que era motivo de troça em jornais de linguagem menos recatada como *O Independente*:

“— Será verdade que os bailes do São Pedro têm sido muito concorridos?

Tanto é verdade que nós, que somos sérios, e que lá não fomos, tivemos ocasião de ver muitos homens sisudos, acatados, muitos comerciantes, farmacêuticos, capitalistas, doutores e homens públicos em camarotes e que de vez em quando dali desapareciam para mascarados dançarem.”¹⁰¹

Mesmo dentro das sociedades carnavalescas, a sexualidade tão disfarçada no cotidiano destas famílias nunca deixou de ser tema de troças e alegorias, ainda que de forma velada. O jornal da Esmeralda de 1909 trazia diversas anedotas sobre os perigos que o carnaval trazia à vida conjugal, como traições e desencontros, ou incidentes não

¹⁰⁰ Exemplar a este respeito é o romance “Estrychnina” publicado em 1897 por três jornalistas do *Correio do Povo*, inspirado em um recente caso de duplo suicídio de um jovem e sua amante meretriz. Cf. Paulino Azurenha, Mário Totta, José Carlos de Souza Lobo. *Estrychnina - Edição comemorativa ao centenário da publicação*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1998.

¹⁰¹ *O Independente*, 1º de março de 1906.

tão casuais que levavam os jovens ao casamento.¹⁰² O assédio de um pai de família à “criadinha”, por exemplo, era um episódio ali tratado com humor, enquanto casos como este eram denunciados de forma nada anedótica em um jornal como *O Exemplo*.¹⁰³ Já os Venezianos, em seu préstito de 1909, tentavam figurar de forma subliminar e suavizada os temas que freqüentavam a troça vulgar das ruas. Assim, apresentavam um “interessante casal” em seu ninho de amor abençoado por cupido no carro “Noite de Núpcias” e uma “graciosa senhorita” que ao vagar descuidosa por um bosque acaba surpreendida e aprisionada por uma diabólica serpente, no carro “A Presa”, tudo com muito “gosto e arte” e narrado em versos pretensamente inocentes.¹⁰⁴

No contexto do deboche generalizado e das inversões de sentido tão comuns na tradição daqueles carnavais, nenhuma exibição pública estaria a salvo de interpretações maliciosas, e provavelmente esmeraldinos e venezianos sabiam disso. No entanto, exatamente por isso eles fariam tanta questão de se diferenciarem da massa tanto por por sua cultura e elegância, como por sua pretendida virtude e pureza, que contribuiriam para lhes conferir a tão desejada autoridade e legitimidade sobre as tradições do carnaval. Mas é preciso enfatizar que estes valores são apresentados como modelos ideais de conduta a serem assimilados, tanto para a multidão que assistia quanto para a própria elite que neles deveria se espelhar, o que não implicava que os sentidos de muitas das práticas de seus carnavais não permanecessem mergulhados na ambiguidade.

¹⁰² Cf. “Como se fissa um ‘marreco’”, “Zezé... de força!”, “Olha o padeiro”, “Croniqueta”, *A Esmeralda*, 1909.

¹⁰³ Cf. “Zezé... de força!”, op. cit.; *O Exemplo*, 26 de fevereiro de 1911.

¹⁰⁴ Cf. *O Veneziano*, 1909; *Correio do Povo*, 25 de fevereiro de 1909.

Considerações finais:

O Carnaval é do povo?

A Sociedade Esmeralda exibiu seus préstitos carnavalescos até 1914, quando decidiu não mais realizá-lo a partir dos anos seguintes. Não se encontrou qualquer justificativa pública desta decisão, que está registrada, sem maiores explicações, no Livro de Atas que contém as listas de todas as diretorias escolhidas desde 1907.¹ Os Venezianos já haviam desistido dos desfiles públicos e organizavam apenas festas privadas desde 1913. Esta saída de cena das duas sociedades não decorreu da sua dissolução, como aconteceu no século XIX, pois elas continuaram existindo e promovendo seus bailes carnavalescos, sendo que a Esmeralda durou até 1931. O fim dos préstitos, porém, retirou das ruas de Porto Alegre aquela que era considerada a forma ideal do carnaval “civilizado” e que para muitos era a única razão do prestígio da festa. Basta observar a drástica redução do espaço reservado ao noticiário carnavalesco nos principais jornais, como o *Correio do Povo* e *A Federação*, já no ano de 1915, para perceber o quanto a folia perdeu em interesse e relevância para os “homens de imprensa”.

A crônica jornalística colocava a culpa desta nova crise do Carnaval nas dificuldades financeiras que a situação econômica do país provocava, mas para o caso da Esmeralda existe evidência de que disputas internas estavam provocando dissidências e um certo mal-estar dentro da sociedade. No ano de 1914 mandou-se

publicar no *Correio do Povo* uma extensa carta aberta contendo acusações ao presidente da Esmeralda, assinada por um de seus sócios, o Sr. Leopoldo Teixeira. Tal carta denunciava a reeleição por aclamação do atual presidente da sociedade, estratégia adotada pelos seguidores deste para não darem oportunidade a que os descontentes se manifestassem em uma disputa eleitoral. Acusava também o atual mandatário, a quem teria sido entregue a direção da sociedade em um momento de crise, de autoritarismo e desrespeito para com os diretores das gestões que o antecederam, sócios ilustres que reergueram a Esmeralda quando ele, o presidente, “ainda perambulava pela massa dos impossíveis”, e ainda por cima, enquanto aqueles continuavam contribuindo financeiramente, este ainda não teria colocado um vintém da sua fortuna à disposição. Finalmente, o autor da carta explica que foi por estes motivos que não mais compareceu às reuniões da sociedade e proibiu sua filha de participar do préstito, apesar dos apelos em contrário. Suas palavras finais dirigidas ao presidente da Esmeralda podem ser ilustrativas da fogueira de vaidades que parecia consumir a sociedade:

“Por último, aconselho-lhe a fazer, de futuro, a devida distinção entre os seus consócios e os trapicheiros da casa comercial de que faz parte, se não quiser ver derreterem-se-lhe as asas icárias ao calor das chamas de sua vaidade.”²

É impossível saber o quanto a indignação deste sócio se generalizava entre os esmeraldinos, mas é muito provável que as brigas e dissidências abalassem a capacidade de organização e, principalmente, de arrecadação de recursos. A democracia interna não aparentava ser muito praticada nestes novos tempos da Esmeralda, pois o comando da sociedade pertencia ao grupo limitado de sócios apelidado de “bloco de resistência”,³ os

¹ Este Livro de Atas encontra-se no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, lata 31, nº 12.

² *Correio do Povo*, 12 de fevereiro de 1914.

³ Alguns nomes do “bloco” da Esmeralda: Victor Barreto de Oliveira, Trajano Mostardeiro, Benjamin Flores, Amaro Villanova, Hércules Limeira, Aristóteles Barbosa, Arthur Neves, Afonso Beck, Vilhena Machado, Firmino Prates, João Pinto Ribeiro, Ovídio Martins. Cf. *A Federação*, 28 de fevereiro de 1908.

mesmos que tomaram a iniciativa do seu reerguimento, e as “eleições” da diretoria por aclamação tornaram-se rotina. O que estava motivando o descontentamento do Sr. Leopoldo Teixeira era justamente a perda de poder e o desprestígio de figuras tradicionais deste “bloco” enquanto via um novo rico qualquer ocupando a presidência da sociedade. Sua afirmação de que sentiam-se tratados como trapicheiros revela o quanto era sensível para estes senhores a devida distinção e prestígio entre seus próprios pares.

Seja devido às dissidências internas ou não, Esmeralda e Venezianos teriam abandonado as ruas em seu momento de maior popularidade. *A Federação* registrava, em 1914, que a multidão entusiasmada que se acotovelava querendo assistir o préstito acabava impedindo-o de sair. Foi preciso a intervenção das autoridades formando um “cordão de ordem” para se conseguir abrir caminho à Esmeralda.⁴ Outro sinal da simpatia popular era a influência do seu modelo de carnaval sobre a criação de sociedades carnavalescas pela cidade, mesmo que adaptando-o a outras tradições, como acontecia em clubes da Cidade Baixa. Até um jornal como *O Exemplo*, de postura crítica em relação à elite branca da cidade, apreciava a sua “passagem majestática” pela rua dos Andradas. Ainda em 1911, porém, fazia uma importante ressalva: a competição acirrada das duas sociedades pela supremacia e o excessivo fanatismo por parte das torcidas de ambas estava criando um clima violento que comprometia o futuro deste tipo de carnaval:

“Hoje, fazem do carnaval um sport e das duas sociedades, dois campeões a porfiarem a supremacia do luxo.

Dai a cegueira, o fanatismo atoleimados, que esta perdeu aquela ganhou, dando em resultado, em vez de estímulo para exibirem-se no ano vindouro, acabarem com o Carnaval a bengaladas, a cadeiradas e a tiros nas cabeças dos entusiastas!”⁵

⁴ Cf. *A Federação*, 27 de fevereiro de 1914.

⁵ *O Exemplo*, 05 de março de 1911.

O incontestável sucesso de esmeraldinos e venezianos em atrair a atenção popular trouxe-lhes outros problemas e temores: manter o controle sobre a multidão, sob pena de sequer conseguir locomoverem-se pelas ruas ou serem envolvidos por algum tumulto. O perigo não estaria apenas no entusiasmo exagerado dos fãs, como alertava o redator de *O Exemplo*. A cidade havia crescido e a Porto Alegre da década de 1910 não era a mesma cidade pacata que acolhia a Esmeralda e a Venezianos no século XIX. A cada carnaval, tanto *A Federação* quanto o *Correio do Povo* faziam questão de elogiar a eficiência e a prontidão com que as forças públicas da Guarda Administrativa e da Brigada Militar zelavam pela ordem, como se temessem distúrbios sempre iminentes:

“Numa mescla indefinível de posições e classes sociais, acotovelaram-se naquelas duas artérias da cidade milhares de pessoas e, durante toda a folia, aliás propícia à desordem pelas imunidades que o uso concede à máscara, não houve um soco, um repelão, a menor arranhadura, em suma, em quem quer que fosse.

O fato abona, especialmente, a excelente índole e educação do nosso povo mas demonstra igualmente que Porto Alegre já se pode ufanar de possuir um serviço de policiamento completo e à altura de sua cultura.”⁶

Tanto ufanismo cairia por terra já no ano seguinte, quando tão perfeito policiamento não conseguiu conter uma explosão de fúria popular. Na noite do domingo de Enterro dos Ossos, logo após as últimas sociedades terem se despedido do carnaval e enquanto permaneciam ocupados todos os espaços da rua dos Andradas, os bondes elétricos da Cia. Força e Luz retomaram sua atividade e tentavam abrir caminho em meio à multidão. Entre vaias, gritos de “não póde” e discussões com os condutores, a tensão cresceu a ponto dos populares ocuparem um bonde e logo em seguida iniciar-se uma onda de depredações e brigas. Em dois locais alguns bondes acabaram incendiados, em frente ao Mercado Público e na Andradas, diante dos elegantes Café Colombo e

Casa Schramm, lotados de “exmas famílias” tomadas de pânico, e de onde lançavam-se para a rua cadeiras de ferro e garrafas vazias. Em meio à correria, os moradores dos arrabaldes, sem condução para retornar, tomavam de assalto os carros de praça, enquanto grupos percorriam a rua dos Andradas apedrejando os novos lampiões da iluminação pública. As forças da guarda municipal e da Brigada Militar e mesmo os bombeiros tinham que enfrentar uma recepção a pedradas e garrafadas e só teriam controlado completamente a situação por volta das duas horas da madrugada, tendo o tumulto iniciado entre onze e doze horas. Consternada e sem entender as razões da revolta senão como ação de vândalos, *A Federação* lamentava o incidente que afirmava ocorrer pela primeira vez no até então pacífico e ordeiro carnaval de Porto Alegre.⁷ O que a folha oficial não declarava era que o ambiente já andava tenso e a insatisfação popular podia ser medida nos diversos movimentos grevistas que aconteciam na cidade.⁸

Um acontecimento como este tornava real, mesmo que apenas por algumas horas, um dos mais temidos pesadelos da elite: o desmoronamento da autoridade e da ordem social que deveriam estar alicerçadas na virtude obediente dos cidadãos. Um ano antes, o cronista Topsius do *Correio do Povo* alertava para este perigo que se tornava tão iminente nos dias de Carnaval. Sua fé no triunfo educador da Esmeralda e dos Venezianos e na “honesta sociabilidade” do povo da cidade, no entanto, lhe dava a tranquilidade de que a “integridade orgânica” de Porto Alegre estava a salvo do caos social e moral que assolaria outras capitais. Seu texto foi a mais expressiva das

⁶ *A Federação*, 10 de fevereiro de 1910.

⁷ Cf. *A Federação*, 06 de março de 1911.

⁸ Operários de selaria e correeiros estavam em greve, enquanto pedreiros e carpinteiros recém tinham encerrado um movimento vitorioso. Cf., “O socialismo batendo à porta do Brasil”, *Correio do Povo*, 16 de fevereiro de 1911, p. 11; *O Exemplo*, 26 de fevereiro de 1911.

declarações encontradas a respeito da atitude ideal que se esperava da multidão diante das sociedades carnavalescas, merecendo a extensa citação:

“A luxúria, o deboche, a sensualidade, represados nos seus esconderijos durante o ano, como que vêm contando pelos dedos os meses, as semanas e os dias que precedem arrastadamente as 72 horas da licença carnavalesca (...)

Não pode ser indiferente a turba ao contato excitante e então, numa conjugação diabólica de êxtases e transportes, como que toda a obra milenária da organização social ameaça derruir, sob um eclipse ameaçador...

Porto Alegre é uma exceção.

Seu Carnaval é um ressumbramento de arte e galanteria, de elegância e moralidade.

À passagem dos nossos corsos, em que evocações de arte pagã, de literatura e de história se dão as mãos em concepções brilhantes, - a multidão freme...

Seu entusiasmo é, porém, todo respeitoso e discreto, pois que, representando uma divindade mitológica ou um herói contemporâneo, um pugilo de amazonas ou um esquadrão de média idade, - o povo vê passar a donzela encantadora e gentil portadora de um nome respeitado, o cavaleiro qualificado, o escol da sociedade indígena.

O povilêu não se desmanda na expansão de suas alegrias; não se excede, porque já se acostumou a essa espécie de domínio que a virtude exerce do alto, - mesmo pairando sobre um triunfante carro, transformado pela cenografia no mais suntuoso dos tronos orientais.⁹

Esta era a crença do jornalista, que a ordem e a decência que faziam do carnaval da capital rio-grandense uma exceção diante da degeneração que reinava em outras terras era fruto do “domínio que a virtude exerce do alto”. As “donzelas encantadoras” e os “cavaleiros qualificados” estavam ali para exercer este domínio com o devido aparato simbólico, elevados acima da multidão em seus carros majestosos. Neste momento cabe lembrar o propósito desta dissertação, onde consideramos que esta idealizada assimetria cultural e moral entre elite e povo é justamente a construção ideológica a ser superada para que possamos conhecer melhor os significados daqueles carnavais para todos os que deles participavam. A diversidade de práticas e sentidos que tomavam conta destas festas nas cidades brasileiras ainda no século XIX era fruto de uma criatividade que não se adequava a rótulos, e muito menos a um significado único e

⁹ Correio do Povo, 10 de fevereiro de 1910.

um sujeito superior a comandá-las. No entanto, este era o desejo de muitos adeptos ou defensores do modelo de Carnaval dos préstitos e das sociedades selecionadas, que existiram nas principais cidades brasileiras com suas peculiaridades e semelhanças, e que explicam o pouco caso que a imprensa de Porto Alegre fazia de outras formas de participação na festa.

Investigando as diferentes práticas do Carnaval podemos perceber que até mesmo os préstitos de Esmeraldinos e Venezianos não eram feitos só de distinção e moralismo. Quando apareceram pela primeira vez nas ruas, em 1874, estas sociedades já faziam uso de símbolos e práticas comuns às demais festas públicas da cidade: flores e galanteios para conquistar a simpatia das donzelas; bandas e fanfarras que animavam o tédio das ruas provincianas; desfiles e alegorias que o povo já apreciava em cerimônias e festas oficiais e religiosas; e uma rivalidade entre as duas sociedades que já tinha seus antecedentes nos combates do entrudo entre algumas famílias. Mais tarde, incorporariam até o barulhento Zé Pereira das ruas ao préstito.

Mas foi com a troça e o deboche que exibiam nas críticas dos seus passeios burlescos que mais se aproximaram de outra tradição popular que acompanhava o entrudo na época carnavalesca. O riso que castigava os costumes na troça mascarada do “você me conhece?” teve sua versão nos carros de críticas que retratavam tanto as mazelas quotidianas da cidade quanto as grandes questões e personalidades da política provinciana. Como se poderia definir alguma fronteira entre uma troça popular e uma troça refinada naqueles anos em que nos préstitos de esmeraldinos e venezianos brincava-se tanto com amenidades quanto com a desmoralização pública de inimigos pessoais e políticos? Um jornalista de família aristocrática como Miguel de Werna publicava tanto extensas crônicas moralistas de crítica aos costumes hipócritas quanto

troças de duplo sentido que beiravam a pornografia.¹⁰ Sociedades carnavalescas e jornalistas poderiam obter mais visibilidade para suas críticas e zombarias, mas ser espirituoso também estava ao alcance do mascarado solitário.

O aparecimento de uma postura de rejeição ao “ridendo castigat mores”, associando-o à vulgaridade popular, tomou forma mais clara somente na década de 1890, quando parecia ganhar força a idéia da defesa da virtude e pureza familiar, em oposição à obscenidade agora representada nos grupos mascarados das ruas. O avanço do preconceito aberto contra a diversão popular e de uma idéia menos tolerante em questões de moralidade, bem como a mudança radical do quadro político, permitiram que as sociedades retornassem em 1907 com outra atitude em relação ao humor carnavalesco. Tomando a liberdade de inverter o tradicional lema latino, bem se poderia dizer que a moralidade é que passou a castigar o riso. Mesmo assim, como vimos mais acima, não esteve de todo ausente dos seus carnavais a ambigüidade e um erotismo velado, o que não significa que não houvesse severa reação contra os exageros e transgressões, como a dos Boêmios Carnavalescos:

“E tão radicado está nos costumes da cidade essa forma de entender e praticar o carnaval, que foi sob a mais formal das repulsas que se malogrou, não há muito, a tentativa boêmia de... elevar-nos ao nível da civilização de outras terras.”¹¹

Embora muitos esmeraldinos e venezianos, em sua primeira fase, na prática estivessem mais interessados em confirmar seu prestígio do que propriamente reformar os costumes do carnaval (a permanência do gosto pelo entrudo, apenas trocando os limões pelas bisnagas exemplifica bem esta postura), seu exemplo frutificou e inspirou o nascimento de outras sociedades carnavalescas. Germânia, Congos, Liborinhos e

¹⁰ Cf. “Um passeio em dia de Carnaval”, *O Século*, 13 e 20 de fevereiro e 1º de março de 1881; *O Século*, 19 de fevereiro de 1882.

¹¹ *Correio do Povo*, 10 de fevereiro de 1910.

Roxa Saudade, entre outros, respectivamente reuniram membros da colônia alemã, libertos, empregados no Commercio e moradores do terceiro distrito da cidade. Estes grupos adotaram o modelo dos préstitos carnavalescos mas o adaptaram ao sentido da afirmação de uma identidade própria e da aspiração ao reconhecimento público. Tanto a Germânia quanto os Congos reivindicavam ser representantes de uma cultura estrangeira que por seu intermédio integrava-se à nacionalidade brasileira. O caso destas sociedades é sinal de um efeito muito importante do reconhecimento popular da Esmeralda e dos Venezianos: um sentido de cidadania era tão presente nestas exhibições públicas que acabou motivando outros grupos a também nelas tomarem parte e se fazerem ver e ouvir, embora evidenciando as devidas diferenças de identidades étnica, cultural ou territorial, de modo que uma não invadissem o espaço da outra.

Este reconhecimento da cidadania e da legitimidade da presença na folia carnavalesca, porém, não era fácil para os negros de Porto Alegre. Durante a campanha abolicionista eles contaram com alguma simpatia das famílias brancas, mas é fácil constatar que permanecia o sentido de hierarquia da sociedade escravocrata quando a Esmeralda oferecia aos Congos as últimas posições do seu préstito. A situação tornou-se mais difícil ainda após a abolição e a República, quando a presença dos clubes e sociedades negros nas ruas foi tratada pela imprensa como uma versão degenerada dos antigos carnavais esmeraldinos e venezianos. O preconceito contra as festas e os hábitos não só da população negra como dos pobres em geral era o mesmo que os segregava nos becos do Centro e nos bairros suburbanos da Cidade Baixa e Colônia Africana. Algumas das formas próprias de comemorar o carnaval que os negros traziam para as ruas, no entanto, deveriam ser bem conhecidas dos jornalistas e famílias brancas que agora as rejeitavam ou simplesmente não compreendiam, mas que no tempo do abolicionismo achavam bonito prestigiar, como era o caso dos Ternos de Reis.

Em hipótese alguma tais constatações devem sugerir que a convivência entre senhores brancos e negros libertos e escravos, bem como com os trabalhadores pobres em geral, até o advento da abolição e da república fossem harmoniosas e menos preconceituosas. O que acontecia era que, facilitado até pela reduzida população da cidade, ainda mantinham-se bem demarcadas as posições sociais e hierarquias, de modo que, por exemplo, nunca aconteceria a um filho de “gente de bem” ser importunado pela polícia por cometer exageros ou ofender a moral pública, a não ser que diferenças políticas estivessem em questão. Já o mesmo privilégio não tinham os desclassificados que, ao passarem da conta, eram prontamente recolhidos à delegacia pelos “morcegos”. Ao virar o século a população aumentava rapidamente, e o desaparecimento das sociedades carnavalescas trouxe para todos a ameaça da indiferenciação em meio à multidão de foliões. O “burguês honesto” que não tomasse cuidado poderia de um momento para outro acabar no xadrez, como um bêbado ou desordeiro qualquer. Mesmo com a “ressurreição” da Esmeralda e dos Venezianos este perigo não desapareceu para as famílias que não se incorporassem a um préstito ou pudessem assistir tudo de uma sacada alugada a peso de ouro.

Na opinião predominante da imprensa porto-alegrense do início do século, não havia dúvida de que o carnaval era uma “festa popular por excelência”, só que o papel desejado para a participação da grande maioria da população não era mais do que o de meros coadjuvantes ou espectadores. A identidade do “povo” na verdade era o grande problema, sendo melhor olhar apenas para os finos, *chics* e educados venezianos e esmeraldinos e fazer de conta que o resto não existia ou não tinha importância. Quando muito os jornais reservavam algumas linhas finais para registrar que o “povo” também se divertia com o confete ajuntado das sarjetas, com os lança-perfumes e os cordões. Em 1915 o cronista Max Linder do *Correio do Povo* lamentava a ausência dos préstitos das

duas sociedades, o que tornava o carnaval “murcho, sem cor, sem nenhum interesse popular”.¹² Esta identificação que fazia entre o carnaval de Esmeralda e Venezianos com o “interesse popular” estava associado à idéia principal que defendia em seu artigo: o Brasil era um país “essencialmente carnavalesco”, onde a falta de seriedade era o mal generalizado que tomava conta da sociedade de alto a baixo. “Todos nós somos carnavalescos, desde os mais altos personagens políticos até ao mais humilde cidadão”, afirmava. O que Max Linder considerava o “caráter nacional” seria a causa das dificuldades econômicas que o país enfrentava. Ou seja, o povo devia continuar prestando reverência à superioridade de sua elite fina, *chic* e educada, mas na hora de assumir as responsabilidades pela difícil situação do país todos são iguais, partilham dos mesmos vícios e o miserável então é cidadão e tem tanta culpa quanto o governante.

Se não fosse dessa forma cínica, qualquer alusão à cidadania popular no carnaval causaria verdadeiro horror aos cidadãos “decentes” e autoridades. Não era sem revolta que em 1897 o jornal Mercantil noticiava a presença da bandeira nacional sendo conduzida à frente dos grupos de mascarados e reclamava uma ação eficiente da polícia que não conseguia fazer valer sua autoridade. À intimação da patrulha o “sagrado símbolo” era recolhido, mas bastava que a vigilância afrouxasse para que ele novamente fosse “agitado aos ventos, puxando uma bambochata, que não se recomendava nem pelo espírito nem pelo asseio”.¹³ Igual escândalo provocava também a “patriótica horizontal” que, em carro aberto acompanhada de outras três prostitutas, desfilava no carnaval de 1900 pela rua dos Andradas empunhando a bandeira nacional.¹⁴ Não só nas ruas, mas nas tavernas e nos bailes públicos, o excelso pendão auri-verde também andaria em companhias indignas:

¹² Cf. Correio do Povo, 14 de fevereiro de 1915.

¹³ Cf. Mercantil, 03 de março de 1897.

¹⁴ Cf. Jornal do Commercio, 28 de fevereiro de 1900.

“Quem, porém, bem merecera uma lição qualquer era essa gente que vive de taverna e que, sem mais aquela, hasteou à porta a bandeira nacional.

No beco do Poço, um dos esquadros de podridão social, vimos, nestes três dias, à sombra do pavilhão brasileiro, (...) os tipos mais reles e desclassificados embriagarem-se e rolarem bêbados até as sarjetas.

Dizem-nos que no São Pedro as estrelas do pendão auri-verde, em certa hora do ‘maxixe’, pareciam envergonhadas e empalideceram de pejo!”¹⁵

Muito desse medo à liberdade sem controles e desejo indevido de cidadania dos que ocupavam posições subalternas na ordem social também estava na raiz do preconceito e rejeição abertos e declarados que tomou conta das páginas da imprensa no fim-de-século. Princeses, bexigas, dominós, gaúchos, barbas de pau, travestis, clubes e cordões com suas “orquestras”, ternos de reis e o maxixe dançado em bailes públicos e até em plena rua foram execrados com o estigma da degeneração e imoralidade. É nesse momento que realmente se cristaliza na opinião de autoridades e intelectuais a idéia de que o verdadeiro Carnaval era uma festa que só poderia ser realizada pelos representantes de uma cultura superior. A elite social e intelectual é que deveria fazer tudo aquilo que o povo não sabia e não devia fazer por conta própria: governar, fazer arte, expressar opinião e realizar festas grandiosas que representassem os valores morais que davam ordem e disciplina à sociedade.

Olhar para a raça e os costumes do povo que a República deveria incorporar à cidadania e neles ver um retrato insuportável para a Nação e um perigo à sua autoridade não foi exclusividade das elites porto-alegrenses. Era uma atitude generalizada pelo país, e no Rio de Janeiro já havia bastante tempo que ela se manifestava através do ideal das grandes sociedades carnavalescas, que sonhavam em civilizar aquele povo do Carnaval das ruas. Na primeira década do século XX já ia longe o tempo em que o carnaval do Rio de Janeiro tinha sido modelo e inspiração para uma festa civilizada, e a

¹⁵ Gazeta do Commercio, 25 de fevereiro de 1903.

própria crônica da imprensa carioca admitia que as diversas formas da folia popular teriam vencido a batalha e dominavam as ruas.¹⁶ Agora tratava-se de inventar uma identidade própria para a folia provinciana, atitude que a condição política peculiar do autoritarismo positivista implantado no Estado também favorecia. E o rumo tomado nesta diferenciação foi a insistência destas famílias e dos intelectuais da imprensa em acreditar que poderiam seguir centralizando o sentido desta festa em sua distinção e pretensa superioridade moral e cultural. Nem cogitavam em admitir uma derrota para o insistente e alegre, mas para eles insuportável, carnaval do Clube do Amor Perfeito, do Grêmio da Folha Verde, das Bahianas ou dos Vassouras.

Aquelas teimosas manifestações de patriotismo popular eram mais um sinal de que aqueles grupos davam um valor todo especial à sua exibição pública no carnaval, e que a diversão carnavalesca também significava uma celebração de sua identidade social. Mesmo que estivessem excluídos dos altares da virtude, não se lhes podia negar a condição de “povo brasileiro”. As sociedades e clubes populares que faziam suas danças e passeios musicais pelas ruas da cidade e que já tinham dificuldade de serem reconhecidos pela imprensa no período de ausência da Esmeralda e dos Venezianos, após o retorno destas sociedades foram praticamente esquecidos. Embora a “arraia miúda” manifestasse entusiasmo pelas luxuosas disputas de esmeraldinos e venezianos e até organizasse sociedades e préstitos inspirados no seu modelo, não abdicava totalmente das suas formas próprias de se divertir, e nem estava absorvendo toda a moralidade e disciplina que estaria emanando do alto. Mas mesmo ignorados eles continuavam nas ruas, e ali permaneceram depois que acabou a era dos préstitos das duas grandes sociedades e até que, muitos anos depois, o carnaval popular acabasse consagrado como um valor positivo pelos ideólogos da identidade nacional. Enquanto

¹⁶ Ver Maria Clementina P. Cunha, Mandiróbas, pés espalhados e o ameno carnaval dos Resedás, op. cit

na capital do País a opinião dos intelectuais já começava a manifestar alguma simpatia pela forma dos ranchos carnavalescos como representantes aceitáveis de uma “cultura popular brasileira”, para as elites porto-alegrenses o Carnaval ainda não deveria ser uma festa comandada pelo povo, porque sua própria imagem deveria ser a única que merecia visibilidade social. Sem ao menos o consolo de uma cidade com largas avenidas elegantes, a elite porto-alegrense foi para a rua no Carnaval exibir a si própria como símbolo de civilização e ignorar o restante.

Fontes

Jornais:

“Chronica de Porto Alegre”, suplemento do jornal O Mercantil, 1852, 1855.

A Reforma, 1870 a 1875, 1878, 1886, 1889, 1897, 1899, 1900.

Mercantil, 1878 a 1883, 1887 a 1890, 1897.

Álbum do Domingo, 1879.

Jornal do Commercio, 1881, 1897, 1899 a 1908.

O Século, 1881 a 1885.

A Imprensa, 1882.

A Federação, 1885 a 1888, 1890 a 1896, 1898, 1900 a 1915.

O Athleta: órgão do Club Caixeiral, 1885, 1886.

Correio do Povo, 1896 a 1915.

A Gazetinha, 1896 a 1900.

Gazeta da Tarde, 1896, 1897.

O Independente, 1900 a 1911.

O Exemplo, 1902 a 1905, 1909 a 1911.

Gazeta do Comércio, 1903.

Localização: Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa; Arquivo Histórico de Porto Alegre Moisés Vellinho; Biblioteca Nacional; Arquivo de Jornais do Correio do Povo.

Jornais das sociedades carnavalescas:

A Esmeralda, 1876, 1887, 1897, 1909
O Veneziano, 1909.

Localização: Biblioteca Nacional, Biblioteca Rio-Grandense; Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Livro de Atas da Sociedade Carnavalesca Esmeralda, 1907 a 1931.

Localização: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Livro de Registro das Posturas Municipais de 1824 até 1888.

Localização: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moisés Vellinho

Documentação da Secretaria de Polícia.

Anos 1870 a 1890, constituída em sua maior parte por autos de perguntas, declarações e correspondência.

Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Impressos diversos:

AREIMOR (João Moreira da Silva). Humorismos inocentes. Contos e crônicas, Rio de Janeiro, Pimenta de Mello, 1925.

AZURENHA, Paulino, TOTTA, Mário, LOBO, José Carlos de Souza. Estrychnina - Edição comemorativa ao centenário da publicação. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1998.

CORUJA, Antônio Álvares Pereira, Antigualhas: Reminiscências de Porto Alegre, Organizado por Sérgio da Costa Franco, 2ª Ed. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1996.

FERREIRA, Athos Damasceno, O carnaval porto-alegrense no século XIX, Porto Alegre, Globo, 1970.

FORTINI, Arquimedes. Revivendo o passado. Porto Alegre, Livraria Sulina, 1953. 2ª série.

GONZAGA, Alcides. Homens e coisas de jornal, Porto Alegre, Globo, 1944.

LIMA, Antônio de Azevedo e FERREIRA, Inácio de Vasconcelos. Almanak Administrativo, Comercial e Industrial Rio-grandense para 1873. Porto Alegre: Tipografia do Jornal do Commercio, 1873.

LIMA, Antônio de Azevedo. Almanak Administrativo, Comercial e Industrial Rio-grandense para 1874. Porto Alegre: Tipografia do Jornal do Commercio, 1874.

LIMA, Olympio de Azevedo, Dados estatísticos do município de Porto Alegre: organizado em 1912, Porto Alegre: Commercio, 1912.

MAZERON, Gaston Hasslocher. Notas para a história de Porto Alegre. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1928.

_____. Reminiscências de Porto Alegre. Porto Alegre, Selbach, s. d.

PORTO ALEGRE, Aquiles, História popular de Porto Alegre, Porto Alegre, UE/Porto Alegre, 1994.

_____. Homens ilustres do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: Erus, s.d.

_____. Homens do Passado. POA: Globo, 1922.

_____. Noutros tempos, Porto Alegre, Globo, 1922. p. 153

Localização: Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul; Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades da UFRGS.

Bibliografia

ABREU, Martha Campos. O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro 1830-1900. Campinas: Tese de Doutorado em História Social/Unicamp-IFCH, 1996.

ALVIM, Newton. Silveira Martins. Porto Alegre: Tchê!, 1985.

AREND, Silvia Maria Favero. Um "olhar" sobre a família popular porto-alegrense (1886 - 1906). Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/UFRGS, 1994

BAKHTIN, Mikhail. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento. São Paulo: Hucitec/UnB, 1982.

BAKOS, Margareth Marchiori. RS: escravidão e abolição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

BARRETO, Álvaro. Relações sociais no carnaval pelotense de 1890 a 1906. Cadernos do ISP, (7), Pelotas, out. 1995, p. 3-58.

BURKE, Peter. Cultura popular na Idade Moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CARNEIRO, José Fernando. Karl von Koseritz. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1959.

CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CESAR, Guilhermino. História da Literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902). 2ª ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1971.

_____. Koseritz e o naturalismo. Separata da revista Organon, n. 12, Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1968. pp. 89-98.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

COLAÇO, Thais Luzia. O carnaval no Desterro: século XIX. Florianópolis: dissertação de mestrado em História/UFSC, 1988.

CÔRTEZ, J. C. Paixão. Folclore gaúcho: festas, bailes, música e religiosidade rural. Porto Alegre: CORAG, 1987.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Batalhas sem confete. Campinas: 1995, mimeo.

_____. Mandiróbas, pés espalhados e o ameno carnaval dos Resedás. Campinas: 1996, mimeo.

_____. Você me conhece?. Campinas: 1995, mimeo.

DARNTON, Robert. O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DAVIS, Natalie Zemon. Culturas do Povo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

ECO, Umberto. Interpretação e superinterpretação. São Paulo, Martins Fontes, 1993.

EFEGÊ, Jota. Maxixe - a dança excomungada. Rio de Janeiro: Conquista, 1974.

O ESPETÁCULO da Rua. Coordenado por Sandra Jatahy Pesavento. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS; Prefeitura Municipal, 1992.

FERREIRA, Athos Damasceno. Imprensa literária de Porto Alegre no século XIX, Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1975. p. 83

_____. Colóquios com a minha cidade, Porto Alegre: Ed. Globo, 1974.

_____. Palco, salão e picadeiro em Porto Alegre no século XIX. Porto Alegre: Editora Globo, 1956.

_____. Imagens sentimentais da cidade. Porto Alegre: Globo, 1940.

FRANCO, Sérgio da Costa. Porto Alegre e seu comércio. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.

- _____. Porto Alegre: guia histórico. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992, 2ª edição.
- _____. Júlio de Castilhos e sua época. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.
- FRY, Peter. Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GANS, Magda Roswita. Presença Teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889). Porto Alegre: dissertação de mestrado/Departamento de História/UFRGS, 1996.
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GONZAGA, Alcides. Homens e coisas de jornal. Porto Alegre: Editora Globo, 1944.
- HESSEL, Lothar et alii. O Partenon Literário e sua obra. Porto alegre: FLAMA, Instituto Estadual do Livro, 1976.
- HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (Orgs.). A Invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HUNT, Lynn (Org.). A nova história cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- KRAWCZIK, Flávio, POSSAMAI, Zita, GERMANO, Iris. Carnavais de Porto Alegre. Porto Alegre: Prefeitura Municipal/Secretaria Municipal da Cultura, 1992.
- LAYTANO, Dante de. Folclore do Rio Grande do Sul: levantamento dos costumes e tradições gaúchas. 2ª. edição. Porto Alegre: Ed. Universidade de Caxias do Sul, 1987
- LEAL, Elisabete da Costa. O positivismo, o Partido Republicano Rio-Granense, a moral e a mulher (1891-1913). Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/UFRGS, 1996.
- LOVE, Joseph. O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MARTINS, Ari, Escritores do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, UFRGS/IEL, 1978.

MATTA, Roberto da. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

MAUCH, Cláudia. Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890, Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/UFRGS, 1992.

MELLO, Marco Antônio Lirio de, "A construção dos afro-brasileiros: identidade e poder na imprensa negra do Rio Grande do Sul", Porto & Vírgula, ano IV, número 29, Porto Alegre, Novembro de 1996.

Reviras, batuques e carnavais: a cultura de resistência dos escravos em Pelotas. Pelotas: Editora Universitária UFPel, 1994.

MEMÓRIA Porto Alegre: espaços e vivências. Coordenado por Sandra Jatahy Pesavento. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS; Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1991.

MEYER, Augusto. Guia do folclore gaúcho. Rio de Janeiro, Presença, 1975. 2ª ed.

MORAES FILHO, Melo. Festas e tradições populares do Brasil. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Entre o deboche e a rapina: os cenários da criminalidade popular em Porto Alegre (1868-1888). Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/UFRGS, 1993.

Faces da liberdade, máscaras do cativo: experiências de liberdade e escravidão percebidas através das Cartas de Alforria - Porto Alegre (1858/1888). Porto Alegre: Arquivo Público do Estado: EDIPUCRS, 1996.

NEEDELL, Jeffrey D. Belle Epoque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

OLIVEIRA, Márcia Ramos de. Lupicínio Rodrigues: a cidade, a música, os amigos. Porto Alegre: dissertação de mestrado/Departamento de História/UFRGS, 1995.

OLIVEN, Ruben George. A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação. Petrópolis: Vozes, 1992.

O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação controversa. Cadernos de Estudo PGAS/UFRGS, n. 11, Porto Alegre:, julho de 1988.

- _____. A polêmica identidade gaúcha. Porto Alegre: Cadernos de Antropologia/UFRGS, n. 4, 1992.
- ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. Cultura popular: românticos e folcloristas. São Paulo: Programa de estudos pós-graduados em Ciências Sociais/PUCSP, 1985.
- PARLAMENTARES Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Por Carmen Aita, Gunter Axt, Vladimir Araújo. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. Carnaval brasileiro: o vivido e o mito. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- PEREIRA, Cristiana Schettini. Nas barbas de Momo: os sentidos da presença feminina no carnaval das "Grandes Sociedades" nos últimos anos do século XIX. Campinas: IFCH/Unicamp, 1995.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Do carnaval da Intendência à folia amazônica: a festa de Momo em Belém do Pará (1895-1925). Belém: 1995, mimeo.
- _____. O carnaval das letras. Rio de Janeiro: Sec. Mun. da Cultura, 1994.
- PESAVENTO, Sandra. A emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1989.
- _____. O cotidiano da República. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1990.
- _____. Os pobres da cidade: vida e trabalho - 1880-1920. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.
- PICCOLO, Helga I. L. A política rio-grandense no segundo Império (1868-1882). Porto Alegre: Gabinete de Pesquisas de História do Rio Grande do Sul/IFCH/UFRGS, 1974.
- PORTO ALEGRE caricata: a imagem conta a história. Coordenação de Sandra Jatáhy Pesavento. Porto Alegre: UE/Secretaria Municipal da Cultura, 1993.
- REIS, João José (org.), Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988.

REVOLUÇÃO Federalista de 1893. Organizado por Zita Possamai. Porto Alegre, Secretaria Mun. da Cultura, 1993.

RIO GRANDE DO SUL: aspectos do folclore. Por Lilian Argentina B. Marques, Paula Simon Ribeiro, Rogério Fossari Sanchotene, Sônia Siqueira Campos. Porto Alegre, Martins Livreiro Editor, 1992. p. 123 e 133.

RODRIGUES, Ricardo Vélez. Castilhismo: uma filosofia da República. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980.

RS: cultura e ideologia. Organizado por José H. Dacanal e Sérgio Gonzaga. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

RS: Economia e política. Organizado por José H. Dacanal e Sérgio Gonzaga. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

RS: Imigração e colonização. Organizado por José H. Dacanal e Sérgio Gonzaga. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

RÜDIGER, Francisco. Tendências do jornalismo. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.

RUSCHEL, Nilo. Rua da Praia. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1971.

SEBE, José Carlos. Carnaval, carnavais. São Paulo: Ática, 1986.

SILVA, Josiane Abrunhosa da. Bambas da Orgia: um estudo sobre o carnaval de rua de Porto Alegre, seus carnavalescos e os territórios negros. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFRGS, 1993.

SOBRE a rua e outros lugares: reinventando Porto Alegre. Organização Acácia Maria Maduro Hagen, Paulo Roberto Staudt Moreira. Porto Alegre: Arquivo histórico do Rio Grande do Sul, Caixa Econômica Federal, 1995.

SPALDING, Walter. Construtores do Rio Grande. Porto Alegre, Sulina, 1969.

_____. Tradições e superstições do Brasil sul. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1955.

VARGAS, Anderson Z. Os subterrâneos de Porto Alegre: imprensa, ideologia autoritária e reforma social 1900-1919. Porto Alegre, Dissertação de mestrado/UFRGS, 1992.

VEDANA, Hardy. Jazz em Porto Alegre. Porto Alegre: L&PM, 1987.

VIANNA, Hermano. O mistério do samba. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: Ed. UFRJ, 1995.

VILLAS-BOAS, Pedro Leite. Dicionário Bibliográfico Gaúcho. Porto Alegre: EST/Edigal, 1991.

VOCABULÁRIO Sul-Riograndense. Vários Autores. Porto Alegre: Editora Globo, 1964.

VON SIMSON, Olga R. de Moraes. Os poderes públicos e a imprensa na transformação do carnaval paulistano do século XIX. Cadernos CERU, São Paulo: 2a. série, n. 1, p. 65-78, 1985.

_____. A burguesia se diverte no reinado de Momo: 60 anos de evolução do carnaval em São Paulo (1855-1915). São Paulo: dissertação mestrado/FFLCH/USP, 1984.

WEBER, Beatriz Teixeira. Códigos de posturas e regulamentação do convívio social em Porto Alegre no século XIX. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/UFRGS, 1992.

Anexo

Imagens reproduzidas do livro “O carnaval porto-alegrense no século XIX”, de Athos Damasceno Ferreira.

Figura 1

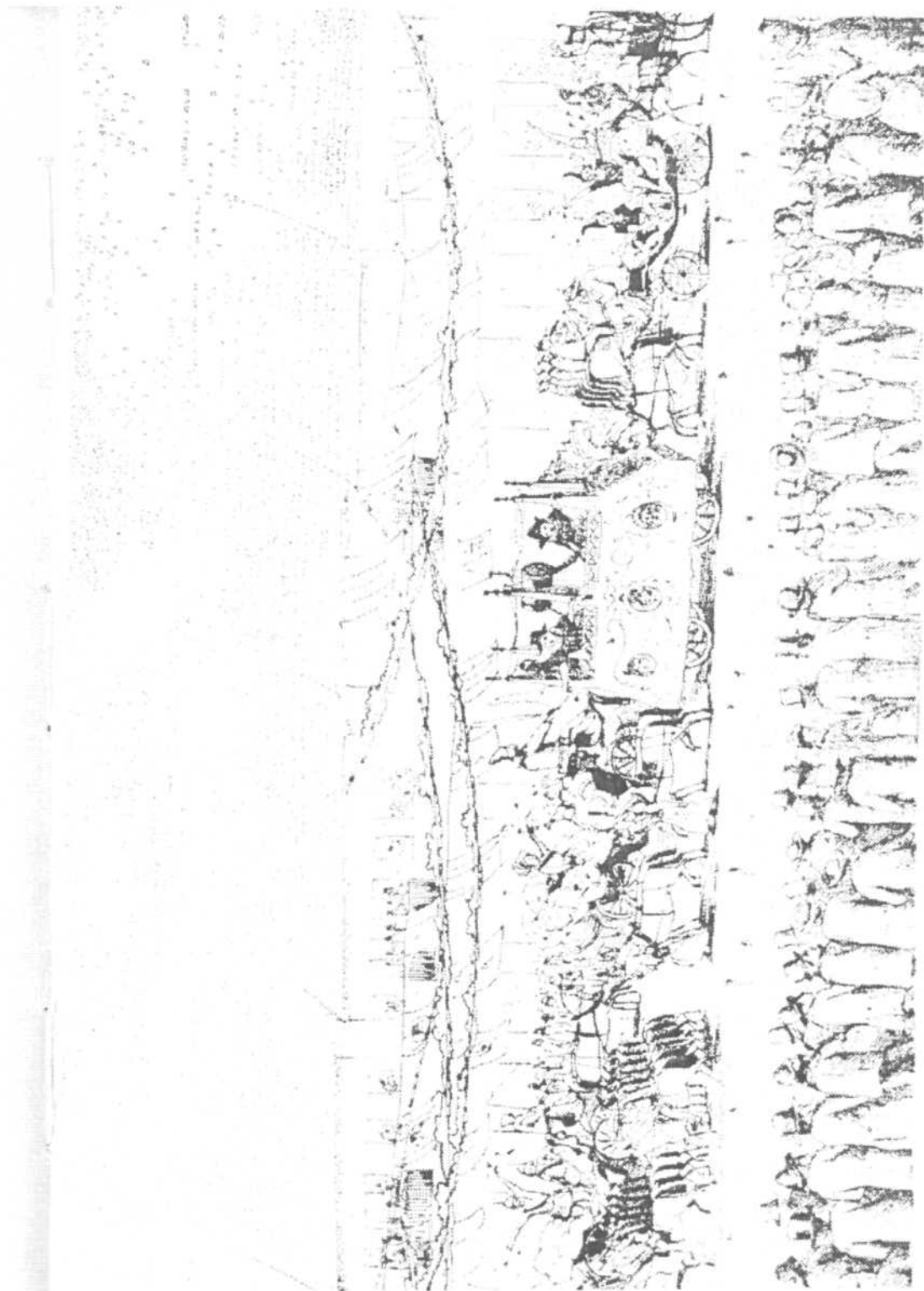


Figura 2



Figura 3

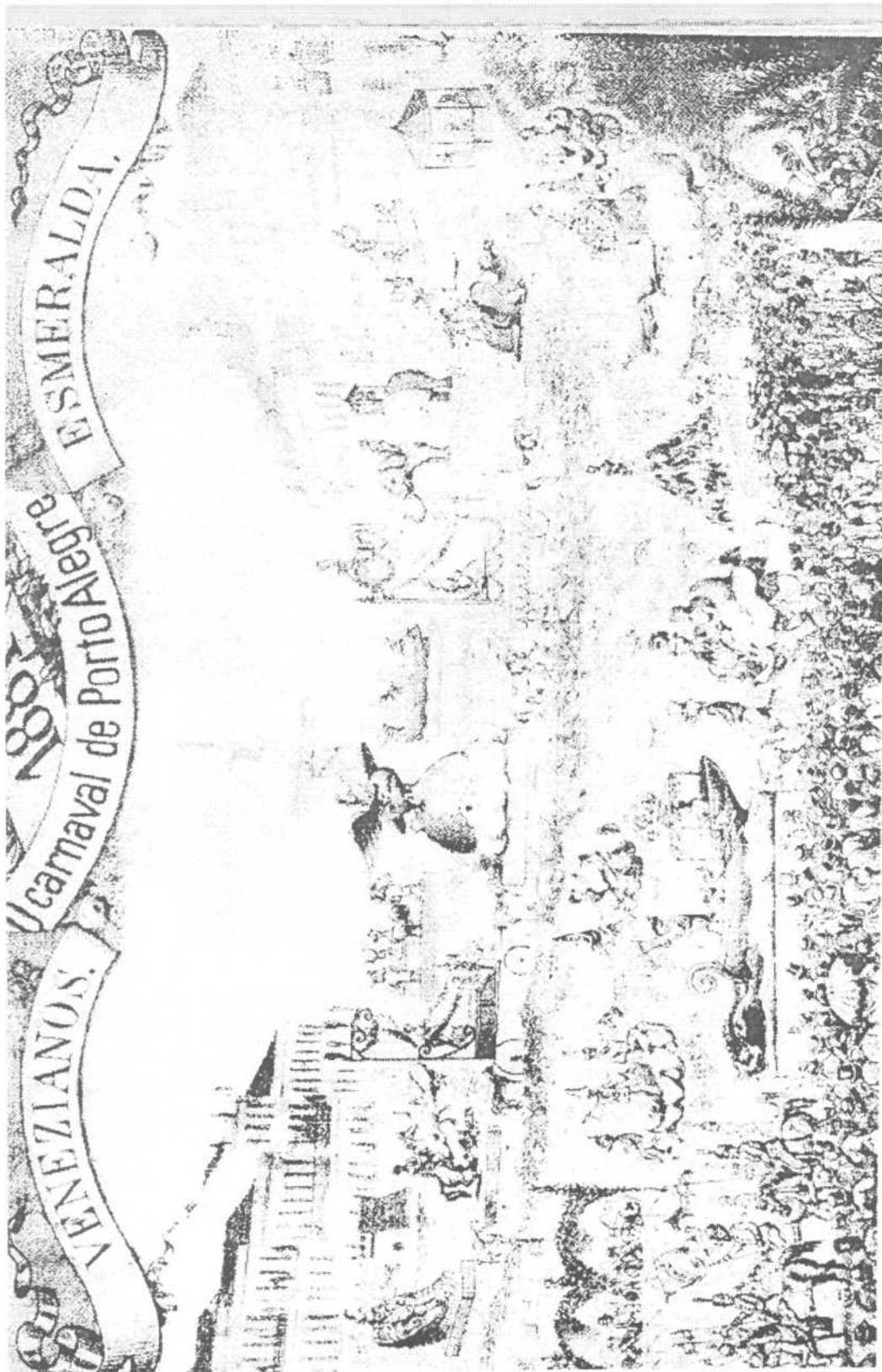


Figura 4



Charge de Vinho Verde, 190. No alto, ateliê de pintura carnavalesca. In: 1984.

Figura 5



Alcunha do Jorginho, Sr. de 1883, do Nordeste, no Museu do Carnaval de 1883.